UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Das *Matas* à *Vila*: Mudanças no Processo de Trabalho e Formação do Assalariado florestal. Um Estudo de Caso em Baixa Verde, Minas Gerais

Rita Araújo Cosenza
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA

DAS *MATAS* À *VILA*: MUDANÇAS NO PROCESSO DE TRABALHO E FORMAÇÃO DO ASSALARIADO FLORESTAL. UM ESTUDO DE CASO EM BAIXA VERDE, MINAS GERAIS

RITA ARAÚJO COSENZA

Sob orientação da Professora
Leonilde Servolo de Medeiros

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Soropédica, RJ
Agosto de 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA

RITA ARAÚJO COSENZA

Dissertação submetida ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

TESE APROVADA EM: 06 / Setembro / 2005

_____
Leonilde Servolo de Medeiros, Dra., CPDA/UFRRJ
(Orientadora)

_____
John Cunha Comerford, Dr., CPDA/UFRRJ

_____
Múcio Tosta Gonçalves, Dr., FEAD-MG

_____
Regina A. Landim Bruno, Dra., CPDA/UFRRJ

Para minha mãe,
Para o Múcio,
Para a Leonilde,

Formadores de parte do que sou.

AGRADECIMENTOS

Jamais fiz por um desejo o que fiz durante o tenso e feliz ano de 2002, no qual eu me dediquei integralmente ao estudo preparatório para o meu ingresso ao mestrado. Da pessoa que acompanhou de mais perto todo o estudo e o orientou, ganhei um dia, um livro de Carlos Drumond de Andrade, sendo que ele me pedia para iniciar a leitura por uma crônica em especial: 'O inseguro'. Terminei aquele ano de 2002 com um gostinho inédito de auto-confiança. Hoje tenho a sensação triste que aquele gostinho durou pouco. Pois, logo vivenciei um outro dizer de Drumond: "No meio do caminho tinha uma pedra... Nunca me esquecerei desse acontecimento. Na vida de minhas retinas tão fatigadas. Nunca me esquecerei que no meio do caminho. Tinha uma pedra...".

Os dois anos e meio de estudos deste mestrado foram marcados por uma intensa entrega ao estudo que é o que escolhi para me dedicar durante a vida, por muito aprendizado e por um importante exercício de conhecimento e aceitação dos meus limites. Mas, também, de certo forma, Sinto a necessidade de expressar que estes anos cursando o mestrado foram perpassados por acontecimentos pessoais tristes e que me encontraram completamente despreparada para eles. Por isso, meus agradecimentos são também um pedido de desculpas para muitas contribuições e amizades que posso ter desperdiçado.

Minha mãe, com suas formas próprias de me compreender sempre foi minha única riqueza. Buscou auxiliar na transcrição das fitas e foi bastante companheira ouvindo longos comentários sobre assuntos e temas da pesquisa. Mesmo sem travar diálogos me concedia a oportunidade de clarear muitas idéias ao tentar expô-las.

O Múcio, a quem sempre terei como um pai, continuou a contribuir na orientação dos meus estudos e da minha formação como pessoa. Apesar dos momentos em que ele esperou de mim uma maturidade ainda não formada, transmitiu amizade e muitos ensinamentos, alguns dos quais só o tempo me permitirá compreender. Sua capacidade de saber ouvir o outro sempre me foram importantes. Dialogamos sobre a dissertação várias vezes, desde o início da construção do projeto e, em muitos momentos o explorei como uma referencia bibliográfica viva.

A Leonilde com sua sabedoria e simplicidade admirável foi uma orientadora em todos os sentidos. Uma presença excessivamente carinhosa e séria sem a qual acredito que esta dissertação não teria sido feita. Me concedeu inúmeros gestos de amizade e de confiança. Além da oportunidade de assisti aulas e exposições brilhantes de temas que encantam. Interpretações que despertam um grande desejo pela leitura e pesquisa. Auxiliou em minhas dificuldades de expressar tanto na fala quanto na escrita, sendo incansável nas correções das várias versões. Ademais, é um exemplo de acadêmica séria, apaixonada, competente e sábia.

A Regina Bruno, com competência, paixão, simplicidade e naturalidade foi capaz de me fazer sentir a vontade para falar nas aulas. Também forneceu inúmeras contribuições ao trabalho se colocado disponível para ler o projeto na primeira versão apresentada à seleção, na última versão apresentada no curso de metodologia de pesquisa e na banca de avaliação do projeto final. Além das conversas informais e do aceite em participar da banca de avaliação. E, sempre me ofereceu amizade.

John Comerford, um exemplo de tranqüilidade a ser seguido, ou ao menos desejado, foi um professor que me introduziu a instigantes temas e fez leitura cuidadosa da versão final do projeto, ainda que tenho muito a aprender com ele sobre etnografia.

Todos os professores com quem fiz cursos ou tive oportunidades de conversar ou ouvir palestras foram essenciais para a minha formação. Sobretudo pela minha admiração ao difícil comprometimento com a diversidade das perspectivas teóricas. Foi bastante rica a oportunidade de interagir com professores e pesquisadores tão singulares e que buscam assim serem um grupo e construir um curso, do qual funcionários e colegas também contribuem para materializar um clima instigante para o debate e para a reflexão.

Diva Azevedo de Faria é um exemplo de assistente de pesquisa que auxilia vários professores com notável competência. A ela agradeço a demonstração de confiança e afeto.

Eli de Fátima N. Lima contribui substancialmente para minha formação ao trazer os clássicos do pensamento que eu tanto tenho prazer em estudar. *John C. Comerford* com suas

agradáveis aulas auxiliou no exercício de se apreender os detalhes de um texto, construiu no curso um clima que minimizava bastante os possíveis constrangimentos nas exposições de minhas leituras e me fez deslumbrar de vontade de ter metade de sua enorme calma. *Leonilde S. de Medeiros*, com seu potencial de permitir o debate, constranger a vaidade e amarrar idéias, concede a todos segurança e motivação. Suas contribuições teóricas e seu vasto conhecimento histórico já fazem diferença para o meu crescimento e farão ainda mais à medida que for amadurecendo minha capacidade de refletir sobre o aprendizado. *Maria José T. Carneiro*, prestativa e bastante dedicada, contribuiu para um melhor aprendizado sobre a utilização de um método desnaturalizado, crítico e rigoroso. *Regina A. L. Bruno*, exemplo de força e alegria, me ensinou a ler melhor, autores que eu gostaria de poder ler todos os semestres. *Sérgio P. Leite*, contribuiu com sua capacidade de me motivar ao estudo devido a sua extrema competência e capacidade de ler os textos das aulas profundamente e os superando. Ademais, desconstruiu alguns dos meus preconceitos com a economia. *Roberto J. Moreira* contribuiu para meu aprofundamento sobre a teoria sociológica ao introduzir autores que eu desconhecia. Também aos professores de outras instituições Neide Sterci (UFRJ), Eliana Dutra (UFMG) e Gilberto Velho (PPGAS/UFRJ), foram essenciais para pensar a minha temática em relação a outros olhares ou temas distintos.

O grupo de pesquisas em Movimentos Sociais vem contribuindo para uma melhor definição de temas e perspectivas teóricas em que busco me centrar. Os colegas deste grupo, com suas experiências e contribuições específicas, permitiram diálogos sobre leituras que em muito auxiliaram na elaboração da pesquisa e na compreensão de questões, ainda que tenha me colocado frente a difícil tarefa de ter que abandonar algumas análises e aguardar o período de reflexão e amadurecimento que elas exigem para serem utilizadas de modo apropriado. Também importante foi o apoio de Janaína Tude Sevá e Juliana Gomes Moreira que estão fazendo o importante trabalho de organização da documentação do Núcleo de Documentação Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo coordenado pela professora Leonilde Medeiros, com apoio do programa "Cientistas do Nosso Estado" da Faperj. Com recursos desse programa foi viabilizada minha participação no "Encontro Região Sudeste - Trabalhadores Canavieiros: saúde, direito e trabalho", realizado pela IE/UFRJ, UFSCAR, Fundacentro e Feraesp. Essa participação me ajudou a melhor compreender as questões envolvidas na reflexão sobre o trabalho assalariado.

Ana Motta e seu jeito único; Pedro Paulo, Pablo e Joana com quem fiz o saboroso trabalho de ler um livro em equipe; Clayton, Marcelo, Hélio e Cloviomar com quem fiz a maior parte das disciplinas; Helena, Deluciana e Juliana com seus projetos semelhantes, mas diferente do meu, o que no entanto não impediu trocas e aprendizado; André, Nilza e Salomé com seus jeitos tranqüilos e educados; Nara e sua confiança em mim; Maurílio e sua profundidade teórica. Camila e sua luta apaixonada, exemplo singular de esperança, Henrique, Fagner e Gabriela envolvidos com suas categorias e tentativas de diálogos com a sociologia. Paulo Bahia e sua experiência, Margarita e seu carisma; Rômulo e seu grande potencial e perfil acadêmico. Esta é a turma que entrou comigo e, cada um a seu modo me ensinou mais do que imaginam.

A todos do distrito de Baixa Verde que receberam uma estranha invadindo suas casas, suas memórias e particularidades, de modo extremamente carinhoso e cativante.

Também agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) que apoiou, com uma bolsa de estudos, a realização do meu curso de mestrado. Ao programa de apoio à pesquisa discente por meio do convênio CPDA/UFFRJ – NEAD/MDA – ActionAid Brasil, que apoiou a pesquisa de campo e a elaboração de um artigo de síntese da pesquisa.

SUMÁRIO

Lista de Tabelas 01
Lista de Siglas 02
Resumo 03
Abstract 04

Introdução 05
1. Construção do problema da pesquisa 06
2. A base empírica – razões da escolha de Baixa Verde 12
3. O trabalho de campo 14
4. Estrutura de capítulos 19

Capítulo I - Mudança Social em Minas Gerais 21
1. Uma leitura sobre a história da ocupação de Minas Gerais e sobre a diversidade das atividades econômicas 21
2. A siderurgia e a região de estudo: Central e Rio Doce 28
3. A presença das plantações florestais no município de Dionísio: a área florestal de Baixa Verde 42

Capítulo II - Nas *matas* de Baixa Verde 49
1. A ocupação das Matas Nativas 49
2. A vida e o trabalho 57
3. A introdução dos plantios de eucaliptos 79

Capítulo III - Da saída das *matas* à *vila* de Baixa Verde 89
1. A CAF e a retirada dos trabalhadores das *matas* 90
2. A saída 94
3. Os trabalhadores na *vila* de Baixa Verde 100
4. A *vila* de Baixa Verde 116

Capítulo IV - Trabalho e Sociabilidade 127
1. O trabalho nas plantações florestais 129
2. As relações de hierarquia 138
3. A organização e as condições dos ambientes de trabalho 143
4. As atividades não florestais 156
5. Locais de Sociabilidade 160

Capítulo V – O presente e o passado: Ambigüidades da memória 167
1. O desemprego 168
2. O controle moral interiorizado pelo assalariado florestal e o papel dos estigmas 171
3. O contexto da construção da adesão ao trabalho florestal: incorporação da disciplina e a saudade do tempo de *roças* 182
4. A percepção do assalariado florestal sobre si mesmo e as mudanças culturais 187
5. Naturalização das condições de vida 192

Considerações Finais 202
Referencias Bibliográficas 209
Anexos 215

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Utilização da Terra em Dionísio, Minas Gerais, no período 1960-1996, em porcentagem de área.....	45
Tabela II – Situação de moradia em Baixa Verde.....	112
Tabela III – Homens e Mulheres que exercem ou não atividade remunerada, por sexo e estado civil.....	128
Tabela IV – Homens e Mulheres que exercem atividade remunerada, por estado civil e por ocupações: trata-se da atividade principal.....	129

LISTA DE SIGLAS

Acesita – Aços Especiais Itabira
AUVA – Aglomerado Urbano do Vale do Aço
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BNH – Banco Nacional de Habitação
CAF – CAF Florestal
CEEA – Conselho Estadual de Economia e Administração
Cemig – Centrais Elétricas de Minas Gerais
Cenibra – Celulose Nipo-Brasileira
CPT- MG – Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais
CSBM – Companhia Siderúrgica Belgo Mineira
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
Feraesp – Federação dos Empregados Assalariados Rurais do Estado de São Paulo
FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
Fiset – Fundo de Incentivos Setoriais
FJP – Fundação João Pinheiro
Fundacentro – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
Gesta – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IE-UFRJ – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
IEF – Instituto Estadual de Floresta
IGA – Instituto de Geociências Aplicadas
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras
Profloresta – Projeto Florestal de Minas Gerais
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
Unimontes – Universidade Estadual de Montes Claros

RESUMO

A presente dissertação estudou um processo social de transformação de relações de trabalho, destacando em um ambiente rural, a formação do assalariado florestal, categoria utilizada para se referir aos trabalhadores dos plantios homogêneos de eucaliptos. A pesquisa foi feita no distrito de Baixa Verde, município de Dionísio, região Central do estado de Minas Gerais. Por meio dos depoimentos dos trabalhadores, foi reconstruído o processo de expropriação de trabalhadores que viviam em áreas inicialmente de matas nativas, onde trabalhavam para empreiteiros da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira (CSBM), no corte da madeira e na fabricação de carvão e, posteriormente para a CAF Florestal (CAF), na formação do primeiro plantio de eucalipto. Se, num primeiro momento, eles tinham liberação de terras para plantio de lavouras, essa atividade foi sendo proibida na medida em que se devastava a mata nativa substituída por plantios florestais. Após a formação do primeiro maciço, começaram a ser retirados e deslocados para uma *vila* construída pela CAF por meio de um projeto habitacional que financiou residências.

Ao longo da dissertação, ressaltam-se alguns temas, como as ambigüidades da memória seletiva, fruto das idealizações tanto do passado quanto do presente; a interiorização de discursos e disciplinas fabris e os processos de estigmatização de trabalhadores.

As transformações nas relações de trabalho e sua aceitação por parte dos trabalhadores, entendidas em sua complexidade, sem anular tensões e contradições, permitem refletir sobre o trabalhador como um sujeito social que, em sua percepção e ação no cotidiano do trabalho, tem suas formas próprias de aceitação da disciplina imposta, de acordo com sua leitura da realidade, das possibilidades de sobrevivência num ambiente social no qual possuem raízes e história que lhes dão condição de se sentirem inseridos e pertencentes a um mundo.

Palavras-Chaves: Assalariado Florestal, Relações de Trabalho, Mudança Social

ABSTRACT

The present dissertation studied a social process of transformation of relationships, putting in relief a rural atmosphere, the forest employees formation, category used to refer to the workers of the homogeneous plantings of eucalyptuses. For so much, the research was made in the workers' depositions, it was rebuilt the process of workers' expropriation that lived in areas initially of native forests, where they worked for contractors of CSBM, in the cut of the wood and in the production of coal and, later for CAF, in the formation of the first planting of eucalyptuses. If, in a first moment, they had liberation of lands for planting of small farmings, that activity went being prohibited in the measure in that the native forest was devastated, and substituted by forest plantings. After the formation of the first block, they began to be withdrawn and moved to a town built by CAF through a habitational project that financed residences.

Along the dissertation, some themes are stood out, as the ambiguities of the selective memory, fruit of the idealizations as much of the past as of the present; the interiorization of speeches and industrial disciplines and the processes of workers' stigmatization.

The transformations in the work relationships and their acceptance on the part of the workers, understood in its complexity, without annulling tensions and contradictions, allow to think on the worker as a social subject that, in his perception and action in the quotidian of the work, he has their own forms of acceptance of imposed discipline, in agreement with his reading of the reality, of the survival possibilities in a social atmosphere in which the possess roots and history that give him condition to be inserted and to belong to a world.

Word-Key: Forest Employee, Relationships of Work, Social Change

INTRODUÇÃO

Este estudo é produto do meu interesse nos processos históricos de mudanças sociais relacionados aos trabalhadores rurais brasileiros. Centra-se no surgimento e consolidação da economia florestal ocorrido em parte do estado de Minas Gerais, sobretudo a partir da década de 1940, momento em que se iniciou um processo de concentração de terras pelo qual pequenos posseiros e/ou pequenos proprietários que trabalhavam com lavouras foram se transformando em *assalariados florestais*. Esta categoria é utilizada pelos estudiosos para se referir àqueles trabalhadores que passaram a ser contratados ou subcontratados por empresas inseridas no setor siderúrgico e, posteriormente, no de celulose.

A literatura deu prioridade aos assalariados de outras monoculturas como a da cana-de-açúcar (Palmeira, 1977; Sigaud, 1979; Padrão, 1996), café (Martinez-Alier, 1977) e laranja. Os assalariados florestais, além de pouco estudados, são observados, sobretudo, pela ótica do processo fabril de produção, em razão de trabalharem para empresas que se especificam devido à existência de uma ligação direta entre a atividade de exploração da madeira e seu processamento industrial. Além disso, ao contrário das culturas de cana-de-açúcar e café, o trabalho florestal possui uma história mais recente.

Em parte das regiões Central e Rio Doce no estado de Minas Gerais, onde as siderúrgicas primeiramente se consolidaram, os municípios, distritos e povoados possuem uma história na qual sempre se fez presente, por meio da propriedade, da parceria, do arrendamento ou da posse, tanto pequenos estabelecimentos produtivos, baseados em lavouras temporárias e permanentes, quanto a grande propriedade produtiva ou improdutiva, as pastagens naturais e plantadas, e também algumas atividades urbanas que datam do período minerador no século XVII, como a pequena indústria têxtil e pequena siderurgia.

No século XX iniciou-se um processo intenso e veloz de concentração de terras e também de minifundização. Tratava-se de movimentos ligados à consolidação da siderurgia de grande porte em Minas Gerais, para a qual as matas nativas serviram de matéria prima até aproximadamente metade do século XX, quando já se encontraram praticamente devastadas. Assim, surge e se consolida a economia e a política florestal que se adentrou no cotidiano da população daquelas localidades. Não obstante, a agricultura permaneceu como atividade econômica de parte da população, ainda que

progressivamente fossem ocorrendo alterações tanto na atividade agrícola, como nos costumes, nas tradições e nas formas de sociabilidade e de organização das famílias.

1. Construção do problema da pesquisa

A primeira fonte apropriada pela pesquisa foi parte da literatura sobre a temática da economia e da política florestal. Por meio dela, foi possível entender os mecanismos que permitiram as mudanças que caracterizaram a história de parte do estado de Minas Gerais a partir da década de 1940.

Posteriormente, a pesquisa estudou um pequeno aglomerado populacional que foi trabalhado como base empírica para investigar uma das dimensões das mudanças sociais que permearam os processos de transformações do espaço. Trata-se das mudanças no trabalho florestal e na produção de carvão. Procurou-se descrever o ciclo produtivo florestal e sua recente reestruturação produtiva, transformações nas condições de trabalho e nas formas de sociabilidade.

As transformações no trabalho como fio condutor da pesquisa foram estudas a partir da análise sobre parte da história da formação do distrito de **Baixa Verde** – aglomerado populacional selecionado como base empírica para a pesquisa – a partir da perspectiva dos atuais moradores (trabalhadores florestais, ex-trabalhadores florestais já aposentados, desempregados, donas de casa, sindicalistas e ex-sindicalistas do Sindicato da Extrativa de Dionísio e São José do Goiabal[1], membros da Associação dos Moradores de Baixa Verde e políticos locais).

O tema da sociabilidade passou a permear de modo significativo os estudos sociológicos, ao menos a partir da segunda metade do século XX. As experiências vividas e sentidas pelos indivíduos, as dificuldades de muitos deles narrarem suas experiências, as necessidades de busca de sentidos para a vida e para as ações individuais e sociais, o alto valor dado às informações imediatas imbuídas de uma verdade instituída são fenômenos que parecem muito próximos do atual contexto social, no qual os indivíduos surgem como sujeitos e se fazem presentes na realidade, expressando em suas ações e falas todas as ambigüidades e contradições de seus medos e desejos e de suas idealizações do passado e do presente.

[1] A partir deste momento, ao longo da dissertação, será mencionado apenas como Sindicato da Extrativa.

Reconstituir, por meio das memórias dos trabalhadores, parte do seu passado foi o modo de se buscar entender algumas práticas cotidianas no passado e atualmente, ressaltando a dimensão do trabalho[2].

A memória é tanto um modo de ler o passado com os olhos, sentimentos e intenções do presente, quanto de ler a percepção e a ação no presente, por meio da história de sua construção, portanto fundamentada nas interpretações que se fazem do passado e da trajetória própria de cada um. A memória dos indivíduos permite tecer interpretações de suas interpretações a respeito de acontecimentos vividos ou imaginados, de modo a destacar uma certa "visualização inicial de como o passado permanece hoje, como memória e como um dos elementos constitutivos do presente" (Gonçalves, 2001, p. 196).

A história de Baixa Verde, no relato de seus atuais moradores, se inicia com a fabricação do carvão, para a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira (CSBM), por empreiteiros que possuíam posses ou propriedades em áreas circunvizinhas a uma área de mata nativa. Esta área, devastada a partir de 1940, é atualmente a área oficial do distrito de Baixa Verde, no município de Dionísio na região Central de Minas Gerais.

Os trabalhadores que começaram a produzir carvão na década de 1940 também eram oriundos de povoados e municípios circunvizinhos à área de mata nativa. Tratava-se predominantemente de trabalhadores que plantavam lavouras em posse ou propriedade de seus familiares ou a meia ou a terça. Um aprofundamento maior das relações sociais e de trabalho, de modo a construir as bases sociais de Baixa Verde antes do processo de início da exploração das matas nativas, exigiria estudar as diferentes trajetórias dos primeiros trabalhadores que a ocuparam, o que demandaria que a pesquisa extrapolasse seu recorte inicial e se voltasse para todas as localidades de origens dos trabalhadores que passaram lá a residir e trabalhar. Nas três visitas a campo, a investigação procurou obter material para reconstruir a história de formação de Baixa Verde, destacando o contexto do trabalho e as transformações após o período de ocupação das matas nativas que deu espaço para a formação do plantio homogêneo de eucalipto da CSMB e de sua subsidiária CAF Florestal (CAF) pelos trabalhadores que

---

[2] Deve-se ressaltar que esta dissertação não trabalhará todas as dimensões do passado. Trata-se apenas do passado no tocante às relações de trabalho contrapostas aos processos de mudanças por quais passaram até os dias atuais. Neste sentido, deve-se destacar que apesar de todas as mudanças, o trabalhador de Baixa Verde, desde o início de sua vida nas *matas* deste distrito foi um trabalhador para o outro, ainda que conjuntamente do trabalho para o outro também tenha trabalhado lavouras para si próprio. Mas, tratava-se de um trabalho para si permitido pelo outro, ou seja, pelos proprietários da área de mata nativa que estava sendo devastada e reflorestada com plantios de eucaliptos.

viveram nas *matas*[3] e que posteriormente foram deslocados para uma *vila* residencial[4] construída pela CAF.

Trabalhando o material, ressaltou-se um ponto já apreendido desde o primeiro contato com Baixa Verde: a aceitação dos trabalhadores às mudanças sociais decorrentes da consolidação da economia florestal. Assim, cada vez mais, aparecia a necessidade de compreender o que explica esta aceitação do processo de assalariamento, bem como a natureza das transformações decorrentes deste processo.

O trabalho florestal introduziu ou intensificou relações de trabalho fundamentadas em jornadas de trabalho, remunerações e uma série específica de exigências e proibições. Sendo um trabalho para o outro, consolidou na sociabilidade dos trabalhadores a existência de um controle sobre toda a produção e uma regulação do comportamento no trabalho. A partir do processo de reestruturação produtiva da CAF em fins da década de 1990, quando todos os trabalhadores já estavam residindo em um outro tipo de moradia e espaço residencial e quando não mais trabalhavam em lavouras de subsistência, intensificou-se ainda mais as transformações em curso, principalmente por meio da alteração das condições de trabalho que geraram para os atuais assalariados florestais uma certa percepção de melhoria das condições de trabalho e de vida.

Neste sentido, e considerando a existência de possibilidades de não se assalariar, a pesquisa buscou analisar este caso de mudança social baseando-se nas transformações do trabalho a partir da perspectiva dos trabalhadores sobre o que significa residir na vila de Baixa Verde e serem assalariados florestais. No contexto inicial das mudanças, os trabalhadores também interiorizaram os discursos que caracterizaram o trabalho rural como uma atividade econômica atrasada.

Durante um tempo significativo, alguns estudos sobre a economia, a política e a sociedade mineira apostaram na existência de um *atraso* do estado de Minas Gerais, sobretudo no tocante à sua economia. Mesmo a monocultura agro-exportadora existente no período colonial foi percebida como frágil a ponto de não desenvolver economicamente o estado. Sua industrialização foi percebida como tardia, devido à

---

[3] Em toda esta dissertação se destacará (colocando em itálico) o termo *mata* quando não se referir à mata nativa mas ao local onde esta foi devastada e o plantio de eucalipto foi formado. Isto porque é a forma pela qual os atuais moradores se referem ao local onde viveram no máximo até a década de 1980. Esta área hoje ainda é referida como *matas* mas, agora, para se referir aos plantios de eucaliptos. As demais expressões locais da população de Baixa Verde também serão destacadas com itálico.

[4] A área residencial construída pela CAF Florestal (CAF) no distrito de Baixa Verde, que também é composto pela área florestal onde se localizam o plantio homogêneo de eucalipto, será, ao longo da dissertação, referida como *vila*.

comparação com o estado de São Paulo, no período inicial da República. Perceberam a economia mineira como *atrasada*, porque se desenvolvia lentamente dentro dos padrões que se interpretava como ideais de progresso e modernização. Esta leitura não foi restrita às analises das ciências sociais: era também a de diversos outros segmentos da sociedade mineira. O *atraso* da economia foi, sobretudo, o discurso das instituições estatais locais. O uso político do estigma do *atraso* permitiu a consolidação das siderúrgicas no início do século XX, dando curso a um processo veloz de concentração de terras e de mudanças sociais.

Alguns estudos sobre memória e usos políticos do passado permitem dar um outro sentido para a interpretação sobre o *atraso* da economia mineira que marcou algumas das narrativas da história de Minas Gerais e também as políticas públicas, no mínimo, até o final do século XX[5].

Segundo Ginzburg, embora as ações humanas não possam alterar o passado, podem "influir poderosamente sobre a memória do passado, distorcendo seus vestígios, degredando-o ao esquecimento, condenando-o à destruição" (Ginzburg, 2001, p. 216).

Benjamin (1987a), em sua crítica à vertente do pensamento que "se contenta em estabelecer um nexo causal entre vários momentos da história", observou que nenhum fato torna-se fato histórico unicamente por suas causas. Destacou a dimensão sócio-política das apropriações do passado ao observar que um fato "se transforma em fato histórico postumamente, graças a acontecimentos que podem estar dele separados por milênios" (op. cit., p. 232). A construção dos fatos históricos não é sempre involuntária e despretensiosa, mas geralmente feita por aqueles que foram socialmente legitimados para serem homens de ação e que, assim sendo, cingem os parâmetros de definição do que é verdade e do que é importante e necessário ser conhecido[6]. O conhecimento sobre a história dos homens não se reduz a um passado que não se relacione direta ou indiretamente com o dinamismo social e político do presente no tocante as imprevisibilidades da vida humana e às atitudes conscientemente políticas. A história, bem como a verdade, também se fazem mediante uma relação de força e poder, como advertiu Foucault (2004a), ao trabalhar sua noção de efeitos de verdade, e Ginzburg

[5] Ressalta-se, entretanto, que este estigma do *atraso* deve ser entendido apenas como um ponto de partida para a reflexão, ainda que se tenha ciência de que, ao longo da pesquisa, esta questão pode ter condicionado a reflexão, uma vez que foi apenas no período conclusivo do trabalho que se percebeu uma certa superestimação deste estigma.

[6] O mesmo se dá para a história como ciência. São elementos de uma mesma configuração temporal – social e política, tanto o pesquisador, quanto os interesses, as documentações, as heranças das escolas de pensamentos e os contextos sociais que produzem historicamente documentos e pesquisadores.

(2002, p. 43), para quem "todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si". Também Benjamin (1987a) observou que a história deve ser feita através de leituras *às avessas* dos testemunhos históricos. Ou seja, é preciso lê-los com consideração crítica às intenções de quem os produziu.

Sader e Paoli (1997) contribuíram para a apreensão da construção de um imaginário político nas primeiras décadas do século XX e para a correlação deste imaginário com as mudanças teóricas das últimas décadas daquele século. Para eles, os grupos populares no Brasil passaram nas últimas décadas a ter maior visibilidade pública, conquistaram maior contato com o cenário político e se destacaram mais nas análises dos cientistas sociais e historiadores. O que revela "uma ruptura no modelo interpretativo da história e da sociedade brasileira, isto é, uma ruptura no sistema explicativo no qual se alojam as representações sobre a singularidade da dinâmica de classes no Brasil" (op. cit., p. 40). Para Sader e Paoli, uma matriz de representação "produz uma visão de sociedade e é produto de uma elaboração coletiva díspare e articulada" (op. cit., p. 41). Esta matriz é denominada por aqueles autores como *imaginário* e não pode ser tratada como ilusão ou aparência. Quando os discursos sobre a sociedade e a história passam a ser questionados, quando passa-se a apreender um deslocamento entre representação e prática, observa-se um tempo que permite indagações e surgimento de novas representações "instituintes de uma outra compreensão da sociedade e de seu campo político" (op. cit., p. 41). Não obstante, para estes autores, para se apreender a construção desta nova representação e para "interrogar sobre seu significado", deve-se situar aquela construção "dentro da tradição de pensamento historicamente formulada", com a qual se pretende romper. Isto, porque as significações instituídas por aquela tradição do pensamento formam "um imaginário persistente, que reaparece de muitas formas, na medida mesma em que foi um discurso com poder de verdade – isto é, colocou-se ao real que nomeou (op. cit., p. 41)[7].

[7] Nas últimas décadas passou-se a enfatizar a temática da formação de um imaginário oriundo das interpretações que mais se consolidaram e influenciaram na realidade brasileira. Para Carvalho (1998) as elites políticas e intelectuais do Brasil construíram uma nação imaginada, e são três as imagens: uma primeira expressa uma visão negativa do povo brasileiro, identificando índio, negro e mestiço como preguiçosos, matutos, incapazes e ignorantes, sendo que até como mão-de-obra foram subjugados pelo imigrante europeu. Uma segunda imagem expressa uma visão paternalista do povo. O homem rural aqui é destacado como dependente dos senhores de terra; incapazes de prover autonomamente suas necessidades, criam relações de dependência com os senhores locais. Uma terceira imagem argumenta sobre uma nação sem povo.

Para Sader e Paoli (1997, p. 42), foi "no plano do pensamento político gestado na Primeira República que se construiu, pela primeira vez, uma representação sistemática sobre os trabalhadores, os pobres, os dominados desta sociedade". E houve uma certa continuidade daquele pensamento político nas "interpretações políticas e acadêmicas posteriores". Com isso, destacaram alguns traços que persistem nas camadas populares brasileiras. Em geral, demonstraram que as vertentes do pensamento nas primeiras décadas do século XX tinham como ponto de partida de suas reflexões uma concepção já pronta de sociedade que seria o final desejado, fosse ele uma nação ou fosse ele uma revolução: "a possibilidade de reflexão sobre as camadas populares, portanto, vem de uma questão que se situa fora delas. Fora de suas relações sociais concretas e vividas. É por aí que as práticas culturais vivas e significativas da população aparecem como obstáculos sociais e políticos" (op. cit., p. 46). Os autores também mencionam a influência daquela tradição do pensamento no "aparato conceitual das ciências sociais, quando os pensadores acadêmicos tentaram produzir o seu próprio retrato das classes populares" (op. cit., p. 47). A academia passou a incorporar as camadas populares na temática sobre a modernização que tinha como principal preocupação a discussão sobre a "transição entre uma sociedade pobre, atrasada e desigual para uma sociedade industrializada, urbanizada e universal" (op. cit., p. 47).

As novas percepções "não são pura criação dos intérpretes e nem tão pouco atributos de uma realidade que já estivesse nela à espera de serem decifrados" (Sader e Paoli, 1997, p. 52). Na verdade, resulta de "todo um movimento social, que é também um movimento cultural – onde se cruzam intelectuais e militantes, políticos, jornalistas e pesquisadores, sindicalistas e simples trabalhadores em seus espaços cotidianos – de produção de novos significados que acompanha necessariamente as mudanças na prática social" (op. cit., pp.52-53).

Estas questões permitem uma leitura das questões brasileiras sobre estrutura social rural e modernização buscando destacar as relações de poder, as intenções políticas, o peso dos processos de socialização de toda a população por meio de uma determinada visão da realidade, que então se cristaliza como a verdade coerente àquela cultura política socializadora e também permite destacar o papel ativo que movimentos sociais possuem no processo de mudança dos discursos e da própria realidade social.

Para a presente pesquisa, o entendimento do silêncio e a construção de memórias brotou da análise de um caso específico de transformações nas relações de trabalho e nos usos dos recursos naturais e de adesão dos trabalhadores a estas transformações.

No contexto das mudanças sociais em Minas Gerais, o estigma do *atraso* permitiu a consolidação da economia florestal como força econômica e política passível de expropriar e concentrar terras, transformar trabalhadores rurais e posseiros em assalariados florestais, criar distritos e municípios dentro dos quais se multiplicaram as *vilas operárias*. Constrói-se assim um espaço, marcado pela atividade florestal, com aspectos singulares, alguns fundamentados por um certo artificialismo decorrente da construção de áreas residenciais e de trabalho feita com intenções basicamente utilitárias e funcionais. Neste sentido, deve-se destacar a necessidade das empresas siderúrgicas e reflorestadoras em "domesticar" os recursos naturais e sociais bem como deve-se destacar o processo de interiorização do discurso daquelas empresas pelos trabalhadores[8].

Adesão e interiorização dos discursos foram entendidas contextualizado-as no âmbito das relações entre diversos atores sociais e dos impactos destas relações na concentração de terras. A adesão dos primeiros trabalhadores rurais ao capital industrial e florestal criava cada vez mais pressão sobre os demais trabalhadores para também aderirem aos processos das mudanças em curso.

Os processos legais e ilegais de expropriação de terras de antigos posseiros e pequenos proprietários tiveram papel substancial, mas também se destacam as construções de *vilas operárias* como mecanismos de controle social, tendendo a ser favorável ao processo de mobilização à adesão.

Ressalta-se que a adesão não é construída de modo harmônico e linear. Pelo contrário, é um processo tenso e em várias circunstâncias imbuído de várias ambigüidades.

2. A base empírica – razões da escolha de Baixa Verde

Para realizar o estudo, escolhi um aglomerado populacional em um dos municípios mineiros marcados pelos processos de mudanças decorrentes do surgimento da economia florestal[9]. Para tanto, conversei com estudiosos e participantes de

---

[8] Por mais que esta interiorização de um determinado discurso esteja correlacionada com os processos de "domesticação", ou seja, de construção de controles sociais por meio da institucionalização de padrões específicos de pensamento e comportamento, deve-se considerar que não se dão de maneira unicamente impositiva. Como será trabalhado ao longo da dissertação, os trabalhadores rurais que foram, progressivamente, tornando-se assalariados florestais, também foram em alguma medida, protagonistas das transformações do espaço, do trabalho e das relações sociais.

[9] A parte do estado de Minas Gerais considerada é a que atualmente é denominada oficialmente pelo Governo de Minas Gerais como regiões Central e Rio Doce. No anexo nº. 1 encontra-se a localização do

movimentos sociais. Uma das sugestões obtidas foi de trabalhar, no município de Dionísio, o distrito de Baixa Verde[10], basicamente constituído por uma população inserida no trabalho nas plantações de eucalipto, ao contrário das demais localidades do município de Dionísio marcadas pela presença de pequenas lavouras e alguns derivados da agricultura e pecuária.

Outro elemento importante para a escolha diz respeito ao fato do distrito de Baixa Verde ser de influência da CAF que pertence à CSBM. Como a literatura estudada chamou a atenção para um processo de transferência da maior parte das terras das siderúrgicas mineiras para o Norte do estado, o que as levou vender suas terras ocupadas com maciços florestais nas regiões circunscritas aos rios Piracicaba e Doce para a Celulose Nipo-Brasileira (Cenibra), a partir da década de 1980 –, tinha-se então um contraste com os estudos já realizados[11].

Também se considerou a menção de membros da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais (CPT-MG) sobre a existência em Baixa Verde de empreiteiras da CSBM que eram especializadas na produção de arroz. Alguns moradores, sobretudo mulheres, trabalharam para estas empreiteiras, na década de 1960, quando então os plantios de

---

município de Dionísio, região Central de Minas Gerais. No anexo nº. 2 encontra-se um mapa que permite a localização das regiões do estado. Já no anexo nº. 3 há um mapa que auxilia na localização de alguns dos municípios que por algum motivo serão citados nesta dissertação.

[10] Gonçalves, estudioso da temática sobre política florestal e suas relações com as empresas e com os trabalhadores, em muito auxiliou o recorte da localidade a ser estudada. Também me colocou a par das audiências públicas ocorridas na Assembléia Legislativa de Minas Gerais que discutiram as questões sócio-ambientais em torno das monoculturas de eucaliptos, bem como estendeu a mim, o convite para participar de algumas reuniões do Movimento Contra o Deserto Verde, que reuniam membros da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais (CPT- MG), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE – regionais de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro), alunos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) ligados ao Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (Gesta), alunos de geografia da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), bem como sindicalistas e representantes de outros movimentos sociais, de alguns dos municípios mineiros nos quais existem plantios florestais. Também a coordenadora da CPT-MG enfatizou a importância de estudar o distrito de Baixa Verde.

[11] Enquanto as usinas siderúrgicas utilizam a madeira do eucalipto para a produção do carvão vegetal que é utilizado como redutor no processo de fabricação do aço, a Celulose Nipo-Brasileira (Cenibra) é uma empresa produtora de celulose (pasta produzida a partir do cozimento da madeira de eucalipto e branqueada por meio de produtos químicos dos quais se destaca o cloro). Além da unidade industrial produtora de celulose localizada no município de Belo Oriente – Vale do Aço, MG, a Cenibra possui uma empresa dedicada ao reflorestamento com espécie de eucalipto, a Cenibra Florestal. Foi esta última empresa que, a partir da década de 1970, adquiriu parte dos maciços florestais das primeiras siderúrgicas instaladas em Minas Gerais (Gonçalves, 1995).

eucalipto já estavam sendo feitos. Posteriormente estas empreiteiras foram fechadas e os locais de lavouras substituídos por pastos. Isso pareceu ser uma outra particularidade, pois, de modo geral, a literatura apresentava a mudança das atividades econômicas como partindo da pequena produção agrícola para o assalariamento florestal, sem nada mencionar sobre plantio de grãos em grande escala comercial.

A questão mais atrativa diz respeito ao fato de Baixa Verde ter sido apresentada, nas conversas iniciais, como uma localidade onde a mudança das atividades e do trabalho executado havia se dado de modo quase que absoluto, uma vez que grande parte da população adulta tornou-se, nos últimos anos, assalariada florestal das empreiteiras da CAF. Além disso, segundo a CPT-MG, o processo de adesão dos trabalhadores às mudanças sociais era bastante forte[12].

3. O trabalho de campo

A primeira visita ao município de Dionísio ocorreu em fevereiro de 2004. Antes da viagem, havia sido feito um contato telefônico com o atual presidente do Sindicato da Extrativa que tem sede instalada no Distrito de Baixa Verde. Foi na sede deste sindicato que se deu meu primeiro encontro com os assalariados florestais. Estava ocorrendo uma assembléia com turmas de trabalhadores de uma das empreiteiras locais (a Plantar), e estavam presentes membros do Sindicato da Extrativa e assalariados florestais, entre eles os *chefes de turmas*. O motivo da assembléia era formular a primeira pauta de trabalho para o ano de 2004 e discutir a negociação do Sindicato da Extrativa com a empreiteira, visando abonar os sábados trabalhados – os funcionários em questão trabalhavam apenas dois sábados mensais – ainda que as horas fossem repostas durante o período de segunda a sexta. Não obstante, a empreiteira propôs ao Sindicato da Extrativa um outro acordo. Tratava-se de manter os dois sábados mensais como dias de trabalho e, como contrapartida, a empresa passaria a fornecer almoço diariamente para os assalariados. Na assembléia ocorreu uma votação para decidir entre passar a receber diariamente um *marmitex*[13] contendo o almoço ou folgar nos dois

---

[12] Uma outra localidade de Dionísio foi visitada: o povoado de Amoras, localidade constituída por aproximadamente 50 famílias de pequenos proprietários, que residem em casas dispersas e trabalham no plantio de pequenas lavouras. Dos poucos moradores de Amoras com quem conversei foi possível apreender uma outra percepção sobre a CAF e os plantios de eucaliptos, bem mais negativa, quando em comparação aos moradores de Baixa Verde, ainda que alguns dos membros de algumas das famílias de Amoras, sobretudos os mais jovens, trabalhem como assalariados florestais para as empreiteiras da CAF em Baixa Verde.

[13] *Marmitex* é um termo do uso cotidiano que substitui o termo marmita.

únicos sábados mensais trabalhados, sendo que as horas trabalhadas teriam que ser repostas durante os dias úteis, o que estenderia a jornada de trabalho. De modo quase unânime foi escolhido o *marmitex*.

Na assembléia, os assalariados florestais, quando indagados sobre se queriam colocar algo em discussão na reunião, mantiveram-se em silêncio. Ouvia-se murmúrio, grupos que se dispersavam e conversavam entre si, mas não se ouviam assalariados se posicionando a respeito das questões colocadas pelos membros do Sindicato da Extrativa. Apenas algumas dúvidas foram expostas, quando uma pergunta específica lhes foi feita sobre a preferência entre a folga nos sábados ou o *marmitex*. Neste momento, apareceram dúvidas a respeito de se a cesta básica seria cortada ou se as horas dos sábados liberados teriam que ser repostas. Também houve na assembléia um apelo do Presidente do Sindicato da Extrativa para os trabalhadores se filiarem[14]. A discussão baseou-se nos benefícios que o Sindicato já oferecia, como tratamento dentário, e os que poderia oferecer a partir do aumento do número de filiados.

A imagem que ficou das conversas deste primeiro dia foi que Baixa Verde, de um povoado disperso em uma área de mata nativa, transformou-se em uma *vila* onde existem algumas instituições como Posto de Saúde, Escola, Sindicato, Associação dos Moradores que surgiram ao longo do processo de constituição do distrito. As afirmações das atuais relações de trabalho foram narradas pelos trabalhadores em contraposição a um período anterior, precário no tocante às condições de vida e trabalho.

A segunda visita ao distrito de Baixa Verde ocorreu entre a última semana de julho de 2004 e a primeira semana de agosto de 2004. Pretendia-se buscar um contato direto com os moradores. Em um primeiro momento, aquela pequena *vila* pareceu enorme e era difícil saber o que fazer e como fazer. Acabei indo em busca do Sindicato da Extrativa e das sedes das empreiteiras para ver o que era preciso para ir até as áreas de trabalho. Conversei com um dos empreiteiros locais que ficou de verificar com a CAF essa possibilidade. Enquanto aguardava uma posição das empresas, voltei a procurar os moradores a quem eu já havia sido apresentada pelos membros do Sindicato da Extrativa e comecei a gravar algumas entrevistas preliminares, tendo como interesse central entender o processo de formação do distrito.

No contato com os trabalhadores de níveis hierárquicos superiores observei, simultaneamente, uma tentativa de controle da CAF em relação ao direito de fala dos

[14] Conforme o Presidente do Sindicato da Extrativa, o número de filiados era menos de um terço do número total de trabalhadores.

assalariados e uma consciência dos limites desta imposição. Explicaram os receios da empresa sobre pesquisas que pudessem prejudicar a sua imagem, principalmente naquele momento em que estava sendo avaliada para obter um selo de caráter social. Mencionaram que a empresa era ciente de *erros no passado* mas que estava trabalhando para rever todas as *questões sociais*[15]. Informaram ainda sobre pesquisadores[16] que, ao terem a liberação da CAF para suas pesquisas, tiveram acesso a hospedagem, carro e guias para os auxiliarem. Estas questões também foram colocadas por um dos diretores da CAF com quem mantive algumas conversas.

Foram feitas mais algumas entrevistas, mas sempre sendo acompanhada de um funcionário de uma das empreiteiras da CAF de nível hierárquico superior – um *chefe de turma*. Nelas, as falas foram em sua maioria permeadas por uma visão positiva sobre as atuais mudanças, sobre a empresa e sobre o trabalho.

O *chefe de turma* que estava me apresentando às famílias de trabalhadores em Baixa Verde e me acompanhando nas entrevistas só poderia me auxiliar após o término de sua jornada de trabalho. Segundo ele, isso não me prejudicaria, uma vez que, no período da jornada de trabalho, os assalariados estariam indisponíveis para entrevista. Realmente, nas minhas primeiras tardes, todos aqueles com que eu conversava e pedia que me indicasse uma outra pessoa com quem eu pudesse fazer contato, diziam que somente no final das tardes eu conseguiria falar com as pessoas, pois elas estavam todas, homens e mulheres, trabalhando.

Em algumas casas onde comecei a ir sozinha, constatei jovens e mulheres desempregados e mulheres que não trabalhavam e que não estavam em busca de trabalho. Fiz uma ida casual a algumas casas. Chegando aos portões e buscando um modo de chamar pelos moradores sem saber seus nomes, fui me apresentando como estudante de sociologia de uma universidade do Rio de Janeiro e iniciando um primeiro

---

[15] Padrão (1996, p. 21), a partir do estudo de uma usina em Alagoas fala de "retórica gerencial em torno dos avanços na questão social" e chama atenção para o fato das empresas no momento atual se auto representarem "enquanto uma empresa 'moderna' e 'racional', base legitimadora da exploração e da dominação das agroindústrias organizadas em torno do agribusiness" (Bruno, 1992:83 *apud* Padrão, 1996, p. 21). Deve-se considerar a tradição da história da economia açucareira no momento de apreender este discurso atual sobre uma imagem moderna e racional, diferentemente das siderúrgicas que já nascem portando este discurso sobre modernização, racionalidade e tecnologia avançada, ainda que possam ter utilizado de recursos como trabalho degradante, destruição do espaço ambiental e desestruturação do espaço físico e social, como aponta parte da literatura pertinente (Monte-Mór, Costa et.alli, 1997; Machado, 1998; Gonçalves, 2001).

[16] Trata-se fundamentalmente de estudiosos da Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais. Não tenho conhecimento da literatura mas já tive a oportunidade de ouvir professores de Viçosa em audiências públicas na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, nas quais foi possível constatar a visão defensiva destes professores em relação à economia monocultora de plantios de eucaliptos.

contato. Numa destas visitas acabei por retornar à casa de um morador a quem eu já havia entrevistado em companhia do *chefe de turma* que me auxiliava. Esta segunda conversa se diferenciou da primeira, quando não mais havia a presença de um *chefe*. Busquei enfatizar meu interesse no tocante ao dia a dia do trabalhador, suas relações com os filhos, parentes, vizinhos e colegas de trabalho (o que não deixava de estar entre os objetivos da pesquisa). O trabalhador, então com 83 anos, ainda atuava nas atividades florestais e narrou que no dia de trabalho anterior, quando foram almoçar, os seus *chefes* disseram para todos irem lavar as mãos e proibiram os trabalhadores de comerem em qualquer lugar. Era para todos comerem nas mesas porque tinha *gente de olho neles*[17].

No final desta segunda visita a campo, já era possível começar a ter algumas conversas informais com alguns moradores. Alguns me pararam nas ruas buscando entender quem eu era. Parecia que eu começava a causar para alguns, expectativas; para outros, apenas curiosidade e, para os representantes da CAF, preocupação.

A terceira visita ocorreu nos dez últimos dias de setembro de 2004. O objetivo era recolher informações de caráter estatístico para se ter uma compreensão numérica do universo de pesquisa, bem como informações qualitativas sobre a história de formação de Baixa Verde, como já estava se fazendo desde a primeira visita. Construí um questionário que tinha como principal objetivo servir de apresentação para iniciar a entrevista qualitativa sobre a história daquele distrito. Voltei a chamar pelos moradores nos portões de suas residências.

Busquei visitar todas as famílias, de rua a rua, de casa em casa, mas encontrei dificuldades. Nenhuma das casas possui campainha e, em algumas, não era possível nem mesmo bater no portão. Nos primeiros dias algumas das casas não foram visitadas por falta de acesso aos moradores. Após alguns dias de pesquisa, já me sentia mais encorajada a abrir os portões e ir entrando pelo quintal, batendo palmas e chamando por aqueles cujos nomes eu não sabia. Ou então buscava sempre que saía de uma casa pedir aos moradores que me auxiliassem no contato com seus vizinhos. Mesmo assim, em algumas casas eu não conseguia contato imediato. Em algumas foi possível retornar em um outro dia. Em outras, continuei sem conseguir contato com os moradores[18].

---

[17] É necessário considerar que as falas dos entrevistados foram tecidas em um contexto onde estava explícita a existência de um certo receio por parte das empresas e por parte de alguns trabalhadores sobre as possíveis constatações e distorções que minha pesquisa poderia produzir.

[18] A maior parte das casas não possui o número registrado de modo visível e isso, somado a uma certa semelhança entre as casas e a minha inexperiência de pesquisa, fizeram com que algumas residências não tenham sido visitadas. Apenas em uma

Plantas oficiais do distrito de Baixa Verde registram um número de 340 residências, sem considerar as que foram construídas posteriormente, nas duas últimas ruas onde, atualmente, existe um total de 18 casas. Nessas plantas não está registrada a existência de *casas de fundo*, construídas nos quintais de algumas das primeiras casas[19].

A pesquisa não buscou uma analise censitária. Mas é possível trabalhar com uma perspectiva de que aproximadamente 40% das casas possuem *casas de fundo*. O que permite falar, para o momento atual, num total aproximado de 500 residências. Para alguns dos atuais moradores, há um número aproximado de 600 residências, que pode estar superestimado sobretudo se for correta a afirmação de uma moradora sobre o atual projeto habitacional que beneficiou sobretudo moradores de Baixa Verde que residiam com suas próprias famílias mas ainda nas casas de seus pais, que viviam em casas de fundo ou pagando aluguel. Conforme aquela moradora, as 161 casas que ainda estão sendo construídas por meio deste projeto habitacional já constam nos registros da prefeitura, indicando que já existem famílias nelas morando[20].

Considerando-se a existência de aproximadamente 500 residências, contando as *casas de fundo*, foram visitadas cerca de metade do total das casas de Baixa Verde.

No âmbito das 248 residências pesquisadas, é possível trabalhar com um número aproximado de 698 adultos[21] e 324 crianças[22].

Nas entrevistas, optei por frisar os objetivos da pesquisa no tocante às intenções de estudar as atividades domésticas, de trabalho e de lazer, no âmbito da família e da vizinhança o que, em alguns casos, fazia com que as minhas questões pré-definidas pelo

---

residência a moradora atendeu a porta mas não aquiesceu ao meu pedido para entrevistá-la, solicitando que eu retornasse um outro dia (retorno este que não existiu).

[19] No anexo nº. 4 encontra-se uma planta oficial do espaço residencial do distrito, construída pelo arquiteto: Fernando Carlos Ataíde, Crea: 23.470 / D-MG, na data de outubro/1997. No anexo nº. 5 há uma ilustração da *vila* de Baixa Verde.

[20] Escutou-se de muitos moradores e sobretudo dos políticos locais a necessidade de Baixa Verde buscar a emancipação de Dionísio.

[21] Procurou-se considerar a categoria adulto tendo como parâmetro a idade superior a 18 anos, sendo que em alguns poucos casos, foram considerados jovens de 16 e 17 anos como adultos, por já estarem trabalhando. Considerou-se também como adulta uma jovem de 17 anos que não trabalha mas é casada e mãe de uma criança de um ano e meio.

[22] Estes números e os que serão apresentados ao longo da dissertação foram derivados dos questionários feitos com pelo menos um dos membros da família. De acordo com o material recolhido, algumas informações não ficaram bem explicitadas. Algumas confusões de notas prejudicaram as informações, mas não impossibilitaram totalmente seu uso, uma vez que quaisquer informações estatísticas apresentadas na presente dissertação, têm apenas um caráter aproximativo e o objetivo de apontar para algumas características da população de Baixa Verde, como o predomínio entre os adultos, de homens e mulheres casados (as); o predomínio de famílias nucleares, de adultos que possuem alguma atividade remunerada, sobretudo, como assalariados florestais.

questionário e algumas outras questões, sobre a história da formação de Baixa Verde, fossem respondidas de modo simultâneo a indicações dos entrevistados sobre atividades religiosas como novenas, intercalação da visita de imagens de casa em casa, grupos de jovens, festas religiosas ou sobre certas atividades de lazer que fazem freqüentemente. Para alguns outros entrevistados, a entrevista acabava se centrando nas questões sobre o trabalho. Explicavam como trabalhavam, suas funções, o que já fizeram antes, as condições de trabalho, enfatizando sempre as recentes mudanças. No entanto, também houve aquelas pessoas que se limitaram a responder às questões da entrevista, não dando margem para uma conversa mais longa.

4. Estrutura de capítulos

A dissertação estrutura-se em cinco capítulos.

O **primeiro capítulo,** por meio de uma revisão de parte da literatura sobre a economia e a política florestal e de parte da historiografia de Minas Gerais, reflete sobre os usos políticos do estigma do rural e do *atraso* como um dos mecanismos de consolidação das mudanças sociais que fundamentaram a história de parte do estado de Minas Gerais entre a década de 1940 aos dias de hoje. Mas sobretudo busca apontar uma possível interpretação da leitura construída por alguns dos estudos pertinentes ao tema sobre o surgimento e a consolidação da monocultura dos plantios homogêneos de eucaliptos e do assalariamento florestal. Também procura contextualizar a presença das plantações florestais no município de Dionísio.

O **segundo capítulo** apresenta parte da história da formação de Baixa Verde a partir da narrativa dos atuais moradores. O capítulo busca frisar dois tempos que caracterizaram a vida nas *matas* de Baixa Verde: *o tempo das matas nativas* que foram exploradas pela CSBM e o *tempo dos eucaliptos* plantados pela CAF. E, procura descrever relações de trabalho e fragmentos do cotidiano de modo a indicar o que foi morar nas *matas*, trabalhar com lavouras, com carvão e com as atividades florestais; as formas de sociabilidade; a divisão de *tarefas* e *ajudas* entre homens, mulheres e filhos.

O **terceiro capítulo** apresenta o processo de expropriação dos trabalhadores das matas de Baixa Verde, apontando hipóteses sobre possíveis explicações de sua ocorrência. Busca descrever a saída das *matas* e alguns fenômenos que marcaram as primeiras décadas vividas na *vila*, como a aquisição das casas financiadas, o período de desemprego, migrações e os leilões das casas que não foram pagas. Mais do que analisar estes fenômenos buscou-se observá-los como possibilidades para apontar o predomínio

da atividade florestal e a dependência da *vila* em relação a CAF. Por fim, é feita uma descrição da *vila*.

O **quarto capítulo** enfocou o processo de reativação das atividades pela CAF, a partir de uma reestruturação produtiva da empresa, de modo que novas relações de trabalho foram instituídas bem como um novo formato de disciplinamento da mão-de-obra, do qual se destacam a desestruturação de antigas relações sociais que fundamentavam a família e o trabalho e a reatualização das formas de reciprocidade entre trabalhadores e empregadores. Tem-se um processo de invisibilização da figura do *patrão* e de construção de novos discursos. Assim, buscou-se descrever as etapas do ciclo produtivo do carvão vegetal; as atuais relações de hierarquias e a atual organização e as condições dos ambientes de trabalho, destacando alguns fragmentos sobre a sociabilidade no trabalho. Por fim, procurou-se indicar algumas outras atividades exercidas pelos moradores de Baixa Verde, novamente enfatizando o papel prioritário da atividade florestal.

O **quinto capítulo** buscou apreender as recentes mudanças por meio das perspectivas dos moradores, destacando algumas ambigüidades da memória que se expressam, sobretudo, nas falas que idealizam tanto o passado quanto o presente. Idealizam o passado de *fartura* oriunda da *roça* em contraposição ao presente, sem condições de plantio de alimentos. E idealizam o presente marcado pela existência de emprego para *todos aqueles que desejam trabalhar* na atividade florestal recentemente aprimorada em contraposição ao passado marcado pelo reflorestamento no qual se trabalhava com *sofrimento* e como se fosse *escravo* ou marcado pelo desemprego. Neste contexto, algumas questões foram ressaltadas, como a existência de alguns moradores, sobretudo mulheres, que se sentem preteridos, por não conseguirem se assalariar na atividade florestal; a existência de mecanismos de controle social como *fofocas*, *estigmas* e *listas negras*; a existência de uma certa interiorização do medo do desemprego; as perspectivas dos trabalhadores sobre lavouras, pastos, meio ambiente e áreas com plantios de eucaliptos, bem como as perspectivas sobre suas qualificações e sobre a necessidade de se trabalhar motivado que expressam não só ambigüidades mas também a incorporação da disciplina fabril e de culturas civilizatórias em tensão com antigos costumes. Neste contexto, buscou-se entender as mudanças e o discurso favorável às mesmas em relação a algumas perspectivas que conotam inevitabilidade, fraqueza dos trabalhadores frente a políticos e patrões e sentimento de realização da vida após criar a família.

Nas **considerações finais** são retomadas as principais questões tratadas na dissertação.

CAPÍTULO I

Mudança Social em Minas Gerais:

1. Uma leitura sobre a história da ocupação de Minas Gerais e sobre a diversidade das atividades econômicas.

O uso do *atraso* como instrumento de poder[23], em particular para o caso de parte do estado de Minas Gerais, pode ter tido papel crucial nos processos de mudanças sociais ao longo do século XX, marcados pela fragilização – mas não a eliminação – da agricultura local, pela consolidação da economia das plantações florestais para o fornecimento de matéria prima para indústrias de siderurgia e celulose e pela formação do assalariado florestal.

Em parte do estado de Minas Gerais, a partir das primeiras décadas do século XX, sobretudo após a década de 1940, firmas de siderurgia, celulose e reflorestamento[24], produziram por meio da expansão de suas atividades, transformações no uso da natureza, nas relações de trabalho e nas formas de sociabilidade no âmbito familiar e comunitário. A seguir, procurar-se-á demonstrar como parte da historiografia permite, por um lado, apreender o processo de formação sócio-econômica e cultural de Minas Gerais como um movimento histórico marcado por uma diversidade de atividades econômicas e, por outro, como processo de expansão da dominância das relações sociais portador de raízes coloniais, o que indica um outro enfoque sobre a crise agrária, como observou Martins (1973). Pretende-se, aqui, trabalhar com parte da literatura que apreendeu a expansão do capitalismo no âmbito da formação de Minas Gerais como um processo não homogeneizador das relações sócio-econômicas. Procurar-se-á enfatizar que a idéia de *atraso* apropriada pelas indústrias e pela burocracia estatal desempenhou papel de instrumento de poder que fundamentou um

---

[23] Esta expressão está sendo reapropriada de Martins (1999) sobre *o poder do atraso* na formação da sociedade brasileira.

[24] Reflorestamento é uma expressão utilizada para se referir às plantações homogêneas de eucalipto ou outras espécies com finalidade industrial. Como alertou Gonçalves, o termo reflorestamento não é neutro. Pelo contrário "é uma palavra que esconde ao mesmo tempo uma qualificação do espaço e uma desqualificação da natureza do ponto de vista dos projetos capitalistas de produção. Além disso, reflorestar significa plantar de novo, o que efetivamente não é o que ocorre nesses empreendimentos de plantio exclusivo e em larga escala de espécies madeireiras exóticas. O reflorestamento, tal como apontado e denunciado por diversos atores e movimentos sociais na verdade tem sido implantado no Brasil através do desmatamento (substituindo as antigas formações vegetais) ou então da ocupação de áreas já desmatadas e que eram dedicadas a outras culturas ou pastos" (Gonçalves, 2001, p. 15; Machado, 1998).

processo contínuo de fragilização da pequena agricultura como atividade econômica e como modo de vida, processo este que permite apreender a expansão industrial e o papel das populações tradicionais.

Os usos políticos do passado, em relação ao objeto específico da presente dissertação, podem ser exemplificados pela construção de um imaginário, no sentido usado por Sader e Paoli (1997), sustentando a classificação da agricultura e do modo de vida de populações tradicionais de parte do estado mineiro como "atrasada", "arcaica" e "retrógrada". Este imaginário foi fundamental para a consolidação das indústrias, para as mudanças na sociabilidade e socialização no trabalho e nas famílias de trabalhadores e para os processos de resistência ou adesão às mudanças.

Segundo Martins (1981, p. 26), a história brasileira é "uma história urbana – uma história dos que mandam e, particularmente, uma história dos que participam do pacto político... a história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e de rebeldes". Para Linhares e Silva (1981, p. 119), estudar a história da economia de subsistência "seria revelar a face oculta do Brasil, sempre escondida por detrás da casa grande (por vezes, da senzala), do ouro das Gerais, do café ou outro produto rei, dos coronéis do sertão, que é revelado, quando o é, para ressaltar a minoria do que é dominante, com enfoque sobre o seu atraso". Estas constatações demandaram reflexões sobre a metodologia histórica predominante e seus efeitos na realidade uma vez que, "a verdade histórica... é fundamentalmente histórica" (Reis, 2002, p. 11). Ou seja, leituras equivocadas da história também são historicamente subjacentes aos movimentos da realidade.

Para Minas Gerais, é possível dizer que existiram alguns estudos influenciados pela imagem do estado como tendo uma economia *atrasada*, porque marcada pela ausência de uma atividade industrial dinâmica, desde o final da mineração do ouro. Para alguns estudiosos, mesmo uma atividade agro-exportadora, como a monocultura do café que existiu na região da Zona da Mata, não se desenvolveu de modo duradouro. Este perfil da economia mineira foi considerado como o que influenciou sua industrialização tida como tardia e lenta no alcance dos padrões tidos como ideais da modernização industrial. Revendo esta concepção, alguns autores observaram que a economia mineira, nos primeiros 50 anos do período republicano, caracterizou-se pelo "crescimento irregular, moderado – mas não a estagnação" (Wirth,1982, p. 75). E a industrialização, nas primeiras décadas do século XX, caracterizou-se pela presença fundamental e precoce do Estado e do capital estrangeiro (Diniz, 1981).

Algumas leituras se contrapõem à tese que aponta a expansão da agropecuária como decorrência do declínio da economia mineradora, ocasionando fluxos demográficos provinciais num sentido oposto àquilo que identificavam como um movimento de urbanização no período da exploração dos minérios, iniciada na última década do século XVII.

Minas Gerais herdou da época colonial traços característicos que se mantiveram em essência ao longo de sua história. Sua importância econômica e cultural possui ligação direta com a mineração do ouro[25]. Deste período, destaca-se a formação dos primeiros aglomerados populacionais em torno da fronteira interna da Mata Atlântica, numa capitania inicialmente marcada por certa limitação geográfica, sendo que as especificidades das políticas coloniais e o tipo de processo de ocupação das Minas Gerais permitiram, até o final do século XIX, a existência de uma certa proteção do ecossistema florestal e dos seus habitantes originais (Libby, 1988; Dean, 1996; Paula et. alli, 1997; Gonçalves, 2001)[26].

Para Dean (1996), devido à política oficial na área de mineração, a dispersão dos povoados era desencorajada e isso gerava um mercado interno fornecedor de gêneros alimentícios, lenha e artesanato concentrado próximo aos consumidores. No entanto, no curso do século XVIII, "as zonas densamente povoadas passaram a ser abastecidas a

---

[25] Conforme alguns autores, a cidade colonial mineira era portadora de um mecanismo ordenador que, sobretudo por meio de signos, controlava o imaginário e a hierarquia: "a arquitetura e o traçado são instrumentos pedagógicos... formas possíveis tanto da sociabilidade quanto do controle ideológico" (Paula, 1997, p. 92). Para Boschi (1989), os núcleos mineiros coloniais foram constituídos como locais físicos onde se achava e se desenvolvia a exploração aurífera em leitos de rios ou montanhas. Não obstante, a forma pela qual surgem tais núcleos é espontânea e também social. Alguns homens buscam a riqueza rápida mas "sentem necessidade de se agregar. Agregar-se para se confraternizarem social e espiritualmente e para tornar manifestas suas necessidades comerciais" (op. cit, p. 52). Ao se multiplicarem, os povoados vão projetando um traço de autonomia ainda que a formação social das Minas Gerais "não nega sua subordinação às diretrizes do Antigo Sistema Colonial, evidenciadas no capitalismo mercantil e no escravismo" (op. cit, p. 53). As extrações minerais provocaram desdobramentos no tocante a construção de uma vida religiosa, burocrática e cultural (op. cit.).

[26] Os primeiros moradores da região da Mata Atlântica em Minas Gerais foram indígenas. Posteriormente, surgiram as fazendas e "na paisagem sem rota foram por fim sepultados os pioneiros" (Mercadante, 1973, p. 11). Dean (1996), estudando a história das florestas e os processos de sua eliminação, afirmou que a Mata Atlântica brasileira era composta de inúmeras florestas constituídas "de milhares de espécies de plantas e animais", tendo sido "uma reserva viva de madeira", o que o levou a afirmar que uma história das florestas carrega em si relatos "repletos de intencionalidade humana" e que traduzem experiências de homens que "não narram o encontro com o mundo natural mas a representação de uma fase na evolução de suas atividades e organizações técnicas" (op. cit., pp. 20-22). Para este autor, uma história da Mata Atlântica não é uma história natural e sim uma história da relação entre floresta e homem. Conforme Dean: "é difícil dizer se é correto referir-se à Mata Atlântica no tempo presente. Certa extensão de cobertura florestal ainda existe na região e, embora a maior parte seja identificável como secundária, algumas pequenas faixas podem jamais ter sido derrubadas ou queimadas pelo homem. A maioria delas, contudo, talvez todas, sofreu algum grau de intervenção – derrubada seletiva, extrativismo ou poluição do ar – de sorte que é impossível dizer em que medida se parecem com a floresta que ali estava antes da chegada dos primeiros homens" (op. cit., p. 31).

partir de distâncias consideráveis" (op. cit., p. 116). A leitura de Dean permite observar eventos contraditórios na ocupação de Minas Gerais: por um lado, as políticas do governo colonial tentaram impedir a dispersão da população e, por outro, provocaram esta dispersão ao impedir os agricultores de assumirem residência fixa (op. cit., pp. 123-124)[27].

Neste contexto, Dean (1996) se referiu a exploradores clandestinos que viviam dos recursos das florestas, de modo itinerante, sendo que, à medida que foram tendo dificuldades de sobreviver da exploração do ouro e pedras preciosas, passaram a adotar a lavoura e a pecuária como modos de vida. Para Gonçalves (2001, p. 62), a existência de um maior interesse pela exploração do ouro não evitou a presença de um "segmento de agricultores territorialmente disperso que combinaram atividades comerciais com subsistência". Também Mercadante (1973) afirmou que, antes da descoberta das minas, algumas expedições dos bandeirantes, como a de Fernão Dias Pais, tiveram um caráter mais permanente e, em suas rotas, fundaram povoados, plantaram lavouras e deixaram suas marcas[28].

Em Minas Gerais, no final do século XVIII, intensificou-se o surgimento de povoados. Conforme Mercadante, "filhos e netos de mineiros regressavam à província paterna" e na formação dos povoados, "a casaria, como serpente, acompanhava as águas ao acaso... no rústico da selva, é rancho improvisado... Tudo é tosco e modesto" (1973, p. 11). Também de acordo com Dean, "o morador humano brasileiro da floresta vive em suas margens, perto de cursos d'água ou campos". Abrem na floresta uma "clareira ampla de terra batida, larga o bastante para evitar o perigo de queda das árvores e formar uma terra de ninguém onde insetos nocivos e répteis predadores possam ser avistados e eliminados" (1996, p. 30). E, conforme Mercadante (1973, pp. 28-29), todos os costumes e modos de vida são permeados por "barreiras naturais da floresta". Famílias se apossam de terras, "estabelecendo propriedades agrícolas" (op. cit., p. 45).

---

[27] Também conforme Souza (1989, p. 31), Minas Gerais foi "descoberta pelos sertanistas de São Paulo na última década do século XVII" e, "se povoou e se cobriu de aldeias em menos de dez anos". Tratava-se de "casas de palha, desordenadamente dispostas, afastadas uma das outras e amontoadas por sobre as lavras de ouro". Na segunda metade do século XVIII, o estado imperial buscou "tomar as rédeas do processo urbanizatório que os colonos turbulentos haviam iniciado, e tratou de lhes cortas as asas, esmagando levantes... Mas eles continuavam pipocando por toda a parte, dirigidos por comerciantes ricos, por mineiros poderosos, por fazendeiros e criadores de gado" (op. cit., p. 31).

[28] Para Boschi (1989, p. 51), a historiografia mineira sobre o período colonial enfatizou a lógica mercantilista da exploração do ouro e pedras preciosas, negando ou reduzindo, a importância das atividades agropastoris, artesanais e manufatureiras por que reproduziam a visão tradicional que se tinha da colônia, ou seja, a visão da Metrópole.

Foi constatada a existência de posseiros tanto à direita quanto à esquerda do rio Doce onde "alinharam-se algumas casinhas acompanhando o caminho irregular das tropas" (Mercadante, 1973, p. 59). O tropeiro, naquela época, foi a maneira mais comum de ligar o interior de Minas Gerais à capital e aos outros estados brasileiros, minimizando o isolamento e permitindo trocas de bens materiais e culturais. Conforme Mercadante, o tropeiro:

> Desempenhou... um papel complexo de bandeirante, mercador, conselheiro e capitalista... A circunstância do meio de vida possibilita a imagem de um homem bem informado que, em suas andanças, conhecia todo o país. Passava naturalmente a conselheiro de lavradores, pessoa de confiança para as compras na Corte... No tempo em que raros jornais circulavam, a tradição oral valia por meio quase único de contato com os acontecimentos... (Mercadante, 1973, p. 66).

Mercadante afirmou que, entre as famílias do interior de Minas Gerais, "contam-se histórias, fala-se de política, do tempo, das guerras que andam lá por fora, enquanto se bebe café". Para relações com outras pessoas da vizinhança, "apenas a reza aos domingos, no arraial mais próximo, possibilitava algum convívio" (1973, p. 72).

Já Dean (1996) ofereceu algumas informações físicas sobre uma região de Mata Atlântica, importantes para o propósito de buscar uma melhor compreensão do que foi para os moradores de Baixa Verde viver em um ambiente de *mata*, como se fará no capítulo subseqüente. Para Dean, as florestas costumavam ser sombrias, também seus pássaros e demais animais eram taciturnos e suas flores minúsculas. O verde era preponderante nas florestas selvagens e irregulares e também nas colinas. Os ribeirões teriam sido "quase invisíveis sob as árvores enormes" (op. cit., p. 20). As árvores diversas "se elevam a 35 metros ou mais, em suas áreas de crescimento mais luxuriante, podem ter mais de cem anos, embora algumas, de circunferência muito grande, possam ser muito mais velhas" (op. cit., p. 32). também as plantas e animais possuíam diversidade de espécie. E "as plantas e animais da Mata Atlântica eram raros no sentido de que muitos deles não seriam encontrados em nenhuma outra floresta" (op. cit., p. 33).

A agricultura era "viável nos solos da floresta". A técnica era "extremamente simples". Eram feitas as primeiras derrubadas necessárias para se adentrar na área que depois era queimada, com a finalidade de nutrir a terra: "as chuvas drenavam os nutrientes para o interior do solo, neutralizando-o e ao mesmo tempo fertilizando-o. Procedia-se então ao plantio". Perceber o momento certo da queimada "exigia um sexto sentido, para que não fosse feita com muita ou pouca antecedência em relação às chuvas" (Dean, 1996, p. 105).

Nas casas, "o fogo da cozinha ficava aceso durante o dia inteiro para cozinhar – o feijão cozinhava durante horas –, ferver roupas, aquecer água para banho, secar guarnições de cama, mesa e roupas da estação chuvosa, e para manter a cozinha aquecida no inverno" (Dean, 1996, p. 210). A mandioca "tinha de ser secada para evaporar seu veneno", portanto, precisavam de muita lenha para preparar as refeições. Mas, conforme Dean:

> Para esta queima não se cortavam árvores, pois a madeira verde teria de ser estocada para secar. Por isso, as mulheres da casa colhiam galhos no chão da capoeira; mas quando a capoeira em sua terra se esgotava, tinham de pedir permissão ao vizinho para apanhar lenhas em suas matas – um pedido que não era atendido de imediato, especialmente porque poderia levar ao corte sub-repticio de madeira viva (Dean, 1996, p. 210).

Segundo Dean: "no interior distante de Minas Gerais cada habitante era seu próprio farmacêutico ou veterinário" (1996, p. 244). Ademais, produziam seu próprio sabão[29]: "às vezes queimava-se pau d'alho ainda em planta para usar suas cinzas no fabrico de sabão". Também produziam ferramentas, caixas de armazenamento de mantimentos, cercas e telhas e até tamancos (op. cit., p. 265).

Apesar da predominância da atividade agrícola, também existiram, sobretudo no século XIX, lares que se voltavam para a produção de fios e panos, oficinas artesanais, fábricas pequenas e médias de artefatos de ouro e de tecido[30] (Libby, 1988).

Enfatizando a questão fundiária, Gonçalves (2001), observou que desde o século XVIII, as atividades tidas como urbanas foram dinâmicas na economia mineira, o que não implica pensar numa subordinação da "fazenda – expressão de um tipo particular de ordenamento territorial". Pelo contrário, o "desenvolvimento mineiro... comportou uma notável diferenciação regional adicionalmente à especialização produtiva encarnada nas fazendas e nas minas" (op. cit., p. 70). Assim, o crescimento da agricultura articulada com mercados internos e externos e com um setor manufatureiro foi simultaneamente resultado e fator dinamizador da história de Minas Gerais.

A base primordialmente agrária da estrutura sócio-econômica da região mineira no século XIX gerou efeitos políticos específicos. Conforme Gonçalves (2001, p. 75),

---

[29] Também moradores de Baixa Verde se referiram à fabricação de sabão feita por eles mesmos na época das *matas*

[30] Para Libby (1988, p. 17) a atividade têxtil marcou-se por uma produção caseira trabalhada quase que exclusivamente por mulheres, o que a diferenciava das oficinas artesanais, onde predominava trabalho masculino. E outra diferença é que na produção têxtil havia uma "completa integração da indústria doméstica à vida cotidiana do lar", que dispensava o período formal de aprendizagem que era "componente básico da organização artesanal da produção" (op. cit., p. 17).

apesar da importância da propriedade fundiária, "fonte de prestígio e base da dominação política de tipo coronelista no plano municipal", os fazendeiros, percebidos como um grupo, não detinham o controle da política em Minas Gerais. Ou seja, "a oligarquia de base agrária não conseguiu transformar o aparelho estatal mineiro num instrumento sob seu controle direto". Seguindo a análise de Wirth (1982), autor que interpretou Minas Gerais como um "mosaico de regiões", Gonçalves afirmou que:

> Uma apreciação mais atenta do comportamento do Estado na promoção do desenvolvimento econômico regional revela que os cafeicultores – sem dúvida a principal oligarquia agrária, oriunda da Zona da Mata e do Sul de Minas – tiveram que compartilhar o poder com profissionais liberais originados ou transferidos para a Zona Metalúrgica urbana, sede da capital estadual (Gonçalves , 2001, p. 75)[31].

Neste sentido, o período de construção do Estado Nacional (1889-1930) foi também um momento crucial nas discussões sobre o tipo de planejamento que deveria ser adotado pelo estado mineiro na intenção de promover seu desenvolvimento econômico. Nesta época, em razão da situação econômica enfrentada pelo setor cafeicultor, os governos mineiros passaram a incentivar um projeto de "adoção da diversificação e da modernização da agropecuária regional" (Gonçalves, 2001, p. 79).

Jacob (1910) elaborou detalhado estudo estatístico sobre exportação de vários produtos agropecuários produzidos em Minas Gerais entre meados do século XIX e início do XX, dentre os quais importa destacar as culturas alimentares básicas. Conforme este autor, a produção de milho exportada no estado apresentou crescimento de 1897 até 1907, bem como seus derivados, ou seja, farinha de fubá e polvilho de milho[32]. Também o feijão, o arroz e a batata inglesa apresentaram progressão na exportação. Ademais, para Jacob, se o Estado preocupava-se com a tentativa de restabelecer culturas como o trigo que tinha tido grande importância, mas que vinham sofrendo declínio, a preocupação principal era com os cereais nacionais, ou seja, milho, arroz e feijão:

> Se dirige hoje a grande actividade agrícola em Minas, não só para diminuir a producção do café, cuja superabundância trouxe a crise actual, como para pôr fim à importação desses gêneros... entre outras medidas, foram... não só estabelecidas tarifas

---

[31] Para localizar as regiões Zona da Mata e Sul de Minas no estado de Minas Gerais, ver mapa no anexo nº. 2. No tocante a região Metalúrgica, trata-se de uma outra denominação dada para a região Central, conforme o mapa referido.

[32] Na obra de Jacob (1910) encontram-se informações sobre a exportação mineira, ano a ano, entre 1842 a 1907 para o milho e derivados; para o feijão; arroz; batata inglesa; café; cana de açúcar; rapadura; aguardente; algodão e derivados; mandioca; madeiras; gado; laticínios (sobretudo, leite, manteiga e queijo); aves domésticas.

> alfandegárias protectoras, como diminuídos os fretes nas estradas de ferro, sendo já... muito lisongeiros os resultados obtidos (Jacob, 1910, p. 43 - [sic]).

Esta passagem esclarece o tipo de agricultura considerado benéfico para o modelo de desenvolvimento defendido pelo estado de Minas Gerais no início do século XX. Neste sentido, pode-se entender o porque toda a análise que Jacob (1910) fez dos produtos alimentares, dizia respeito, principalmente, à participação de cada produto na pauta de exportação. O importante era proteger a agricultura agro-exportadora, a balança comercial do estado e, sobretudo, fortalecer a economia do café[33].

Não obstante, conforme Gonçalves (2001) observa-se que em Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XX, "por detrás do projeto de uma agricultura diferenciada e forte, estava incluída a formação de uma indústria dinâmica". Neste contexto, foi central nos debates políticos e nos conflitos de interesses a questão da "vocação mineira"[34], que remontava às heranças do período minerador e desembocava nas discussões sobre necessidade e viabilidade de se implantar em Minas Gerais a grande indústria siderúrgica (Gonçalves, 2001; Paula, 1983).

2. A siderurgia e a região de estudo: Central e Rio Doce[35]

A partir da literatura, pode-se constatar um processo de formação e evolução das relações sociais e políticas que dinamizaram uma estrutura fundiária dominada pela economia das plantações florestais e um processo de construção de uma cristalizada imagem política que identificava tal economia com a consolidação do processo de civilização, progresso e urbanidade no estado de Minas Gerais.

Gonçalves (2001) enfatizou, no âmbito deste contexto, uma base social marcada também por outros sujeitos sociais que não as empresas e o Estado. O autor contestou interpretações convencionais que discutem mudanças econômicas enfatizando apenas a

---

[33] Este estudo de Jacob (1910) também registra que entre fins do século XIX e primeira década do XX, havia um número elevado de estabelecimentos industriais em Minas Gerais quando comparado com os demais estados. Em 1900 existiam 123 municípios em Minas Gerais. Inúmeras fábricas foram registradas no âmbito de 98 municípios, dentre os quais não consta São Domingos do Prata (Dionísio em 1910 era oficialmente distrito desse município). No que diz respeito a outros municípios considerados pelos estudos nos quais a presente pesquisa está se baseando, apenas Itabira do Mato Dentro e Santa Bárbara constavam nos levantamentos, apresentando, juntos, 22 estabelecimentos fabris, dentre os quais 15 eram fábricas de vinho.

[34] A mineração na época colonial permitiu que alguns grupos sociais e políticos identificassem Minas Gerais como o estado brasileiro com vocação para a economia do minério e do ferro.

[35] Para localizar as regiões Central e Rio Doce no estado de Minas Gerais, ver mapa no anexo nº. 2. Registra-se que no mapa a macrorregião Central foi subdividia em regiões denominadas Central Mineira, Metropolitana Belo Horizonte e Campo das Vertentes.

presença do Estado e do capital privado e apontou que, para se apreender tanto o processo de organização do projeto florestal quanto o de organização da resistência a ele, era necessário entender como os indivíduos, historicamente, interpretaram o conflito que se estabelecia entre o "novo projeto de desenvolvimento e os estilos preexistentes de organização social da vida" (op. cit., p. 23).

Ainda conforme Gonçalves (2001), a construção dos projetos florestais originou-se da constatação, por parte de seus arquitetos, de que em parte de Minas Gerais havia recursos naturais e sociais que poderiam ser disciplinados de modo a atender a interesses específicos da indústria que se expandia. Para o dinamismo deste processo, se fez essencial a posse de terras. Com esta perspectiva e destacando o caráter histórico e social das relações conflituosas sobre posse de terra, Gonçalves observou que "para pensar os problemas da mudança e da organização social em regiões submetidas ao capital é de fundamental importância entender mais do que apenas os motivos imediatos, as figurações ou os desejos circunstanciais dos atores" (op. cit., p. 271).

A siderurgia das pequenas fundições foi uma das principais atividades não agrícolas do século XIX, ainda que, como já mencionado, elas não tenham constituído "unidades separadas da agricultura" (Libby, 1988, p. 151). No início, o ferro era importado e trazido do porto do Rio de Janeiro "quase que exclusivamente em lombo de burro, passando por caminhos tortuosos e freqüentemente em péssimo estado" (op. cit., p. 151) o que onerava o preço. As dificuldades de transporte motivaram a atividade siderúrgica em Minas Gerais (op. cit.). Não obstante, conforme observou Gonçalves (2001, pp. 67-68), estas mesmas dificuldades foram obstáculos para as fábricas mineiras de ferro atenderem às demandas de outras províncias.

A indústria de ferro teve sua origem doméstica nos anos setecentistas e se desenvolveu descontinuamente, experimentando diversos métodos de produção (Paula, 1983). Entre 1820 e 1888 produziu-se ferro por meio de forjas e oficinas disseminadas por todo o estado, embora predominando nas áreas circunvizinhas à região atualmente denominada Central (Gonçalves, 2001, pp. 66-67), onde existiam densas florestas que forneciam a madeira para a produção do carvão vegetal e, por ser uma área montanhosa cortada por rios, havia a força hidráulica. As atividades mineradoras foram as primeiras consumidoras de grandes quantidades de ferro. Posteriormente, as escavações de galerias subterrâneas exigiram um maior número de equipamentos de ferro e aço. Produziam-se também e, em grande escala, ferramentas agrícolas, utensílios domésticos

e aqueles utilizados pelas tropas e carretas do sistema de transporte da época (Libby, 1988, p. 140).

A partir de 1880 a pequena siderurgia se viu privada da mão-de-obra escrava e dos benefícios que o isolamento geográfico mineiro lhe proporcionava, em decorrência dos processos de abolição da escravidão e do início da penetração das ferrovias no interior do estado (Libby, 1988; Gonçalves, 2001). Este isolamento, no entanto, só foi realmente rompido na segunda metade do século XX quando, com a construção de Brasília, Minas Gerais ligou-se aos demais centros econômicos do país e houve a extensão da Estrada de Ferro Vitória-Minas até a região do Triângulo Mineiro[36] (Diniz, 1981; Monte-Mór, Costa, et alli, 1997)[37].

A atual região Central do estado de Minas Gerais foi denominada, ao longo do século XX, de Zona Metalúrgica, Siderúrgica, Mineradora ou Central[38], o que "decorreu da combinação de uma apropriação simultaneamente capitalista e estatal desse espaço, tanto por causa das jazidas de ouro, ferro e manganês (além de outros minerais) quanto por causa da terra e da madeira" (Gonçalves, 2001, p. 94). Esta região, que é parte da Mata Atlântica, continuou a ser rica em recursos naturais mas, ambiguamente, foi de maneira progressiva dificultando a expansão da produção e da população. Assim, intensificou-se um processo que teve início na primeira década do século XIX, quando a Coroa Portuguesa decidiu realizar a navegação do Rio Doce. A intensificação da penetração pela Mata Atlântica radicalizou o processo de "aculturação e de eliminação das nações ou povos indígenas originários, de domesticação do espaço natural e, ainda que num estágio inicial, de expropriação do trabalhador rural pela proeminência da necessidade de se fornecer terra florestal para a indústria" (op. cit., p. 62). Gonçalves também afirmou que "em 1911 Minas teria cerca de 47% do seu território coberto por florestas e, ao final da década 1950, apenas cerca de 15%" (op. cit., p. 105).

---

[36] Para localizar a região do Triângulo Mineiro no estado de Minas Gerais, ver mapa no anexo nº. 2. Registra-se que no mapa a região do Triângulo esta delimitada juntamente da região Alto Paranaíba.

[37] Segundo Brito et alli (1997, p. 61), a Estrada de Ferro Vitória Minas teve seu projeto de construção modificado ao longo do tempo, uma vez que, sua construção "esteve politicamente articulada às decisões sobre o controle das jazidas e à política siderúrgica do governo brasileiro".

[38] Gonçalves (2001) chamou a atenção para o fato que as atuais regiões de Minas Gerais (pelo modo que hoje são denominadas) não existiam no século XIX, nem mesmo no início do século XX. Conforme este autor, a existência destas regiões "para além do fenômeno puramente físico que a caracteriza, deve-se a um processo de imposição de nomes e de sentidos que representam aquilo que os grupos – dominantes ou não – pretendem valorizar como sua identidade regional ou local". (op. cit., pp. 81-82).

O primeiro alto forno foi instalado em 1889 na cidade de Itabira. Em 1917 a Companhia Siderúrgica Mineira iniciou suas atividades em Sabará. Em 1921 fundou-se a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira (CSBM) que incorporou a usina de Sabará. Outras empresas siderúrgicas de pequeno porte foram fundadas nos primeiros anos da década de 1920 para depois serem "ampliadas ou incorporadas pelo capital estrangeiro" (Diniz, 1981, p. 30; Monte-Mór, Costa, et alli, 1997; Paula, 1983).

Em 1930, o estado viveu sua primeira experiência de "montagem de um sistema energético" (Diniz, 1981, p. 17), que demandou medidas urgentes "sob pena de comprometer todo o esforço de industrialização anteriormente desenvolvido" (op. cit., p. 68). A criação da Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig) e a construção das usinas hidrelétricas de Furnas e de Três Marias expressaram a essência do modelo de expansão econômica associado ao investimento público e nacional. Para Diniz, a tecnocracia mineira se consolidou a partir de 1930 e levou "para dentro do aparelho de Estado uma ideologia desenvolvimentista e moderna para os padrões da época, advogando a industrialização como saída para o atraso econômico mineiro, antecipando-se mesmo ao próprio setor empresarial" (op. cit., p. 41). Como a Cemig, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) implantado em 1963, "procurou arregimentar o melhor que havia de disponível em termos de pessoal técnico" (op. cit., p. 153). A Escola de Minas de Ouro Preto foi, até meados da década de 1960, crucial para a formação de "uma geração de tecnocratas que exerceram grande influência no aparelho estatal mineiro e nacional" (Gonçalves, 2001, pp. 89-90). O BDMG e a Cemig se tornaram, assim, a "grande matriz institucional da tecnocracia mineira" (Diniz, 1981, p. 158).

O discurso a favor do desenvolvimento brasileiro, propagado em Minas Gerais pela tecnocracia que promovia estudos para demonstrar a baixa produtividade das áreas agrícolas, foi um dos mecanismos de desestruturação da base social agrícola deste estado. Como exemplo, pode-se citar a análise que Gonçalves (2001) fez sobre como entidades estatais em Minas Gerais entenderam a relação entre crescimento industrial e urbano, agropecuária e esgotamento dos solos da região do Rio Doce. O Conselho Estadual de Economia e Administração (CEEA) afirmou em um estudo de 1959 que "quase metade do desmatamento verificado em Minas proveio do avanço... [da] agricultura nômade" (*apud* Gonçalves, 2001, p. 105). Essa afirmação oficial colocava as indústrias madeireiras, o transporte ferroviário e o desenvolvimento da siderurgia como as atividades de menor impacto na deterioração dos solos. Para Gonçalves, até a década

de 1960, em Minas Gerais, "o órgão responsável pelo controle da devastação das matas era o mesmo que tratava da legitimação das terras devolutas" (op. cit., 106). Assim, vinculando controle de posses e controle de degradação dos solos e florestas, os órgãos do estado passaram a defender a intenção de modernização da economia, de modo a racionalizar e mercantilizar a produtividade e a exploração dos recursos naturais (op. cit., p. 107).

No final da década de 1930, Minas Gerais se consolidou como um estado especializado na produção de bens intermediários. Em 1937, a CSBM inaugurou uma usina no município de João Monlevade, contribuindo para a Zona Metalúrgica se destacar no âmbito industrial, superando a Zona da Mata (Diniz, 1981). No mesmo momento, a exploração do carvão vegetal passou a ter peso fundamental nas discussões políticas sobre o desenvolvimento do setor metalúrgico. A CSBM foi a primeira a incluir em "seus planos de garantia da oferta do carvão a possibilidade de comprar florestas, o que efetivamente aconteceu a partir de 1929" (Gonçalves, 2001, p. 165). A seguir, outras siderúrgicas passaram a formar plantios de eucaliptos[39] para garantir produção autônoma de carvão vegetal (Gonçalves, 2001).

No decorrer da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro se comprometeu a expandir a oferta de minério de ferro para atender às demandas dos Estados Unidos e Inglaterra. Conforme o acordo firmado entre estas nações e o Brasil, "os Estados Unidos garantiram a concessão dos empréstimos para o empreendimento, através do Eximbank, e o Governo Inglês se obrigou a adquirir da Britsh Itabira Company e transferir para o governo brasileiro as minas de ferro de Itabira, em Minas Gerais" (Diniz, 1981, p. 55). Assim, construíram a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Destes acordos também surgiu na década de 1950, no município de Coronel Fabriciano, a Aços Especiais Itabira (Acesita) e a Usiminas – com participação nipo-brasileira (Monte-Mór, Costa et alli,

[39] O plantio de espécies do gênero *Eucalyptus* para fins industriais consolidou-se primeiro na América do Norte e na Europa. Posteriormente, na América Latina e em países como África do Sul e Nova Zelândia. As primeiras introduções do gênero *Eucalyptus* no Brasil datam de 1868 no Rio Grande do Sul. As atividades em escala comercial iniciaram-se na primeira década do século XX para atender à Companhia Paulista de Estradas de Ferro (Lima, 1993, pp. 35-38; Fase/Fetaes, s/d). Até por volta de 1966, estima-se que havia no Brasil uma área total plantada de aproximadamente 400.000 ha. Com a introdução dos programas de incentivos fiscais do governo federal, a área total plantada em 1973 já estava estimada em mais de um milhão de hectares, o que fazia do Brasil o país que detinha "a maior área plantada com eucalipto em todo o mundo, mais do que o dobro da área plantada pelo segundo colocado, a Índia" (Lima, 1993, p. 39). Segundo Gonçalves (2001, p. 120), os plantios de eucaliptos no Brasil expandiu-se de uma área de aproximadamente um milhão e seiscentos mil hectares em 1970 para aproximadamente cinco milhões e novecentos mil hectares em 1985, dos quais mais de 50% concentravam-se na região sudeste e cerca de 20% em Minas Gerais.

1997). Com a formação do complexo siderúrgico e com a formação do Aglomerado Urbano do Vale do Aço (AUVA)[40], consolidou-se de vez a "especialização produtiva na indústria mineira". (Diniz, 1981, pp. 136-137).

Com o Estado e as empresas siderúrgicas definindo o reflorestamento como meio de garantir um "estoque renovável de carbono" de modo a não comprometer o processo de expansão da produção siderúrgica, observou-se como resultado direto destas medidas, um acirramento da concentração fundiária (Gonçalves, 2001, p. 108). Conforme Costa (1995, p. 66), a Acesita entre os anos de 1944 e 1951, adquiriu dois terços do município de Timóteo, um quarto dos quais, foram reservados para a usina e para as zonas residenciais e o restante para o reflorestamento. Acirrou-se assim o processo de desestruturação da pequena produção agrícola.

De acordo com os dados existentes e disponíveis no Anuário Brasileiro de Economia Florestal divulgado em 1951 pelo Ministério da Agricultura, trabalhados por Gonçalves (2001), observa-se que, em 1950, as onze principais empresas siderúrgicas instaladas em Minas Gerais tinham posse de 316.785 hectares de área de reserva de mata nativa sendo que a CSBM detinha 47% desta posse. Estas mesmas onze empresas, nesta década de 1950, consumiram 978.087m^3 de carvão. Desta quantidade, a CSBM consumiu 41%. Ainda considerando as mesmas onze empresas em 1950, observa-se uma área plantada com eucaliptos de 2.992.70 hectares, da qual a CSBM é portadora de 51%. Em 1967, somente a CSBM já possuía uma área total de 38.490 hectares plantados com eucaliptos.

Na década de 1960, a expansão rodoviária e urbana gerou a valorização das terras da região onde se encontravam as siderúrgicas e acirrou os processos de grilagem. Neste contexto, quando da introdução das políticas de incentivos fiscais, as empresas consumidoras de carvão vegetal passaram a procurar por terras do cerrado, ou seja, nas regiões Norte e Jequitinhonha de Minas Gerais[41], onde os preços estavam menos altos. Para Gonçalves "a partir da consolidação dessa política de incentivos, o preço da terra

---

[40] O Aglomerado do Vale do Aço foi inicialmente uma denominação para os municípios Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timoteo, classificados como os principais centros urbanos da região do Rio Doce. O crescimento urbano destes municípios possui, conforme a literatura que os estudou, correlação direta com a influencia das siderúrgicas que neles se instalaram a partir da década de 1940. Posteriormente surgiram alguns projetos de leis para expandir este aglomerado, incorporando outros municípios vizinhos como, por exemplo, Belo Oriente onde se instalou a fabrica da Celulose Nipo-Brasileira (Cenibra) na década de 1970 (Costa, 1995 e Machado, 1998). Esta mesma literatura, como será mencionado mais adiante, também procurou destacar os processos de incorporação de municípios que se formaram como periferias aos centros urbanos principais.

[41] Para localizar as regiões Norte e Jequitinhonha no estado de Minas Gerais ver mapa anexo nº. 2.

passou a ser o principal determinante da escolha da localização dos plantios, uma vez que os resultados financeiros obtidos com a atividade tornaram-se independentes do aproveitamento industrial dos maciços" (2001, p. 127; Machado, 1998, pp. 43-44).

Até 1969, observa-se que a região Metalúrgica/Central possuía 38.6% da área plantada do estado; a região Noroeste[42] possuía 16.2%; a região Rio Doce 14.5% e a Zona da Mata, o sul e o Triângulo possuíam juntos 28.6%. Já a partir de 1970, passa-se a observar um outro cenário. A região Metalúrgica/Central apresentou crescimento nos dois primeiros anos e, posteriormente, passou a declinar ano após ano até 1978. A região Noroeste, de modo geral, apresentou certa estabilidade. A região da Mata e a região Sul apresentaram na primeira metade da década de 1970, certa estabilidade e, na segunda metade daquela década, passaram a apresentar decréscimos significativos. Já a região do Triângulo chegou a atingir o marco de 40% no ano de 1973 (quando então sua participação passou a decrescer). A região Rio Doce, excetuando o ano de 1971, também apresentou decréscimos sucessivos. Por fim, observa-se significativa expansão nas regiões Norte e Vale do Jequitinhonha a partir de 1974 (Gonçalves, 2001, p. 127).

Foi a partir da segunda metade da década de 1960, quando ocorreram alterações nas políticas públicas do país, que a monocultura de árvores de rápido crescimento no Brasil teve seu processo de expansão[43], mostrando, como já mencionado, que "a introdução das atividades de plantio e exploração de florestas homogêneas de espécies exóticas (pinus e eucaliptos) obedeceu, obviamente a uma estratégia combinada entre os interesses privados e os do Estado brasileiro" (Gonçalves e Machado, 1996).

A primeira alteração ocorreu em 1965 com a promulgação de um novo Código Florestal (Lei n.º 4.771). Em 1967 criou-se o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Até 1974 foram criados e/ou reformulados mecanismos diversos de incentivos fiscais específicos para a atividade florestal, dos quais destocou-se o Fundo de Incentivos Setoriais (Fiset) para as atividades de Reflorestamento, Pesca e Turismo (Decreto Lei n.º 1.376).

---

[42] Para localizar a região Noroeste no estado de Minas Gerais, ver mapa anexo nº. 2.

[43] De modo geral, o desenvolvimento da monocultura do eucalipto apresentou semelhanças em regiões brasileiras como Norte do Espírito Santo (Fase/Fetaes, s/d), Extremo Sul da Bahia (*cartilha* dos ambientalistas do Extremo Sul da Bahia, s/d), Litoral Norte da Bahia (Gonçalves e Machado, 1996; Gonçalves, 1997) e as regiões Metalúrgica, Rio Doce e Jequitinhonha em Minas Gerais (Monte-Mór, Costa et alli, 1997; Gonçalves, 2001). Para todas, a literatura pertinente observou um processo de desqualificação, por parte de entidades estatais, das potencialidades da agricultura local. O solo, por exemplo, foi classificado como improdutivo para a agricultura. Semelhantes foram os impactos do movimento ambientalista e da apropriação do discurso deste movimento pelas empresas consumidoras e/ou produtoras da matéria prima florestal, que defenderam a expansão das florestas plantadas como um recurso para a preservação das matas nativas. Também os incentivos fiscais, os planos nacionais de investimento em carvão vegetal e celulose e os programas de fomento se fizeram significativos.

Após 1974 destacou-se o Programa de Distritos Florestais que tinha como um dos objetivos classificar algumas áreas do país como prioritárias para a realização de reflorestamento, por meio de incentivos fiscais. Uma das principais conseqüências deste programa foi a formação de firmas conhecidas como reflorestadoras independentes que, mediante incentivos, passaram a formar plantações florestais para o uso de terceiros. A formalização destes distritos foi crucial para o acirramento da expansão de florestas plantadas no país e, conseqüentemente, para a expansão do processo de apropriação, ora ilegal, ora legal de terras devolutas, na maioria das vezes habitadas por populações tradicionais (Gonçalves, 2001, pp. 114-115)[44].

O final dos anos 1960 é um marco no âmbito das mudanças da história brasileira em razão da difusão de um discurso a favor do *progresso*, que percebia o agro brasileiro como um entrave ao desenvolvimento nacional. A distribuição de créditos e o acesso às políticas de incentivos não foram homogêneos. Os minifúndios e o trabalho agrário foram desqualificados. Desta forma, parte da população agrária não foi apreendida como pobre e sim como produtora de pobreza. Conforme Neves (1987), o trabalho agrícola recebeu atributos negativos que dificultaram o acesso dos trabalhadores às políticas públicas, o que legitimou a "oferta privilegiada de recursos para os grandes produtores" (op. cit., p. 118).

A Celulose Nipo-Brasileira (Cenibra), no final da década de 1970, deu continuidade à intensificação da concentração da propriedade[45]. Apesar desta empresa ter adquirido grande parte das terras que pertenciam às siderúrgicas, isto ocorreu em um ambiente de disputa entre empresas, especuladores e pequenos proprietários de terra, posseiros e arrendatários, o que ocasionou na fragmentação das propriedades nas regiões Central e Rio Doce (Costa, 1995; Machado, 1998; Gonçalves, 2001). A expansão econômica e geográfica das sedes dos municípios nos quais se localizam as áreas florestais da Cenibra (trata-se do AUVA) ocorreu simultaneamente à expansão de suas áreas periféricas próximas. Para Costa (1995, p. 172), a configuração das

---

[44] Segundo Gonçalves (2001, p. 119), o programa de Distritos Florestais foi formulado para "criar pólos de plantações capazes de gerar e/ou sustentar pólos industriais". Em um outro estudo (Gonçalves, 1997, pp. 9-10), observou que os Distritos Florestais nasceram no bojo de um conjunto de medidas para reverter a situação deficitária da balança comercial brasileira impactada pela crise do petróleo. O Governo procurava, na verdade, dar andamento num projeto de substituição dos usos dos derivados do petróleo que já existia antes mesmo do período da crise. Para um estudo mais objetivamente centrado nas políticas florestais no Brasil e em particular para o caso de Minas Gerais, ver Gonçalves, 1990.

[45] Para Gonçalves, devido à articulação da Cenibra com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), sua área reflorestada, que "era prevista para ser de 50 mil ha quando iniciou a construção da fábrica, chegou a ser uma vez e meia maior do que o planejado" (1995, p. 22).

propriedades da Cenibra "semelhante a um rendilhado, sugere a compra de áreas de tamanhos diferentes, descontínuas espacialmente, em momentos diferentes no tempo, possivelmente ao sabor da maior ou menor predisposição do proprietário para que a venda se efetue"[46]. Ainda conforme Costa, "há, nas metrópoles, um processo de 'periferização': os municípios do entorno crescem a taxas maiores que o município central" (op. cit., p. 35). O peso econômico e demográfico fragilizou o "meio ambiente produzido", gerando efeitos imediatos sobre "a lógica de ocupação do espaço e sobre a qualidade de vida da população" (Costa, 1995, p. 20). Entretanto, como já mencionado, este movimento não pode ser percebido como inversão mecânica, que implica em pensar no fim da pequena propriedade. Para Gonçalves (1995, 2001), o que se verificou foi um processo de minifundização combinada com um aumento dos latifúndios.

Na década de 1980 ocorreram mudanças no Fiset reduzindo sua aplicação. Os incentivos fiscais para a atividade florestal foram extintos em 1988: "após um longo período de apoio às empresas através da manipulação de fundos públicos, o Estado deixou o problema sob o controle dos próprios consumidores industriais" (Gonçalves, 2001, p. 133). Entretanto, para Gonçalves, essa extinção não afetou o setor, porque "os grandes projetos já haviam constituído anteriormente sua base florestal" (2001, p. 123) e por que, em lugar destes incentivos, houve uma negociação entre o BDMG, o Banco Mundial e o Instituto Estadual de Floresta (IEF) que institucionalizou entre os anos de 1988 e 1995 um programa denominado Projeto Florestal de Minas Gerais (Profloresta). Trata-se de um programa de integração que tinha como objetivo promover o plantio de eucaliptos em pequenas e médias propriedades[47]. Mas que também, indicava uma resposta às demandas do movimento ambientalista. Conforme Gonçalves (2001, p. 132), o Profloresta também tinha a intenção de promover projetos de conservação de parques florestais, bem como de conceder créditos para médias e grandes firmas consumidoras, sobretudo de carvão vegetal, plantarem eucaliptos em Minas Gerais.

Nas primeiras décadas do século XX, o pensamento dominante difundido para a sociedade pela esfera estatal, empresarial e mesmo por parte de instituições acadêmicas,

---

[46] Sobre esta questão, Costa (1995) mencionou o depoimento de um funcionário da administração municipal de Belo Oriente que em 1993 afirmou que grande parte dos pequenos proprietários já teriam vendido suas terras à Cenibra e os que resistiam por ficarem "sitiados, só com eucaliptos à sua volta... acabam vendendo" (op. cit., p.172).

[47] Este projeto de integração foi analisado por Cerqueira (1993) para microrregiões na Zona da Mata de Minas Gerais, através da atuação da Aracruz Celulose. Já na região do Rio Doce, tais projetos são feitos por meio das siderúrgicas e da Cenibra. Algumas observações sobre o tema podem ser encontradas em Gonçalves (1990; 2001).

como a Escola de Minas de Ouro Preto, interpretava o projeto florestal e industrial como inquestionavelmente a melhor alternativa para o desenvolvimento do estado de Minas Gerais. Ao longo do século este pensamento foi se tornando cada vez mais naturalizado, ainda que não se possa desconsiderar a existência de um pensamento oposto que, na verdade, foi em muitos contextos obscurecido pelo discurso dominante. Gonçalves (2001, p. 16) observou que o processo de compras de terras por parte das empresas plantadoras de eucaliptos mascarou a resistência das populações locais, o que, conforme este autor, explica a aparente ausência de debates sociais sobre os projetos florestais e a existência de poucas referências a conflitos sociais na historiografia da parte do estado de Minas Gerais onde tais projetos se consolidaram.

Para Costa, "seja através das migrações ocorridas na região, fruto da desarticulação das relações de produção no campo, seja através da migração proveniente de outras regiões, a força de trabalho necessária à implantação industrial, do ponto de vista da empresa, se fazia disponível" (1995, p. 67). Já segundo Gonçalves (2001, p. 198), a partir da década de 1930, a população tradicional de parte dos municípios das regiões Central e Rio Doce foi classificada como "desqualificada para as disciplinas fabris", mas qualificada para o trabalho florestal. Não obstante, de acordo com este autor, neste período "a possibilidade de viver do trabalho na terra ocupada, na meia ou terça com os fazendeiros inclusive para a produção do carvão vegetal tornava o emprego na usina uma alternativa e não a única alternativa" (op. cit., p. 198). Também Paula (1983), analisando as transformações nas relações de trabalho no âmbito da indústria siderúrgica em Minas Gerais, questionou a existência de um processo automático de urbanização, industrialização e proletarização. Para este autor, durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, todos aqueles que "empreenderam atividades industriais ou outras que exigem regularidade e constância do trabalho", tiveram dificuldades de manter empregados, sobretudo devido à "sazonalidade do trabalho interrompido pelo calendário agrícola" (op. cit., p. 27).

Nas primeiras décadas do século XX, as empresas siderúrgicas também não encontraram de imediato as condições de controlar a oferta de matérias primas vegetais (Brito et alli, 1997; Monte-Mór, Costa et alli, 1997; Gonçalves, 2001). Como já mencionado, a partir da década de 1930 as siderúrgicas iniciaram suas compras de florestas para garantir a oferta do carvão. Em função disso, estas empresas criaram entidades centradas no Serviço Florestal e passaram a contratar ou sub-contratar trabalhadores para a atividade carvoeira (Gonçalves, 2001). Neste contexto, pode-se

dizer que, num primeiro momento, as mudanças em curso foram desestruturando as bases sociais rurais de modo a provocar uma reestruturação fundiária que fragmentou progressivamente as propriedades, impossibilitando muitas famílias de continuarem se mantendo unicamente da produção agrícola. Muitos trabalhadores se empregaram em grandes fazendas para produzirem carvão vegetal que seria vendido para as siderúrgicas, ou mesmo passaram a produzir carvão em suas próprias pequenas propriedades. Deve-se atentar que, no tocante à formação dos assalariados florestais no âmbito da estrutura de poder na qual estes homens rurais passaram a interagir, o processo de classificação do rural como *atraso* também foi incorporado por eles mesmos. Assim:

> Sair da roça para trabalhar na empresa, para ser fichado, constituía uma possibilidade única para ascender socialmente na economia monetizada dominada pelas empresas siderúrgicas e de pasta e suas subsidiárias dedicadas às plantações... a junção das condições de obtenção de um emprego e de um salário (pois as empresas punham "caminhão passando na porta das roças todo dia") e de manutenção mesmo que precária da unidade familiar (pois os pais e/ou parte da família permaneciam como produtores) encontrou um conjunto de sujeitos que, por sua condição subordinada no tecido social local herdado da intervenção capitalista, não aprenderam a saber "ficar sem dinheiro" (Gonçalves, 2001, p. 203).

Neste sentido, pode-se entender os processos de aquisição de terras executados pelas empresas siderúrgicas como um outro mecanismo de desarticulação da base social rural. Para Gonçalves (2001, p. 192), “as empresas foram adquirindo terra primeiro dos que não produziam, não dependiam da produção agropecuária para sobreviver e daqueles que não conseguiam mais manter a roça”. Esta estratégia foi observada como um mecanismo de pressão sobre os demais produtores e proprietários de terra que dependiam dela para sobreviver (Costa, 1995 e Machado, 1998). Ainda conforme Gonçalves (2001, p. 192), as formas de aquisição de terras “se não foram formalmente violentas, chegaram próximo disso, e foram muitas vezes ilegais”. Pois, freqüentemente, terras de posseiros foram incorporadas àquelas legalmente adquiridas pelas empresas. Ademais “o desmatamento, a grilagem, a sedução pela moeda e a provocação pelo discurso do que representa a empresa como progresso e os subalternos como atraso são exemplos de violência que normalmente não são considerados” (op. cit., p. 192).

A construção de cidades habitacionais e os programas de assistência social também foram cruciais no processo de desarticulação da base rural. Com base na perspectiva de que as empresas não encontraram, de imediato, significativo contingente de mão-de-obra, uma vez que não se observou um processo abrupto de abandono integral do trabalho agrícola, torna-se possível entender que a construção de espaços

abrigando não só a indústria, mas também sua mão-de-obra, ganha outro sentido, uma vez que explica o porque dos processos de empresas construindo cidades terem sido presentes apenas no período das implantações das indústrias, perdendo seus atributos e funções ao longo do tempo.

A CSBM iniciou a construção de sua planta industrial na cidade de Rio Piracicaba e, para isso, construiu a cidade de João Monlevade que tinha como base do projeto arquitetônico as intenções urbanísticas de instalação da sede da empresa e de seus funcionários. Assim, por meio da "formação de uma comunidade de trabalhadores instalada na vila operária", aquela empresa buscou a "criação de um espaço capitalista" pelo qual fosse possível construir mecanismos de controle de coerção de sua mão-de-obra (Gonçalves, 2001, p. 199) Também conforme Monte-Mór, Costa et.alli (1997, p. 102) no período de consolidação da siderurgia em Minas Gerais: "novas áreas urbanizadas são criadas, em alguns casos, quase como caricaturas das vilas industriais construídas pelas empresas, espaço urbano legítimo de suporte à função industrial". Conforme estes autores: "o isolamento da região, encravada nas montanhas e no meio da mata, e as necessidades de criação de uma mão-de-obra competente e estável levaram o grupo progressista [CSBM] a partir imediatamente para a construção de uma cidade operária" (op. cit., p. 140). Buscava-se não apenas atrair mão-de-obra, mas também discipliná-la para a aceitação do trabalho intenso e mal remunerado.

A Acesita, na década de 1940, fundou cidades habitacionais com base em um projeto arquitetônico marcado pela hierarquia ocupacional dos funcionários. Já a Usiminas, nas décadas de 1950 e 1960, implementou uma política habitacional centrada no financiamento da propriedade particular. A estratégia desta última empresa precisa ser compreendida considerando que sua inserção se deu após a CSMB e a Acesita, em um contexto já dotado de infra-estrutura e de um mercado de trabalho disciplinado e subordinado, permitindo, ao invés da construção e doação das residências, consolidar acordos com órgãos públicos para a implementação de mecanismos de financiamento para que os próprios trabalhadores comprassem suas moradias, o que, como será mencionado posteriormente, foi a atitude da CSBM na década de 1970, no distrito de Baixa Verde. Segundo Monte-Mór, Costa et alli:

> [Num primeiro momento] A produção das condições gerais de reprodução da força de trabalho abrange a moradia e a implantação da infra-estrutura e demais serviços e equipamentos sociais. Posteriormente, alguns serviços e equipamentos seriam assumidos pelas administrações locais ou por programas nacionais, como os do BNH, sendo a influência das usinas um fator decisivo para garantir prioridade no atendimento dos bairros de seus funcionários. Outro aspecto fundamental na política habitacional... é

aquele que transforma o morador em proprietário (Monte-Mór, Costa et alli, 1997, p. 142).

Para estes autores, a mudança nos projetos habitacionais explica-se pela estratégia das empresas em se desvincular, assim que possível, da dimensão paternalista "imperante nas chamadas vilas industriais" (Monte-Mór, Costa et alli, 1997, p. 142).

Por fim, a Cenibra, para alojar sua força de trabalho, desenvolveu um sistema de transporte que "embora confortáveis... representa para quase metade dos empregados gastar no mínimo duas horas por dia com o deslocamento casa-trabalho" (Costa, 1995, p. 196; Machado, 1998).

Não obstante, conforme Gonçalves (2001, pp. 151-152), o que se verificou para as cidades sedes das principais empresas siderúrgicas instaladas nas primeiras décadas do século XX e pela Cenibra na década de 1970, não se observou para todos os demais municípios da região também, de certo modo, impactados pelo projeto florestal e industrial destas empresas. Neste contexto, este autor demonstrou como relatórios oficiais do estado de Minas Gerais traduziram o ideal modernizador que se consolidou no imaginário local e mesmo no de todo o estado mineiro. Conforme Gonçalves (op. cit., p. 153), a Fundação João Pinheiro (FJP) descreveu a região da bacia do Rio Doce separando, de um lado, sobretudo as cidades Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo, classificando-as como as *principais*. E, de outro lado, classificava como cidades marcadas por uma *economia rudimentar*, os municípios de Açucena, Antônio Dias, Belo Oriente, **Dionísio**, Iapu, Jaguaraçu, Marliéria, Mesquita, São José do Goiabal, entre outros. Ainda conforme Gonçalves, o que esta aparente hierarquia indica é "a predominância de um novo tipo de ocupação do espaço, que se manifestou ao longo da década de 1970 e das seguintes através da eliminação das formas de ocupação do solo e organização da economia consideradas atrasadas pelos sucessivos governos estaduais e pelas empresas". (op. cit., p. 154).

Primeiramente, as siderúrgicas mesmo já tendo iniciado suas aquisições de florestas para a formação de plantios homogêneos de eucaliptos, ainda compravam de terceiros parte significativa do carvão vegetal[48]. Num segundo momento, após a

[48] Conforme Brito et alli (1997), apesar da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira (CSBM), em 1950, dispor "bem mais que a metade das terras de todas as siderúrgicas mineiras que, no total possuíam 402.650 ha", ela comprava 43% do carvão que consumia. Este carvão era, em geral, oriundo de "pequenos e médios proprietários acuados pela expansão acelerada das propriedades das siderúrgicas, das madeireiras e da pecuária" e vendido para grandes siderúrgicas por "preços inferiores aos obtidos pelas siderúrgicas em suas terras". Tal prática, na verdade, "era generalizada: o conjunto das empresas integradas de produção de aço em Minas Gerais, na mesma época, comprava de terceiros 63.5% do

consolidação da concentração de terras por parte destas siderúrgicas e da Cenibra observou-se uma redução do número de reflorestadoras independentes proprietárias de terras. Tais reflorestadoras passaram a concentrar suas atividades de formação das plantações nas próprias áreas das empresas consumidoras de matéria prima vegetal, responsabilizando-se pela sub-contratação dos trabalhadores. Desta forma, as siderúrgicas e a Cenibra não só formaram suas "bases carboníferas" como puderam ampliar os "mecanismos de contratação de trabalho assalariado, temporário e permanente, direta e indiretamente (através de empreiteiros), que permitiram criar uma outra lógica de organização do trabalho local" (Gonçalves, 2001, p. 195). Este processo se efetivou, também devido, ao menos em parte, ao discurso inicial que identificou o reflorestamento a uma atividade que não demandava mão-de-obra que portasse de qualificações técnicas especificas.

Ao longo desta dissertação será enfatizado o caráter *braçal* das atividades florestais que são apreendidas pelos empresários do setor florestal e mesmo por vários trabalhadores como uma atividade que não exige qualificação técnica. Neste contexto, se faz necessário destacar o papel da procedência rural do assalariado florestal.

Conforme alguns estudiosos, as empresas agroindustriais, desde que surgiram, utilizaram o trabalho assalariado da família de pequenos agricultores (Sigaud, 1979; Martinez-Alier, 1977; Gonçalves, 2001). Gonçalves (2001), trabalhando com textos-documentos de executivos da Acesita, empresa siderúrgica que também investiu em maciços florestais em parte do estado de Minas Gerais, percebeu que aquela empresa justificava a utilização do trabalho assalariado de famílias, difundindo a perspectiva de que "a característica estratificada das atividades [do reflorestamento] possibilita a oferta de trabalho a toda a família" (Branco *apud* Gonçalves, 2001, 201)[49], uma vez que a "apropriação tecnológica" do setor florestal era coerente com o "quadro cultural brasileiro", já que "o reflorestamento é uma atividade que admite a adoção, ou melhor, a

---

carvão vegetal que consumiam. Elas não só desmatavam suas próprias propriedades como estimulavam o desmatamento por terceiros, institucionalizando um mercado de carvão vegetal que produzia a preços muito mais baixos porque dependia quase que exclusivamente dos custos da mão-de-obra fortemente rebaixados por estarem fora de qualquer controle legal" (op. cit., p. 70). Brito et alli, também informaram que mesmo na década de 1970 a situação se mantinha. A CSBM mesmo tendo continuado a aumentar suas áreas reflorestadas, continuava a mantê-las intocadas e com isso, continuava a adquirir carvão de terceiros (op. cit., p. 70). Este fenômeno deve ter se reduzido à medida que reduziam as possibilidades de corte das matas nativas e simultaneamente concentrava-se a propriedade.

[49] A referência da qual Gonçalves (2001) retirou o depoimento citado é: Branco, Ronald C. A importância sócio-econômica do reflorestamento incentivado. In: Sol e Solo, Belo Horizonte, nº 3, pp. 1-4, junho de 1980. Boletim Informativo da Aços Especiais Itabira (Acesita).

opção pelas tecnologias brandas [sic], com instrumentos simples e não-mecanizados, que se insere no domínio de técnicas que o homem do campo já possui" (Branco *apud* Gonçalves, 2001, 202) [50]. Não obstante, a consolidação da economia das plantações de eucaliptos e da formação do assalariado florestal, as mudanças sociais nas regiões Central e Rio Doce de Minas Gerais, também produziram uma diferenciação social.

Atualmente naquelas regiões observa-se uma mistura de sujeitos sociais antigos e novos, pequenos produtores, pequenos proprietários, meeiros, posseiros, empreiteiros, arrendatários, grandes proprietários, grandes pecuaristas, trabalhadores assalariados rurais, trabalhadores das grandes indústrias, trabalhadores dos plantios homogêneos de eucaliptos empregados por empreiteiras, pequenos produtores que plantam também eucaliptos, entre várias outras situações, indicando uma complexa diversidade econômica e social.

3. A presença das plantações florestais no município de Dionísio: a área florestal de Baixa Verde

A história narrada em enciclopédias especializadas em municípios ressaltou, ainda que muito sutilmente, uma relação entre formação de municípios e domesticação. A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1959, p. 37) e a Enciclopédia dos Municípios Mineiros (Carvalho, 1998, p. 135), por exemplo, mencionaram que o município de Dionísio "tem o nome do primeiro homem civilizado que se estabeleceu em seu território, mas seus primeiros habitantes foram os índios botocudos", mostrando um silenciamento político intencional para com a história dos índios que, em um determinado período, pode ser lida sem gerar questionamentos, devido à consolidação de um processo de naturalização de determinados discursos.

Também foi registrado por aquelas enciclopédias e por Barbosa (1995) indícios do processo de origem do povoado de Dionísio e de sua relação com fenômenos de doação de terras e construção de capelas, fenômeno histórico comum na formação de vários lugarejos, povoados e vilas mineiras e mesmo de outras localidades brasileiras, conforme pode ser observado nos estudos de Willems (1961) e Candido (1982) em

[50] Através deste discurso é possível apreender uma certa desqualificação pelo trabalho feminino e infantil e pelo trabalho do homem que atua como lavrador bem como é possível apreender a ênfase no tocante ao papel social das empresas em gerar empregos, tema já tratado por Perrot ao discutir a formação da industrialização francesa: "O discurso dominante continua sendo o do emprego não o da produção: cada vez, que um fabricante solicita autorização para fundar uma empresa é a esse argumento – dar emprego aos pobres – que ele recorre" (1988, op. cit., p. 20).

comunidades rurais paulistas e nos estudos de Heredia (1979) e Meyer (1979) em comunidades rurais do Nordeste brasileiro[51].

O município de Dionísio foi criado em 1948, pela lei nº 336, composto somente do distrito da sede. Já em 1962 foi criado no município de Dionísio, o distrito de Conceição de Minas, ainda existente até o presente momento (IBGE, 1959, p. 37; Carvalho, 1989, p. 135; Barbosa, 1995). Apesar de não constar no material estudado é possível dizer que a partir do ano de 2003 o município de Dionísio passou a ter um outro distrito: **Baixa Verde** que, em certa medida se específica, em razão da intensidade da intervenção de empresas siderúrgicas e reflorestadoras no processo de sua formação e da intensidade da dependência que tem destas empresas, o que singulariza, em algum grau, parte das relações sociais que o caracteriza.

A consolidação da economia florestal em Baixa Verde foi iniciada pela CSBM que após utilizar da madeira nativa local para fabricar seu carvão vegetal, passou por meio de uma subsidiária, a CAF Florestal (CAF), a comprar terra e iniciar a formação dos plantios homogêneos de eucaliptos.

Em 1967 a CSBM possuía áreas com plantações florestais em oito municípios mineiros, sendo que era em Dionísio onde detinha a sua maior área plantada: 11.300 hectares que correspondiam a 29% dos 38.490 hectares de área plantada.

Em 1968, o total da área plantada em Dionísio passou para 14.300 hectares, o que representava 39.4% da área municipal correspondente a 36.300 hectares, dos quais, 7.2% era de mata nativa (Gonçalves, 2001, p. 139).

Dionísio era o município que, em comparação com os outros municípios nos quais a CSBM possuía área plantada, possuía em 1968 o maior percentual da área municipal ocupada por plantações florestais e o município onde a CSBM possuía a maior área plantada (28% dos 51.622 hectares totais plantados nos oito municípios com presença da CSBM).

---

[51] Em 1720 iniciaram-se os descobrimentos das minas do Itambé na área norte do atual município de Itabira. Foi nesta localidade que o povoado de Dionísio começou sua história, "desde pelo menos 1854" quando, em 20 de março, lavrou-se escritura de doação de terras para a construção de uma capela que seria filial da freguesia de Alfié. Assim, junto da construção da capela de São Sebastião, a povoação do futuro município de Dionísio se iniciou, como parte integrante da freguesia de Santana do Alfié que, por sua vez, pertencia a Itabira. Posteriormente, em 20 de setembro de 1882, pela Lei nº 2.876, aquele povoado desmembrou-se de Santana do Alfié, visto a criação da paróquia do Santíssimo Sacramento (IBGE, 1959; Carvalho, 1989). Conforme Barbosa (1995), o povoado ficou sendo conhecido como São Sebastião do Dionísio e, "o próprio distrito ficou com esta denominação" (op. cit., p. 115). Antes disto, porém, em 1º de Março de 1890, pelo decreto nº 23, o povoado de Dionísio, bem como a Freguesia de Santana do Alfié deixaram de pertencer ao município de Itabira e foram incorporados ao município de São Domingos do Prata (IBGE, 1959; Carvalho, 1989). Para Monte-Mór, Costa et alli (1997) e Gonçalves (2001), 1890 é a data de emancipação de São Domingos do Prata do município de Santa Bárbara.

Baixa Verde é a única localidade do município de Dionísio com terras ocupadas por plantios homogêneos de eucaliptos. Conforme as informações dos atuais moradores, os primeiros plantios de eucaliptos ocorreram entre o fim da década de 1950 e o início da década de 1960, estendendo o processo de formação das áreas plantadas até o início da década de 1980. O montante atingido até os anos 1980, muito provavelmente, superou aqueles 39.4% do territorial municipal de Dionísio onde Baixa Verde se localiza, uma vez que foi freqüente em todas as falas dos atuais moradores que a CAF, subsidiária da CSBM plantou eucalipto durante toda a década de 1970[52].

A tabela I, a seguir, permite observações sobre a utilização da terra no município de Dionísio, de modo a destacar o lugar dos plantios florestais na área territorial do mesmo entre 1960 a 1996:

Tabela I
Utilização da Terra em
Dionísio, Minas Gerais, no período 1960-1996, em porcentagem de área

1960	Lavouras Permanentes e Temporárias	25%
	Pastagens Naturais e Plantadas	50%
	Matas e Florestas Naturais	13%
	Matas e Florestas Plantadas	0
	Estabelecimentos não produtivos ou não identificados	12%
1980	Lavouras Permanentes e Temporárias	3%
	Pastagens Naturais e Plantadas	15%
	Matas e Florestas Naturais	8%
	Matas e Florestas Plantadas	59%
	Estabelecimentos não produtivos ou não identificados	15%
1996	Lavouras Permanentes e Temporárias	4%
	Pastagens Naturais e Plantadas	30%
	Matas e Florestas Naturais	18%
	Matas e Florestas Plantadas	41%
	Estabelecimentos não produtivos ou não identificados	7%

Fonte: Gonçalves, 2001, Tabela XII, pp. 180-181, com base em dados do FIBGE (1970, 1984b, 1996).

A tabela I foi construída a partir das informações obtidas por meio do trabalho de Gonçalves (2001) que, por sua vez, partiu dos dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (FIBGE). Conforme esta tabela I, em 1960 predominavam em Dionísio áreas de estabelecimentos de lavoura e pastagens. Oficialmente, as áreas de eucaliptos ainda não constavam como plantadas. Para Baixa Verde, observa-se que conforme a fala de seus atuais moradores, sua constituição se deu sobretudo a partir de uma população que passou a residir em meio a uma mata nativa e que serviu de mão-de-obra no processo de devastação daquela mata para a produção de carvão vegetal. Os

[52] Não obstante, a informação oficial que se tem é exatamente outra. Conforme os dados de Gonçalves (2001, p. 141) que, por sua vez, utilizou como fonte um documento do Instituto de Geociências Aplicadas (IGA) datado de 1985, não se plantou nem um único hectare de eucaliptos em Dionísio entre os anos de 1969 a 1979.

posseiros ou proprietários de terras que residiam naquela localidade, passaram progressivamente a exercer de modo relativamente predominante, as atividades de carvoejamento. Não obstante, todos os trabalhadores que ali residiram plantavam lavouras nas áreas liberadas por aqueles tidos como os proprietários da terra. Também deve se considerar que entre as décadas de 1960 e 1970 foram se consolidado em Baixa Verde algumas empresas especializadas na cultura de grãos que devem ter contribuído para o aumento das áreas destinadas às atividades agrícolas. No tocante às informações oficiais que mencionam a inexistência de plantios de matas ou florestas plantadas em 1960 observa-se que, conforme as informações dos atuais moradores de Baixa Verde, até fins da década de 1950 e início da de 1960 predominava a produção de carvão por meio de madeiras nativas, tendo sido exatamente neste período que se iniciou o processo de formação dos maciços florestais.

Já em 1980, conforme a tabela I, predominavam estabelecimentos de matas e florestas plantadas, correspondendo a 59% da área total ocupada. Ainda em 1980, houve uma significativa queda nas áreas de lavouras e pastagens e um sinal de esgotamento das matas e florestas nativas. Para o caso de Baixa Verde, pode-se dizer que com o esgotamento progressivo da mata nativa a partir do início da década de 1960 se iniciou o plantio de eucalipto, o que permite explicar as constatações estatísticas oficiais sobre a década de 1980 que assinalaram um esgotamento das matas e florestas nativas e um predomínio de áreas de estabelecimentos com matas plantadas. Já no tocante à constatação de que em 1980 houve uma forte queda nas áreas de lavouras, para o caso de Baixa Verde esta informação se faz coerente, uma vez que, nesta década, ocorreu tanto o fim das atividades daquelas empresas especializadas em culturas de grãos, quanto uma proibição de plantio de lavouras nas áreas de *matas*.

Por fim, no tocante ao ano de 1996, conforme a tabela I, é possível observar que as áreas de lavouras persistiram, as áreas de pastagens e de matas nativas aumentaram e que as áreas de matas e florestas plantadas diminuíram sutilmente no tocante ao percentual de participação da área total ocupada pelos estabelecimentos recenseados pelo FIBGE, passando de 59% em 1980 para 41% em 1996[53]. Em Baixa Verde, a partir dos meados da década de 1990, as áreas de cultura de grãos foram formalizadas como

[53] No estudo de Brito, et. alli (1997) foram registrados, para o ano de 1991, o percentual da área municipal ocupada por matas plantadas, no tocante a dez municípios circunvizinhos ao município de Dionísio, incluindo-o. Dionísio em 1991 apresentava 55,10% de sua área municipal ocupada por monoculturas de eucaliptos e era o que apresentava o maior percentual quando em comparação aos demais municípios mencionados (op. cit.).

propriedade da empresa resflorestadora CAF, que passou a formar pastos, o que então explica a constatação estatística sobre o aumento de pastagens em 1996. Já no tocante à informação sobre uma sutil queda nas áreas plantadas também naquele ano de 1996, a ocorrência em Baixa Verde que ajuda a explicar esta informação diz respeito ao fato de que, a partir de meados da década de 1980, o plantio de eucaliptos foi realmente paralisado. A CAF – empresa responsável pelo reflorestamento – entre meados da década de 1980 até fins da década de 1990 passou a apenas colher a madeira de seus plantios.

Por fim, sobre a informação de que entre 1980 a 1996 houve uma persistência das lavouras permanentes e temporárias, ainda que apenas em um percentual mínimo das áreas totais, é possível dizer que para o caso de Baixa Verde esta informação também se faz coerente, em razão da pequena presença de plantios de lavouras nos últimos anos. Não obstante, no tocante às demais localidades de Dionísio, a pequena participação das lavouras pareceu ser uma informação subestimada, uma vez que todas os demais povoados do município, até o momento atual, se concentraram nas atividades agrícolas baseadas na pequena propriedade.

Os dados do FIBGE para o período de 1950 a 1995 também fornecem algumas informações para caracterizar a estrutura fundiária de Dionísio. A predominância do número de estabelecimentos com área superior a dez e inferior a cem hectares, enfatiza o processo de minifundialização para o qual já se chamou a atenção. Outra informação diz respeito ao fato de que considerando o período como um todo e tendo os anos de 1950, 1960, 1980 e 1995 como focos para a análise é possível dizer que apenas para o ano de 1960 foram verificadas quedas bruscas no número de estabelecimentos. No mais, os mesmos apresentaram pequenas oscilações. Aqueles com menos de dez hectares apresentaram quedas e superações de modo que, no tocante ao período como um todo, ou seja, entre 1950 a 1995, observou-se um aumento de 28%. Já os estabelecimentos entre dez a cem hectares apresentaram uma queda forte em 1960, seguida de superações de modo que no tocante ao período como um todo observou se um aumento de 3%. E, aqueles entre cem a mil hectares também apresentaram quedas e superações, no entanto, no tocante ao período como um todo se observou uma diminuição de 3%. Por fim, o único estabelecimento com mais de mil hectares, só não foi registrado no ano de 1960.

Portanto, em Dionísio, parece mais coerente apontar para um movimento de diminuição do tamanho dos estabelecimentos agrícolas do que para uma diminuição no número destes estabelecimentos. O processo de minfudialização permite enfatizar que a

pequena propriedade agrícola persiste no município. Entretanto, vale mencionar aqui a informação de um político local de Baixa Verde que mencionou que a CAF possui 80% da área total do município de Dionísio.

No âmbito desta questão, uma consideração possível, diz respeito ao fato de que antes de se supor que quanto maior em extensão, uma área tem maior probabilidade de resistir ao processo de desestruturação da atividade que ali era predominante, deve-se procurar, através dos dados apresentados, algumas possibilidades de observar, que frente a tal processo de desestruturação da atividade agrícola em razão da expansão das plantações de eucaliptos, o resultado de uma possível tentativa de sobrevivência foi a intensificação da transformação dos estabelecimentos agrícolas em minifúndios.

Não obstante, se, por um lado, a concentração de terras não eliminou os pequenos estabelecimentos agrícolas, como foi o caso ocorrido em Dionísio quando se considera o município como um todo, por outro lado, a concentração de terras eliminou as possibilidades dos minifúndios cada vez menores proporcionar trabalho para todos os membros das famílias. Este movimento parece ter sido crucial no processo de consolidação do assalariado florestal. Mas, não parece ter sido resultado mecânico do surgimento da economia florestal.

A CSBM se instalou no estado de Minas Gerais no inicio da década de 1920 e a partir de então intensificou-se a devastação das matas nativas para a produção de carvão vegetal, iniciada desde o século XIX. A concentração de terras, no entanto, mesmo tendo iniciado entre final do século XIX e inicio do XX, se intensificou apenas a partir da década de 1960, por meio de políticas publicas, como mencionado anteriormente.

Antes disso, em torno da década de 1940, a CSBM iniciou a exploração das matas nativas da área hoje denominada de Baixa Verde. Para esta exploração, homens e famílias de trabalhadores foram sendo levados para ocupar aquela área (trabalhar e residir) na medida em que iam derrubando a floresta e abrindo clareiras na mesma.

Portanto, no período final da primeira metade do século XX, um fluxo de mão-de-obra rural para o trabalho florestal foi atraído de localidades circunvizinhas para iniciar, na localidade de Baixa Verde, sua transformação em assalariado da extrativa. De inicio, trabalhava-se para outros derrubando madeira, picando lenha e fazendo carvão. Ao mesmo tempo que trabalhava-se para si em lavouras para o consumo da família, por meio da permissão dos donos das terras. E, vivia-se em uma área florestal, em casas de pau-a-pique construídas nas clareiras das matas nativas que estavam sendo exploradas. Aproximadamente duas décadas depois, estes trabalhadores rurais iniciaram nas *matas*

de Baixa Verde, os primeiros plantios de eucaliptos que foram progressivamente substituindo as áreas até então permitidas para o plantio de lavouras. Marca-se, assim, o período final da vida dos trabalhadores de Baixa Verde na floresta que então deixou de existir. O primeiro plantio de eucaliptos foi formado e os trabalhadores retirados da área florestal. Estas questões colocadas neste último parágrafo fundamentam o conteúdo do capitulo subseqüente.

CAPÍTULO II

Nas *matas* de Baixa Verde

1. A ocupação das Matas Nativas

Nas primeiras décadas do século XX parte da área que hoje corresponde ao município de Dionísio ainda era composta por mata fechada (região de Mata Atlântica). A madeira nativa da área onde o atual distrito de Baixa Verde está localizado foi explorada pela Companhia Siderúrgica Belgo Mineira (CSBM). Não foram encontradas informações precisas sobre o inicio desta exploração mas, na década de 1940, a presença da CSBM já estava consolidada. Nas décadas de 1950 e 1960 já existiam indícios de esgotamento da mata nativa e de surgimento dos plantios de eucaliptos.

De acordo com parte da literatura existente (Costa, 1995; Monte-Mór, et alli 1997; Gonçalves, 2001) e segundo algumas falas de atuais moradores de Baixa Verde, é possível apontar para a existência de famílias que foram construindo a história de parte das regiões Central e Rio Doce em Minas Gerais, por meio do processo de ocupação de terras cultiváveis para plantio de lavouras de subsistência. Conforme um destes moradores, as famílias escolhiam um pedaço de terra para nela residirem e plantarem lavouras: "escolhe o lugar, né... Cada qual tinha um pedacinho de terra. Só que não era vendido não, né, era de posse... chegava e falava: este pedaço é meu... E ai começava a plantar" (Entrevista 7)[54]. Conforme Mercadante (1973, p. 59), crônicas locais afirmam que "as matas, à esquerda e à direita do rio Doce, foram pouco a pouco recebendo os posseiros, atraídos pela fertilidade da terra".

Como mencionado no capítulo anterior, na parte do estado de Minas Gerais onde a economia florestal primeiro se consolidou, processou-se, a partir da década de 1940, uma transformação de vários povoados de municípios mais antigos em novos municípios. Atualmente a identificação de determinadas localidades tornou-se mais precisa, sobretudo quando se consideram delimitações geográficas e administrativas.

[54] No anexo nº. 6 encontra-se uma lista com uma descrição sucinta de cada entrevistado. Todas as falas dos entrevistados foram transcritas considerando as normas da língua portuguesa, excetuando apenas termos bastante próprio dos entrevistados ou concordâncias onde a correção poderia influir no sentido da fala.

Não obstante, localidades como Baixa Verde, áreas circunvizinhas como Ponte Alta[55] e Conceição de Minas em Dionísio e áreas de municípios como São Domingos do Prata, Marliéria e São José do Goiabal[56] foram, até um período recente, apreendidas por muitos moradores como uma mesma localidade. Um deles ao falar sobre o trabalho de seu pai, indicou uma certa indissociação entre Baixa Verde e outras localidades circunvizinhas: "toda vida meu pai trabalhava... Só tocava cultura de roça... Aqui nessa região nossa mesmo... nós trabalhávamos lá para os lado de... estes trem a fora" (Entrevista 13). Para vários outros moradores *estes trem a fora* foram caracterizados como *matas*: espaço no qual se encontrava floresta nativa fechada ou sendo explorada e áreas ocupadas por populações residindo em posse ou propriedade denominadas de *fazendas*[57]. Os residentes eram entendidos como aqueles que viviam nas *matas*: "a vida aqui não era fácil não... não tinha este negócio de Companhia. Não tinha Parque Florestal[58]. Só fazendeiro... os fazendeiros que tinha por estas matas mesmo" (Entrevista 7). Uma senhora que trabalhou desde seus nove anos de idade com lavoura mencionou que seu pai foi trabalhador rural numa época anterior às siderúrgicas: "meu pai trabalhava pra fazendeiro... na época não tinha Companhia não. Meu marido que trabalhou em Companhia" (Entrevista 14).

Estas duas citações descrevem parte da trajetória de vida de seus depoentes, quando se referiam a um período mais remoto, anterior à economia florestal, onde o "aqui" não se referia estritamente à Baixa Verde, mas às áreas vizinhas às matas nativas

---

[55] Ponte Alta é um povoado localizado entre a cidade sede de Dionísio e o distrito de Baixa Verde. Em Ponte Alta há presença de *fazendas* onde alguns moradores de Baixa Verde trabalham com lavouras a terça; um conjunto residencial composto por casas de campo do grupo de administradores da CAF Florestal (CAF), onde também alguns moradores de Baixa Verde trabalham, desta vez, como vigias; uma área edificada para treinamento de funcionários, reuniões empresariais e hospedagem de visitantes da empresa e as instalações administrativas da CAF. Por ironia, observa-se na porta de entrada do escritório administrativo, duas árvores com placas de identificação, indicando ali a existência de uma Sapucaia e uma Pau-Brasil.

[56] São Domingos do Prata esta a 30 km da sede do município de Dionísio; Marliéria a 25 km e São José do Goiabal a 18 km.

[57] Quando falam sobre os *fazendeiros*, os atuais moradores de Baixa Verde estão se referindo a pessoas que possuíam terras seja como posses ou com titulação. Referem-se ou a *fazendeiros* que trabalhavam a terra contando apenas com a mão-de-obra de seu núcleo familiar ou apenas com parte dos membros da família. Ou a *fazendeiros* que concediam parte da terra para outros trabalhadores rurais plantarem lavoura a meia ou a terça. Ou ainda a *fazendeiros* que contratavam trabalhadores para trabalhar diariamente nas lavouras de suas *fazendas* e para a execução de atividades esporádicas. O termo *fazenda* atualmente ainda é utilizado para designar aquele que ainda tem "*a terra dele*" e planta lavoura nela.

[58] A referência desta fala é ao Parque Florestal Estadual Rio Doce que se estende pelos municípios de Timóteo, Marliéria e faz divisa com o município de Dionísio. O Parque foi delimitado com a finalidade, divulgada pelo Estado, de proteger parte da área remanescente da floresta Atlântica em Minas Gerais. Conforme alguns moradores de Baixa Verde, ele faz parte do distrito.

que posteriormente passaram a ser exploradas. Mas é também possível que estivessem se referindo a um período no qual as Companhias Siderúrgicas já exploravam a madeira mas, de modo indireto, por meio dos posseiros e proprietários de terras locais que passaram a fabricar carvão. A *Companhia* é, na perspectiva do morador de Baixa Verde, relacionada aos processos de concentração de terras e assalariamento dos trabalhadores rurais. A separação entre este tempo no qual se trabalhava apenas com lavouras e o período já marcado pela presença das siderúrgicas pode ter sido tênue no final da primeira metade do século XX. Muitos depoimentos indicaram que cada vez mais se tornava tênue a separação entre *fazendeiros* que só trabalham com plantio de lavouras e *fazendeiros* que também produziam carvão como empreiteiros para CSBM.

A separação entre as atividades de lavoura e as atividades florestais no final da primeira metade do século XX não pode ser generalizada para todo o município de Dionísio, o que contribui para especificar a área de Baixa Verde, ou, mais precisamente, para delimitar o que é hoje denominado de *Setor CAF* (distrito de Baixa Verde em Dionísio e parte do município de São José do Goiabal). Entretanto, considerando os atuais moradores de Baixa Verde, pode se dizer que, mesmo entre os mais antigos e que viveram antes em outros agrupamentos populacionais e, portanto, se inseriram numa realidade na qual predominava o trabalho com lavouras, encontram-se trabalhadores que possuem em suas trajetórias um tempo significativo de trabalho na produção de carvão, desmatamento das matas nativas e/ou na plantação de eucaliptos.

É bastante presente na fala dos atuais moradores de Baixa Verde a menção à lavoura nos *tempos antigos*: "Antigamente todo mundo mexia era com roça, só com plantio mesmo" (Entrevista 1). É possível dizer que a maioria dos residentes das *matas* de Baixa Verde era de origem rural, sobretudo, no sentido que trabalharam de algum modo com lavouras. Antigos moradores afirmaram que sempre moraram na área de Dionísio ou circunvizinha e que iniciaram o trabalho na lavoura com idade de oito a dez anos, em terras dos avós ou dos pais. Mas, devido o tamanho das terras das famílias não proporcionar trabalho para um grupo familiar muito extenso, alguns dos membros passavam a trabalhar para outros posseiros ou proprietários de terras. Conforme um deles: "Nos morávamos no terreno do meu avô, mas ele era um terreno pequeno... um pouquinho que tinha... que plantava né, meu pai já plantava com outro fazendeiro" (Entrevista 4)[59].

---

[59] De modo geral, a discussão sobre o campesinato na história rural brasileira remete ao período colonial. Para Franco (1983), era na mata que transcorria a vida da população rural e era de lá que esta população

De acordo com uma antiga moradora, há cerca de quarenta ou cinqüenta anos atrás: "mexia só com plantio e gado, mexia com gado, com plantio e fazia rapadura, essas coisas, minha filha: colhia o arroz, colhia o feijão, colhia o milho né, ai saía com aquela quantidade de mantimentos que eles colhia e vendia para fora" (Entrevista 1).

Para vender estes mantimentos era necessário transportá-los em tropas: "em tropa hem, não tinham caminhão também não". Também havia aqueles que trabalhavam para fazendeiro com café: "enchia saco de café de 60 quilos... ai quando era o dia de sexta feira tinha que está ali com aquela sacada toda do café, todo catado e já pesado para levar... e na tropa, não tinha caminhão... era só na tropa" (Entrevista 1). Segundo a entrevistada alguns socavam o café no pilão enquanto outros selecionavam o café que ficava estendido no chão para secar: "socar, não era a gente que socava não... colocava, assim, no chão e ai a gente ia soprar aquele café para pesar, não podia deixar nada assim, uma pedra, tinha que ser tudo sopradinho. Era assim, minha filha, nossa vida foi muito trabalheira..." (Entrevista 1). Também faziam rapaduras, biscoitos, farinhas e vendiam entre vizinhos. E havia os que trabalhavam com atividades como socar arroz e recebiam em espécie:

> Só plantava para os outros. Trabalhava pros outros. Eu trabalhava, às vezes passava na rua, tinha uma dona que falava assim, vem cá amanhã, para socar um pilão de arroz pra mim... Chegava lá, me dava aqueles pilões cheinhinhos de arroz, socava aquele arroz todo. Tinha que catar. Quando eu saia para ir embora, ela falava assim: vou dar você meia rapadura para você fazer café. Pagava com aquilo, hem. Dinheiro que é bom você não via não (Entrevista 1).

---

tirava a maioria dos recursos para sua sobrevivência, expressos numa relação estreita entre homem e natureza e, num "amálgama de trabalho e lazer característicos da modalidade de ajustamento e adaptação encontrados por esse grupo" (op. cit., p. 22). Por sua vez, Martins (1981) analisa a formação do homem pobre e livre no período colonial brasileiro como resultado dos processos de mestiçagem. Os bastardos foram excluídos das heranças e, assim, "entraram para o rol dos agregados da fazenda, excluídos do direito de propriedade, obrigados ao pagamento de tributos variados, desde serviços até gêneros, segundo a época, as circunstâncias e as condições do fazendeiro". Entre estes, também estão os "excluídos e empobrecidos pelo morgadio, regime que tornava o primogênito herdeiro legal dos bens de um fazendeiro" (op. cit., p. 32). A questão do morgadio permite correlacionar a formação do homem pobre do campo com a questão da terra. Os mestiços tanto quanto os brancos excluídos da herança pelo morgadio, abriam suas posses. Mas este último podia, após a ocupação, obter sua sesmaria, o que não ocorria no caso do mestiço (op. cit., p. 33). O processo de formação dos agregados criou entre eles e os fazendeiros todo um conjunto de relações de trocas de favores, que não se restringiam às relações econômicas. As trocas eram, sobretudo, relações sociais e culturais. As relações de parentesco, de compadrio e vizinhança se consolidaram assim de maneira significativa para a formação da identidade sócio-econômica do homem pobre rural. Martins (1981) argumenta que o campesinato no Brasil não pode ser representado como "uma sobrevivência do passado" (op. cit., p. 16) e que a sua formação é de certo modo simultânea à formação do proletário rural, o que também permite entendê-la como produto do modo de produção específico do capitalismo deste país. Daí ser possível entender porque o trabalhador livre, pobre e itinerante consolidou seu lugar, ora como camponês, por meio das formas sociais da morada, da agregação ou do regime de colonato, ora como assalariado sazonal, que em conjunto com os posseiros tornaram-se os novos marginalizados do sistema.

Também foram relatadas recordações sobre o trabalho para *fazendeiros* na própria área de Baixa Verde. Elas revelam especificidades das atividades agrícolas nas primeiras décadas do século XX, sobretudo no que diz respeito aos trabalhadores rurais que não possuíam suas próprias terras:

> Cada área tinha um homem, um empreiteiro que mexia com roça, ele ia passando... vendia pra você uma sacola de açúcar, um quilo de banha, ia anotando, mas você num pagava aquilo não.
> **P:** Quem anotava? O fazendeiro?
> **R:** É o fazendeiro. Você tinha que pagar e ia pagando. Trabalhava para você e para eles. Ia pagando nos serviços deles... você trabalhando ano inteiro com eles, no fim do ano, na colheita, você colhia muito milho, muito feijão, muito arroz mas tinha que pagar. Ia descontar tudo o que você devia eles. No fim da conta, devia o que você colhia e tinha que passar tudo pra ele. Num dá nem pra pagar ele, o que você devia ele... quem tinha lucro é só ele. Empreiteiro, pegava tudo o que você plantava (Entrevista 3).

Um outro antigo trabalhador de Baixa Verde mencionou que, ao chegar no local, foi viver em uma propriedade onde o proprietário havia oferecido área para plantio:

> Ele falou: vou dar para vocês uma área grande... para vocês plantarem à vontade, colher muito milho...
> **P:** Isto onde?
> **R:** Aqui, na mata... Ai a gente foi para lá... e começou plantar. Ai ele falou: oh, não falta nada pra vocês comer, por causa do armazém... mas só que é esse o problema do caso do pobre... a gente num vai culpar os patrões não, porque ninguém é culpado da infelicidade. O patrão também tem que tratar do dele, né?! Hoje o preço da mercadoria está difícil... acabou eu vou lá e busco mais, e vai anotando, vai anotando tudo pra acertar com mantimento na colheita... só que o mantimento, na colheita, ele cai o preço. Eu comprei num dia, amanhã quando vou te pagar é outro preço... Eles faziam muito disso. Eles davam terra pra pessoa e liberavam crédito pra pessoa... Ali a pessoa ia comprando, quando chegava a época da colheita, a pessoa pagava com aquilo que colhia (Entrevista 4).

Ressalta, neste contexto, a presença das mulheres. Conforme uma delas: "a vida toda nossa foi na roça. Começamos ajudando o pai da gente. Depois trabalhava na roça para ajudar o marido da gente, que ganhava salário muito pouquinho. Não dava para as despesas não" (notas de campo). Esta é uma frase que, com pequenas variações, foi dita por diferentes mulheres residentes em Baixa Verde e expressa o que era o seu trabalho e o que significava trabalho para elas. Já foram mencionadas falas que apontaram para atividades como pilar arroz, que se caracterizavam por serem esporádicas, feitas apenas mediante alguma demanda e por serem atividades pelas quais trabalhavam sem saber o quanto receberiam no final do dia de trabalho, sendo na maior parte das vezes remuneradas por espécie. Uma senhora mencionou trabalhos prestados para os quais era irrelevante cobrar:

> Trabalhava igual um burro para os outros e perguntava quanto que é: não num é nada não... porque o dinheiro que a gente ganhava num adiantava... falava que num era nada não, trabalhava dado... assim em lavação de roupa... mas só os trem que a gente ganhava pra comer, ganhava roupa também.
> **P:** E a senhora trabalhou na roça...?
> **R:** Trabalhei, eu trabalhei na roça
> **P:** E o que a senhora plantava era do fazendeiro? Não era de vocês não?
> **R:** Não, para nós e pra fazendeiro. Metade. Metade para um. Metade para o outro (Entrevista 14).

Estas falas sobre o trabalho estão em um contexto onde a realidade lembrada e narrada pode ser estranhada por quem lembra e narra, tendo em vista as mudanças ocorridas. O ter sido remunerado por espécie é apreendido positivamente por alguns, porque relativiza a falta de valor do trabalho exercido. Ademais, a última fala citada, demonstra um contexto bem característico do mundo rural: trabalhavam na lavoura a meia para *fazendeiros* e prestavam outros serviços pelos quais não se cobrava, dada a relação personalizada que permeava tais serviços. A despeito da concepção de um trabalho tão intenso que se assemelhava a um trabalho não humano e que não era remunerado, permitia ganho de alimentos e roupas[60]. Ser remunerado por espécie é apreendido negativamente por alguns outros, porque percebido como trabalho sem valor em comparação com a realidade atual, permeada pelo valor monetário do salário ainda que tido como insuficiente para as despesas. Insuficiente, mas atualmente de mais fácil acesso, como demonstra uma outra fala:

> Comecei a trabalhar nova... com nove anos já estava trabalhando nas fazendas. Apanhando café com os balaios na cintura... Chegava no final do mês isso não dava para nada. Você não alembra, nunca nem deve ter ouvido falar, mas existia um tal de tostão. Você trabalhava um mês... ganhava um tostão. Com aquele tostão dava para você comprar muita coisa (Entrevista 1).

Esta fala, onde a contradição do valor monetário que *não dava para nada* e ao mesmo tempo permitia *comprar muita coisa,* é expressiva tanto da dimensão idealizada sobre o passado quanto da dimensão igualmente idealizada do presente. Mas, sobretudo,

---

[60] Relações personalizadas que permitem ao trabalhador idealizar suas condições de vida e trabalho também são apreendidas em outros estudos como o de Martinez-Alier (1977), sobre trabalhadores do interior paulista em lavouras de café. A autora demonstrou perspectivas positivas dos trabalhadores sobre os patrões: "quando acabava a colheita os patrões era tão bom, matava boi, dava para a gente, dava vinho; fora das ruas de café ainda recebia quadra de terra arada limpa para plantar e, no fim do ano, quando colhia, também dava o carreto para puxar" (op. cit., p. 73-74). Também deve-se mencionar os estudos de Palmeira (1977) e Sigaud (1977) sobre trabalhadores dos engenhos açucareiros na Zona da Mata de Pernambuco, frisando as especificidades dos diferentes contextos destes estudos com o da presente pesquisa.

permite apreender a dificuldade de obter dinheiro e a atual dependência dele para garantir a sobrevivência.

Não há estudos sobre a história da estrutura fundiária de Baixa Verde que permitam ressaltar o processo histórico de constituição de posses, aquisição de propriedades juridicamente registradas e transferências de posse ou propriedade. Não obstante, algumas falas de atuais moradores permitem alguma compreensão sobre as relações entre a consolidação da economia florestal e processos de perda ou transferência de terras. Um atual morador, referindo-se à formação do Parque Florestal Estadual Rio Doce, forneceu indícios para pensar como foi a inserção de pelo menos parte dos primeiros trabalhadores que abriram as matas nativas para a CSBM e a relação desta inserção com a saída de suas antigas posses ou propriedades, uma vez que alguns dos posseiros, por motivos não claros, transferiram suas posses para outros proprietários e se dirigiram para a área de Baixa Verde, que começava a ser aberta: "Teve a visita daquele bispo que queria fazer um patrimônio. Fez o Parque... vou falar a verdade. Numa parte foi bom, noutra parte não. Mas tinha que ser porque se não já tinha secado, já tinha acabado isto aqui tudo" (Entrevistado 7). No tocante a esta dimensão positiva, a menção foi sobre a necessidade do Parque para a preservação de parte das matas nativas locais. Entretanto, ainda conforme aquele trabalhador: "o pessoal que perdeu o terreno lá, vieram abrir aqui a Baixa Verde... aberto aqui, depois do Parque... O pessoal perdeu as posse. O Parque tomou" (Entrevista 7).

Uma das entrevistadas ressaltou em seu depoimento o fato de muitos destes *fazendeiros* terem sido, na época das *matas*, empreiteiros da CSBM, deixando obscuro quem eram os proprietários efetivos das terras ocupadas por tais *fazendeiros*. Esta entrevistada em seu depoimento mencionou que: "na verdade, nem os fazendeiros eles eram donos da terra". Os *fazendeiros* atuando como empreiteiros "pegavam o serviço com a Belgo Mineira e tomavam conta daquela área ali" (Entrevista 3). Não obstante, em um segundo momento, esta mesma trabalhadora afirmou que:

> O J.G tem o terreno dele até hoje. Meu pai saiu do pedaço que nos morávamos, inda ontem estava lembrando... o pedaço era nosso, mas ele [J:G] ficou com ele pra ele. Pai teve que sair porque pai devia a ele... de comprar as coisas. Ele ficou com o nosso pedaço de terra. Nos ficamos sem ele
> **P:** A terra era dele ou da Companhia?
> **R:** É tudo divisão... Não era da Companhia, era só um terreno e a Companhia foi plantando as divisas... Eles, com os papeis na mão, ficam com a terra, vai no cartório registra, bateu a procuração como que vão querer tomar, não tem como, não tem como tomar. Então é por isso que hoje muitos têm a terra deles e muitos que podiam ter não tem. As pessoas humilde como tinha antigamente, como tem hoje ainda, tem muita pessoa humilde. Ele chega num lugar ai... fazer coisa que leva a pessoa até a morte, ele

> chega para lá, vai ter a vida dele. A gente precisa mais da nossa vida do que qualquer outra, acima de qualquer outra coisa, nos precisamos muito mais de ter a nossa vida e de ter mais união do que nós temos...(Entrevista 3).

Esta mesma entrevistada mencionou que seu pai podia ter resistido e procurado reivindicar sua posse: "vamos supor às vezes que ele podia criar caso de querer essa terra, podia chegar ou ele matar o homem ou o homem podia até matar ele. Ou hoje ele podia estar preso na cadeia ou hoje estar morto. Então pra num ter isso aí, deixa" (Entrevista 3). Ainda de acordo com seu depoimento:

> Não foi só ele... foram muitos que fizeram isso mesmo, teve uma casa lá embaixo, num lugar muito bom de morar. A Companhia inclusive enrolou até eles saírem... foram embora e todos dois velhos já, não precisava ter ido embora, mas vai, pessoas humildes, não tem como provar, num tinham condições, num tinham ninguém pra orientar... tinham que sair, ir embora (Entrevista 3).

Houve um momento na história da ocupação desta área, caracterizado pela presença de *turmas* de trabalhadores que residiram nas *matas* junto de suas famílias e passaram a trabalhar diretamente para a CSBM ou para os seus empreiteiros da época (arrendatários ou proprietários de terras na localidade). Os trabalhadores das *matas* de Baixa Verde, no primeiro momento, se inseriram nas atividades de derrubada das árvores das matas nativas, corte e transporte da lenha até os locais nos quais iriam produzir carvão e nas atividades finais de transporte do carvão produzido. Neste momento, alguns trabalhadores chegaram a produzir carvão à terça para aqueles empreiteiros. Mas as famílias trabalhadoras também continuaram a fazer plantio de lavouras em áreas cedidas pelos empreiteiros da CSBM. Esta questão pode ser percebida por meio do seguinte depoimento, de uma outra moradora:

> **P:** Seu pai tinha sítio?
> **R:** Tinha nada não. Ele não tinha. Tudo plantava assim de fazendeiro. Tudo da Belgo, tudo da Belgo.
> **P:** A Belgo (CSBM) cedia para vocês plantarem e, do outro lado, o carvão?
> **R:** Mas o carvão fazia para Belgo... Não era para gente... Os fazendeiros pegavam serviço com a Belgo e faziam aquelas casinhas na beirada de um brejo e punha a gente pra morar, pau a pique. A gente morava lá e trabalhava pra eles... As melhorias, alguma que vinha, eram mais é pra eles. (Entrevista 3).

Para um trabalhador de 83 anos que ainda trabalha nas atividades florestais:

> Eu comecei a vida assim, trabalhando e mexendo com roça... eu plantava era roça ali em baixo. É da Belgo Mineira, isso ai é tudo da Belgo Mineira... a gente trabalhava mais é nas roças ou então picando lenha, fazendo carvão... plantava uma moita assim de milho. Plantar muito não tinha condições de plantar mesmo. A gente tinha que fazer dois serviços. Manter lá e manter pro patrão, e quando chegava a colheita a gente tirava a colheita... pra fim de criar umas galinhas, engordar um porquinho, coisa assim... até hoje estou trabalhando, estou com 83 anos... (Entrevista 4).

Outro trabalhador, também dos mais antigos, ressaltou a existência de certa complementaridade entre o trabalho na lavoura e o trabalho florestal:

> Nós gostávamos quando era tempo de roça também, porque a gente picava a lenha toda, chegava no tempo da roça, a gente descansava da lenha um cadinho. Acabando a roça, voltava pra lenha, outra vez (Entrevista 6).

Para melhor caracterizar o primeiro momento de inserção da economia florestal numa área de Mata Atlântica nativa, ainda fechada e circunscrita por áreas de lavouras, é necessário ressaltar a atividade de corte de madeira de lei que depois deixou de ser constitutiva do ciclo produtivo do carvão. Para um antigo trabalhador:

> A Belgo toda vida toca serviço aí, ela e as empreiteiras. Eu falo pra você porque meu pai trabalhou muito tempo, sou nascido e criado na região aqui, de maneira que meu pai tocava ai nesses mato ai, desmatando sabe, mato, mato pra danar, exagerado. Madeira exagerado... então eles foram abrindo estas mata ai (Entrevista 13).

Conforme outro trabalhador, na ânsia pela madeira e pelo carvão se observaram disputas entre os empreiteiros pelas áreas e pelos melhores trabalhadores:

> Aquela fome de carvão. Aquela fome de madeira. Serviço mais serviço... aquela fome, aquela ganância, ganância por causa de madeira... Empreiteiros mais empreiteiro, de cá é meu, de lá é meu... quando um cara era bom tomava ele, o outro ficava macho... era assim né... (Entrevista 6).

Alguns moradores correlacionaram a CSBM com o *tempo das matas.* Conforme um deles, Baixa Verde "principiou através da Belgo Mineira em torno da década de 1940 com um pequeno povoado residindo em mata pura" (Entrevista 2). Outra relatou que "quando nos entramos aqui era tempo da Belgo. Só que a Belgo só fazia carvão e picava lenha" (Entrevista 1), diferenciando a CSBM da CAF, subsidiária da CSBM, que introduziu o plantio do eucalipto. Com o fim das matas nativas e o surgimento do plantio de eucalipto iniciou-se o *tempo da CAF*.

2. A vida e o trabalho

No momento em que foi feita a pesquisa, existiam moradores em Baixa Verde que não haviam morado nas *matas*. Vieram de outras localidades. Parte da atual população residente em Baixa Verde sempre morou na região de Dionísio. Aqueles vindos da sede do município dizem que vieram ou moraram por um tempo em Dionísio. Os que moraram em outras localidades do município, dizem ter vindo de Areias, Amoras, Conceição de Minas, Grajaúba, Santa Cruz, Requerente e, sobretudo de Ponte Alta. Mas, de modo predominante, todos costumam dizer apenas que vieram da *roça*.

Ou mencionam nomes de lagoas como a das Palmeiras, a da Maúba ou a Mumbaça. A grande maioria menciona que antes vivia *nestas mata toda aí*. Já uma outra parte da população da atual localidade de Baixa Verde veio de fora ou viveu durante certo período em um ou mais lugares, dos quais se destacam a região dos atuais municípios de Ipatinga, Timóteo, São José do Goiabal e um dos distritos deste último, denominado Firma Araújo, que faz divisa com Baixa Verde[61]. Moradores narraram que já mudaram para outras localidades várias vezes mas, por ser em Baixa Verde onde possuem uma casa, sempre voltam: "é onde a gente tem casa então é onde a gente sempre volta" (notas de campo).

Alguns outros dos atuais moradores da vila de Baixa Verde eram crianças quando viveram nas *matas*. Mas, parte significativa possui lembranças daquela época, uma vez que, até o final da década de 1970, ou seja, aproximadamente há vinte e cinco anos atrás a maior parte das pessoas ainda vivia nas *matas*[62].

Não foi possível analisar o processo pelo qual se deu a ocupação das *matas* de Baixa Verde. Uma explicação possível aponta para a inserção da CSBM nas localidades circunvizinhas às matas nativas, por meio de sub-contratação de posseiros e/ou proprietários de terras que se dispuseram a produzir carvão por empreitada. A escolha destes posseiros e/ou proprietários pode ter levado em consideração a proximidade das matas nativas que forneceria a matéria-prima para a produção do carvão vegetal.

Neste contexto, os trabalhadores que iniciaram a exploração da madeira foram progressivamente abrindo clareiras na floresta. Conforme alguns antigos moradores relatam, os empreiteiros da CSBM formaram *acampamentos* nas clareiras que iam sendo formadas, para que fosse possível fixar os trabalhadores e suas famílias à medida que a floresta ia sendo aberta[63]. Segundo estes moradores, havia "nas matas afora vários acampamentos". Não havia famílias agrupadas, sendo as casas muito dispersas umas das outras[64]: "era muita casa, muita casa assim pro mato afora... Não era rua, não era

---

[61] Também foi possível observar moradores provindos de outros municípios mineiros como Marliéria, Bom Jesus do Galho, São Domingos do Prata, Belo Oriente, Santa Bárbara, João Monlevade, Itabira, Açucena, Governador Valadares, Teófilo Otoni, Nova Era, Antonio Dias, Itaúna, Caratinga, Ponte Nova e Belo Horizonte. E, de outros estados como São Paulo, Bahia, Rondônia, Santa Catarina, Espírito Santo e Pará.

[62] Em 64% das casas pesquisadas havia, no mínimo, um dos moradores vivendo em Baixa Verde há mais de 20 anos. Há moradores que estão há mais de 30 anos, 40 e mesmo há mais de 50. Se diz, no mínimo, porque, a pesquisa obteve informações de pessoas que respondiam tendo a família como referencial tanto quanto obteve informações de pessoas que respondiam tendo apenas, elas mesmas como referencial.

[64] Também deve-se considerar que esta área de *mata* é cercada por lagoas e ribeirões e que a existência de lotes de lavoura também influi nesta dispersão.

assim reunida, mas era muita casa... Quando eu mudei pra aqui, morava em acampamento, era um acampamento" (Entrevista 1). Para outra moradora, nas *matas* havia "umas casinhas aqui, outra ali. Tinha um armazenzinho que a gente fazia compra. Trabalhava a semana inteira, trabalhava muito. Aquele serviço duro, o salarinho era pequenininho. A gente ia, comprava o que dava ali, e levava" (entrevista 3)[65].

As casas nas *matas* de Baixa Verde eram de pau-a-pique, tetos de tábua ou sapé. Eram casas sem janelas, com duas entradas. No seu interior, não havia porta de divisão entre quarto e cozinha. Conforme um morador, nas *matas* só existia: "barraco de sapé puro. Só barraco... sapé ou palha de morro, que parece com sapé mesmo, que tinha na mata afora... aí cortava aquilo... pra a gente morar... no mais pau-a-pique barreado de barro" (entrevista 8). Devido ao telhado sem forro, as casas eram frias: "a casa era de sapé, num tinha forro, num tinha nada mas, então a casa era fria mesmo. As pessoas acendia aquele fogo, aquecia a casa" (Entrevista 8). Um outro morador mencionou a ausência de cobertas e roupas que os protegessem do frio:

> Sofri né, muito que trabalhei ô, nunquinha tinha condições de uma coberta boa pra gente cobrir nesse frio, num tinha uma blusa, um sapato, num tinha não... hoje eu vejo ai, meus filhos, meus netos, num ficam chorando ai de frio... Minha mãe levantava, porque mãe é mãe mesmo, ascendia o forno e esquentava roupa assim e... a gente chegava a gemer em cima da cama, chorando, ela chegava e jogava em cima da gente [um pano quente] a gente esquentava e dormia... era desse jeito. (Entrevista 4).

Para uma moradora, estas casas foram construídas pelos empreiteiros da CSBM:

> Era barraca de sapé, minha filha. Não existia nada de telha, nem nada não. Era tampada com tabinha. Tinha as casas assim, com aquelas tabinhas, igual a uma telha e... faziam aqueles barracos de pau a pique e tampavam aquelas casinhas de tabinhas, de sapé...
> **P:** Vocês que fizeram ou...?
> **R:** Não. Assim, a Companhia que fazia. Ela que fazia as barracas... Um empreiteiro que estava mexendo com carvão ali, é que fazia as barracas né?! Era assim (Entrevista 1).

Com os *acampamentos* dos trabalhadores nas clareiras das *matas* tornou-se mais intenso o ritmo do desmatamento e a possibilidade de liberação de lotes para o plantio de lavouras. A *mata* foi, então, deixando de ser *mata*. Com a floresta devastada, os lotes

---

[65] A dispersão nas *matas* de Baixa Verde pode ter sido fundamental para uma relação mais personalizada entre os trabalhadores e os empreiteiros que desmatavam as matas nativas e produziam o carvão, mas não impedia que os trabalhadores, por meio de caminhadas, fizessem visitas, fossem à missa, onde encontravam com outros trabalhadores, tivessem relações de sociabilidade, como festas e se relacionassem também no âmbito do trabalho florestal e de produção do carvão. O estudo de Palmeira (1977, p. 106-107), é exemplar para se apreender a relação entre dispersão, relações personalizadas entre moradores e senhores de engenho e a possível autonomia dos trabalhadores: "Os *moradores* com sítios, moram dispersos pelos corgos ou grotas, dispondo de uma autonomia maior... No corgo, livre não só de... vizinhos em geral, o *morador* só tem diante de si, sua própria família e sua relação com o senhor de engenho". Deve-se ressaltar as especificidades bastante singulares das relações de trabalho na cana no Nordeste brasileiro em razão do longo tempo histórico que as permeiam, uma vez que possuem uma história de mais de quatrocentos anos.

de lavouras permitiram a fixação dos moradores em um local mais propício para residir, ainda que não existisse um agrupamento de população. A dispersão das casas nas *matas* foi ocorrendo à medida que a floresta foi sendo aberta e que foram surgindo um maior número de trabalhadores. Os lotes liberados para plantio de lavouras podem ter sido um mecanismo utilizado para atrair e fixar famílias de trabalhadores. Entretanto, o desmatamento das matas nativas resultou na necessidade de iniciar os plantios de eucaliptos. Progressivamente, diminuíram as condições das empresas manter seus trabalhadores nas *matas* e os lotes de lavouras foram proibidos.

Conforme uma moradora, nas *matas* de Baixa Verde, as casas eram bastante precárias, algumas já quebradas. Não obstante, este cenário de pobreza foi contraposto a outro, o da *fartura*, no tocante ao milho, feijão e arroz produzidos pelos trabalhadores que viviam nestas *matas*:

> Quando eu entrei aqui, era só barraco. Não tinha casa não. Só barraco de pau a pique e você chegava lá nas casas assim, você via aquelas pessoas morando naquelas barracas, com aqueles pau caindo, aquelas paredes já tudo caindo... Mas, era muita fartura.
> **P:** Fartura de que?
> **R:** De mantimento. De tudo, tinha muito. Ninguém quase não comprava nada assim, nos armazéns não...
> **P:** E de onde vinha estes mantimentos?
> **R:** Eles plantavam, uai! Plantavam. Faziam carvão e plantavam milho, plantavam arroz.
> **P:** As pessoas que moravam aqui?
> **R:** É, plantavam arroz, plantava, milho, feijão. Todo mundo colhia, engordava capada. Tinha muita caça. Ninguém comia sem carne não. Matava muito. Naquela época podia matar. Não é igual agora, que não pode matar nem passarinho... Naquele tempo, podia matar tudo que era bicho (Entrevista 1).

Muitas indicações do que era a vida na *mata* aparecem em falas que contrastam o que não tinha nas *matas* e o que se encontra no período atual na área edificada de Baixa Verde. Nas *matas* não existia farmácia, delegacia, açougue. Atualmente:

> Têm os armazéns. Tem açougue né?! Tem delegacia. Tem farmácia. Têm muitas lojas. E aqui, não existia nada disso. Nada, nada. Você num achava. Se você quisesse comprar um pedaço de pão, tinha que sair para fora pra você comprar, porque aqui, não tinha nada (Entrevista 1).

No período das *matas*, de acordo com muitas falas, a alimentação[66] baseava-se fundamentalmente no que podia ser produzido a partir daquilo que os trabalhadores

---

[66] Conforme Mercadante (1973, pp. 74-75), em Minas Gerais, "o caipira apóia-se no tutu de feijão, angu com torresmo e na mandioca. A carne de porco em pedaços acompanhava o prato em mistura – a panelada – com pimenta e couve. Havia versatilidade no uso do milho, cozido ou assado, servindo para mingau de milho verde, usado para bolos. E ainda o fubá, para broas, bolos, além do acompanhamento

colhiam nos lotes, para plantio de lavouras, concedidos pelos empreiteiros da CSBM. Assim, a alimentação era "feijão, arroz, fubá... isto tudo com fartura. Tudo que era verdura" (Entrevista 8). Do fubá eram preparados mingaus "adoçados com rapadura". Também houve menção de batatas e, conforme uma moradora: "às vezes tinha apenas batatas para servir de jantar aos filhos" (notas de campo). Outras falas indicam a existência de abundância de alimentos: "As comidas eram aquelas paneladas de canjiquinha, feijão. Aquelas tuia, tudo com aquele tanto de mantimento" (Entrevista 11). Também havia plantio de mandioca e praticamente inexistiam mulheres, ainda que muito jovens, que não soubessem fazer farinha ou polvilho. Com a farinha ou polvilho de mandioca ou de milho faziam bolos, pães e biscoitos: "antigamente não existia fogão a gás, não existia nada. Bolo era feito em fogão de lenha. Tirava as brasas, pegava a massa, punha na panela, pegava um pedaço de brasa, colocava na boca da panela, quando ela assava por baixo, ela assava por cima também" (Entrevista 8). Já o milho era utilizado não apenas para o fubá ou para fabricar polvilho ou farinha mas também "engordava porco, muita galinha..." (Entrevista 8).

De acordo com uma entrevistada já mencionada, antigamente nas *matas* não era proibido caçar, portanto "ninguém comia sem carne". Outro morador falou sobre a criação de porco e galinhas e, por outro lado, também sobre a ausência de gado:

> Leite era a coisa mais difícil do mundo... Num tinha vaca. Num existia. Pra arrumar um litro de leite, tinha que viajar é longe. Viajar longe pra arrumar um litro de leite. Eram as duas coisas mais difíceis que tinham. Num tinha leite e carne também. Pra ter carne tinha que engordar seu porco em casa mesmo. Também tinha muita galinha. Então, num comia sem carne. Comer sem carne num comia. Mas, não que tivesse um açougue pra gente comprar (Entrevista 8).

Deve-se considerar a especificidade da vida destas famílias nas *matas* no tocante à realidade de viverem sem leite. A vaca leiteira sempre teve uma importância singular para a população do campo. Além da já referida precariedade do tipo de habitação, é possível ver nesta ausência de gado uma outra indicação de fixação precária dos trabalhadores e suas famílias.

---

para o feijão e angu. Toda a base alimentar procedia da região mineradora, sem uma direta influência indígena. Esta limitou-se a frutos silvestres e ervas, sobretudo as medicinais. Outros alimentos possibilitavam a variedade no próprio trivial. Abóboras, batata-doce e principalmente o cará. O último, substituto do pão... Acrescentem-se o leite e o peixe de água doce e o estimulante da aguardente". Portanto, parece que, com poucas exceções, muitos dos mantimentos mencionados por Mercadante para descrever a alimentação do mineiro nas primeiras décadas do século XX, foram citados pelos moradores de Baixa Verde.

Um legume muito mencionado foi a abóbora: “carro saía lotado de abóbora, aquelas abobronas que a gente quase num agüentava colocar no caminhão, tudo que plantava para a família” (Entrevista 10). Frase esta que demonstra que, ao mesmo tempo que se plantava para família, também há indícios de venda de mantimentos. Muito provavelmente estas vendas diziam respeito à parte (meia ou terça) que correspondia àqueles que concediam terra para as famílias trabalhadoras que também atuavam nas atividades florestais.

Também se registraram menções a lavouras permanentes. Ressaltou-se a menção de árvores frutíferas plantadas nas *matas*: “para a Companhia, num tinha dificuldade de plantar. Era só a pessoa querer plantar. Igual todo lugar que eu já morei dentro das matas aqui, tem laranja, tem mexerica” (Entrevista 8). Também foi mencionado a existência de plantio de café. Para fazer café, uma moradora narrou que era necessário fabricar o pó: “para fazer o pó de café nos tinha que colher... ai a gente tinha que descascar aquelas vaginhas, levar no fogo, torrar e depois socar e pra fazer o café – isso ai é que era o café da gente” (Entrevista 3). Quando não era possível fazer o café, a mesma moradora narrou que “quando não tinha nada mesmo, moia o milho, naquele moinho de ferro, tirava o fubá, coava ele e fazia aquele fubá suave pra nós, só com um pouquinho de sal e a gente tomava aquilo e partia para trabalhar” (Entrevista 3). Também foram mencionados plantios de cana-de-açúcar e fabricação de rapadura, com a qual se tinha costume de adoçar o café e mingaus. Também se fazia melado e uma moradora falou dos “torrões de lenha para ferver a garapa” (Entrevista 1). Outra forma de adoçar o café era com mel:

> O mel naquela época... era diferente... porque era tudo mata virgem né. Você entrava na mata assim ... uma abelha lá no pau... Era daquela abelha... que é tudo mansinha. Ai no mato, direto tinha... Agora, esta abelha ai, que eles fazem o mel dela hoje, é uma abelha muito esquisita, ela é brava demais, então num mexia com aquilo não. Punha era fogo nela. Antigamente, que achava uma abelha desta que eles estão criando hoje, queimava ela. E tinha outras que faziam o mel e num tinha problema nenhum de tirar, porque num tinha problema nenhum e ela num ferroava, nem nada (Entrevista 8).

A *fartura,* mencionada por vários atuais moradores de Baixa Verde, é uma categoria já bastante trabalhada pelos estudiosos de comunidades rurais brasileiras. Tal categoria é comumente, nas análises sociológicas e antropológicas, correlacionada com possíveis situações sociais de idealizações do passado (Sigaud, 1977; Sigaud, 1979; Palmeira, 1977). Para o caso de Baixa Verde, atualmente, como será discutido nos capítulos subseqüentes, o fim progressivo de acesso à terra para plantio de lavouras para

a subsistência das famílias pode ser uma razão para apreender o passado como um período marcado por uma *fartura* atualmente inexistente.

A categoria *fartura,* para o caso de Baixa Verde, em parte, também pode ser analisada para apreender a perspectiva de alguns dos atuais moradores que não tiveram em seu passado acesso à terra para plantar lavouras. É o caso, sobretudo, daqueles que trabalhavam nas áreas circunvizinhas como diaristas nas fazendas existentes. E que, portanto, já estavam inseridos em um contexto social onde progressivamente o dinheiro tornava-se necessário para a aquisição de mantimentos em estabelecimentos como armazéns. Neste sentido, torna-se possível compreender algumas falas, como a de uma antiga trabalhadora oriunda do município de Marliére que começou a trabalhar com nove anos como diarista em lavouras de café em um contexto no qual "dinheiro era muito penoso" e as condições de trabalho de seus pais parecem ter sido semelhante:

> **P:** E esse trabalho que a senhora fazia nos cafezais era fazenda de outras pessoas ou era de seus pais?
> **R:** De outros... coitados... de outros fazendeiros, meus pais não tinham nada não, minha filha. Lutavam com a vida, para viver, para comer. Porque naquele tempo nem comer direito a gente não podia comer não, o que ganhava de manhã, você já tinha comido de noite... Tudo você tinha que comprar, mas era com mais dificuldade, tinha que trabalhar a semana inteira para você pegar aquele dinheirinho para você comprar... você tinha que ter o dinheiro para comprar, se não tivesse, você passava fome né. E o dinheiro muito, muito penoso mesmo. Dinheiro antigamente era sofrido por que só trabalhava pra fazendeiro então não tinha jeito (Entrevista 1)[67].

Os atuais moradores também se referem à inexistência de água encanada e luz elétrica na época das *matas*:

> Quando eu entrei aqui, não existia água, não existia luz. Iluminava era com luz de lamparina com querosene, ou então vela. Não sabia o que era uma luz elétrica (risos). Hoje não, graças a Deus, você vê está tudo iluminado, você olhava este trem aqui... aquela escuridão... O dia que falta luz, eu digo, oh gente, eu já conheci aqui assim ó, só escuridão. Hoje não, hoje, graças a Deus, está muito bom (Entrevista 1).

Devido à falta de água encanada e energia elétrica, os moradores de casas de pau-a-pique e sapé tomavam banho em bacias. Buscava-se água na cisterna com baldes "para dar banho na meninada". As mulheres esquentavam a água no fogão a lenha, dava banho nas crianças na cozinha e depois levava-as para o quarto. Então o casal tomava o

---

[67] Estas questões parecem ter que ser consideradas ao se pensar nos possíveis motivos que foram mobilizando os trabalhadores rurais dos povoados circunvizinhos à área de *mata* que estava sendo explorada pela Companhia Siderúrgica Belgo Mineira (CSBM), passarem a trabalhar para aquela empresa ou para suas empreiteiras.

banho. Tomavam na bacia com os pés de fora. O marido enxaguava a mulher e vice-versa. Também nestas casas onde moravam, não "tinha lugar de fazer necessidades da gente". Havia, então, na parte externa da casa uma fossa construída por eles mesmos. Tratava-se de "uma casinha de sapé onde se fazia um buraco de três a quatro metros onde fazia a necessidade. Pra não dar muita catinga colocava cal" (notas de campo)[68].

Há um número substancial de lagoas e ribeirões que circunscrevem o município de Dionísio e o distrito de Baixa Verde e a pesca sempre teve importância na vida da população local, seja como lazer ou como complemento alimentar[69]. Da mesma forma que os atuais moradores falaram da caça, também falaram muito sobre a pesca. A diferença é que no momento atual ainda se pesca muito, a despeito de algumas recentes tentativas de proibição por parte da CAF e proibições legais como no que diz respeito à pesca por meio da rede. Uma moradora atual que sempre viveu em Baixa Verde, mencionou, se referindo à vida nas *matas*, a pesca e as dificuldades de vender os peixes:

> Eu pesquei muito lá pra baixo, na época que a gente morava lá, vendi bastante peixe também. A gente morava na beira da lagoa... Às vezes a gente vendia. Tava precisando do dinheiro, aparecia na hora certa né? Era o peixe que vendia. Era muito, mas só que era difícil. Até o peixe que vendia era difícil... não tinha comprador. O pessoal não tinha dinheiro pra comprar (Entrevista 3).

O mesmo se dava com o que se plantava. Restringia-se ao consumo familiar, também devido às dificuldades de vender o plantio:

> **P:** Você disse que plantou lavoura nas *matas*. Era para o consumo da família ou vendiam o que plantavam?
> **R:** Ás vezes você tinha as coisas de vende, mas não tinha quem comprar... Era muito difícil. Quando a gente pegou para plantar mesmo, que tinha muitas coisas pra vender, era difícil de mais. É difícil você vender um caminhão de milho... também se quisesse vender era a preço de banana... rendimento, não tinha nada. Às vezes tinha muito porco, muita galinha, muito ovo, muita coisa, mas como é que vendia, vender pra quem? (risos) Não tinha jeito de vender... Tinha que ficar com aquelas coisas... quantos balaios de milho a gente jogava fora, queimava, encarunchava, jogava fora (Entrevista 3).

Conforme um outro depoimento, até a década de 1980, quando os moradores de Baixa Verde ainda viviam nas *matas:* "todo mundo morava mal mas tinha muito plantio" (notas de campo). Esta fala, de um ex-trabalhador da CAF que se aposentou como *chefe de turma* e que no momento presente é vereador, relacionou a existência de *fartura* do período das *matas,* quando os trabalhadores tinham direitos a lotes de

---

[68] Esta questão não pode ser devidamente explorada pela pesquisa. Ficou em aberto, então, um maior entendimento sobre os padrões de moral naquela época.

[69] Chegou a se ter informações da existência de aproximadamente quarenta lagoas sem considerar os ribeirões.

lavouras, com o fato de Baixa Verde ser uma "região muito rica", que fornecia "peixe a vontade, tinha lenha a vontade, banana, vai pro mato a fora e acha" (notas de campo). Os moradores que residiram nas *matas*: "não tinha gasto com luz, gás... tinha a distância do comércio, da saúde. Era muito sofrimento quando ficava doente, mulher para ganhar menino, muito sofrimento" (notas de campo). Ou seja, a *fartura* devido à riqueza natural de Baixa Verde foi contraposta às insuficiências de infra-estrutura para a moradia e as condições precárias de transporte, higiene e saúde dos trabalhadores. Assim, o período das *matas* foi descrito como marcado por muitas doenças, febres, ausência de remédios, farmácias e médicos. Condições de vida que passam a ser apreendidas como bastante precárias sobretudo quando comparadas a algumas transformações atuais.

Ainda para o período das *matas* também foram mencionadas duas antigas moradoras – uma já falecida, outra ainda residente – que foram parteiras por muitos anos em Baixa Verde, bem como notícias de médicos de famílias, assim identificados porque eram médicos que visitavam os doentes em suas próprias residências. Eram pessoas de fora, mas conhecidas e admiradas por todos. Também se falou em mulheres e homens que, por serem benzendeiros e conhecedores de ervas para chás medicinais, eram bastante procurados pelos moradores doentes e pelos trabalhadores acidentados no trabalho. Conforme um poeta que fez descrições sobre Baixa Verde e sua população, "as pessoas usavam plantas medicinais. Chá cozido na panela" (Araújo, 1996, p. 5). Houve também menções a enfermeiros que atendiam os trabalhadores da CSBM e de seus empreiteiros.

Sobre as doenças, vários trabalhadores que ainda vivem em Baixa Verde enfatizaram a existência das febres e malárias que assolavam as *matas* nos primeiros anos em que eles nelas viveram e trabalharam. Um deles, com aproximadamente 80 anos, mencionou que quando chegou no local em 1950, em razão da presença da *mata* e do calor, ocorria muita picada de mosquitos e bichos que provocam doenças tendo como principal sintoma a ocorrência de febres. Paradoxalmente, tais febres, em alguns momentos, foram razão para a fixação de trabalhadores que precisavam dos remédios e vacinas que estavam sendo aplicadas nos doentes:

> Tudo aqui era mata fechada... Febre, malária demais da conta... quando eu tinha três meses que eu estava aqui... eu não estava agüentando o calor que tinha aqui. Tinha muita picada e febre que num acabava de jeito nenhum... ai eles me aconselharam que eu num podia voltar, porque o remédio que eles dava pra cortar a febre, lá por minhas terras num tinha... ai fiquei quieto.

P: Quem te aconselhou?

R: Os colegas de trabalho, os mais antigos ai. Ai, fui ficando, fui ficando, ai... quando num tinha mais remédio nenhum pra tomar para cortar febre, eles aplicaram uma injeção... essa daí que acabou com a febre. Acabou e eu continuei trabalhando. Foi acabando a febre. Fui ficando. Mas aqui era uma coisa horrorosa. Num era coisa fácil não. Eu fiquei porque eu num tinha pai, num tinha mãe. Então para mim voltar, para mim voltar pra trás com febre, num tinha ninguém minha pra poder me socorrer, ai fui ficando e já estou com estes anos todo ai... vim pra aqui, fiz 16 anos. Quando perdi mãe estava com nove anos. Perdi mãe e pai... fui criado pro mundo a fora. Nas casas dos outros. (Entrevista 8).

Para uma antiga moradora, nas *matas* também era comum a morte de crianças:

Eu vi muita coisa aqui... vivi muita coisa, graças a Deus, nunca perdi um filho. Perdi agora depois de velha.... E nunca internei um filho meu. Deus me deu tanto assim; recebi tanta graça, por que nunca que precisei internar um filho... porque você vê... passava um aqui... e falava eu vou ali buscar um anjinho que morreu. Às vezes, em vez de passar com um, passava com dois, três anjinhos. Foi muito triste o começo da vida da gente aqui né (Entrevista 1).

Como já mencionado, a maior parte das mulheres *ajudava* os maridos, trabalhando nas lavouras e com algumas outras atividades como, por exemplo, lavando roupa para outras pessoas. Para isto, costumavam caminhar aproximadamente seis quilômetros. Já para lavar as roupas da própria família, costumavam ir até alguma lagoa mais próxima ou buscavam água na cisterna. Conforme uma antiga moradora, era costume lavar roupa todos os dias. Já hoje não faz mais isto: "Hoje num importo não. Antes era uma luta. A vida da gente era uma luta. Lavava roupa todo dia. Num deixava roupa suja não. Dia nenhum não. Hoje fica. Hoje num lavo mais não, olho para aquele monte de roupa suja e não importo tanto... deixo pro dia seguinte" (Entrevista 1).

As mulheres andavam pelas *matas* para irem até as lagoas lavar roupas e também para buscar lenha e para ir aos armazéns. Algumas destas mulheres enfatizaram o medo que tinham dos bichos que viviam nas *matas*, em especial das onças[70]. Conforme uma das atuais moradoras de Baixa Verde:

Vim só com quatro filhos para aqui, o resto foi tudo criado aqui nesta mata, no meio da mata, no meio da selva, no meio de tudo o que era bicho bravo. Às vezes, eu deitava. Eu estava deitada assim, você escutava a onça urrar. Morria de medo de sair pela mata. Ia buscar lenha, de manhã, meu esposo já tinha feito o forno, eu ia buscar lenha assim na boca do forno. Quando eu chegava, o meu marido falava, vem cá para você ver os rabos das onças... Com os meninos, com os meninos tudo pequenininho assim... Eu passei,

[70] Alem das onças pintadas e da jaguatirica, outros moradores também mencionaram sobre a presença de macacos, antas, lobos brancos, capivara, guará e, cobras.

> nossa mãe, eu passei maior medo. Eu tenho uma filha... quando nos mudamos para cá, ela era pequenininha, quando estas cigarronas gritavam... ela enfiava debaixo da coberta, ela achava que era bicho, podia estar fazendo o calor que estivesse... O primeiro ano que mudei para cá, nossa foi o ano mais terrível para mim, minha filha, de medo né, depois agente foi acostumando... mas era triste... (Entrevista 1).

Alguns moradores mencionaram a presença de antas nas *matas* de Baixa Verde. Conforme um deles, era necessário vigiar os plantios de lavouras, em tempo integral, para que não houvesse ataques destes animais: "eu e minha esposa antigamente ficávamos de vigia até de noite para num deixar as antas atacarem os plantios de milho, arroz. Se atacassem o feijão não sobrava nada" (notas de campo). Um outro morador, por sua vez, falou das dificuldades de se viver nas *matas*, destacando o caso de uma moradora que, aproximadamente há sessenta anos atrás, foi atacada em sua própria casa por uma onça (notas de campo).

Explicando o que eram as *matas* em oposição ao que hoje é Baixa Verde, os entrevistados também enfatizaram a ausência de bens como roupas. Uma senhora, por exemplo, mencionou que, para adquirir tecidos para fazer as roupas da família, andava pelas *matas*, no meio dos bichos, para ir até o armazém: "chegava lá para procurar as coisas para comprar, as coisas estavam é no caixote. Você ia comprar roupa, assim pano. Não tinha nada aqui não" (Entrevista 1). *C*onforme uma outra moradora, as roupas eram praticamente feitas de *sacos*, cozidos, costurados a mão e depois tingidos com plantas recolhidas nas *matas*:

> Roupa a gente num tinha. Aqueles sacos que vinha com sal, a gente passava a mão nele... a gente tinha que costurar... aqueles vestidinhos de saco simplizinhos, era camisinha pros meninos... Minha mãe tingia, ia no brejo... apanhava uma folha que tinha, pegava ela... colocava numa panela pra ferver, para tingir umas calças de saco, para não ficar branca, ficava preta, ficava azul... aquela cor escura" (Entrevista 3).

Ainda conforme esta moradora, também havia as roupas feitas com o próprio algodão, plantado e colhido:

> Minha mãe... pegava aquele algodão... tirava aqueles novelos de linha; até inclusive eu aprendi a fiar a linha e fazer aqueles novelos assim, e a gente ia costurar na mão... E ela que plantava o algodão, hem. Plantava na roça. Tinha muito, plantava lá mesmo e colhia e batia no batedor (Entrevista 3).

Já conforme uma outra moradora:

> Comprava roupa uma vez no ano. As roupas é o pai que trazia, mandava a mãe repartir dois panos pra cada um... Os filhos tudo felizes com aquelas roupas. As meninas usavam aquelas roupas tudo cozida na mão. A minha irmã mais velha fazia para mim. Costurava tudo na mão... sutiã, calcinha, tudo a minha irmã fazia para nós, de saco, né (Entrevista 11).

Conforme o pai daquela moradora: “a calça, às vezes, minha esposa arremedava tanto que num sabia a cor do pano da calça, a cor do pano da camisa... As donas... fazia vestido de saco pra vestir” (Entrevista 10).

Num contexto onde as casas nas *matas* eram relativamente dispersas, cortadas por lagoas, lotes de lavouras e progressivamente por áreas onde estavam sendo plantados os primeiros lotes com eucaliptos, alguns dos atuais moradores de Baixa Verde que lá viveram, enfatizaram que existiam poucas amizades por causa das distâncias, contrapondo ao período atual onde todos conhecem todos. Alguns relacionaram a existência de violência no período passado com a dispersão que limitava os laços de solidariedade. Em oposição a essas falas, um morador que se auto-identificou como do *tempo antigo*, afirmou que neste *tempo antigo* havia fadiga, mas não havia fome, nem maldade e nem violência: “sou do tempo antigo. Vou completar 77 anos. Era um tempo que passava fatiga mas ninguém morria de fome, não tinha violência, não tinha maldade. Ninguém pensava coisa ruim” (notas de campo).

Os que viveram nas *matas,* também lembram o fato de que não havia igreja em Baixa Verde, como também em outras áreas rurais de Dionísio. Assim, os que moravam distante da sede do município costumavam ir à missa: “a pé. Todo mundo calçadinho com os chinelos de havaiana e ninguém reclamava nada” (Entrevista 11). Conforme um outro morador, as pessoas costumavam sair de suas casas no sábado à noite para caminhar até a sede de Dionísio ou de algum outro município vizinho, de modo que, no domingo de manhã, depois de uma noite de caminhada, pudessem assistir à missa.

Para alguns, a relação pais e filhos e religião sofreu mudanças ao longo das últimas décadas. Conforme uma moradora:

> Os filhos tudo alegre, respeitavam os pais.
> **P:** Você acha que isto mudou muito hoje?
> **R:** Eu acho que mudou muito, porque os filhos respeitavam os pais mais e, era uma vida muito melhor, do jeito que papai criou nós. E hoje mesmo, papai falou com nós... o presente maior, meus filhos já me deram. Respeita eu né, todo mundo casou, num foi assim desobediente. O que o pai falava, assim, às vezes, estava arrumada pra sair, arrumada pra sair. Falava assim, oh mãe nós estamos querendo ir... a missa, mãe falava: vocês pedem seu pai (Entrevista 11)

Destaca-se da fala anterior não apenas as relações familiares permeadas pela presença do pai como chefe da família mas, também, a relação entre respeito e costumes. Para essa mesma moradora, seu pai se sente respeitado pelos filhos pois eles

sempre lhe obedeceram, seja no tocante à decisão sobre se podiam ou não ir assistir à missa, seja no tocante ao fato de que "todo mundo casou, num foi assim desobediente".

Além das missas e do próprio trabalho, outras formas de convívio e relações sociais eram as visitas, feitas sobretudo nos domingos e as festas ou bailes. Conforme uma moradora da época das *matas* em Baixa Verde: "a gente morava ali na roça e todo dia de domingo ia nas casas dos compadres" (Entrevista 11). Também era comum receber visitas. Devido a esta possibilidade, era necessário guardar o que melhor tinham de alimentos: "só sujava a panelinha pra fazer alguma coisa que no mais era guardado quando chegava uma visita. Quando a visita chegava no dia de domingo, ia chegando, minha mãe colocava as panelas pra cozinhar comida" (Entrevista 3). Naquela época os membros da família só poderiam se servir depois das visitas:

> A gente, quando as comidas já estavam prontas, a gente tinha que procurar um canto. Ficava ali, enquanto as visita comiam. Todo mundo ali, servia tudo, é aí que a gente vinha. Se tivesse, a gente comia, se não tivesse a gente ficava tranqüilo, a mesma coisa (Entrevista 3)[71].

Conforme uma outra moradora: "dia de domingo tinham as visitas que chegavam, todo mundo alegre, chegavam e faziam aquelas paneladas de comida né, aquele tanto de frango, muito bom...Hoje mudou" (Entrevista 11). Para esta moradora, a época das *matas* identificada como a época em que se *vivia na roça* é hoje recordada de modo saudoso por que tratava-se de:

> Um lugar gostoso de receber visita, tinha galinha caipira, fazia pra todo mundo... às vezes a gente estava acabando de almoçar, chegava visita. O arroz estava todo limpinho, socado no pilão. A mãe dizia, oh vocês podem ir preparando o forno que vem gente. Todo mundo chegava, comia a vontade. (Entrevista 11).

As festas ou bailes eram feitas à noite, sobretudo entre os adultos. Conforme um antigo morador, eram feitas caminhadas até locais onde localizavam outras famílias de trabalhadores que não aquelas que residiam próximos deles. Então iam fazer *surpresas*:

> **P:** Como era a vida de vocês?
> **R:** A vida nossa era muito divertida. Sábado eu gostava de tocar sanfona, chegava à noite... ia fazer surpresa... Às vezes trabalhava a semana inteira e no sábado ia fazer surpresa nas casas de fulano de tal, lá do outro lado. Nós ia, divertia a noite inteirinha.
> **P:** Me conta sobre uma festa?
> **R:** Não era igual uma festa de hoje. Tocava o calango, uma valsa, uma canção. Era muito divertido... No sábado a gente ia pro baile, fazia a tal surpresa... daqui a pouco a turma chegando lá... levava cachaça, levava tudo... acordava eles (Entrevista 6).

---

[71] Mercadante já havia apreendido que para o caso do mineiro "habitante da zona da mineração", viajantes do século XVIII já os caracterizavam como 'rústico, porém hospitaleiro' (Saint-Hilaire *apud* Mercadante, 1973, pp. 73-74).

Desde o início deste capítulo vem sendo enfatizado que o trabalhador florestal das *matas* de Baixa Verde possuía uma origem rural e que ao se inserirem nas atividades florestais não deixaram de continuar a trabalhar com lavouras. Os trabalhadores passaram a exercer as atividades de corte da madeira nativa, produção de carvão e mesmo as atividades necessárias para formar os primeiros plantios de eucaliptos, mas continuaram a plantar milho, arroz, feijão, mandioca, verduras e legumes. Também criavam animais domésticos, como porcos e galinhas e tinham acesso à lenha e aos rios com abundância de peixes. Assim, parece que os trabalhadores, de algum modo, podiam ter acesso a dinheiro, devido ao pagamento que recebiam pela madeira colhida, picada e transportada e pelo carvão produzido. Em razão da existência de áreas liberadas para o plantio de lavouras, podiam garantir os mantimentos para a alimentação da família.

Frisar a relação entre o trabalho nas atividades florestais e o trabalho nas lavouras para o consumo da família permite destacar o tema da relação entre tempo de trabalho e organização do trabalho no âmbito da família, situando o primeiro momento das relações de trabalho em Baixa Verde e as mudanças que permeiam a história de formação do trabalhador florestal e as histórias de suas próprias trajetórias como trabalhadores.

No período das *matas*, os trabalhadores inseridos nas atividades florestais eram remunerados por produção e não possuíam horários pré-estabelecidos de trabalho: "trabalhava enquanto o dia desse" (Entrevista 10), tendo sido muito comum jornadas que se estendiam da parte matutina à noturna: "saia às vezes quatro horas da madrugada, chegava ali, vinha em casa só pra almoçar e voltava pro serviço e largava de noite" (Entrevista 8). Neste contexto, ficam em aberto questões sobre o tempo e o modo pelo qual se inseriam nas atividades com lavouras. Segundo o mesmo trabalhador da fala anterior:

> **P:** Que hora trabalhava na roça?
>
> **R:** Num tinha horário não. Era só de tardinha mesmo, então a gente trocava dia com um cara, pagava pra pessoa... na roça né. Ai a gente arrumava aqueles que num estavam mexendo no serviço de carvoeiro, por que o serviço da gente era no carvão mas, era um serviço obrigativo, todo mês tinha que dá produção. Tinha que ser uma produção de carvão boa.
>
> **P:** Ganhava por produção?
>
> **R:** Por produção. Então tinha que ter uma produção boa porque senão num dava pra manter (Entrevista 8).

Como se percebe, os trabalhadores tinham necessidade de *dar produção*, ou seja, de cumprir a tarefa pré-determinada que estipulava a quantidade especifica de lenha cortada, picada, transportada ou de carvão produzido. O dinheiro fazia-se necessário, principalmente para o consumo dos insumos necessários para plantarem suas lavouras. Outra hipótese é que a produção necessária, mencionada anteriormente, poderia estar relacionada a uma necessidade de se manter no trabalho e assim também manter o acesso aos lotes concedidos pelos fazendeiros empreiteiros da CSBM/CAF. Isso aponta para a existência de homens que não tinham o trabalho *obrigativo* no carvão e, portanto, trabalhavam como diarista nos lotes de lavouras daqueles que também eram trabalhadores florestais. Para alguns atuais moradores de Baixa Verde, todos que moravam nas *matas* trabalhavam com atividades florestais. O que implica pensar que, além da *ajuda* das esposas e filhos nestes lotes de lavouras, os chefes de família demandavam, em algumas circunstâncias, trabalho de moradores das localidades circunvizinhas[72].

Conforme algumas falas de antigos trabalhadores, o ato de entregar a produção do dia, não impedia que os empreiteiros exigissem que os trabalhadores continuassem a produzir. Neste contexto, foi enfatizado, sobretudo, o que eles denominavam como *bico,* que era uma área a mais para cortar lenha ou para abrir covas e plantar mudas. Segundo um dos trabalhadores:

> A CAF fazia uma coisa com nós... num estou condenando. Trabalhei nela muitos anos, ne?! Mas eu achava que isso aí era um trabalho escravo. Minha filha, era assim... Dava cinco horas, já tinha tirado a produção. Já arrumava o tal do bico. Ficava no mato até de noite, e com fome... Tinha que tirar 500 covas... uma coisa que eu num concordava com eles. Se eu tirar aquelas 500 covas eu recebia, mas eu podia tirar aquelas 500 covas e parar né? Não, você tinha que tirar mais.
> **P:** E recebia mais?
> **R:** Recebia... Mas a gente estava cansado. Se esforçou né?! Se esforçou para tirar aquilo. Podia ficar folgado. Não, num podia parar... (Entrevista 6).

Segundo o mesmo entrevistado da citação anterior, a remuneração das atividades florestais no período da formação dos primeiros plantios de eucaliptos era feita por meio de *vales*. Mas, era possível trocá-lo por dinheiro no armazém local, onde os trabalhadores costumavam comprar alimentos. Neste contexto, este entrevistado deu indícios para se apreender a existência de períodos onde a *fartura de antigamente* não vingou:

---

[72] A utilização de trabalhadores rurais diaristas pelos trabalhadores florestais de Baixa Verde pode ter sido, para o período das *matas,* uma importante forma de sociabilidade entre as diferentes localidades do município de Dionísio e municípios vizinhos.

> No início, quando começamos desbravando matas... tinha que picar a lenha, a gente recebia um valinho e fazia compra em Ponte Alta... a vida muito difícil para nós. Depois começou a ficar mais fácil. Cada uma tinha sua derrubada, cada um plantava sua área, então tinha fartura. Mas foi muito penoso. Então numa época, faltou feijão, nós passamos muito mal.
> **P:** Vocês ganhavam por vale e vocês só podiam comprar no armazém?
> **R:** Era... A Companhia era assim. Você levava o vale, então você levava 100 contos. Você comprava 50 de mantimentos, ai você precisava fazer uma viagem, os 50 eles davam em dinheiro. Era assim né?! A pinga não era vendida no armazém, era vendida fora. (Entrevista 6).

Conforme este trabalhador, apenas em um segundo momento cada trabalhador passou a ter acesso a áreas para plantios de lavouras[73]. Não obstante, para a grande parte dos antigos trabalhadores da época das *matas*, a CSBM e suas empreiteiras concederam no início lotes de lavouras para as famílias. Em momentos posteriores, passaram a conceder lotes exigindo o plantio à terça e, posteriormente, à meia. Por fim, com a instalação de algumas empreiteiras especializadas em produção agrícola estes lotes de plantio começaram a deixar de ser concedidos.

Da mesma forma que os horários de trabalho não eram pré-determinados, também a remuneração dos trabalhadores era fixada apenas após a entrega da produção, podendo ocasionalmente ser reduzida ou mesmo suprimida. Muitos dos antigos trabalhadores florestais de Baixa Verde mencionaram a remuneração por produção. Alguns, também mencionaram – em tom de confidência – a ocorrência de fatos como a interrupção do trabalho pelos *chefes de turmas*, os conhecidos *feitores*, num determinado momento do final do dia de trabalho, avisando que, como ainda não haviam alcançado a produção, poderiam ir embora. Os trabalhadores perdiam assim a remuneração do dia de trabalho, quando já estavam com a produção quase completa. É no âmbito desta natureza das condições do trabalho florestal que a importância dos lotes de lavouras torna-se mais nítida. Pois aquele plantio fazia com que a reprodução das famílias não fosse assegurada unicamente pela remuneração do trabalho florestal. Não obstante, neste contexto também é necessário destacar a dimensão personalizada que se desenhava no âmbito das relações entre os trabalhadores e os empreiteiros[74].

---

[73] Em outros momentos da entrevista, ele narrou que casou só depois de mais velho, o que parece permitir apreender possíveis justificativas para o fato do acesso à área de lavouras para este trabalhador ter ocorrido de modo diferente daquele narrado por vários outros trabalhadores, que pelo contrário, mencionaram sobre uma progressiva perda das áreas liberadas para lavoura, como será descrito mais detalhadamente no capítulo subseqüente.

[74] Questões semelhantes a estas foram percebidas por Sigaud (1977, p. 51) nas relações entre *moradores* e proprietários de terras de engenhos de cana da Zona da Mata de Pernambuco. Até aproximadamente fins da década de 1950, os *moradores,* que eram os trabalhadores rurais daqueles engenhos, recebiam uma

Um atual morador de Baixa Verde narrou a existência de roubo de medidas na produção na época das *matas* e, neste contexto, concedeu uma explicação que permite apreender que naquela época havia uma confiança sobre aqueles que poderiam ter praticado tais roubos. Confiança esta, que parece ainda existir atualmente, visto que nenhuma menção foi feita sobre atuais suspeitas a respeito de roubos nas medidas da produção, que podem existir ou não. Entretanto, a fala descrita a seguir permite apreender também a existência de uma relação entre fracos e fortes, sendo os fracos identificados como os pobres que pareciam preferir confiar, porque a reclamação parecia inútil:

> Tinha companheiro [se refere a feitores que roubavam nas medidas de produção] que gostava de puxar pro lado do patrão e dava prejuízo para o trabalhador... Tirava do pobre pra dar pra eles... O trabalhador acreditava no metreiro e no que ele falava... O pobre coitado podia até ter prejuízo mas num adiantava reclamar" (Entrevista 7).

Também conforme outro antigo trabalhador:

> **P:** Na época em que vocês trabalhavam com carvão, vocês sentiam que eram explorados ou vocês achavam que estava tudo certo?
> **R:** Na época, não achava isso não. Tirando o cara que vinha pagar a gente e roubava. Aí a gente ficava triste né?! (Entrevista 6).

Ainda no âmbito dos roubos sobre produção, no entanto, também é possível dizer sobre atitudes, por parte de alguns trabalhadores, que buscavam fazer o mesmo, como é exemplo, a citação descrita a seguir que menciona sobre um trabalhador que chegou a apanhar de um *chefe de turma* que descobriu que ele estava tentando enganar o *metreiro*, através do modo de se empilhar a lenha:

> **R:** Apanhou na pia de lenha aí. Bateram nele. Roubava... você cortava o pau de gaúcho... Fazia um buraco na pilha da lenha, tampava ali, deixava um buraco, fazia ela atrás do morro, pro cara num vê. O metreiro quando era esperto, chegava na pilha de lenha, olhava, olhava: 'aqui tem um buracozinho'. Aí, dava confusão. Mas, as vezes, ele não via o buraco. Aí, ele só media. Esticava o cabo e aí, pagava mais. Tinha metreiros que até subia na pilha de lenha.
> **P:** Pra ter certeza?
> **R:** É, mas num podia fazer isto. Caía tudo. Tinha que fazer de novo. Ele ia medir do outro. Enquanto estava medindo do outro, a gente, de pressa ali, empilhava de novo.
> **P:** hoje, estes truques aí dos buracos...
> **R:** hoje não existe, o eucalipto num dá buraco (Entrevista 6).

---

remuneração também estabelecida *a posteriori* e também possuíam áreas de *roçada* e *sítios* para plantarem lavouras, árvores frutíferas e criarem animais domésticos que garantissem que a reprodução da família não ficasse limitada à remuneração monetária.

Retomando a questão da relação personalizada entre empreiteiros e empregados deve-se destacar o caráter familiar do trabalho florestal nas *matas* de Baixa Verde.

Em Baixa Verde, crianças[75] *ajudavam* os pais, mesmo em atividades que exigiam porte de ferramentas:

> A gente chegava, pegava o machado. Muitas vezes ajudei ele [o pai] a cortar lenha... às vezes ele estava cortando e ah... quer saber de uma coisa? Vou arrumar uma machadinha pra vocês. Eu e meu irmão... ajudava ele a cortar. Ajudava a carregar lenha nas costas para colocar na boca do forno para pode encher (Entrevista 3)[76].

Os adolescentes trabalhavam junto do pai, que era o único que seria remunerado, até a idade de 18 anos, quando então, sobretudo para o caso dos homens, tornava-se possível passar a ser remunerado. O trecho da entrevista a seguir também permite apreender esta dinâmica de trabalho familiar:

> Homem saia pro serviço quatro horas de madrugada... ia embora a pé e eu ia com aquela meninada pra lagoa, pegar peixe. Apanhava peixe, limpava bem limpinho, enchia aquela gamela... enchia aquela cabaça d'água e levava pra eles comerem... nunca tinha tristeza, coitado, nunca tinha tristeza, vivia alegre e satisfeito, chegava lá já tinha puxado a lenha... aquelas toras pesadas, enchia lá e punha lá e dava folga aos meninos... ai sentava, vamos meus filhos descansar pra a gente encher forno, ai nisso eu chegava. Quando eu chegava, ele olhava e dizia: lá sua mãe, vem lá com os trenzinho para nós comermos; chegava... primeiro era água e a gamela de peixe... vai roçar isto tudo aqui hoje... comia, bebia bastante água, dava mais meia hora de folga (Entrevista 14).

Também existiam adolescentes que, ao chegar nas *matas* de Baixa Verde sem família, conseguiam se inserir de modo individual nas atividades florestais: "vim pra essa região aqui, era muito novo. Tinha 12 anos. Antigamente não existia eucalipto, era

---

[75] Todos os moradores atuais de Baixa Verde dizem abertamente que até o início da década de 1980, muitas crianças trabalhavam como mão de obra auxiliar para os seus pais, o que conota um tipo de sociabilidade familiar que, de acordo com as informações recolhidas, vêm sendo transformada. As concepções sobre aprendizado dos jovens também vêm se transformando. A ideologia da educação formal já se encontra bastante consolidada na percepção da maior parte dos moradores de Baixa Verde. Por fim, o trabalho infantil deixou de ser lucrativo para as empresas siderúrgicas e reflorestadoras quando já não mais servia como mecanismo para rebaixamento do salário dos adultos e quando a necessidade de cumprir com a Legislação Trabalhista passou a demonstrar que o custo do trabalho infantil não proporcionava mais o mesmo lucro. Os estudos de Sigaud (1979) e Gonçalves (2001) enfatizaram estas questões.

[76] Deve-se atentar para algumas diferenças entre o trabalho infantil utilizado em atividades assalariadas, como em plantas industriais ou mesmo nas carvoarias e atividades de reflorestamento e entre o trabalho infantil inserido em arranjos sociais diferenciados, como o trabalho familiar agrícola, no qual sempre foi muito comum o uso do trabalho dos filhos. Neste último tipo de arranjo social há conotações específicas, em parte devido ao caráter de *ajuda* aos pais, no âmbito da divisão de tarefas familiares, para a garantia da reprodução material e social da mesma. E, em parte, devido ao caráter de socialização que permeia este uso do trabalho infantil. Introduzir os filhos no trabalho era um modo de iniciá-los aos ensinamentos necessários para que eles se tornassem adultos capazes de continuarem a reproduzir a família. Havia, portanto, uma concepção de trabalho infantil como um dos elementos da educação dos filhos, em conjunto com uma necessidade, por parte dos pais, daquele trabalho.

mata virgem... trabalhei na derrubada das matas e então trabalhei na Companhia. Com 15 anos era machadista... tirava madeira para carvão" (Entrevista 6).

Para melhor apreender a relação entre trabalho e o cotidiano nas *matas* em Baixa Verde, deve-se ressaltar não apenas o caráter familiar do trabalho florestal, mas também outras dimensões da organização do trabalho familiar, de modo a destacar o trabalho das esposas e mulheres solteiras. Algumas famílias de Baixa Verde se inseriam, de alguma forma, no clássico modelo patriarcal no meio rural brasileiro. Conforme alguns estudiosos, entre os quais se destaca Heredia (1979), o que deve ser ressaltado deste modelo patriarcal é menos a dimensão autoritária do papel do homem e mais a dimensão de divisão sexual do trabalho no intuito de garantir a reprodução da família no âmbito simbólico e econômico[77]. Assim, a fala a seguir ganha sentido:

> Sempre trabalhei pra ganhar salário mínimo, sempre trabalhando no coisa [atividade florestal] e trabalhava na roça também... Quatro filhas moças e quatro filhos homens... De maneira que, o salário era pouco, então tinha que lutar. Trabalhando na firma e trabalhando na roça ajudando a esposa. Ela me ajudando e eu ajudando ela (Entrevista 13).

A divisão do trabalho no âmbito da família delimita então o que é a obrigação prioritária de cada um dos membros e delimita os trabalhos que podem ser executados para que os membros *ajudem* uns aos outros a garantir a sobrevivência da família como um todo. O fato da esposa ter como obrigação o trabalho na lavoura é expressão de uma *ajuda* ao chefe da família que tem como obrigação sua manutenção. Assim, ele também *ajuda* ao executar atividades na lavoura além de executar sua atividade principal.

Como já mencionado, as mulheres no *tempo das matas* trabalharam *ajudando* os pais ou maridos lavando roupa em residências de localidades vizinhas e trabalhando nos lotes de lavouras liberados pela CSBM e seus empreiteiros. Algumas outras mulheres afirmam ter nascido nas *matas* de Baixa Verde e começado a trabalhar muito jovens, *ajudando* os pais nas atividades florestais e *ajudando* as mães no trabalho na lavoura. Algumas mulheres solteiras também trabalharam com atividades que se caracterizavam, de certa forma, por portarem alguma autonomia, por serem trabalhos em propriedades

---

[77] Brandão (1998, p. 138) observou que entre a caça, a pesca e a agricultura, as relações homem-mulher são mais de complementaridade do que de oposição. Esta hipótese se sustenta no caso de Baixa Verde. Não obstante, para Brandão: "as mesmas mulheres camponesas que nunca caçam, raramente pescam, poderão acompanhar 'os moços do lugar', quando moças também. Poderão ir a uma fácil pescaria próxima, acompanhando pais ou maridos. Mas afora situações em que o deleite do esporte campestre transformar-se no dever imediato de prover de carne a refeição da família, dificilmente uma mulher será vista pescando sozinha" (op. cit., p. 143). Em Baixa Verde, as mulheres sempre pescaram para alimentar suas famílias.

de famílias vizinhas e não junto dos pais, ainda que fossem os pais que davam a permissão para as jovens trabalharem.

O trabalho das jovens solteiras visava, de algum modo, prover a família de facilidades para garantir as necessidades de subsistência de todos. De modo geral, entre estas mulheres, a maioria trabalhou sem carteiras de trabalho, o que fez algumas delas não terem se aposentado e outras terem se aposentado ou estarem tentando se aposentar por idade.

Neste contexto, a *mata* aparece como um local onde o trabalho era exercido pelos homens nas atividades florestais e nas atividades em seus lotes de lavouras. Estes homens tinham a *ajuda* dos filhos em ambas as atividades. As mulheres trabalhavam tanto em atividades domésticas, seja para elas ou para outros, em casas de famílias vizinhas, em troca de alguma remuneração monetária ou não, como também trabalhavam nas lavouras, seja para fazendeiros vizinhos às *matas*, seja nos lotes de lavouras concedidos para seus esposos. É possível supor que, quanto mais os homens eram demandados pelo trabalho florestal, mais as esposas assumiam o trabalho nas lavouras. Não obstante, tratava-se de trabalhos que portavam uma natureza especifica que se fundamentava, sobretudo, no fato de estarem pouco ou não estarem dissociados de seus locais de moradia. Muitas antigas moradoras de Baixa Verde foram enfáticas ao mencionar que seus filhos eram criados pelas *matas* e elas, que viviam em casas de sapé, ficavam mais nas *roças* (onde plantavam lavouras) ou nas beiras das lagoas, pescando ou lavando roupas. Uma senhora frisou a centralidade da família no âmbito do trabalho em Baixa Verde:

> **P:** Vocês mulheres se reuniam para ajudar a cuidar dos filhos, para roçar?
> **R:** Só na família, só entre nós, ia pro mato... forrava com coberta, com tapete de palha os meninos ficavam dormindo e a gente ia capinando, plantando. Eu gostava de mais, boba, eu adorava (Entrevista 7).

Algumas mulheres afirmaram que, na *época das matas,* elas também trabalharam com atividades florestais. Uma senhora mencionou que antigamente mexeu com eucaliptos nas *matas*: "trabalhava picando lenha para fazendeiro. Trabalhava por tarefa nos eucaliptos para a empresa. Capinava para os outros, tudo com muita dificuldade" (notas de campo). Outra disse que trabalhou por durante 20 anos em empreiteiras e que chegou a trabalhar no viveiro e no *mato* com *ronda de formiga*, *capina*, *batida*, *roçada*. No final dos dias, bem como nos fins de semana, trabalhava junto do marido e dos filhos na lavoura tanto para *fazendeiros* quanto na área da CAF.

Conforme um antigo trabalhador, houve um momento em que as mulheres trabalharam nas carvoarias: “num esqueço dos tempos de carvoaria e tinha moça, as meninas trabalhavam nos forno igual homem, as meninas ajudavam os pais, as mães, todo mundo” (Entrevista 6).

Na década de 1970 a CSBM também procurou investir na produção de culturas de alimentos por meio de empreiteiras especializadas em atividades agrícolas. Como este período também foi marcado pela consolidação da CAF nas *matas* de Baixa Verde, tais empreiteiras foram identificadas por muitos dos atuais moradores como de propriedade da CAF. Conforme um atual morador que sempre trabalhou com lavoura, fala-se *Ibasa* ou *Pioneira*, mas na verdade a área era da CAF: “muda o nome para enganar o povo” (Entrevista 16). Uma área de baixadas em Baixa Verde foi direcionada para a produção de grãos, sobretudo arroz. Esta área foi antes tratada e aprimorada para ser utilizada, por meio, por exemplo, de projetos de divisão da área em quadras e de irrigação. Tais investimentos foram financiados pela prefeitura de Dionísio. Conforme o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o município chegou a ser um dos maiores produtores de grãos do estado. Também um atual morador de Baixa Verde, já aposentado, que trabalhou por durante 14 anos naquela empreiteira, com máquina preparando terra para plantar o arroz, mencionou que todos os trabalhadores ganhavam apenas o salário, mas tinham a liberação daquela empreiteira para colher o arroz que as máquinas não conseguiam colher: “dava de graça, não tinha nada de descontar no salário não” (notas de campo). Neste momento, parece que os trabalhadores já estavam deixando de ter acesso aos lotes antes liberados para plantio de lavoura. Isto, em parte, se expressa pela menção de trabalhadores ao fato de que se comia arroz apenas nos fins de semana, em contraposição, portanto, à *fartura* idealizada do momento no qual se plantavam muito arroz, feijão e milho para o consumo da família. Conforme um trabalhador de 70 anos, na época das *matas*, primeiramente tinha-se o direito de plantar uma quantidade de grãos que não seria repartida. Posteriormente passou a ser necessário *dar a terça*: “a gente fazia três moles... ficava com dois e o empreiteiro levava um pra ele. Até esta época você num tinha isto não, você tinha direito de dez quilos de arroz, dez quilos de milho e dez quilos de feijão. E plantava pra colher para a pessoa mesma” (Entrevista 8). Mas, já conforme uma outra moradora de 49 anos: “você trabalhava numa semana, aquela semana que trabalhava ia fazer uma comprinha, ali comprava uns dois quilos de arroz. Era pro fim de semana, pra chegar uma visita” (notas de campo).

Também conforme um outro trabalhador que apesar de mais velho foi funcionário das empreiteiras da CAF especializada em produção de grãos:

> A gente plantava dois litros de arroz, mas dava um tanto de arroz... Só que a gente não comia arroz todo dia não. Comia canjiquinha. Arroz, comia de tarde, no domingo, outra hora quando chegava alguma pessoa de fora, na casa da gente. Era assim né?! Agora você vê, dava com fartura e o pobre não tinha. Era mesmo aquele ritmo mesmo. De você come a canjiquinha, de come a couve com angu e feijão, entendeu? A gente comia mais era peixe... e nós não sabia que peixe era tão bom pra saúde. Hoje é que nós estamos sabendo. Talvez por isso é que a gente está vivendo até hoje né?... (Entrevista 4)

Como visto anteriormente, a literatura que estudou a região mineira impactada pela monocultora de eucalipto apontou para uma região tradicionalmente agrária, caracterizada pela pequena produção baseada no trabalho autônomo familiar, sem nada falar do assalariamento na produção de alimentos. Dionísio aparece com uma especificidade importante. Não obstante, este processo de assalariamento ocorreu em um contexto onde o assalariamento florestal já se consolidava, o que conota uma outra especificidade nos processos de mudanças sociais e econômicas que caracterizaram a história de Dionísio e, particularmente, a história do distrito de Baixa Verde. A despeito destas questões, o trabalho rural naquelas empreiteiras foi interrompido, a partir da década de 1980, quando a CAF passou a transformar estas terras em pastos. Por outro lado, também é necessário ressaltar que, pelo menos em uma destas empreiteiras, as condições de trabalho se caracterizavam por manter muitos dos elementos que caracterizavam as outras atividades de trabalho existentes em Baixa Verde:

> **P:** Houve pessoas que trabalhavam apenas plantando roça e não iam trabalhar nos carvoeiros?
> **R:** Não depois passou, tinha assim os empreiteiros de mexer com cultura, só com cultura, sabe.
> **P:** Como eram estes empreiteiros?
> **R:** Dava o terreno pra pessoa plantar ali à meia, à terça. Dava o terreno preparado. Se fosse à meia eles davam o terreno preparado, arado, dava a semente, sabe? Se fosse à terça, a pessoa ali que tinha que comprar mantimento pra plantar. Era deste jeito. (Entrevista 1)

Estas empreiteiras também eram proprietárias da cooperativa que atuava em Baixa Verde. Conforme um atual morador que sempre trabalhou com lavoura e que trabalhou muito tempo nestas empreiteiras, todo o plantio era colhido e vendido para fora, sendo que posteriormente voltava para ser vendido nas cooperativas a preços maiores. Neste contexto, muitos dos lotes de lavouras para as famílias dos trabalhadores florestais passaram progressivamente a deixar de ser concedidos. O que explica, por

exemplo, a liberação da mão-de-obra de muitas mulheres que então passaram a trabalhar para estas empreiteiras especializadas em culturas de alimentos. De acordo com as informações obtidas, foram sobretudo estas mulheres e algumas outras que trabalharam por maior tempo para posseiros ou proprietários de terras circunvizinhos que conseguiram se aposentar como trabalhadora rural, o que se limita a um número muito pequeno.

3. A introdução dos plantios de eucaliptos

De acordo com um antigo morador: "os eucaliptos começaram no ano 1960 por aí. O primeiro lote aqui, foi em Baixa Verde... O eucalipto chegou e fichei na CAF". (Entrevista 6). Outras referências indicaram que os primeiros plantios de eucaliptos se iniciaram no início da década de 1950 pela própria CSBM. Apenas posteriormente a CAF se instalou na região para dar continuidade ao serviço florestal. Conforme um outro antigo morador:

> O eucalipto começou aqui em 1955, foi a Belgo que iniciou. Depois ela foi e passou o serviço todo pra CAF, pra empreiteira né? A CAF era uma empreiteira da Belgo... Diz que é a CAF mas na verdade tudo isso ai, é da Belgo Mineira (Entrevista 13).

A formação dos plantios homogêneos de eucaliptos se organiza em diversas etapas. A primeira é a limpeza da área. A área é *roçada*, ou seja, utiliza-se de uma foice para diminuir o máximo o volume do *mato*. Posteriormente, é queimada. Caso a área na qual o plantio será feito já tenha sido plantada outras vezes, antes de ser limpa deve ser *reformada*. Para isso é necessário tirar os tocos das árvores podadas e as mudas ou árvores que morreram antes de alcançarem o tamanho adequado para o corte. Após tais atividades, os trabalhadores marcam os locais onde as covas serão abertas. Esta marcação deve ser feita respeitando um espaçamento pré-determinado para que as árvores cresçam de modo uniforme. Após, as covas são abertas e são colocados adubo, terra, as mudas e um pouco mais de terra para fechar as covas. Durante o crescimento das árvores há necessidade de manutenção dos plantios e novas adubações, novas *roçadas* para que a área continue sem muito *mato*, sobretudo, para impedir acúmulo de insetos e *capina* que servem não apenas para tirar o grosso do *mato*, mas tirar o *mato* em maior profundidade. Estas atividades de limpeza da área são necessárias principalmente para que, no momento em que as árvores serão cortadas, o *mato* não dificulte o trabalho a ponto de provocar quedas de árvores sobre outras, quebrando-as e inutilizando-as. São feitas também *rondas* por trabalhadores que possuem a função de aplicar formicidas.

Atualmente, usa-se também herbicidas para eliminar o *mato*, o que reduz a mão-de-obra até então utilizada nas atividades de *roçada* e *capina*. Por fim, as árvores são cortadas, a madeira é picada em tamanhos pré-determinados, desgalhada, empilhada e transportada para as carvoarias, onde será produzido o carvão vegetal. O primeiro corte costuma ser feito em um prazo aproximado de seis a sete anos, posterior ao plantio das mudas de um determinado *lote florestal* que é uma área plantada em um mesmo período de tempo. Após o corte das árvores, as mudas daquele *lote florestal* se desenvolverão novamente. Assim, após um novo prazo de seis a sete anos as árvores poderão ser cortadas. E, por fim, as mudas daquele mesmo *lote florestal* se desenvolverão pela última vez. Depois de mais seis a sete anos, as árvores serão cortadas pela última vez. Com isso, em um prazo de aproximadamente 18 a 20 anos as companhias siderúrgicas, para continuar tendo acesso à matéria-prima produtora do carvão vegetal, deverão *reformar* e limpar aquele *lote florestal* para novamente *reflorestá-lo*.

Após o desmatamento da mata nativa, com o início da formação dos plantios de eucaliptos foram instituídas outras atividades. Criou-se em Ponte Alta – povoado que faz divisa com Baixa Verde – um viveiro com canteiros nos quais trabalhadores plantavam sementes e davam manutenção às mudas em crescimento. Tais trabalhadores eram freqüentemente auxiliados por outros trabalhadores que passavam pelos corredores dos canteiros transportando areia em carrinhos de ferro e distribuído-a para os trabalhadores responsáveis pela formação e manutenção das mudas e para os trabalhadores responsáveis pela formação de torrões de barro nos quais as mudas seriam colocadas no momento em que fossem ser retiradas dos canteiros.

Este viveiro já era no passado apontado pelos trabalhadores não apenas como um local de trabalho *menos pesado*, no sentido de exigência de força física, mas também como um local que permitia alguns benefícios aos trabalhadores por estarem mais próximos de suas moradias. É possível afirmar que um ex-trabalhador daquela época narrou ter sido a sua grande oportunidade na *Companhia* o momento em que foi transferido de função, indo trabalhar no viveiro. Destacou que ao informar a *boa noticia* aos colegas de trabalho, brincou com os mesmos dizendo: "a partir de amanhã eu vou comer só comida quente. É, boba, porque podia comer em casa. É pertinho ali" (Entrevista 6).

No tocante à atividade de plantio, o condicionamento climático especificou o processo de formação do primeiro maciço florestal nas *matas* de Baixa Verde, em razão da necessidade da chuva para se efetuar o plantio das mudas: "podia está chovendo,

tinha que trabalhar, principalmente quando estava fazendo este primeiro plantio. Aí, era o dia que estava chovendo, chovendo mesmo...” (Entrevista 13).

Assim, *debaixo de chuva* a área era *roçada*. Nas noites sem chuvas, os trabalhadores queimavam os *lotes florestais.* E, novamente, debaixo de chuva os trabalhadores caminhavam a qualquer hora do dia, subindo e descendo morro[78], carregando uma caixa contendo *48 vasos* de *torrões de terra* com a muda do eucalipto, que pesava aproximadamente cinqüenta quilos, uma vez que cada vaso pesava em média um quilo. Uma maneira de carregar as caixas era nas costas. Pode-se supor que isto permitia o trabalhador segurar com maior firmeza a caixa utilizando apenas uma mão, para que a outra mão o auxiliasse a subir ou descer os morros, apoiando no que fosse possível, como observou Gonçalves (2001, p. 209). Segundo um antigo trabalhador:

> Quando a CAF começou o serviço aqui, o negócio era difícil demais... Tinha dia que a gente ia plantar muda, nossa, era difícil demais. Uma caixa com 48 vasos, cada vaso assim de um quilo mais ou menos, molhado. A gente colocava aquilo nas costas e subia pra serra acima. Sofri demais... Eles chegavam e falava: ah pra você ir plantar muda, nossa senhora, aquilo debaixo de chuva. Água estava caindo, aquele barro na carcunda. Era dia inteirinho, das sete até quase as seis (Entrevista 13).

A insatisfação com estas atividades de plantio, debaixo de chuva, fica explicita na fala de praticamente todos os antigos trabalhadores que plantaram os primeiros maciços florestais nas *matas* de Baixa Verde. E permite aprender situações de conflitos entre trabalhadores e *chefes de turmas*, decorrentes, quando apreendidas a partir da perspectiva dos trabalhadores, em parte devido às precárias condições do trabalho, em razão da declividade das rampas dos morros, do barro, da chuva e do frio e, em parte devido à atitudes de trabalhadores de níveis superiores, apreendidas como agressivas e conotando incompreensão das dificuldades por que passavam os trabalhadores envolvidos na atividade de plantar as mudas. Segundo um trabalhador:

> Eu só num gostei de um chefe... Plantava muda debaixo de chuva... Na época tirava todo mundo pra plantar muda, porque precisava plantar... Um frio menina, chovendo... Estava com uma mão no bolso... frio né?! Você acredita que o encarregado falo comigo: oh! Você num tem as duas mãos não? você tem uma mão só? Não, é que eu estou sentindo um pouco de frio e tal. Ah! pra mim você tinha só uma mão... No outro dia, o mesmo feitor viu um que estava escondendo numa árvore assim...
> **P:** Escondendo para não molhar?

---

[78] Conforme Gonçalves, as áreas reflorestadas nos municípios por ele estudados entre os quais se inclui o de Dionísio, possuem “rampas de declividade muito superior a trinta graus”, o que faz o “trabalhador florestal executar as tarefas... subindo e descendo morro - e também escorregando e se segurando nos tocos afora onde acha” (2001, p. 209).

> **R:** Molhar já estava tudo molhado, né?! Tentando esconder um cadinho... oh! João uai, chuva num quebra osso não tá, chuva num quebra osso não... (Entrevista 6).

Na formação do primeiro plantio também existiam *turmas* responsáveis pelo replantio. Muitos trabalhadores lembram desta atividade como aquela que causava um desgaste físico intenso, devido à declividade dos terrenos percorridos pelos trabalhadores, o peso das caixas com as mudas, as chuvas e o barro, como também ocorria para o caso dos trabalhadores responsáveis pelos plantios. Não obstante para o caso daqueles que apenas faziam a reposição, o peso da caixa, com 48 mudas, diminuía, em um ritmo menor:

> O terreno era muita colina... Naquele tempo a caixa desta grossura, 48 mudas... Replantar era ruim demais também. A gente pegava uma caixa de muda, vamos que achava alguma que estava ruim... Achava assim umas três, umas três ou cinco. Só que ficava andando com aquele peso pra lá pra cá... Sofrimento neste tempo de eucalipto... (Entrevista 17).

Após a formação dos primeiros lotes de eucaliptos se iniciaram as atividades de manutenção que, como já mencionado, dizem respeito às tarefas de *capinar*, *roçar* e às tarefas feitas pelas *rondas de formiga*. Tais atividades, tanto quanto as atividades de plantio e replantio, também eram feitas em dias de chuva, como mencionou um antigo trabalhador daqueles primeiros maciços: "tinha dia que a gente chegava aqui, no tempo que a gente trabalhava capinando..., tempo de chuva tá, chegava tudo lambuzado de barro" (Entrevista 13).

Naquele período já existia uma certa troca de atividades entre os trabalhadores. Conforme a fala de vários antigos trabalhadores, foi possível apreender a ocorrência freqüente de retirada de alguns trabalhadores de suas funções para irem plantar mudas nos dias chuvosos, em razão da necessidade de intensificação do trabalho de plantio. Conforme um deles:

> Quando faltava um na parte de muda, nós íamos trabalhar... domingo, feriado, daí era sofrimento.
> **P:** Mas o senhor nesta época trabalhava como cozinheiro, plantava também?
> **R:** Punha a gente, depois punha outro né?! Então, quando dava para a gente ajudar a turma, o encarregado nosso mandava nós plantar. (Entrevista 17).

Neste contexto, também é possível mencionar que na formação dos primeiros plantios existiam *turmas* de trabalhadores que cortavam a lenha com machados, posteriormente picavam as toras de lenha de modo a deixá-las espalhadas pela área. Depois era necessário que aquele mesmo trabalhador colocasse todas as lenhas em uma única linha, atividade conhecida como *embanderar*. Após *embanderar* a lenha, era

necessário empilhá-la para os *metreiros* medirem e, então, por fim, colocava-se a lenha nos *baldeios* ou caminhões que iriam transportá-las. Cada trabalhador tinha sua área de corte de árvores, todas elas derrubadas com machados. Posteriormente, este mesmo trabalhador fazia as atividades subseqüentes de picar e desgalhar a lenha, *embanderá-la*, empilhá-la, transportá-la. Muitas vezes, também era este mesmo trabalhador que construiria as *caieiras* ou encheria os fornos e, assim, produziria o carvão.

O transporte da lenha primeiramente foi feito por meio do que os trabalhadores denominam de *tombamento da lenha*. Esta prática parece ter sido uma maneira de transportar – em um período onde as estradas ainda não estavam abertas – a madeira até os locais onde poderiam carbornizá-las. Dos morros onde as madeiras eram cortadas os trabalhadores as jogavam para as baixadas: "tombar lá do alto assim, jogando ela... Tombar é porque tem um terreno assim, jogando ela lá pra baixada... ai vinha fazendo o monte" (Entrevista 17). O que muito provavelmente deveria demandar muito preparo e esforço físico e mais de um homem para carregar e arremessar toras de madeiras.

Um outro modo de transporte da lenha no período das *matas* diz respeito ao que os trabalhadores denominam de *baldeio,* ou seja, transporte através de carros de bois até os locais onde o carvão seria produzido[79]. O *baldeio*, em algumas circunstâncias, foi uma atividade simultânea à atividade de *tombamento das lenhas*. Conforme um trabalhador: "a gente picava lenha, tombava a lenha pra baixo, puxava com boi, puxava pra boca do forno e ali enfornava" (Entrevista 4). Por fim, passou a se utilizar caminhões para transportar as lenhas: "os trabalhadores enchiam o caminhão de lenha com a madeira colhida pra levar pra carvoaria, pra fazer carvão" (Entrevista 9).

Primeiramente, o carvão em Baixa Verde foi produzido por meio das denominadas *caieiras* e, depois, por meio de fornos. Conforme um antigo trabalhador: "trabalhei na carvoeira muito tempo. Era do tempo de carvão de caieira ainda... Caieira, você tinha uma lenha, fazia... lenha em pé e punha capim e tampava de terra pra depois aquilo cozinhar e fazer o carvão. Ai depois surgiu o forno. Ai fui trabalhar no forno" (Entrevista 8). As *caieiras* eram construídas *tecendo a lenha em pé.* Tecer a lenha em pé era empilhar toras de lenhas cortadas em tamanhos pré-determinados, de maneira que acima das lenhas, deitadas verticalmente, colocasse lenhas deitadas horizontalmente, construindo pilhas como nas casas de pau-a-pique, tampavam-se os buracos da pilha.

---

[79] Vários trabalhadores mencionaram a atividade de *baldeio*, descrevendo-a como um antigo modo de puxar lenha com quatro bois, sendo que ficam dois na frente e dois atrás dos primeiros bois. Atrás destes bois é preso um trenó que se enche de lenha. Conforme alguns trabalhadores, ainda hoje existe o *baldeio*.

Mas, ao invés de usar barro, no caso das *caieiras*, os buracos eram tampados com capim. Posteriormente, jogava-se terra e colocava fogo: "pega capim, capim gordura e tapa tudo de capim. Tapa tudo de capim a redor. Deixa só uma boca assim na cabeça da caieira assim, ai joga terra tudo. Tampa tudo de terra. Põe fogo, ali vai queimando, vai queimando" (Entrevista 3). As *caieiras* poderiam chegar a alturas de cinqüenta, cem ou cento e cinqüenta metros: "a caieira você pica a lenha assim, uma base de um metro e trinta de cumprimento e... vai tecendo a lenha em pé... Tem caieira ai, com 150 metros de lenha, 100 metros. Nós fazíamos 50 metros de lenha" (Entrevista 10).

O tempo para a produção da *caieira* era condicionado ao seu tamanho. Ao indagar um trabalhador sobre o tempo de produção do carvão de *caieira* em comparação aos fornos, ele respondeu que: "conforme o tempo da caieira... conforme o tamanho da caieira. Tem caieira de tudo quanto é tamanho" (Entrevista 10). A diferença da *caieira* para os atuais fornos diz respeito ao fato das *caieiras* produzirem carvão ao ar livre, o que fazia esta atividade não ser tão afetada pelo calor como atualmente, devido ao abafamento intrínseco aos atuais fornos: "as caieiras eram no ar livre e o forno é abafado... eu mexi com forno muito tempo, odiava aqueles fornos quentes... E sempre eu falo que eu já entrei em forno e senti catinga de carne assada de tão quente" (Entrevista 10). Este mesmo trabalhador também ressaltou a relação entre liberdade de controle do tempo de trabalho e necessidade de produção que satisfaça às empreiteiras e permita ao trabalhador um salário o melhor possível, que parece não ultrapassar a dois e meio salários mínimos:

> O forno era da conta da gente... fazia por conta da gente. A caieira também por conta da gente.
> **P:** Quando acabava podia ir embora?
> **R:** Você largava a hora que quisesse... Era da conta da gente. Mas quanto mais fazia melhor era.
> **P:** Ganhava pelo tanto que fazia?
> **R:** Pelo tanto que fazia. Trabalhava de manhã cedo e ia até a noite... Se recebesse do empreiteiro da Companhia 100 metros de lenha tinha que fazer 50 metros de carvão daquela lenha. Era dois por um. Tinha que fazer 50 metros daquela lenha. Se fosse 200, era 100 metros de carvão. Se desse menos tinha que pagar por aquela quebra. Tinha que pagar aquela quebra. Descontava no salário
> **P:** E isto acontecia?
> **R:** Era muito difícil.
> **P:** E isto tudo, os senhores trabalhavam oito,dez horas por dia...
> **R:** É, num tinha quantidade (Entrevista 10).

A produção de carvão tanto por meio das *caieiras* quanto por meio dos fornos *era da conta* dos próprios trabalhadores, no sentido de que havia certa autonomia por

parte do trabalhador para estruturar seu tempo de trabalho, já que o trabalho no carvão era remunerado por produção. O trabalhador poderia largar o serviço *a hora que quisesse... mas quanto mais fazia melhor era.* O que então justificaria o trabalho no qual se *trabalhava de manha cedo e ia até a noite* como uma escolha do próprio trabalhador. Apesar da autonomia de definição entre tempo trabalhado e remuneração que então se obteria, existia um limitador desta autonomia que se centrava no fato de que qualquer escolha por parte do trabalhador poderia criar por parte dos *chefes de turmas* e empreiteiros, estigmas sobre os trabalhadores. Não obstante, os limites àquela suposta autonomia pareciam maiores, uma vez que conforme o depoimento anterior, os empreiteiros entregavam aos trabalhadores uma determinada quantidade de lenha que deveria ser transformada em uma determinada quantidade de carvão, sendo cobrado do trabalhador caso a quantidade de carvão entregue fosse menor do que a esperada de acordo com a lenha entregue. Isso aponta para uma pré-determinação da produção diária que torna qualquer assertiva como: *o forno era da conta da gente... você largava a hora que quisesse*, como incoerente ao contexto geral relatado pelo mesmo entrevistado. Também outros depoimentos relativizam a suposta existência de liberdade de controle do tempo de trabalho, uma vez que sobretudo na fala destes trabalhadores mais velhos, as atividades de carvão são apreendidas como aquelas pelas quais trabalhava-se praticamente todo o dia e inclusive parte da noite: "serviço de carvoeira é de madrugada ... tem que trabalhar até de noite mesmo" (Entrevista 8), principalmente, devido ao calor dos fornos. O que, muitas vezes, levava os trabalhadores a dormirem acampados nos *matos* e *sujos* de carvão:

> **P:** Aqui em Baixa Verde quando o senhor começou a trabalhar na CAF foi em que ano?
> **R:** Foi em 1966... Era pesado... era igual escravo mesmo, nós chegava cinco horas e... eu trabalhava até nove horas [da noite]. Levantava cinco horas da manhã, só jogava uma água no rosto, saculejava e, tinha dia que a gente dormia todo sujo de carvão, num tomava banho não.
> **R da esposa:** Num vinha em casa não, dormia no trabalho mesmo, em saco de linhagem.
> **R do trabalhador:** A gente fala que dormia era saco mesmo... Entrava dentro dele, em tempo de frio né... tinha uns barraco... a gente tampava tudo com saco de linhagem e, a hora de serviço era cinco horas que chegava, hora de larga num tinha não, trabalhava até nove horas ai deitava... dormia todo sujo, cinco horas levantava já amanhecia lá... trabalhava até nove horas (Entrevista 17).

Uma outra atividade no período das *matas* era o transporte do carvão produzido: enchimento dos caminhões ou vagões do teleférico[80] entre Baixa Verde e a cidade de João Monlevade onde se localizava a sede da CSBM.

Todos os relatos são permeados não apenas pela maneira atual com a qual apreendem o que viveram, mas pelas transformações mais recentes que condicionam o olhar dos trabalhadores de Baixa Verde, sobre o momento presente e sobre o momento recordado. O depoimento de uma atual assalariada florestal que trabalha desde a época das *matas* com várias atividades florestais, permite apreender algumas questões sobre as condições de trabalho no ambiente de trabalho, ou seja, nos *matos*. Deve-se considerar a influência das condições dos *matos* no desempenho e na segurança dos trabalhadores que por eles caminhavam e ainda caminham no mínimo oito horas diárias para exercerem atividades que mesmo mulheres fizeram nestes períodos de vida e trabalho nas *matas*, em condições marcadas por *mata* suja, morros, marimbondos, cobras e friagem e também marcadas pela desconsideração dos empregadores. O depoimento a seguir é ilustrativo dessa desconsideração que aparece implicitamente, por meio de uma analogia dos trabalhadores a uma boiada solta:

> A gente já trabalhou de madrugada nos eucaliptos. Subindo morro, descendo morro, roçando, cortando madeira. Aqueles pau grossos, cortando aquilo... Já fiz de tudo na minha vida, já fiz de tudo um pouquinho e continuo fazendo. Enquanto Deus me dá força, vou fazendo, vou fazendo... A gente andava num sujo..., um mato muito grande. A gente chegava a encostar em caixa de marimbondo do tamanho da gente. A gente chegava assim, naquela picada..., distorcia, caçando jeito de correr... Antigamente trabalhava lá, caia no buraco..., ninguém ligava para nada não... É entrar no mato mesmo e rasgar até no peito e varar lá em cima... Na hora que terminava o trabalho... lavar as mãos, não tinha isso não.Você usava o veneno e... não estava nem ai não.... As atividades foram evoluindo né... A preocupação propicia as empresas, mudaram aquele pensamento de colocar um funcionário lá, que como se tivesse soltado uma boiada... (Entrevista 3).

Esta mesma trabalhadora também mencionou que, até recentemente, era necessário levar latas com o almoço, mas que não havia condições dessas latas serem esquentadas. Levavam também garrafões de plástico com água que seriam enterrados na terra, numa tentativa, sempre frustrada, de preservá-la fria. No âmbito de um trabalho que demanda caminhadas intensas, acabavam tendo que beber bastante quente a água

---

[80] O teleférico foi um meio de transporte utilizado pela CSBM para transportar carvão das *matas* até a sua fábrica por meio de caçambas presas em cabos de aço no âmbito de um percurso aproximado de 150 quilômetros, que é a distância rodoviária de Baixa Verde a João Monlevade. Já tem aproximadamente duas décadas que este teleférico foi desativado.

que levavam de suas casas para o *mato*. Mesmo que tenha mudado essa situação, a memória do passado é forte, como se constata por meio da fala a seguir:

> Essas latas de leite Ninho que, nunca na vida a gente comprava, [usava-se] para poder levar comida... Água, sabe onde nós levávamos? Nuns galões de plástico. Ali, o sol estava muito quente, a gente cavava um buraco, sabe? Fincava o galão lá dentro. Ali, a gente ia e, tomava água... Hoje, as pessoas levam garrafa térmica. Essas coisas não existiam... Era coisa antiga mesmo. Dormia até no sereno, dormia, amanhecia – água fresca mesmo. A gente levava e colocava. Quando lá pelas duas horas, três horas, a gente olhava assim, a água estava quente. Quente mesmo, a ponto de você tomar um banho. A gente tomava assim mesmo, a gente costumava com aquilo ali (Entrevista 3).

Também conforme outro antigo trabalhador, no período em que residiam nas *matas* de Baixa Verde e no momento de formação do primeiro plantio de eucaliptos, os trabalhadores alimentavam-se em pé e, em alguns momentos, na chuva: "era época de plantar e, quando as águas estavam caindo, tinha que aproveitar, até quando começar a escurecer. Comia em pé, porque num podia nem sentar. Os eucaliptos foram plantados dessa maneira, com nós comendo em pé" (Entrevista 4). Ainda sobre este período, trabalhadores mencionaram sobre algumas das condições de trabalho, de modo a destacar como era o transporte em contraposição ao atual uso obrigatório dos ônibus. Informaram que, primeiramente, os trabalhadores eram transportados pelas chamadas *carretinhas* presas em tratores. Portanto, parece ser uma locomoção especifica do período no qual os trabalhadores trabalhavam e moravam nas *matas* de Baixa Verde, quando ainda não havia estradas abertas: "antes era difícil demais, quando nós começamos este serviço aqui. Porque a CAF começou este serviço aqui, você sabe do que nós andávamos aqui? Era de trator. Desses tratores de arar terra. Eles punham aquela *carretinha* atrás e, aquele trem até jogar um pelo chão a fora" (Entrevista 13). E, conforme um outro trabalhador: "oh, minha filha, tinha dia de nós sairmos de casa quatro horas da manhã. No começo dela [CAF]. No começo dela, carro num tinha. Eles puxavam nós na carretinha... Essa, para tratores né?! Aquela carretinha de puxar atrás de trator" (Entrevista 18). Posteriormente, tais *carretinhas* foram substituídas por caminhões. Os caminhões transportavam *turmas* de trabalhadores, sentadas na parte traseira, com alguns se segurando nas laterais. Tanto as *carretinhas* como os caminhões foram apreendidos, pelo menos no período atual, como meios de transportes inseguros e perigosos, conforme expressa a fala descrita a seguir que menciona sobre um acidente que ocasionou a morte de um trabalhador no momento do transporte em um caminhão:

> Sem capacete, bota de borracha, sem luvas, sem nada... Caiu do caminhão, matou aquele homem... Coisa incrível Meu Deus... Estava ventando..., não tinha proteção nenhuma não, não tinha nada não. Andava aquele trem tudo aberto assim..., pela beirada lateral. Entornava tudo pelo meio do mato afora, caia, machucava (Entrevista 3).

Os trabalhadores não eram dispensados do trabalho quando estavam doentes. Neste contexto, um antigo trabalhador falou a respeito de trabalhadores acidentados que, por não conseguirem dispensa, acabavam por se machucar novamente, bem como,

sobre os trabalhadores que, não se sentindo bem no tocante à saúde, recebiam a liberação dos *chefes de turma* para ir consultar enfermeiros que apenas medicavam e liberavam novamente para o trabalho:

> Caiu uma tora no dedo dele. Aí, o enfermeiro, sabe o que ele fez? Arrancou a unha, amarrou só um curativo ali... Mas, chegou no mato, não conseguiu calçar botina. Aí, nós chegamos no forno, com a primeira viagem [e] ai falamos [com o trabalhador machucado]: você num vai agüentar, ai nós vamos fazer a sua parte, você fica mais atrás, ai. [Entretanto], uma tora bateu no mesmo dedo que estava machucado.
> **P:** Mas vocês foram trabalhar pra ele, e ele foi junto?
> **R:** Foi junto, nós falamos você num faz muita força, fica assim perto.... no caminhão, para tirar a lenha.
> **P:** Ah, ele estava perto, para ninguém achar que ele não estava trabalhando...
> **R:** É, o motorista lá olhando... Era assim, você ia [no enfermeiro], confere, dava dois comprimidos lá, tinha que voltar pro serviço... Isso é errado né... Agora, hoje, a Companhia está diferente. A CAF mudou muito, antes dava dois AS[81] e tinha que voltar pro mato. Tinha um enfermeiro ai, nós apelidamos ele de AS: ô, Sr. AS (risos). Era assim, no meio da mata, todo mundo era alegre, precisava né?!... (Entrevista 6)

A partir da década de 1970, a CAF se consolidou na atuação do trabalho florestal tanto para colher a madeira dos primeiros plantios iniciados entre as décadas de 1950 e 1960, quanto para dar inicio a um processo mais intenso de formação de plantios de eucaliptos. Neste contexto, numa área na qual a mata nativa já estava devastada e já se iniciava a formação das primeiras estradas[82], construíram as primeiras ruas com casas residências para que pudessem morar as famílias da parte gerencial da empresa. Posteriormente, outra rua foi construída para a instalação dos *chefes de turmas*. Aproximadamente na década de 1980, a grande maioria dos trabalhadores até então residentes nas *matas* foram sendo retirados e com isso, passaram a residir em um espaço edificado, separado por ruas, apreendido por quase todos os atuais moradores como uma *cidade*, que no âmbito daquele já mencionado, processo de fragmentação de parte do estado de Minas Gerais, formando novos municípios, tornou-se distrito do município de Dionísio.

---

[81] AS é a denominação de um analgésico. Trata-se de um medicamento com finalidade de suprimir dores físicas ou suprimir febres.

[82] Para Araújo (1996), Baixa Verde foi fundada em 1949 e a primeira estrada, que era apenas para jipe, foi feita em 1952.

CAPÍTULO III

Da saída das *matas* à *vila* de Baixa Verde

Como referido no capítulo anterior, a história de Baixa Verde, na perspectiva de seus atuais moradores, sobretudo os mais antigos, se iniciou a partir da exploração das madeiras de uma área de mata nativa no município de Dionísio. Da década de 1940 ao ano de 1980, trabalhadores residiram e trabalharam em localidades denominadas por eles de *matas*. A vida nestas *matas* foi caracterizada por dois tempos: o tempo da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira (CSBM), que foi o período da exploração da madeira nativa para a fabricação de carvão e o tempo da CAF Florestal (CAF), que foi o período no qual se plantou o primeiro maciço florestal de eucalipto. O tempo das *matas* (como local de residência dos antigos moradores de Baixa Verde), portanto, foi o tempo da mata nativa e o tempo dos primeiros maciços de eucaliptos.

Estes tempos não foram estanques. Os entrevistados deram informações que permitem observar que os plantios de eucaliptos se iniciaram no período onde a mata nativa se esgotava. No início do reflorestamento, na década de 1950, a parte final da mata nativa ainda era explorada para que se desse continuidade à fabricação do carvão até que os maciços de eucaliptos pudessem ser submetidos ao primeiro corte. Neste momento final da vida nas *matas,* os trabalhadores passaram progressivamente a ser deslocados para um outro local de residência: uma *vila* habitacional[83], espaço edificado por ruas e casas construídas e financiadas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), antigo órgão imobiliário da Caixa Econômica Federal.

É possível afirmar que o *tempo das matas,* na história de Baixa Verde, pode ser contraposto ao *tempo da vila construída pela CAF,* onde a população reside atualmente. Assim, a CAF foi identificada tanto pelo início do reflorestamento quanto pelo processo de construção da *vila*, percebida, pela maioria dos atuais moradores, como a *cidade de Baixa Verde, distrito do município de Dionísio*.

Este capítulo têm como objetivos descrever as razões da CAF em retirar os trabalhadores da área florestal; a saída dos trabalhadores; parte do contexto vivido pelos trabalhadores após a construção da *vila*; a natureza da *vila* construída.

---

[83] Como já referido, no anexo nº. 4 encontra-se uma planta oficial do espaço residencial de Baixa Verde e no anexo nº. 5 encontra-se uma ilustração da *vila*.

1. A CAF e a retirada dos trabalhadores das *matas*.

De modo geral, baseando-se na pesquisa realizada e em parte da literatura sobre Minas Gerais e sobre as mudanças sociais ocorridas neste estado a partir do surgimento das siderúrgicas e reflorestadoras, parece que houve um primeiro momento onde a liberação das áreas de lavouras nas terras da CSBM e de seus empreiteiros foi um mecanismo utilizado para fixar trabalhadores nas *matas* de Baixa Verde. Isto porque, como já referido no primeiro capítulo, a expansão da economia florestal em Minas Gerais não se deu sem que houvesse, sobretudo, nos períodos iniciais, dificuldades por parte das siderúrgicas e reflorestadoras em obter mão-de-obra. Os trabalhadores rurais precisaram ser dissociados de suas condições de prover a própria sobrevivência de modo autônomo e precisaram ser domesticados a um novo padrão de comportamento e desejo. Ressalta-se, entretanto, que isto muito provavelmente não se deu em momento algum sem tensões e conflitos, por menores que estes tenham sido, ou por mais silenciados e obscurecidos que possam ter sido. O que aponta para a possível estratégia daquelas empresas em conjugar o plantio de pequenas lavouras com as atividades florestais de modo a mobilizar trabalhadores rurais a irem residir e trabalhar em uma área de mata nativa sendo aberta.

Em um segundo momento, que coincide com o surgimento da CAF e o início do reflorestamento, as terras não só já estavam se tornando juridicamente propriedade privada das empresas siderúrgicas e reflorestadoras, como também se iniciava um processo de contração do espaço que progressivamente passava a ser ocupado por árvores plantadas, em contraste com o período anterior de desmatamento.

Como já mencionado, no período que antecede a retirada dos trabalhadores das *matas* de Baixa Verde houve um processo de perda progressiva dos lotes liberados para os trabalhadores florestais plantarem pequenas lavouras. Se, inicialmente a maior parte das famílias que viviam nas *matas*, trabalhavam tanto nas atividades florestais quanto no plantio de lavouras em áreas liberadas pelas empresas, próximas aos plantios de eucaliptos e carvoarias, já em fins da década de 1970, tais áreas para plantio não eram mais liberadas. De acordo com algumas falas de atuais moradores de Baixa Verde, muito possivelmente, as áreas liberadas para lavouras pelas empresas siderúrgicas e reflorestadoras – ao longo do processo de desmatamento da mata nativa e processo de reflorestamento dos primeiros lotes de maciços florestais – foram sendo proibidas progressivamente, de modo que, no momento em que as famílias estavam sendo

transferidas das *matas* para as residências financiadas pelo BNH, praticamente ninguém mais tinha lote para plantar pequenas lavouras.

Alguns antigos trabalhadores mencionaram que nas *matas* trabalhava-se no corte de lenha, no carvoejamento e plantava-se lavoura, sendo que, num primeiro momento, tinham o direito a toda colheita. Num segundo momento, porém, tinham a liberação dos terrenos apenas para plantar à terça:

> Plantavam roça e tinham o direito pra cada um carvoeiro e cortador de lenha. Tinham o direito de plantar 10 quilos de arroz, 10 quilos de milho, 10 quilos de feijão, pra ele só. Aquela colheita que ele fazia ali, era dele... num tinha que dar terça, num tinha que dar nada não. Depois, quando foi abrindo mais a mata, foi chegando mais pro final... a gente plantava a roça e, o empreiteiro tirava a terça (Entrevista 8).

Bem semelhante é o que narrou um outro trabalhador:

> Eu cheguei aqui em 49. Cheguei aqui, nós fazendo carvão, derrubando estes pau aí afora. Fazendo carvão de caieira... Mexia com roça. Picava lenha também. Este tempo aqui, era porque todo mundo plantava dado... Plantava sua roça..., plantava de tudo, arroz, feijão, milho..., de tudo nós plantávamos. Aqui, era muito bom. Você tinha liberdade, plantava à vontade. Colhia, num tinha negócio de dar terça. Tinha muitos bichos, muito peixe. Nesta época, nestas lagoas ai, um anzol daqui a pouco, você estava com um saco cheio de peixe (Entrevista 10).

Ademais, como também já referido, juntamente com a CAF, foram implantadas nas *matas* de Baixa Verde, empreiteiras especializadas em culturas de alimentos. Os lotes de lavouras foram, então, sendo substituídos pelo trabalho agrícola para as empreiteiras. Por fim, com a expansão dos maciços florestais, as áreas liberadas para plantio tornaram-se praticamente inexistentes, sobretudo após o fechamento daquelas empreiteiras produtoras de arroz, outros grãos, como milho e feijão e verduras.

Sobre as razões da CAF em retirar os trabalhadores de sua área florestal e mediar um projeto de financiamento habitacional, também deve-se ressaltar o fato que a expansão dos plantios de eucaliptos passaram a contrair o espaço físico da área florestal. Entretanto, essa relação praticamente não apareceu nas falas da população atual de Baixa Verde.

No discurso de todos, inclusive no dos representantes da CAF, foi a *lei do usucapião* a razão principal que motivou este processo. Essa justificativa é difundida para todos, solidificando-se sobretudo na memória dos mais novos em termos de idade e de tempo de residência e convívio no distrito[84]. Para a atual presidente da Associação de

---

[84] Em Baixa Verde, muitos dos atuais habitantes mudaram para lá após os acontecimentos que hoje constituem a memória do local. Conforme Portelli (1998), a construção de uma memória gera pressões de um determinado grupo para que alguns fenômenos não sejam esquecidos, de modo que o ato de preservar

Moradores de Baixa Verde que é também professora da escola e ex-funcionária administrativa aposentada pela CAF, não houve respeito por parte daqueles que procuraram tomar as terras da CAF:

> *Eu acho que as pessoas devem respeitar o direito dos outros. O povo passou a querer a tomar as terras da Companhia que haviam sido cedidas para que aquelas pessoas tivessem direito de ter suas roças. Assim que surgiu aquela história do usucapião começaram a querer tomar as terras. Por causa disso a Companhia doou parte de suas terras para a Caixa Econômica, para que a Caixa vendesse para os moradores (notas de campo).*

Pode ser que estas atuais percepções sobre possibilidades jurídicas de luta pela terra não tenham existido anteriormente. Ainda que se deva considerar que naquele período – meados da década de 1960 a fins da década de 1970 – possam ter circulado algumas informações ligadas a processos de *usucapião*. Ressalta-se que o Sindicato da Extrativa já existia como uma associação e que pode ter tido ligações com entidades envolvidas em luta de trabalhadores rurais por terras, como, por exemplo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975 que, passou a atuar, ao menos, em municípios circunvizinhos, em um contexto no qual se ampliavam estradas e facilidades de relações entre diferentes agrupamentos populacionais[85].

De qualquer forma, a pesquisa constatou que apenas duas famílias de antigos trabalhadores, no momento da retirada da população das *matas,* recorreram à justiça e obtiveram direito de propriedade da posse na qual residiam. Ademais, no momento da pesquisa, havia apenas estas duas famílias residindo em locais próximos da área florestal. Portanto, se outras famílias obtiveram direito de posse, posteriormente venderam-nas para a CAF.

Neste contexto, uma possível hipótese para as razões de retirada dos trabalhadores das *matas* e para a construção da atual *vila* de Baixa Verde diz respeito ao fato que a CAF naquele período estava encerrando o processo de formação dos plantios de eucaliptos e que possivelmente só retomaria as atividades de reflorestamento de uma a duas décadas depois.

Como já referido no capítulo anterior e conforme a explicação de um político local sobre o ciclo dos plantios de eucaliptos, uma área plantada possui o potencial para três cortes: "o reflorestamento é aproveitado três vezes... A gente fazia o plantio, daí a

---

lembranças é um ato que materializa um certo controle social. Com esta perspectiva, este autor também observou que "novas pessoas... também têm as suas próprias memórias, que talvez devessem ser reconhecidas como parte da memória daquilo que hoje é o seu povoado" (op. cit., p. 128).

[85] Ressalta-se que esta temática não foi objeto de estudo teórico e nem empírico.

seis anos colhia a madeira. Daí a seis anos colhia outra vez. Então, dava um período de dezoito anos" (Entrevista 9).

Neste sentido é possível ver relações entre o término da formação dos plantios de eucaliptos e uma conseqüente demissão da mão-de-obra. Demissão que realmente ocorreu nos primeiros anos da década de 1980 ao menos de modo parcial. Conforme o atual presidente do Sindicato da Extrativa:

> Teve uma época... teve um desemprego... A CAF parou de plantar né?! Porque a CAF plantava sempre. Ela colhia e ia plantando. Colhendo e ia plantando. Mas ela parou, passou só a colher... Então, o carvão dela num parou de sair não, mas diminuiu muito mão-de-obra né?! (Entrevista 15).

Talvez seja razoável falar na existência de riscos, por parte das siderúrgicas e reflorestadoras, de perda da terra, caso a demissão se desse com os trabalhadores ainda residindo em suas áreas florestais, o que permite ver relações também entre a retirada dos trabalhadores e a mediação da CAF no processo de construção da *vila* a partir do financiamento das residências por meio de um projeto de habitação.

Possivelmente, **tanto** o fim progressivo dos lotes para plantios de pequenas lavouras – que poderia ter pesado de modo negativo na decisão dos moradores em saírem das *matas* e irem residir em locais dissociados das áreas de lavouras, caso estas ainda existissem nas *matas* – **quanto** a intervenção da CAF no processo de construção de casas financiadas pelo BNH – projeto habitacional que poderia ter tido poucas chances de ter sido desenvolvido no âmbito da população de Baixa Verde caso não tivesse sido mediado pela CAF – podem ter sido mecanismos utilizados conscientemente pelo grupo CSBM/CAF para reduzir o máximo possível as possibilidades de eclosão de movimentos de resistência e recurso à justiça.

Pode-se supor ainda que existiu também um receio de se perder a mão-de-obra já especializada em reflorestamento que se faria novamente necessária após o uso industrial do primeiro maciço florestal. Isso permite pensar a construção da *vila* também como um modo de manter uma reserva de mão-de-obra já treinada.

2. A saída

A partir da década de 1960 a CAF passou a construir algumas ruas e casas nas quais foram residir parte do seu corpo de dirigentes, gerentes e *chefes de turmas*.

Posteriormente, a CAF numa negociação com a Caixa Econômica Federal ou mais especificamente, com o setor BNH da Minas Caixa, dirigiu um projeto de construção de casas para serem vendidas, com financiamento de 25 anos, para os trabalhadores que até então estavam residindo nas *matas*, ou seja, na *área da Companhia*.

Entre os primeiros trabalhadores que foram transferidos para as residências construídas pela CAF, alguns moraram por algum tempo pagando aluguel para a C*ompanhia* e só após o início da construção das casas construídas com financiamento do BNH é que adquiriram suas residências, como é o caso de um morador que nos fins da década de 1960 passou a residir numa das propriedades construídas pela CAF:

> Para dentro desta casa eu vim em 1966... Já morava aqui, nesta casa, quando eu comprei ela, já tinha 14 anos... A Companhia cobrava uma mixaria pequena..., descontava no meu salário. Aí, quando foi em 1980, ela veio com a proposta do BNH para vender a casa para nós... Ai, eu comprei a casa graças à Deus. Fui pagando, pagando, pagando, paguei 22 anos (Entrevista 8).

O ano de 1980 foi o ano de entrega das casas pela Caixa Econômica Federal. Além de moradia, a CAF providenciou o transporte para que as pessoas trouxessem suas mudanças das *matas*. Segundo o trabalhador mencionado anteriormente:

> Sábado e domingo era o dia que eu saia para tirar as mudanças do pessoal lá nestas mata a fora... Tudo que era casa, por tudo quanto há afora, casa não, barraco né?! Este barraco barreado que o pessoal morava... Eles num tinham nada... Tinham lá prateleira, uma lata, uma esteira pra dormir... Mudança deles, era isso ai. Hoje, como eles estão aqui dentro, já tudo diferente. Você pode olhar a casa de qualquer um ai, eles têm sofá, têm televisão, eles têm cama para dormir. Mas, num tinha não. Até 1980, num tinha não. Porque morava pro mato afora ai, tudo mal arrumado e num existiam as coisas, num podia possuir nem um rádio, porque num tinha luz, num tinha nada; num podia possuir uma televisão... A casa era também muito pequena, porque era uma casinha de barro (Entrevista 8).

Excetuando as duas famílias, já referidas, que adquiriram direito de posse da terra onde residiam, pode-se dizer que, entre os atuais moradores de Baixa Verde, não se conversou com ninguém que declarou ter resistido sair das *matas*. A grande maioria dos atuais moradores declararam ter aceitado de imediato a proposta da CAF, assinando os papéis de compromisso com o BNH. Entretanto, alguns depoimentos recolhidos explicitaram a existência de pessoas que não compraram casas financiadas e não aceitaram com facilidade sair das *matas*.

Algumas delas resistiram a sair de suas *casas*, recorrendo à justiça. Outras, apenas permaneceram em suas casas, recusando todas as primeiras propostas da CAF, o

que foi um modo de pressão que, em muitos casos, resultou na obtenção de residências em outros municípios e em indenizações. Conforme um dos entrevistados:

> Um, eles tiravam e davam casa pra ele. Outros, a maioria, eles fizeram casa do BNH e foi trazendo do mato, tirando eles de lá e tirando dos barracos, acabando com os barracos no mato afora. Foi acabando até isolar tudo... Alguns ganharam casa, não compraram do BNH não... a Companhia teve que dar casa para eles. A casa deles num foi comprada do BNH. E nós já foi diferente.
> **P:** Teve gente que não aceitou sair fácil?
> **R:** Nossa senhora, gastava quase briga mesmo... Tem um... que a Companhia... deu um lote pra ele, fez uma casa pra poder tirar ele de lá. Acho que deu ele uma mixaria de dinheiro, ai tirou ele lá do mato, porque lá ele tinha canavial, tinha bananal lá, ele tinha laranja[86], ele tinha tudo lá e tinha um pedaço de terra na porta que ele plantava roça que ele mantinha a despesa dele. Nascido lá na área dela, ai ela tirou, ai ela foi tirando todo mundo... Dava um dinheiro pra sair, dava um barraco num outro lugar, lá pro lado de Dionísio, Conceição, lá em Timóteo. Dava ele um barraquinho lá, controlava ele, dava... um dinheirinho ele pegava e ia embora.
> **P:** E teve gente que entrou na Justiça e ganhou contra a CAF?
> **R:** Ganhava porque eles entravam, porque tentaram tirar ele, ele num saía. Ai entraram na justiça. Ai dizem, você tem que dar uma casa pra ele e, num lugar que é perto, num lugar que ele queira... Então está combinado. Ai, combinava assim, a Companhia dava a casa (Entrevista 8).

O caso narrado no depoimento anterior demonstra que possivelmente aqueles que tinham conseguido manter bens de raiz podem ter tido maior facilidade em resistir por meio da Justiça ou maior facilidade em pressionar uma indenização. No entanto, para alguns, o fato de persistir em suas casas não se dava como mecanismo de pressão para obter indenizações, mas por que havia interesses pessoais em manter a vida que ali já havia sido iniciada e projetada. Assim, ficaram em aberto questões que melhor explicitassem o conhecimento sobre direitos que aqueles trabalhadores possuíam.

Já havia diferenciação social entre aqueles que viviam nas *matas*, tanto no tocante às condições materiais – ter ou não lavouras temporárias e permanentes – quanto no tocante às informações e percepções sobre os direitos. Muitos depoimentos recolhidos apontam para o fato de que, para muitos, só posteriormente ficou reconhecido que poderia ter sido possível resistir à saída das *matas* ou poderia ter sido possível exigir a obtenção de uma nova residência no lugar daquela que iriam deixar.

Alguns outros moradores das *matas* se retiraram de Baixa Verde, migrando para outras localidades, por não terem desejado, desde o início, deixar de viver nas *matas*, identificadas por muitos como um lugar de *roça* (plantio de lavouras). Portanto, viver sem condições de plantio nas *matas* ou na *vila* construída foi uma possibilidade negada

---

[86] Ressalta-se que a cana-de-açúcar é uma cultura temporária. Já a banana e a laranja são culturas permanentes, consideradas, portanto, como bens de raiz.

por alguns antigos trabalhadores que deixaram as *matas* de Baixa Verde sem nenhum tipo de concessão ou indenização por parte da CAF. Conforme um dos entrevistados, logo em seguida ao início da formação dos primeiros lotes de eucaliptos, quando progressivamente os lotes para plantio de lavouras passaram a ser proibidos, algumas famílias decidiram sair de Baixa Verde, recusando-se a residir em um local no qual não haveria condições de se plantar pequenas lavouras:

> Quando o eucalipto chegou, o pessoal gostava de roça... De mata, de roça. Quando o eucalipto chegou, o pessoal foi pra Mato Grosso... Daquele tempo meu, ficou umas 25 pessoas só, que moram em Baixa Verde.
> **P:** Você sabe porque esse pessoal resolveu ir para o Mato Grosso?
> **R:** Por causa da roça. Não queriam sair... da roça (Entrevista 6).

Por fim, também existiram alguns moradores que recorreram a conhecidos que numa *relação de favor* intervieram de algum modo no processo de retirada dos trabalhadores de suas moradias nas *matas*.

Neste contexto, ressalta-se o fato dos relatos recolhidos ao longo da pesquisa terem revelado a existência de vários mecanismos de pressão da CAF para conseguir tirar os trabalhadores das áreas de *mata*, ainda que em troca de indenizações. Mas, de modo que as pessoas saíssem de ***gosto e vontade***, para usar uma expressão de Sigaud (1979) em seu estudo sobre a Zona da Mata pernambucana. Segundo um dos entrevistados:

> Quando começou tirar o pessoal..., foi em 1978... e foi trazendo pra aqui... Depois, quando foi em 1980, aí começou a isolar o povo dentro do mato... ai tinha o chefão né?! Daqui a pouco, fazia uma pressão na pessoa. A pessoa num concordava e por ai foi indo... Teve uns que ela [CAF] teve que pagar ele [morador] pra tirar de lá. Esses ai que ela pagou eles..., não moram aqui dentro de Baixa Verde. Moram lá para Dionísio, moram lá pra Timóteo. Porque estes que endureceu mesmo, ela teve que da 3.000, 4.000 até 7.000... Têm muitos que, entrou na justiça para poder não sair. Ai, a Companhia ia lá, mexia daqui, mexia dali, para ver se ela ganhava o direito. O cara continuava quieto. Ai, o resto quando foi ficando muito isolado no mato, porque os moradores saíram tudo né?! Ai, eles mesmo fazia proposta. Eles viam, faziam proposta para ela [CAF], ai ela dava um dinheirinho e ele saia. Eles [CAF] chegaram e disseram tem que sair, tem que desocupar a área e, ele [morador] falou: eu não saio... a Companhia foi deixando ele..., tem uns que foi na justiça, foi e ganhou... A Companhia foi apertando as pessoas pra tirar. Foi de acordo com ele [morador], até que ele mesmo resolveu sair (Entrevista 8).

Apesar de terem sido comuns falas que mencionaram pessoas que reivindicaram indenizações para sair das *matas* e que uma forma de indenização foi a doação de casas, também se ouviram pessoas mencionarem que *isto é assunto muito sigiloso*.

Na pesquisa, apenas dois moradores declararam ter recebido doação de uma casa da CAF[87]. Todos os demais disseram que a casa foi adquirida via financiamento BNH.

Uma das moradoras mais antigas de Baixa Verde declarou ter ganhado a casa em que mora atualmente:

> *P: **A senhora pagou pelo BNH esta casa?***
>
> **R:** Não, daqui eu ganhei... Me deu aqui esta morada né?! A CAF me deu, Graças a Deus... Nós moramos muitos anos. Quando eles vieram procurar lá onde eu morava, eu falei: Olha, meu marido não comprou terreno pra mim, ele me deixou aqui mas, ele não comprou terreno..., isto aqui é seus, é da Belgo... Então eles, não posso queixar, porque eles me puseram aqui, me trocaram de lá, me passaram pra aqui..., então eu não queixo da CAF... Ela foi ótima. Foi muito boa pra mim né... Sai amigavelmente... Eu acho assim, a corda arrebenta no lado mais fraco né?! Se eu fosse caçar demanda, eu ia sair sem nada. Ia sair sem casa, sem dinheiro, ia lutar com a vida, com os meus meninos pequenos. Então, muita gente disse: a senhora é boba. Não, não importo com isso não. O que eles me derem estou alegre. Fiquei satisfeita Graças à Deus. Sai amigavelmente. Dou comida pra eles até hoje né?! Eles vêm comer aqui. Quando eles precisam, mandam é aqui[88]. Então, se tivesse saído inimiga deles, às vezes, eu estava passando dificuldade né? Graças à Deus sou amiga deles a mesma coisa. (Entrevista 1).

Numa segunda entrevista, outra parte da história foi narrada: Ao demandar da CAF uma outra casa, alegando não ter onde morar e alegando que acreditava possuir algum direito, obteve da empresa, primeiramente, uma resposta negativa: "os homem da CAF, então, disseram que nós procurássemos os direitos nossos e que eles procurassem os direitos deles" (Entrevista 1). Mas, tendo *amizade* com um Juiz que residia em Belo Horizonte e que havia se tornado amigo da família devido a pescarias em Baixa Verde, demandou por *ajuda* e foi atendida. Com isso, a CAF deslocou a família para a casa onde vivem atualmente, responsabilizando-se pela mudança dos móveis e da madeira retirada da casa destruída, de modo que pudesse usar como lenha. Portanto, como

---

[87] Sigaud (1979), em seu estudo sobre o fim do *sistema de morada* na Zona da Mata de Pernambuco, demonstrou que "impossibilitados de conduzirem o esvaziamento dos engenhos da forma que mais lhes convém, os proprietários vão no entanto exercer sobre seus trabalhadores diversos tipos de pressão que culminam no abandono dos engenhos" (op. cit., p. 51). Pressão que se fundamentou na interiorização por parte dos moradores da liquidação do sistema de morada: "a sua não reprodução enquanto relação social", que os levou a uma "predisposição para abandonar o engenho que seria reforçada pela existência de uma alternativa concreta que é a vida na rua, cuja dimensão negativa é relativizada sempre que o trabalhador toma a decisão de sair" (op. cit., p. 52). Neste contexto, a saída do trabalhador foi uma decisão própria, mas induzida. Indução expressa por uma consciência de terem sido expropriados que não aparece na fala individual de cada trabalhador: "Nenhum trabalhador admite ter sido botado para fora e todos afirmam terem saído de gosto e vontade, isto é, espontaneamente, de tal forma que a regra por eles apontada que seria a de botar para fora valeria para todos os trabalhadores, menos para cada um individualmente" (op. cit., p. 50).

[88] Na casa desta senhora, uma de suas filhas utiliza parte do quintal da casa como uma cantina que serve refeições. Os freqüentadores são trabalhadores temporários das empreiteiras da CAF Florestal (CAF) que permanecem morando em repúblicas, em média com dez homens, todos trabalhadores que possuem residência fixa em outros municípios. Esta questão será retornada no capítulo subseqüente.

mencionado anteriormente, no contexto de saída dos moradores das *matas* uma situação que se fez presente foi a existência de intermediação de *relações de favor* se dando, no caso mencionado, por meio da presença de um intermediador jurídico[89].

De modo geral, pode-se dizer que a aceitação da transferência daqueles que viveram nas *matas* não pode ser interpretada apenas pelo fato de terem percebido como algo positivo a possibilidade de adquirirem casas próprias via financiamento, que então lhes parecia possível pagar com o próprio trabalho. Também deve ser considerado que, para alguns, não existia outra maneira. Era necessário aceitar a ordem das empresas. Enquanto alguns se viam com direito àquelas casas nas *matas*, outros, pelo contrário, achavam natural e legal que a empresa, num determinado momento, não quisesse mais ninguém morando em *suas terras*. Dentre os que se viam como portadores de direitos às posses, muitos não acreditavam que poderiam ir contra a empresa, o que ainda se percebe hoje na fala de atuais moradores que se auto identificam como *fracos* em contraposição à CAF, suas empreiteiras e os políticos, que são os *fortes*. Por outro lado, alguns, mesmo não tendo consciência de possíveis direitos, simplesmente não aceitaram deixar suas casas nas *matas* e lá se mantiveram enquanto puderam.

Com a retirada dos trabalhadores das *matas*, pode ter existido uma ruptura nas relações de reciprocidade entre trabalhadores e empregadores[90], devido à eliminação dos lotes para plantio de lavouras, até então muito possivelmente apreendidos como uma dádiva e à dissociação dos locais de trabalho, dos locais de residência. Estes fenômenos, como será analisado posteriormente, provocaram transformações nas relações entre trabalhadores e seus empregadores e mesmo entre as famílias dos trabalhadores. No entanto, não houve ruptura completa das relações de reciprocidade. O fato da CAF ter concedido o terreno e ter mediado o processo de financiamento da construção das residências nas quais os moradores de Baixa Verde vivem atualmente é razão para que exista um sentimento de divida para com aquela empresa. Para muitos,

---

[89] Além dos depoimentos anteriores que, explicitam a doação de residências, no momento atual há famílias que residem – por algum tipo de acordo não identificado – em residências da própria CAF. É o caso de uma família composta por assalariados florestais, um policial florestal do Parque Estadual do Rio Doce e um fiscal do Instituto Estadual de Floresta (IEF). Além desta família, outras foram constatadas residindo em casas da CAF sem pagamento de aluguel e, curiosamente, em todas elas observou como ponto comum o fato de um dos membros atuar como polícia militar/florestal. No entanto, não foi possível pesquisar os possíveis significados desta questão.

[90] É conhecida da história social rural brasileira a reciprocidade que fundamentou as relações entre fazendeiros e trabalhadores rurais seja nas culturas de cana no Nordeste brasileiro (Palmeira, 1977; Sigaud, 1977), seja nas culturas de café no sudeste brasileiro (Martinez-Alier, 1977). Essas práticas, como demonstram outros estudos como aqueles feitos por Bourdieu (1965) em localidades da África, não são necessariamente restritas a economias de monoculturas.

foi a CAF que fez Baixa Verde[91]. A CAF é apreendida como a verdadeira *dona da cidade*: "isto tudo aqui é dela e, é ela que manda em tudo" (notas de campo).

Transformações de antigas relações sociais, manifestadas, sobretudo no fim progressivo das concessões de lotes para o plantio de lavouras, obscureceram a dimensão de expropriação do processo de retirada dos trabalhadores das *matas*, uma vez que tais antigas relações eram permeadas, ao menos em parte, por um caráter de *favor*, expresso na concessão dos lotes para lavoura. A posse da terra era uma concessão do grupo CSBM/CAF que ao longo das décadas entre 1940 a 1960 foi formalizando a apropriação das terras antes ocupadas por matas nativas e das terras circunvizinhas, fossem posses ou pequenas propriedades.

Da mesma forma, a maneira pela qual os trabalhadores foram retirados, também permitiu obscurecer qualquer possível dimensão de expropriação, uma vez que, como já referido, a CAF buscou pressionar a saída mas de modo que no processo final o trabalhador saísse por sua própria decisão. Ademais, o fato da maioria dos antigos moradores que pressionaram a CAF e receberam indenizações para saírem da área terem de modo predominante recebido a doação de uma moradia em outro município, também pode ter contribuído, em alguma medida, para este possível obscurecimento da dimensão de expropriação ocorrida neste processo de retirada dos trabalhadores das *matas* de Baixa Verde, uma vez que entre os atuais moradores que portam a memória do local a maior parte aceitou a proposta da CAF de sair passivamente e comprar uma casa financiada.

Também deve-se considerar o fato da retirada dos trabalhadores das *matas* ter se dado de modo simultâneo ao acionamento de uma outra prática de concessão de *favor* por parte da CAF. Esta empresa interviu de maneira decisiva no processo de financiamento das residências para as quais os trabalhadores foram transferidos. Assim, a atitude da CAF em possibilitar os moradores adquirirem suas casas próprias foi um outro mecanismo que contribuiu para obscurecer o processo de expropriação ocorrido nas *matas* de Baixa Verde e para obscurecer os movimentos de reivindicação que permearam este processo de expropriação, uma vez que os indenizados, ou migraram ou interiorizaram um discurso semelhante ao dos demais que aceitaram ser retirados das *matas* sem nenhum pedido de indenização. Ainda que paradoxalmente, possam ter

---

[91] Isto hoje é menos forte, uma vez que a Prefeitura, nos últimos anos, vem construindo e doando casas populares. O que faz com que alguns moradores tenham um sentimento de dívida para com o prefeito que construiu as casas doadas.

interiorizado este discurso simultaneamente à interiorização de uma certa consciência de possíveis direitos que poderiam ter tido naquela ocasião.

Deve-se considerar também que algumas promessas de infra-estrutura básica podem ser apreendidas como um possível meio, utilizado pelas empresas, para mobilizar o maior número possível de pessoas a saírem das *matas*. Além das promessas de escola, posto de saúde, calçamento, luz e água encanada, algumas iniciativas da CAF aparecem como um processo de "*levar civilização*" àquela população. Conforme fica claro na fala de um trabalhador aposentado que atuou anteriormente na administração da CAF:

> Começaram a trazer o pessoal... Não tinham nenhuma cultura, nenhuma educação para que pudessem realmente morar dentro de uma área tão grande... Ela [a CAF] criou um sistema de assistência social para poder ensinar o povo o que era um vaso sanitário. O pessoal não usava. Usava o mato, para suas necessidades fisiológicas... (Entrevista 2).

Assim, todo um processo histórico de desqualificação do trabalhador rural e do trabalhador florestal favorecia um outro processo que era o de interiorizar esta desqualificação em cada um dos trabalhadores, ao mesmo tempo que os aproximava de um outro padrão civilizatório.

Sem dúvida, os mecanismos de *domesticação* indicam, em alguma medida, o início do processo de disciplinamento da mão-de-obra local que foi se consolidar a partir dos últimos anos da década de 1990. Não obstante, este possível intuito de disciplinamento deve ser entendido em um contexto mais amplo onde, como já referido, se sugere que as principais razões, por parte das empresas, devem ter sido minimizar os possíveis riscos de perda de terras e manter uma reserva de mão-de-obra, ao demitir os trabalhadores após a finalização da formação dos plantios de eucaliptos.

3. Os trabalhadores na *vila* de Baixa Verde

Ao longo deste capítulo sugere-se a hipótese de que a construção da *vila* de Baixa Verde foi o modo encontrado pela CAF para reduzir os riscos de perda de terra e mão-de-obra especializada após o término da formação de seu primeiro maciço florestal, uma vez que o encerramento das principais atividades do ciclo produtivo do reflorestamento levaria aquela empresa a reduzir significativamente o número de assalariados contratados e sub-contratados.

Deve-se pensar no retorno da CAF às atividades de reflorestamento no final da década de 1990, considerando as possíveis relações entre desemprego e o período entre

o término da formação dos plantios de eucaliptos e o fim dos três ciclos de vida destes plantios que, como já referido, dura aproximadamente 18 anos, o que corresponde a uma média de seis anos entre cada corte. Ou seja, no final da década de 1950 quando se deram os primeiros sinais de esgotamento da mata nativa, a CAF iniciou a formação dos maciços florestais. E continuou plantando até o início da década de 1980. Ainda que a formação de cada *lote florestal* tenha sido realizada com um espaçamento de anos é bastante provável que, até o início da década de 1980, quando a CAF passou a deixar de reflorestar, toda a área estivesse plantada. O período entre 1980 e fins da década de 1990 é exatamente suficiente para que os últimos plantios formados sofressem os três cortes possíveis. Portanto, entre fins da década de 1990 e início da década de 2000, a CAF precisou novamente reflorestar.

Esta relação, aqui colocada como hipótese para interpretar o desemprego da década de 1980 e parte da de 1990, aparece na fala de alguns poucos moradores, quando estes expressam suas percepções do presente em relação às suas perspectivas de futuro:

> No fim do reflorestamento as coisas são diferentes. Há muita incerteza. As pessoas mais jovens, em sua grande maioria, saem da cidade... Hoje as pessoas têm emprego. Quem quer trabalho bruto e assalariado para ganhar um salário, não fica desempregado, não. Mas, só por causa das áreas que estão sendo florestadas (notas de campo).

Não obstante, pode-se dizer que, de modo geral, há um silenciamento sobre o caráter cíclico do reflorestamento e sobre seus possíveis impactos tanto sobre o desemprego ocorrido entre a década de 1980 e parte da de 1990 quanto sobre possíveis novos períodos de desemprego.

Conforme vários dos atuais moradores de Baixa Verde, ocorreu uma redução das atividades exercidas pela CAF, sobretudo no tocante ao plantio, o que implicou na diminuição da produção de mudas de eucaliptos, que se restringiu àquelas necessárias para substituir as que morriam. As empreiteiras da CAF que exerciam atividade florestal rescindiram todos os contratos de trabalho. Também houve demissões no setor de transporte da lenha e carvão, uma vez que, a partir do início da década de 1980, as atividades passaram a ser executadas por máquinas que enchiam e esvaziavam os caminhões. E, foram fechadas as empreiteiras da CAF que atuavam com as culturas de alimentos. Portanto, praticamente manteve-se apenas a utilização de mão-de-obra nos serviços de colheita dos plantios e na produção do carvão. Assim, o período entre a segunda metade da década de 1980 e fins da década de 1990, grande parte da população ficou desempregada. De acordo com alguns moradores, aproximadamente 70% dos

trabalhadores foram demitidos e a renda das famílias centrou-se basicamente na pesca e no trabalho das mulheres como domésticas, costureiras e lavadeiras em povoados e municípios vizinhos. Se, no período das *matas,* esse tipo de trabalho era apreendido apenas como uma *ajuda* aos pais ou esposos, no momento de desemprego em Baixa Verde, este mesmo trabalho passou a ser fundamental para a sobrevivência das famílias.

Independentemente da justificativa para a necessidade da CAF de retirar os trabalhadores das *matas*, parece que, ao voltar a atuar com o reflorestamento em Baixa Verde, foi necessário para a empresa a construção de uma imagem sobre o passado que pudesse ser divulgada, com intuitos específicos que se fundamentam na necessidade de se ter uma explicação plausível que obscurecesse algumas outras possíveis razões da retirada dos trabalhadores das *matas* e nas vantagens para as empresas de construírem uma noção de *usucapião* favorável a elas. Desta forma, pouco se discute sobre o caráter cíclico das atividades florestais. Parece curioso que o representante da CAF com quem se teve contato durante a pesquisa, tenha, por um lado, procurado justificar as razões da CAF para a retirada dos trabalhadores, utilizando-se para isto, a questão do *usucapião* e, por outro, nada ter mencionado a respeito das razões que expliquem que a maior proprietária de terras e quase a única ofertante de trabalho em Baixa Verde tenha ficado por quase uma década gerando um número mínimo de empregos.

Fica como suposição, então, que a atividade de plantio possui no âmbito de todo o ciclo das atividades florestais um alto nível de importância quanto à absorção de mão-de-obra. Como já mencionado, naquele período de desemprego em Baixa Verde, as atividades não foram totalmente encerradas, mas apenas o processo de colheita da madeira e a produção do carvão não garantiu que todos aqueles que trabalhavam nas *matas* continuassem empregados após a compra financiada das suas residências. Conforme um político local:

> Na época que a empresa tirou as pessoas do mato... e prometeu mundos e fundos, que ia morar num lugar onde ia ficar todo mundo mais perto, onde que ia ter ônibus..., que ia ter iluminação..., ia ter mais conforto, mais perto de médico... Tirou o pessoal da área, não tinha nenhum representante, não tinha um sindicato, num tinha um político da nossa região, aqui num tinha nada...[92] Quando eu vi pra Baixa Verde... tinha funcionário que morava dentro da área dela. Ela foi e tirou... e trouxe pra dentro da Baixa Verde... Foi um projeto do BNH..., onde a empresa enganou muita gente. Quando foi em 1982 mandou todo mundo embora e, todo mundo estava pagando prestação de casa, onde era

[92] Esta percepção de ausência de representantes políticos se contrasta com outras informações que aponta para a existência do Sindicato da Extrativa que já existia desde fins da década de 1960 como uma associação. De qualquer forma, atualmente, deve-se considerar a existência de aproximadamente três vereadores recém-eleitos que são residentes em Baixa Verde. Média de representação política esta que não parece ter sido inédita.

> a própria empresa que era para está fornecendo estas casas... Vender as casas, venderam, né?! A promessa deles é que eles iam vender as casas mas, num falaram que iam mandar todo mundo embora. Quando foi em 1982 mandou muita gente embora. Mandou muita gente embora e, as pessoas num tinham como pagar. O BNH... começou a tomar as casas das pessoas, começou a despejar pessoas aqui dentro (Entrevista 9).

É possível ter como hipótese que as condições de trabalho e vida podem ter se tornado ainda mais precárias nos primeiros anos que a população residiu nas casas financiadas. Parece possível pensar que, no início da década de 1980, quanto mais a empresa retirava os trabalhadores das *matas* e quanto mais a formação dos plantios chegava ao fim, mais trabalhadores eram demitidos e menos a empresa se sentia comprometida com eles e com promessas como aquelas mencionadas pelo depoimento anterior[93]. Assim, parece razoável ver uma relação entre os planejamentos estratégicos da CAF de redução dos investimentos do setor florestal, conseqüentemente de redução da mão-de-obra contratada e a construção de uma *vila* de trabalhadores. A *vila* construída colocava os trabalhadores que ali foram residir, circunscritos por povoados, distritos e municípios marcados por uma agricultura fundamentada, cada vez mais, em minifúndios e que vinha sendo fragilizada, desde o início do século XX e/ou que se tornavam progressivamente áreas latifundiárias, com monoculturas de eucaliptos.

No momento da pesquisa, portanto, observou-se que os trabalhadores, sem vislumbrarem nenhuma possibilidade de lotes para plantar lavouras, possuíam apenas a força de trabalho como meio de garantia da sobrevivência. O que faz do fato de terem um emprego, uma outra divida para com a CAF. Ainda hoje, um bom relacionamento

---

[93] A pesquisa obteve algumas informações sobre a década de 1980 como um período também marcado por mudanças na vida política local. Destaca-se a formalização do *Sindicato da Extrativa*, que antes existia apenas como Associação. Destaca-se as ocorrências de movimentos grevistas dirigidos pelo Sindicato da Extrativa, com participação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A greve e as participações da CUT em Baixa Verde na década de 1980 foram mencionadas por alguns trabalhadores como responsáveis por mudanças positivas nas relações de trabalho que vieram acontecer no período final dos anos de 1990 e início dos anos de 2000: "então esta greve foi justamente pra alerta que o povo estava insatisfeito com as coisas, né" (Entrevista 9). Uma atual trabalhadora florestal de 65 anos frisou que vai para o mato de ônibus: "não é igual antes que, ia de caminhão". E, posteriormente afirmou que o serviço "melhorou muito depois que entrou o sindicato, a CUT" (notas de campo). Também um casal de idosos afirmaram que em Baixa Verde: "mudou tudo, o sindicato né?!, a CUT... Foi o sindicato que apertou para dar maior lucro pra o trabalhador, porque o trabalhador coitado trabalhava muito, às vezes debaixo de chuva" (Entrevista 7). Também foram constatadas perspectivas negativas. Para alguns moradores, as greves foram dirigidas por pessoas não pertencentes à Baixa Verde, o que fez estas greves resultarem em desemprego. Associam as greves às interrupções de várias das atividades até então exercidas pela CAF e pelo fechamento de suas empreiteiras. Outras falas reprovaram totalmente as greves e idas de trabalhadores à Justiça do Trabalho, afirmando que tais práticas causam desemprego e prejudicam as empresas. Conforme a atual presidente da Associação dos Moradores de Baixa Verde: "por causa das greves e das idas de trabalhadores até a justiça do trabalho, as empresas num puderam continuar atuando aqui na Baixa Verde. Os movimentos trouxeram muitas mazelas sociais. Quando foram diminuindo... a empresa voltou a contratar" (notas de campo). A despeito da importância destas greves, não foi possível para a pesquisa uma maior exploração do tema.

com a empresa garante acesso a lenha, a concessão de *ordens de autorização* para pescar em algumas lagoas e a possibilidades de garantir trabalho para os filhos[94]. Neste sentido, uma outra hipótese é que o sentimento de dívida com a CAF pode ter sido e ainda ser fundamental para interiorizar em cada trabalhador, o próprio discurso da CAF sobre suas razões de retirar os trabalhadores das terras de *matas*.

Portanto, esta construção de uma *vila* de trabalhadores, por parte da CAF, pode ter sido um modo encontrado para garantir seus interesses tanto nos recursos naturais, quanto em mão-de-obra em potencial reservada, residindo em uma localidade na qual o trabalho florestal havia se tornado prioritário e quase exclusivo. Conforme o político local referido anteriormente, o grupo Arcelor/CSBM/CAF é proprietário de 80% do município de Dionísio:

> A riqueza da empresa dentro do nosso município é muito grande... É 80% da área do nosso município. 80% da área do nosso município pertence a empresa... bem mais que a metade e, a Companhia justifica isto, dando trabalho. Emprega o povo de Baixa Verde, emprega o povo de Dionísio... O povo da cidade vizinha que é São José do Goiabal. Então, a empresa está sempre empregando nosso povo. (Entrevista 9).

Ao que parece, parte da propriedade territorial da CAF ainda não está sendo utilizada para plantio de maciços florestais. Como já mencionado, as empreiteiras da CAF que produziram cultura de alimentos para comercialização, encerraram suas atividades no início da década de 1980 e os locais que então haviam sido estruturados para a produção agrícola foram transformados em pastos para o gado.

Muitos moradores de Baixa Verde mencionaram a transformação de áreas de agricultura em fazendas especializadas na criação de gado, que contratam trabalhadores apenas para formação de pastos ou para cuidar dos animais (o que não demanda grande quantidade de mão-de-obra). Estas fazendas, em sua maior parte, são propriedades do

---

[94] Conforme Sigaud (1979), o deslocamento dos trabalhadores da Zona da Mata no Nordeste Brasileiro para fora do engenho se deu, de certa forma, devido à ruptura com as condições de trabalho da mão-de-obra que residia no interior destes engenhos como *moradores*. Entretanto, a "dissolução da morada enquanto modo particular de vincular a força de trabalho ao proprietário" se deu a partir de mecanismos de pressão acionados pelos senhores de engenhos para romper com as relações de reciprocidade que existiam entre eles e os *moradores*. Estes passaram a perder progressivamente o acesso a seus *sítios* e *roçados* para plantar suas lavouras e criar alguns animais domésticos, bem como o acesso aos rios e as matas que lhes garantiam água e lenha. Esses acessos, no *sistema de morada,* dizia respeito, na concepção dos moradores, a uma relação recíproca pela qual a contrapartida dos trabalhadores era o "compromisso em relação ao fornecimento de sua força de trabalho e de sua família para o trabalho na cana, como o compromisso de não trabalhar para nenhum outro proprietário" (op. cit., p. 34). Ao passar a residir nas cidades continuaram, no entanto, a trabalhar em engenhos de cana, tendo como diferença fundamental o fato de que a partir de então não eram mais *moradores*.

grupo Arcelor/CSBM/CAF que dirigem a produção, ou seja, a carne, para os frigoríficos de Governador Valadares.

Entretanto, a fala de um trabalhador, a seguir, permite perceber a existência de uma possibilidade de se afirmar que a CAF vem apresentando interesse em utilizar sua área de pastos, inicialmente área que foi irrigada pela Prefeitura de Dionísio para servir para produção de grãos, para continuar a estender a área de plantios de eucaliptos:

> P: A terra era boa quando o senhor plantava roça?
> R: A terra era boa, era especial antigamente. Mas é igual a gente estava conversando..., as áreas são da Companhia né?! A área de plantio quem plantava era a Companhia. Os responsáveis recebiam aquelas partes né?! A área era boa mas, sempre era ladeira. Tudo aqui é morrado. Tem só esta baixa aqui mesmo. A CAF ia plantar, ia plantar está baixada ai. Mas diz que veio uma denúncia sabe? Hoje, foi até meu concunhado que estava com uma turma ai em baixo e disse – eu num posso provar porque eu num vi né?! – disse que ele estava com uma turma ai que ia roçar pra plantar a baixada, pra plantar eucalipto. Ai, a polícia chegou e mandou [parar], falou que num podia plantar eucalipto na área da baixada. A CAF tocou bastante tempo aqui, nesta baixada aqui, plantio de cultura de arroz. Punha máquina..., agora parou... Parou o serviço e colocou gado (Entrevista 13).

Esta questão parece demonstrar que, em toda a história do surgimento e da expansão das economias de plantações florestais, simultaneamente ocorreram debates críticos sobre as conseqüências sócio-ambientais desta monocultura[95].

---

[95] Para Brito, et alli (1997), na década de 1950 reapareceram debates sobre a realidade natural do país. No caso de Minas Gerais, não se discutia mais sobre conservação das florestas, mas sobre a "impossibilidade óbvia de regeneração das matas nativas no compasso da demanda das siderúrgicas". O debate passou a ser sobre o reflorestamento. Para Gonçalves (2001), há limites neste tipo de interpretação que condicionam as políticas de recursos florestais ao controle do uso destes recursos pelos consumidores industriais, o que obscurece, na construção das políticas, o envolvimento e o enfretamento de outras parcelas da sociedade. A expansão dos plantios de eucaliptos não foi e ainda não é um processo socialmente aceito de modo unânime. Enquanto as empresas produtoras e consumidoras, o Estado e parte dos ambientalistas são favoráveis ao projeto florestal, outros atores o contestam, como a Igreja, diversos movimentos sociais, inclusive alguns ambientalistas. Estes debates estão presentes em audiências públicas da Assembléia Legislativa do Estado. No plenário, na maioria das vezes, há deputados estaduais, representantes das empresas plantadoras e consumidoras da matéria-prima florestal, sindicalistas rurais e da extrativa, representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de outros movimentos sociais e professores universitários. Na platéia, além dos atores já mencionados, observa-se presença de trabalhadores rurais ou florestais. O estudo de Cerqueira (1993), na Zona da Mata de Minas Gerais, demonstrou que os incentivos fiscais e creditícios para o setor florestal tinha com um dos objetivos, desenvolver uma mentalidade florestal, devido à uma resistência inicial em relação ao reflorestamento. Ressalta-se que esta resistência também existiu nas demais regiões de Minas Gerais. Os estudos de Gonçalves (1995, 2001) concedem informações desta temática, para parte das regiões Rio Doce e Central. Lima (1993), defende a intervenção governamental sob os programas de reflorestamentos, apreendendo-os como alternativa para questões ambientais, por impedir a devastação dos remanescentes de florestas naturais, diminuir a degradação das bacias hidrográficas, a deterioração da qualidade da água e da fertilidade do solo e controlar o aquecimento global. Já a Fase/Fetaes (s/d) apreende aqueles programas como algo que, supostamente destinados a melhorar as condições sociais e ambientais, obscurecem o fato dos eucaliptos absorverem grandes quantidades dos nutrientes do solo e da água, reduzirem a diversidade biológica e impedirem o cultivo de outras lavouras. Para Gonçalves, o debate ecológico deve enfatizar os efeitos da monocultura do eucalipto sobre o homem e seus modos de vida. Conforme Pádua (2002), um capítulo esquecido na história do pensamento brasileiro diz respeito às abordagens sobre a destruição do ambiente

Neste contexto de concentração de terra e trabalho por parte de um único grupo empresarial ainda que com todos os cuidados teóricos necessários, parece ser possível apreender na dinâmica social de Baixa Verde uma característica muito particular das *comunidades* rurais: a relação de seus membros com as possibilidades de sobrevivência e de mobilidade[96].

Na década de 1980 ocorreu muita migração. Conforme uma atual moradora:

> Muitas pessoas... foram embora daqui, porque houve muito desemprego, porque não tinha mesmo como a pessoa trabalhar, ficou muito difícil... Nesta época, o pessoal já estava mais agrupado aqui dentro dessa área entendeu?! Estava todo mundo aqui dentro deste lugar (Entrevista 3).

A migração ocorreu, ao menos em parte, por causa da incidência do desemprego, no pagamento das casas financiadas. Houve perda de casas, por parte de algumas famílias que saíram de Baixa Verde ou passaram a residir pagando aluguel ou construindo *casas de fundo* em lotes de parentes ou vizinhos:

> **P:** E essa casa, vocês compraram?
> **R:** Nós compramos do BNH.
> **R:** Teve muita gente com dificuldade para pagar?
> **P:** Teve muita gente que teve dificuldade. Perderam a casa.
> **R:** E essas pessoas saíram da cidade?
> **P:** Saíram. Muitos saíram, nunca mais por aqui... Não conseguiram ficar. Outros moram de aluguel. O irmão dele mesmo, perdeu a casa. E hoje, a casa está... toda quebrada ninguém morando. Tirou ele. É uma coisa ruim. Alguns não aceitaram, seja lá por qual motivo, não aceitaram (Entrevista 3).

Algumas famílias vivem atualmente em residências de antigos moradores que não conseguiram fazer o pagamento do financiamento. Não obstante, a rescisão com as empreiteiras foi uma das formas utilizadas para quitar as dívidas por parte de alguns

---

natural do país feitas entre 1786 e 1888. Mas, como alerta Gonçalves (2001, p. 103) a existência daquele pensamento não anula a perspectiva de que apenas após meados do século XX um movimento ambientalista se constituiu no Brasil. Sobretudo, porque no âmbito de um movimento, o que se destaca é a existência de conflitos onde a contradição às vezes possui caráter essencialmente lógico. É neste sentido que torna coerente a apropriação que as empresas de siderurgia e celulose fizeram dos discursos ambientalistas. Também Paula et alli. (1997, p. 27) observaram que atualmente há uma banalização do tema meio ambiente, permitindo apropriações da temática "por perspectivas e interesses heterogêneos e mesmo antagônicos".

[96] A abolição da escravatura não integrou o ex-escravo efetivamente na vida social. Pelo contrário, o manteve preso por muitos anos nas fazendas onde antes trabalhavam. Seus descendentes também se mantiveram nestas fazendas. Livres, mas em condições de trabalho e mesmo de vida, muito semelhantes aos dos escravos de outrora. A mobilidade era possível e foi como ainda é bastante recorrente. Entretanto, os espaços sociais encontrados por esta população, fora das grandes fazendas eram e ainda são, restritos (Martins, 1981). Franco (1983, p. 32) afirmou que foi a marginalização sofrida pelos homens livres e pobres o que os conservou "efetivamente como andarilhos. Sem vínculos, despojados, a nenhum lugar pertenceram e a toda parte se acomodaram". A mobilidade desses trabalhadores foi, em parte, "o único recurso contra condições adversas de existência: problemas com patrão, salário baixo, trabalho insalubre, desavenças, desgostos" (op. cit., p. 30). E, em parte, foi responsável pelo povoamento do interior do país.

moradores que conseguiram adiantamento com seus advogados. Outros moradores narraram que suas casas chegaram a ir a leilão. Uma das estratégias foi negociar com parentes para que arrematassem a casa e renegociassem a dívida. Este recurso parece ter sido iniciado por um antigo morador de Dionísio que era na época funcionário da Minas Caixa. Conforme este funcionário, no momento dos leilões das casas, ele e seu superior estabeleceram critérios de arremate das casas, concedendo prioridade para um membro da família da casa leiloada. Não obstante, um outro recurso – também no âmbito das normas jurídicas – para evitar que as famílias perdessem suas casas, foi o arremate por parte dos vizinhos que estivessem com suas casas sendo leiloadas. Muitos moradores tiveram suas casas leiloadas, mas conseguiram arrematar a casa do vizinho que também havia ido a leilão. Com isso, os vizinhos passaram um a arrematar a casa do outro e renegociar as dividas. No momento atual, quando muitos destes já terminaram de pagar as prestações do refinanciamento, estão trocando os documentos das casas para que cada um tenha a documentação da sua casa[97].

No início, estes recursos não foram acionados e muitas famílias perderam as casas e tiveram suas mobílias colocadas para fora pela polícia. Uma entrevistada mencionou que esses recursos não impediram o deslocamento de moradores para outras áreas de Dionísio ou para outros municípios. Destaca-se que as casas leiloadas só podiam ser arrematadas pelos que tivessem remuneração superior a dois salários mínimos, o que coloca em pauta a dimensão hierárquica do setor, uma vez que nem todas as remunerações permitem acesso a mais de um salário mínimo.

Alguns moradores, ao arrematarem a casa de um vizinho, não permitiram que estes saíssem da residência e uma nova função para os lotes passou a ser acionada. *Casas de fundo* passaram a ser construídas, muito provavelmente por meio de mutirões, para abrigar parentes ou vizinhos que haviam perdido recentemente suas residências, mediante pagamento de um aluguel, ou não. Esse procedimento foi uma possível alternativa à migração. Não obstante, também se registraram depoimentos que mencionaram conflitos entre vizinhos, decorrentes destes leilões.

[97] Apesar desta informação por parte dos atuais moradores, é necessário considerar que estas trocas de documentação podem estar sendo feitas ou não. Vários moradores também frisaram em seus depoimentos que já haviam quitado todas as parcelas do financiamento de suas residências, mas que ainda não haviam formalizado a documentação de suas propriedades.

Para os jovens solteiros, sobretudo homens, o iniciar o trabalho na maior parte das vezes foi e ainda é a maneira de iniciar a formação da própria família[98]. Entretanto, atualmente há uma expectativa por parte dos moradores, de uma tendência dos (as) jovens solteiros (as) se deslocarem para outros municípios que lhes permita outras possibilidades de trabalho que não o florestal e, se possível, um maior nível de estudo[99]. No tocante às mulheres, soma-se às perspectivas de ascensão social, as dificuldades de emprego em Baixa Verde, uma vez que existe um menor número de vagas no viveiro e o trabalho na *batida*, na *roçada* e na *ronda de formiga* que, apesar de aceitarem mulheres, são tidos como trabalhos pesados[100].

A despeito das possíveis justificativas para a aceitação do trabalho *braçal* pelos trabalhadores de Baixa Verde, destaca-se a prioridade e a quase exclusividade do trabalho florestal como a base fundamental do contexto social que, de algum modo, permeia e influencia qualquer uma das possíveis justificativas para a aceitação deste trabalho *braçal e precário*. Neste sentido, uma moradora de Baixa Verde narrou que seu filho é técnico em enfermagem e trabalhou um tempo no hospital de Dionísio mas que foi demitido e precisou ir embora para conseguir um trabalho. Este acontecimento foi narrado por esta senhora ao ser indagada sobre a existência ou não de trabalho em Baixa Verde. Sua resposta concede elementos para uma análise a respeito da prioridade do trabalho florestal neste distrito porque, como será mencionado posteriormente, há uma imagem que vêm se consolidando nos últimos anos que aponta para uma concepção de que inexiste desemprego em Baixa Verde. Foi possível constatar que, por um lado, há

---

[98] Sigaud (1979, p. 35), em seu estudo sobre o *sistema de morada* na Zona da Mata do Nordeste Brasileiro, apontou para uma certa tendência. Os "homens solteiros também residiam no engenho, mas não poderiam ser considerados moradores típicos, uma vez que, pelo próprio fato de não possuírem família não podiam pleitear casa, nem terra, devendo se conformar em morar nos arruados [fileiras de casas sem *sítio* ou *roçado*] dos engenhos". Parece que também em Baixa Verde há um certo disciplinamento em relação a reproduzir relações sociais tradicionais tais como o casamento, uma vez que a grande parte da população adulta é casada e, muito provavelmente, os lotes concedidos para lavoura no *tempo da mata* existiram apenas para aqueles trabalhadores que possuíam famílias. Hoje, para se conseguir uma das casas doadas pela Prefeitura tanto no tocante às primeiras construções quanto no último projeto habitacional, ser casado é requisito.

[99] Para Rambaud (1969), autor que trabalhou processos de incorporação da cultura urbana, a escola é um dos elementos que introduz, no meio rural, novas perspectivas, cria novas relações e novos comportamentos, que portanto, intensifica a diferenciação social. Neste sentido, a escola foi entendida por Rambaud como um elemento desestruturador, uma vez que promove o deslocamento de jovens rurais para as cidades, o que elimina o papel hegemônico das famílias no papel da socialização.

[100] Também existem mulheres que mencionaram interesse em sair de Baixa Verde à busca de estudo e trabalho, mas não fazem por não terem o consentimento dos pais. Entretanto, muitas jovens saem de Baixa Verde para trabalhar como domésticas em casas de famílias apenas enquanto aguardam por uma vaga nas empreiteiras, para posteriormente, poderem voltar.

realmente emprego para todos aqueles que estão dispostos a se submeter não apenas a um trabalho *braçal*, remunerado por um ou, no máximo dois salários mínimos, mas também à disciplina de trabalho e de modelamento de certos padrões sociais de conduta, direta ou indiretamente impostos pelas empresas. Por outro lado, para aqueles que compreendem o caráter temporário das atividades de reflorestamento ou para aqueles que buscam por algum aprendizado que lhes permita um outro trabalho que não o florestal, a migração parece ser, até o momento, a única alternativa.

Uma possível razão que permite, em alguma medida, relativizar a existência de saída de jovens de Baixa Verde, nos últimos 25 anos, é a construção de *casas de fundo* nos quintais. Atualmente, a maior parte das famílias que residem nas *casas de fundo* são filhos ou filhas que se casaram e construíram sua residência no terreno da casa dos pais. Também foram construídas *casas de fundo* com o intuito de alugar, visando aumentar a renda da família. Também se viu casos de famílias que construíram *casas de fundo* para trazerem parentes que haviam migrado no momento do desemprego e resolveram voltar depois que as possibilidades de trabalho reapareceram[101].

Já se mencionou a construção das primeiras ruas e casas feitas pela própria CAF e sobre as demais ruas e casas construídas pelo BNH por meio da intervenção da CAF. Resta fazer menções sobre a construção das últimas ruas e casas formadas em Baixa Verde, o chamado *Bairro Novo,* tido como construído por intervenção da Prefeitura[102]. De acordo com o levantamento da pesquisa, existem no *Bairro Novo* três casas em que o lote foi comprado pelos proprietários diretamente da CAF e a construção foi feita pelos próprios proprietários. Bem como existia, uma família que recebeu um lote doado pela CAF e construiu a casa por conta própria. Excluindo estas casas, as demais se caracterizam por algum tipo de intervenção da Prefeitura. Há casas em que o lote foi comprado pelos proprietários diretamente da CAF e a casa construída pela Prefeitura;

---

[101] Conforme um antigo morador: "antes não tinha emprego. Agora eles estão dando emprego. E quem estava na cidade hoje, estava sofrendo. Você sabe... a grande cidade hoje pra quem não tem cultura pra quem como eu [não é] nenhum profissional, é muito difícil. Muitas pessoas foram embora e algumas pessoas que foram embora, alguns já estão voltando, trabalhando na empresa. Muitas vezes, a família ficou e eles estão aqui tentando trazer alguém da família. Já trouxeram alguém da família. Tem gente aqui que estava em São Paulo e hoje já está aqui dentro outra vez, entendeu?! Outro estava em Belo Horizonte e já voltou pra cá outra vez. Tem seis meses ou um ano, já está residindo aqui novamente, todos eles aqui" (Entrevista 2).

[102] O Bairro Novo foi formado por meio de projetos da Prefeitura doando seja o lote, seja a construção, ou ambos. Não obstante, também houve participação da Prefeitura na construção de algumas casas em outras ruas que não pertençam ao Bairro Novo. No final de algumas ruas de Baixa Verde, existem casas onde a Prefeitura doou o lote ou construiu a casa no lote comprado pelo beneficiado diretamente da CAF.

outras em que a Prefeitura doou o lote e a casa foi construída por mutirão[103]. Também se registrou a existência de casas que foram construídas pela Prefeitura em lotes também doados pela Prefeitura. Mas, na maior parte dos casos, observou-se que a Prefeitura doou o lote e a família construiu por conta própria. Uma moradora mencionou que só aquelas pessoas que possuem famílias maiores é que conseguem construir suas casas com mutirão (notas de campo)[104].

O *Bairro Novo* foi construído em dois momentos distintos. Num primeiro, formaram-se duas ruas nas quais se localizam aproximadamente 17 residências. Posteriormente, a Prefeitura de Dionísio sugeriu à população de Baixa Verde, utilizar uma área com aproximadamente 3.000 m^2 que se localizava próxima àquelas duas ruas do *Bairro Novo* para construir um cemitério[105]. Não obstante, a população preferiu negociar com a Prefeitura que tal área fosse utilizada para a construção de casas. Com isso, mais duas ruas e aproximadamente 18 residências passaram a constituir o chamado *Bairro Novo*[106].

Na *vila*, portanto, há aqueles que residem nas primeiras casas construídas pela CAF ou pelo BNH; há aqueles que residem em *casas de fundo* construídas pelos próprios moradores e há aqueles que residem em casas construídas por meio de alguma intervenção da Prefeitura local. Alguns moradores residem em casas próprias; alguns em *casas de fundo* sem pagamento de aluguel e alguns outros residem em casas ou

---

[103] Também se observou uma situação contrária. Uma das casas do Bairro Novo teve o lote comprado pela população de Baixa Verde. A futura moradora entrou com 20% do valor do lote e a população entrou com 80%. Após a compra, a Prefeitura se responsabilizou pela construção da casa. Importante mencionar que caso semelhante a este não foi observado em mais nenhum depoimento.

[104] Conforme o estudo de Sigaud (1979), já mencionado anteriormente, após as saídas dos *moradores* dos engenhos, "A chegada de levas de trabalhadores às cidades da Zona da Mata de Pernambuco, no início da década de 60, determina uma alteração substancial no espaço urbano e força as administrações municipais a tomarem uma série de iniciativas, visando modificar a infra-estrutura das cidades, totalmente despreparadas para um repentino crescimento populacional. O processo de liquidação da *morada* representa portanto também a transferência para o Estado de uma responsabilidade da qual até então se desincumbiam, de modo privado, senhores de engenho e usineiros..." (op. cit., p. 112).

[105] Em mapas oficiais da Prefeitura de Dionísio consta este projeto de construção de um cemitério. Não obstante, depoimentos de atuais moradores mencionaram que, para alguns, o projeto era para construir uma creche. A creche é uma demanda de parte significativa da população. Observou-se casos de mulheres que para trabalharem deixam crianças pequenas sozinhas trancadas em casa. Muitas mães demandam a creche porque ainda não se decidiram por trabalhar por terem crianças pequenas e não ter com quem deixar. Esta área pode ser visualizada na já referida planta do espaço residencial de Baixa Verde que se encontra no anexo nº.4

[106] Enquanto a maior parte das residências construídas por algum tipo de incentivo provindo da Prefeitura de Dionísio possuem um terreno de aproximadamente 300m^2, as últimas casas construídas no *Bairro Novo*, naquela área que primeiramente havia sido projetada para a formação de um cemitério, possuem uma área de aproximadamente 150m^2.

casas de fundo pagando aluguel. A tabela II abaixo, permite melhor analise da situação de moradia em Baixa Verde:

Tabela II
Situação de moradia em Baixa Verde

Casa BNH, adquirida via financiamento BNH ou comprada de outro proprietário	135	54%
Casa própria sendo o lote e/ou a construção doada Prefeitura	28	11%
Casa de Aluguel	26	10%
Casa de Fundo sem pagar Aluguel	44	18%
Casa de Fundo pagando Aluguel	10	4%
Casa da CAF	3	2%
Casa doada pela CAF	2	1.%
Total de casas pesquisadas	**248**	**100%**

Fonte: pesquisa de campo realizada em Setembro/2004

De modo geral, nas residências em Baixa Verde, residem os próprios donos. Nas 248 famílias pesquisadas, observou-se que 54% delas mencionaram residir em casas compradas via financiamento do BNH ou compradas do primeiro proprietário; outros 11% mencionaram residir em casas próprias cujo lote ou a construção foram concedidas pela Prefeitura de Dionísio; 18% residem em *casas de fundo* construída no lote dos pais ou de parentes e não pagam aluguel; 10% residem em casas alugadas; 4% residem em *casas de fundo* pagando aluguel pela moradia; 2% residem em casas que são de propriedade da CAF; 1% reside em casas que foram doadas pela CAF.

Entre aqueles que não possuem sua própria residência, predominam em Baixa Verde, famílias que residem em *casas de fundo*. Muitas *casas de fundo* são ocupadas por parentes, sobretudo filhos que se casaram, mas também por pais idosos, que por motivos de doenças passam a morar mais perto dos filhos. Tais parentes costumam, em sua grande maioria, não pagar aluguel. Foram constatados poucos casos que parentes mencionaram pagar o aluguel e também foram constatados alguns poucos casos em que a família que mora na *casa de fundo* ao mencionar que não pagava o aluguel dizia que, no entanto, dava *uma ajuda*. Neste sentido é possível mencionar que considerando um total de 43 *casas de fundo* pesquisadas se observou que apenas em um terço delas as famílias pagam aluguel.

No momento da pesquisa em Baixa Verde, um outro projeto habitacional da Prefeitura de Dionísio estava em fase de conclusão. Este projeto foi mencionado por vários entrevistados, enfatizando os conflitos decorrentes do mesmo. Um destes conflitos, diz respeito à desapropriação de uma área da CAF pela Prefeitura visando a

realização daquele projeto habitacional. O que teve como conseqüência para a Prefeitura local, a perda de apoio eleitoral por parte da CAF.

Em Baixa Verde, no período pré-eleitoral (outubro/2004), um dos candidatos à Prefeitura do município de Dionísio que tinha como vice um dos empreiteiros da CAF, argumentou a existência de cobrança excessiva de taxas de luz. A questão dividiu a população de Baixa Verde, em dois grupos. Aqueles que apoiaram este novo candidato, reclamavam das contas de luz. Já os que apoiaram o prefeito que estava procurando se reeleger, afirmaram sobre uma incoerência na reclamação sobre os valores das contas de luz, uma vez que, conforme eles, tal questão não é de responsabilidade da Prefeitura, por que quem cobra a luz é a Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig). Ademais não achavam os valores das contas de luz absurdos. Conforme um dos moradores:

> **P:** Tem muita reclamação em relação com as contas de luz e de iluminação pública?
> **R:** É o negócio mais gozado do mundo... Todo lugar paga iluminação pública... Aqui, nós, toda vida, nós pagamos... Num tinha reclamação, num existia nada. Mas, os políticos contra, contra o atual prefeito, impôs na cabeça do povo que ninguém é obrigado pagar. Ai, ficou uns três meses sem pagar iluminação pública. Mas, a lei, a lei é federal, veio de Brasília, que a pessoa tem que pagar a iluminação pública. É uma arrecadação que sai do município né?! Ai, quando veio a iluminação, ele achou que veio cara. Ele achou que veio cara, porque tem muitos que pararam de pagar. Eu nunca que parei de pagar, porque é lei, então tem que pagar mesmo. Ai, os que ficaram sem pagar, estranharam quando a iluminação veio. Acharam que estava caro... Não estava caro... porque a iluminação pública que está pagando, ela é de acordo com o tanto que a pessoa gasta... O que veio descontado é a Cemig que desconta. Então, a Prefeitura num tem nada haver com esta parte...

O tema levanta uma questão constitutiva do processo de formação de Baixa Verde que, como já mencionado, é para muitos atuais moradores uma localidade que foi construída pela CAF. Neste conflito sobre os valores das tarifas de energia, algumas pessoas mencionaram que no princípio (período final da década de 1960 quando os primeiros moradores passaram a residir nas primeiras casas construídas, até o início da década de 1980 quando foram transferidos todos os trabalhadores que viviam nas áreas florestais) a própria CAF concedia energia elétrica para as residências que havia no local. Com a construção das demais residências que foram financiadas via BNH, aquela empresa deixou de assumir este custo, transferindo a energia para o setor público.

O recente projeto de construção de 161 casas populares toca mais diretamente num dos pontos que podem auxiliar nas explicações sobre estes atuais desentendimentos entre a CAF e o e recém reeleito prefeito de Dionísio. O primeiro ponto de uma certa ruptura entre CAF e Prefeitura diz respeito à tentativa da segunda em comprar um

terreno de aproximadamente dois a três hectares[107] da CAF para iniciar o projeto habitacional[108]. Uma vez que a CAF recusou a venda da área, a Prefeitura iniciou um processo judicial de desapropriação e obteve o direito da área, o que a permitiu iniciar a execução do projeto que buscaria beneficiar os moradores de Baixa Verde que moram em *casas de fundo* e os que pagam aluguel.

De acordo com a pesquisa, o maior número dos beneficiados por estas casas populares são casais com ou sem filhos que ainda residem com os pais de um dos cônjuges e casais com ou sem filhos que residem nas *casas de fundos* do lote da casa dos pais e que não pagam aluguel. Também existiram beneficiários no tocante a inquilinos de casas ou de *casas de fundo*. Um número significativo de moradores de Baixa Verde mencionou mecanismos ilícitos no processo de seleção dos beneficiários que acabou beneficiando pessoas que já tinham casa própria e pessoas que não são de Baixa Verde. Alguns destes moradores também lembraram o fato de que estas questões não estavam ocorrendo pela primeira vez. Neste sentido, um sentimento de injustiça – não apenas no tocante aqueles que acreditavam que deveriam ter sido contemplados – ressaltava o fato de que algumas pessoas que moram de aluguel, continuam nesta situação, enquanto outras aumentavam suas rendas por passarem a ter mais de uma propriedade o que lhe dá possibilidade de alugá-las, ou possibilita pessoas de outros municípios migrarem para Baixa Verde e viverem em melhores condições do que aqueles que nela já residem. O depoimento descrito a seguir é de uma moradora que já possui sua casa e possui um sentimento de injustiça pelo que ocorreu com alguns de seus vizinhos:

> Tem pessoa aqui que tem essa idade de 80 anos, uns chegando até quase os 90 que não tem onde morar até hoje. Não tem onde morar. Morou tudo na Baixa [Verde] e não tem onde morar. Não tem.
> P: Tem muitas pessoas aqui assim?

---

[107] Esta informação sobre o tamanho da área foi concedida por um morador de Baixa Verde e político atuante do município de Dionísio. E, ainda conforme ele, as casas que serão construídas terão área de aproximadamente 200m^2 e, algumas poucas terão uma área de aproximadamente 350m^2.

[108] O segundo acontecimento político mencionado pelos moradores de Baixa Verde que explica, ao menos em parte, a ruptura da CAF e de suas empreiteiras com o prefeito de Dionísio diz respeito ao aumento dos impostos que devem ser pagos pelas empresas. Esta ruptura se expressou explicitamente no fato de um dos atuais empreiteiros da CAF ter, na última eleição (2004) se candidatado a vice-prefeito, sendo que o então candidato a prefeito – Sr. Weber – passou a ter o apoio de todas as demais empreiteiras e, mesmo da própria CAF apesar das tentativas por parte desta empresa de se colocar como neutra no que diz respeito a política. Também uma outra moradora afirmou que: "antes as empresas não misturavam com a Prefeitura. Mas hoje as empresas estão misturando com política. Hoje a maioria das empresas estão tentando convencer os funcionários a votar no Weber. Teve reuniões no mato pedindo voto para o Weber. O meu patrão é o vice dele" (notas de campo).

> R: Ainda tem. Tem uma senhora aqui, que ela paga 80 reais de aluguel. A dona J. mesmo é uma delas. Morou pro esses trem afora, tudo, tudo. O esposo morreu e hoje ela paga 80 reais de aluguel... E essas casas que saíram aí, não saiu pra ela. Ela não tem direito nas casas. Não tem direito nas casas... Tem gente de Dionísio que tem casa aqui. Tem gente do Timóteo que mora no Timóteo, que tem casa aqui. A gente não sabe porque não saiu pra ela... então por isso que falo com você, isso que falo com você, tem gente aqui que mora longe daqui e vai morar, tem gente que mora aqui dentro e não tem a casa. Então é coisa que você, a gente for colocar tudo assim, fazer aquele levantamento, entendeu, não chega lá é difícil (Entrevista 3).

Ressaltando que os pré-requisitos básicos para se obter uma das casas doadas pela Prefeitura eram (i) ser casado; (ii) residente em Baixa Verde; (iii) não possuir residência própria; (iv) estar com a documentação pessoal atualizada e, (v) ter menos de 70 anos, a pesquisa pode constatar que, a despeito da validade dos critérios para aquisição das casas, muitas das reclamações feitas se sustentam. Realmente, houve casos de membros de Baixa Verde que não eram casados e que conseguiram casas, entre os quais se destacam viúvos, viúvas e mães solteiras. Foram constatados casos de membros terem mencionado que algum de seus parentes que residiam fora de Baixa Verde haviam conseguindo uma daquelas 161 casas e famílias com mais de um membro beneficiado, bem como casos de pessoas que já possuem suas residências mas, uma vez que a mesma se encontra registrada em nome de um parente, puderam requisitar por uma outra casa.

Entre as famílias que não conseguiram uma das casas populares, encontram-se as que não se inscreveram no projeto ou por que não residiam em Baixa Verde no momento em que as inscrições foram abertas, ou porque não eram casados, ou devido a idade superior a 70 anos, ou ainda por que tiveram alguma dificuldade com a documentação pessoal, como aqueles que não são casados legalmente. Mas, também é possível destacar o caso de um casal com filhos que são inquilinos, tinham toda a documentação e que foram nas duas primeiras reuniões do projeto, mas que na terceira reunião, apenas a esposa pode comparecer, em razão do esposo ter viajado, e que por ter comparecido sozinha não pode assinar os documentos finais da inscrição. Um outro caso, diz respeito a um casal com crianças que são inquilinos e moram há 27 anos em Baixa Verde. Fizeram a inscrição, assinaram todos os papéis necessários mas não conseguiram uma das casas. Conforme a esposa:

> Fizeram uma mentira. Eles disseram que tinha um problema no CPF do meu marido. Mas, o meu marido tem conta no banco... Ele revalida o CPF todo o ano. Não tem nada no CPF dele não. A própria assistente social disse que estava tudo normal mas na hora de sair não saiu. Na época chorei muito, chorei de indignação. Aqui tem umas treze famílias que não conseguiram. Tem pessoas que não tem filhos e conseguiram uma das

> casas. Uma colega minha mora numa casa com cerâmica até o teto e ela não tem filho, mas ganhou uma casa. Minha irmã, até minha irmã que mora com minha mãe e nem casada é, conseguiu uma das casas... Tem pessoas que tem casas que não estão no nome deles... A casa não estando no nome deles então conseguiram uma outra. Tem um casal que ganhou cada um uma casa. Na época eles eram solteiros. Depois casaram e agora cada um deles possui uma casa. A dona N. tentou passar uma destas casas para mim mas, a Prefeitura disse que só se o proprietário deixasse. E eles não aceitaram alegando que trarão uma família de São Paulo.

O mais importante é destacar, por um lado, o fato dos moradores de Baixa Verde valorizarem a família nuclear e, por outro lado, a natureza política da obtenção destas casas. Neste sentido, deve-se ressaltar o processo progressivo de transferência de responsabilidades no âmbito da infra-estrutura do distrito das empresas CSBM e CAF para a Prefeitura e da Prefeitura para a própria população. Já foi mencionado o papel das empresas no processo inicial de construção das ruas e das casas do espaço edificado de Baixa Verde, bem como já foi mencionada a transferência da energia elétrica da cidade para a Cemig. Também a Prefeitura interviu no processo de construção de Baixa Verde instalando caixa d'água e sistema de esgoto e construindo as últimas ruas que compuseram o *Bairro Novo*, sendo que apenas uma minoria das casas deste bairro teve o lote e a construção doada pela Prefeitura. No tocante às 161 casas populares observou-se a participação de mutirões ou, no mínimo, dos futuros proprietários trabalhando como pedreiros ou pagando para pedreiros auxiliarem na obra da Prefeitura de modo que suas casas fiquem prontas com maior rapidez. Alguns moradores também mencionaram que contribuíram com dinheiro para a obra. Foi cobrado de todos os beneficiados um valor mensal de R$ 20,00 pré-estabelecido que deveria ser pago por durante cinco meses.

A população de Baixa Verde apreendeu as casas como dádivas. Enquanto a CAF é a empresa à qual devem lealdade e agradecimento por hoje terem um emprego casa própria, ainda que tenham pago por ela, no tocante à Prefeitura devem lealdade aos prefeitos que construíram as casas populares. Conforme uma moradora: "eu estou fazendo campanha para ele [candidato à Prefeitura] porque ele é muito bom, ele me deu a casinha que estou morando" (notas de campo). Este tipo de sentimento tende a obscurecer a progressiva transferência de responsabilidades sociais da CAF para a Prefeitura local e desta para a própria população residente. Não obstante, também se apreendeu, entre parte da população de Baixa Verde, sentimentos de descrença e desconfiança para com as atitudes benéficas dos políticos, bem como a consciência de que entre eles há um oportunismo que se expressa nas promessas, nas preocupações

com a população e mesmo nas práticas efetivamente realizadas como fenômenos restritos ao período eleitoral. Foram muitos os moradores que mencionaram desconfiança e insegurança. Conforme um deles: "só terei confiança em receber a casa quando tiver morando nela" (notas de campo). Um outro: "na época de eleição tudo é incerto. Num sei se as casas realmente vão ficar pronta" (notas de campo). Uma senhora, por sua vez, mencionou que: "saiu casa para mim, mas não sei se depois das eleições as casas continuarão a ser construídas" (notas de campo). Um outro morador mencionou que: "conseguimos uma das casas mas tem que esperar pra ver se realmente eles vão dar as casas. Porque estas coisas de política mudam muito" (notas de campo).

Destaca-se o fato de que sentimentos semelhantes a este oportunismo não se encontram de modo explícito no tocante às empresas.

4. A *vila* de Baixa Verde

A área de Baixa Verde na qual localizam-se as residências dos atuais moradores é circunscrita por uma lagoa (denominada Lagoa Verde) e pela área florestal do distrito, toda ela ocupada por maciços florestais de eucaliptos.

Nos extremos da *vila*, as residências se localizam com significativa proximidade da lagoa ou de lotes vagos com algumas árvores, galhos queimados, lixo e a presença de galinhas de casas vizinhas, cachorros e cavalos. Há cercas de arame farpado separando o mato do passeio, nas quais ficam constantemente roupas secando. Também em alguns passeios existem varais com roupas, presos em troncos de árvores. Estes locais próximos da lagoa ou destes lotes vagos costumam não ser muito limpos. Há muita areia, insetos e carrapatos, mas as pessoas e sobretudo as crianças passam ali o dia todo de chinelo e mesmo descalças.

Algumas ruas de Baixa Verde ainda não são calçadas (o último calçamento foi colocado no mês de setembro do ano de 2004). O calçamento é feito com pedras formato de losango. Se observa areia na superfície dos calçamentos, de modo que em alguns lugares quase não é possível vê-lo e em alguns locais se vê capim crescendo entre as pedras. Nos passeios é freqüente a presença de árvores. Também na porta de algumas casas há folhagens de pingo de ouro, vasos com plantas na calçada e bancos feitos de troncos de árvores.

Nas primeiras ruas construídas encontram-se as residências maiores e em melhor estado de conservação. Mas, de modo geral, as residências são bastante semelhantes. Algumas se diferenciam nos modelos mas se assemelham na ausência de acabamento,

no fato de já estarem velhas, com as pinturas descascadas, muros quebrados, madeiras das portas e janelas envelhecidas, cimento já esburacado e, sobretudo, pela aparência empoeirada. Numa mesma rua pode haver casas pobres e pequenas, casas muito velhas e precárias. Algumas em cimento grosso sem acabamento e sem pintura, algumas velhas e pobres, mas de melhor aparência, porque menos quebradas. E também casas novas ou recém reformadas. Encontram-se casas com muros de tijolos ou cimento, portões ou grandes de ferros, ou ainda com cercas bem feitas, seja de bambu, madeiras ou arames de ferro com plantas e pequenas árvores crescendo no meio das cercas. Mas também há muitas casas que apresentam em suas portas um emaranhado de materiais que em conjunto se transformaram em uma cerca. Assim, bambus, pedaços de madeira, de telhas, pedaços de muro de cimento e/ou tijolos quebrados, portas de madeira, telhados de amianto se misturam fazendo a divisa entre casas e passeios. Há também algumas casas que mal podem ser vistas, sobretudo devido ao acumulo de folhas de bananeiras muito secas e já quebradas. Também obscurece a imagem das casas a existência de pilhas de madeiras, lenha, entulhos, tijolos acumulados.

No tocante ao interior das residências, mesmo aquelas com a aparência mais pobre, nas salas há sofás, estante com som e televisão. Já no tocante à cozinha, todas elas possuem extensões na varanda externa do fundo das casas, onde de modo predominante encontram-se mesas e o fogão a lenha, sendo que há mais de um fogão em algumas casas. Em praticamente todas as residências há fogão a gás. Portanto, o mais comum é a existência dos dois tipos de fogões, sendo o fogão de lenha mais utilizado. Da mesma forma, muitas casas possuem máquina de lavar, mas a maioria das mulheres lava suas roupas no tanque.

No início da década de 1980, quando todas as casas construídas pelo BNH já haviam sido entregues, era mais freqüente o uso dos quintais para plantio de verduras e alguns legumes e criação de galinhas e porcos. Atualmente, os quintais da maior parte das residências são menores em razão da construção das *casas de fundo*. Entretanto, a grande maioria das famílias ainda planta horta. Em praticamente todas as residências há, nos quintais, lenhas acumuladas, varais com roupas, pés de frutas, sobretudo, mamão e banana e hortas de verduras e legumes, sendo algumas delas pouco cuidadas e outras maiores e melhor tratadas. Alguns tentam plantar horta e criar galinhas, mas acabam necessitando escolher entre um ou outro. Segundo uma moradora:

P: O pessoal aqui costuma ter assim, seus quintais, uma horta, galinha?

> R: Tem... Galinha eu tenho sabe?! Eu tenho umas galinhas. Só que não dá conta né boba?! Aqui em casa..., o meu quintal não é grande... Tenho horta, todo ano eu planto horta mas, este ano eu não plantei não, porque já comecei com os franguinhos. Se eles fossem ficar solto... Mas, agora eu quero plantar. Todo ano, eu tenho meu plantio de couve, meu plantio de alface (Entrevista 1).

A área residencial de Baixa Verde é pequena e bastante semelhante a várias outras *vilas* do interior de Minas Gerais. Ressalta-se a simplicidade dos traços e o pouco movimento. Há a praça central com coreto e a igreja católica, situada na rua principal. Na praça há também bancos e lixeiras de pedra e alguns homens mais velhos que já têm o seu lugar marcado para passarem as tardes. Também há o clube de festas, a escola pública e alguns dos estabelecimentos comerciais: um depósito de material de construção, um depósito onde se fabrica tijolos, uma mobiliária, uma barbearia, uma oficina mecânica, uma farmácia, lojas de modas e acessórios; bares, uma padaria, uma mercearia, um armazém maior, no interior do qual há um açougue e uma oficina de reciclagem de lixo[109]. Em algumas residências os moradores exercem atividades como conserto de bicicletas, serviços de cabeleireiro, hospedagem e refeições. No momento da pesquisa, uma única residência fornecia refeições. Havia apenas uma única residência que oferecia quartos para hospedagem. Ambas adaptaram seus cômodos para atender as pessoas. No que diz respeito ao fornecimento de refeições, o público são os funcionários temporários das atuais empreiteiras que prestam serviço para a CAF, uma vez que alguns dos seus empregados são trazidos de outros municípios para prestarem serviços por aproximadamente três meses, ficando hospedados na *vila*, em casas da CAF. Já no tocante à residência que oferece quartos para hospedagem, o público é bem menor e irregular, para eventos esporádicos e bastante específicos. Na maior parte das vezes, trata-se de pessoas que chegam até o local para alguma festa de família, como por exemplo, as cerimônias de casamento.

---

[109] Entre Baixa Verde e a Sede do município de Dionísio há uma usina de lixo. Em Baixa Verde, no início da década de 1990, uma atual moradora iniciou um projeto de reciclagem de lixo. Conforme seu esposo: "há 3 anos atrás, isto aqui era lixo por tudo quanto é lado, por tudo quanto é coisa. Então, ela pintou em fazer uma reciclagem. E, essa reciclagem nós estamos trabalhando com ela e começou também a fazer... o processo... de se educar. O lixo descartável [era] jogado na rua. Hoje, eles não jogam mais. Ela já deixa uma vasilinha, um saco plástico pra eles... A hora que está cheio, vem a carrocinha. Na hora em que ela passa, vai a carrocinha pela rua a fora, juntando todo lixo. Uma área nossa aqui da casa, [utilizou-se] para poder aglomerar esse material. Visando que a gente já entrou em contato com a CAF, com a Prefeitura, com o pessoal que representa realmente a comunidade, para ver se a gente consegue [um lugar para a reciclagem do lixo]. Nós não temos como trabalhar, sem ter condições de organizar as coisas... Viemos trabalhando já há três anos, com a expectativa do pessoal da CAF prometendo que no final do ano provavelmente liberariam um lote. A gente apresentou pra eles um projeto de continuar acompanhando as comunidades..., pra que se mantenham sempre limpas. E esse é um trabalho de criatividade humana" (Entrevista 2).

Além dos estabelecimentos comerciais e escritórios de algumas das empreiteiras que prestam serviço para a CAF, há também alguns estabelecimentos públicos: dois postos policiais, um identificado como Delegacia, por meio de uma placa; outro, uma casa que pertence à CAF, mas sem identificação; uma agência do Correio que parece ter horários marcados para funcionamento mas, na maior parte do dia se encontra fechada, sendo uma jovem de 17 anos quem faz as entregas das cartas todas as manhãs; o posto de saúde. Este posto funcionou em uma casa pertencente à CAF, casa esta que está atualmente vaga. No momento da pesquisa, funcionava em um outro estabelecimento, onde trabalham três agentes de saúde e uma dentista que moram em Baixa Verde e uma médica que vêm apenas em períodos pré-estabelecidos. Por fim, há a escola, que funciona nos turnos matutino e diurno com o primeiro grau e no turno noturno com o segundo grau e com turmas de alfabetização de adultos. De acordo com informações locais, tem atualmente aproximadamente 500 alunos matriculados[110].

Além das residências e dos estabelecimentos comerciais ou públicos a paisagem da *vila* de Baixa Verde é restrita. Há árvores, plantas, bancos de tronco de árvores, lixo, areia e poeira, telefones públicos, lixeiras de plástico espalhadas pelas ruas, carroças, alguns carros, mas o movimento é pouco. Têm-se mais bicicletas e pessoas caminhando. Muitas crianças e "papagaios" sendo empinados por elas. O que mais se destacou parece ter sido a ausência de marcas da história: as ruas de Baixa Verde possuem como denominações letras do alfabeto (ver ilustração no anexo nº. 5). Se, por um lado, falar de rua A ou rua T conota uma idéia de ausência de história, por outro, a ordem do alfabeto possui uma relação estreita com a cronologia da formação das ruas. O processo histórico de formação destas ruas está materializado nas diferenças das casas construídas em distintos momentos e por diferentes entidades. Isto é relevante por que expressa a existência de trajetórias profissionais marcadas por uma dimensão hierárquica na história de formação de Baixa Verde e porque expressa diferentes relações de reciprocidade entre moradores e entidades privadas e públicas, uma vez que,

---

[110] De acordo com alguns moradores, a escola de Baixa Verde chamou-se primeiramente *Escola Estadual Jaci Francisca Garcia*, em homenagem a uma moradora já falecida que trabalhou como parteira. Também houve informações de que a escola foi fundada em 1962 pela CSBM, como escola particular, denominada Escola Particular de Baixa Verde. Já por volta do final da década de 1960 parece ter existido um projeto, não realizado, que pretendia instituir o ensino técnico em agricultura, em razão do convenio da Pioneira – empreiteira da CSBM que atuou no setor agrícola, responsável pela produção de arroz por durante aproximadamente duas décadas em Baixa Verde – com a Secretária da Educação. Entretanto, o que foi projeto no fim dos anos de 1960, não se realizou, ao menos em parte, devido ao fechamento da empresa Pioneira. No lugar do curso técnico instituiu-se o curso científico. E, com o fato de Baixa Verde ter se tornado distrito a partir de junho de 2003, a escola deixou de pertencer a Dionísio e passou a pertencer ao próprio distrito de Baixa Verde.

como já mencionado, a CAF construiu as primeiras ruas e casas para o corpo de dirigentes e *chefes de turmas* e mediou contratos de financiamento entre o BNH e os demais trabalhadores para construir outras ruas e casas. E, posteriormente, as últimas foram construídas por mutirão da família e intervenção da Prefeitura.

Não obstante tal hierarquia e, apesar das diferenças já referidas, de modo geral, as ruas e as casas de Baixa Verde, demonstram uma nítida coerência de estrutura, não há nenhum indicio de descontinuidade no processo de formação do distrito. A aparência é de um quadrado traçado por ruas paralelas e perpendiculares. As casas enfileiradas umas ao lado das outras. Não há monumentos. A praça central é o único artefato arquitetônico que expressa um pouco a história, uma vez que reproduz uma semelhança com antigas outras *vilas* de Minas Gerais: a praça e a igreja. Diferentemente de várias outras praças do interior de Minas Gerais, a de Baixa Verde não homenageia nenhum fenômeno ou personalidade histórica. Trata-se nitidamente, de uma *vila* construída.

O movimento e a história da *vila* e da população de Baixa Verde é dirigida e controlada pela atividade florestal. O período da jornada de trabalho ilustra isso. Trata-se de um tempo onde se encontra na *vila* apenas menos da metade da população. Praticamente pessoas bastante idosas, algumas mulheres e crianças. As ruas ficam vazias, sobretudo quando em comparação ao período final dos dias e em comparação aos fins de semana.

Esta dependência da *vila* de Baixa Verde à atividade florestal a diferencia em grande medida das *tradicionais comunidades* que foram foco de estudos clássicos da sociologia e da antropologia brasileira[111]. Muitos dos atuais moradores da *vila* a identificam a uma *cidade*. Identificam Baixa Verde como distrito do município de Dionísio. Um distrito que está próximo a conseguir atingir o número necessário de eleitores para que seja possível se emancipar[112]. Quem assim identifica Baixa Verde são as pessoas mais atuantes nas relações políticas e sociais que envolvem o distrito. Trata-

---

[111] Inseridos num momento histórico onde as teses desenvolvimentistas provocavam influências na sociedade e nas ciências sociais, os estudos sobre *comunidade* desenvolvidos a partir da década de 1940 elaboraram abordagens que, de modos diferentes, incorporaram a perspectiva do progresso que foi neste período uma ideologia intrínseca às análises sobre mudança social. Atualmente, os estudos de *comunidades* ainda têm relevância nas ciências sociais, mas intensificou-se o surgimento de estudos sobre as potencialidades e os limites do uso da categoria *comunidade*.

[112] A despeito dos possíveis aspectos negativos e/ou positivos deste processo de emancipação de pequenos distritos como o de Baixa Verde, o importante é chamar atenção para o fato destacado por Monte-Mór, Costa et alli (1997, p. 94), que mencionaram sobre esta questão da emancipação como algo que "atende muitas vezes a interesses político-partidários, como também a estratégias das empresas para melhor controle de 'suas' cidades industriais e particulares".

se, de modo geral, dos membros da Associação dos Moradores de Baixa Verde; dos membros do Sindicato da Extrativa; de políticos locais atuantes como vereadores ou de ex-políticos e de muitos dos moradores mais antigos apontados com aqueles que detinham maiores condições de narrarem a história de Baixa Verde.

Termos como *comunidade* passaram atualmente a representar um "emaranhado de significados", para usar a expressão de Thompson (2002)[113]. Neste sentido, alguns estudos passaram a questionar os limites analíticos deste termo. Um ponto central neste processo de desnaturalização diz respeito ao questionamento sobre o recorte geográfico, ou seja, sobre a apreensão de *comunidade* como uma unidade social territorialmente recortada, como foi questionado por alguns estudos que destacaram a prioridade da dimensão do sentimento de localidade e as relações de sociabilidade.

Em Baixa Verde, a categoria *comunidade*, sempre que foi usada nas entrevistas, foi compreendida de dois modos: quando a referência dizia respeito ao passado, os entrevistados pareciam identificar *comunidade* a um espaço não bem demarcado fisicamente mas que parecia ter o trabalho de desmatamento e de produção de carvão como fator que justificava a identificação dos membros como pertencentes à Baixa Verde. Já quando a referência dizia respeito ao presente, era sinônimo da *cidade* composta pela área residencial e pela área florestal, juridicamente reconhecida como área do distrito.

Ainda que *comunidade* seja identificada a *cidade* (distrito) com uma dimensão jurídica que a delimita[114], isto não quer dizer que não há uma base territorial e um sentimento de localidade, que a despeito da posição geográfica se dá pelas relações

---

[113] Willems (1961) e Shirley (1977), em seus estudos sobre o município de Cunha em São Paulo não deixaram de considerar as relações que este município tinha com as esferas estaduais e nacionais e não deixaram de enfatizar as articulações das esferas sociais rurais com as urbanas em suas dimensões culturais, políticas e econômicas. A despeito destas questões, ambos autores utilizaram o termo *comunidade* para designar um todo institucional específico quando em relação a outras *comunidades*. Ao mesmo tempo, utilizaram o termo *comunidade* para designar um grupo ou um conjunto de grupos que se fechavam em si por possuírem semelhanças, ou seja, por um certo aspecto homogeneizador, sobretudo por possuírem elos de ligação que os tornavam uma unidade. Com esta perspectiva Willems (1961), falou de uma "comunidade de Cunha", "comunidade urbana", e chegou a dar indícios de que se poderia observar um bairro como uma *comunidade*, ainda que inserida numa *comunidade* maior que, no caso, seria Cunha. Shirley (1977) também parece ter dado mais de uma conotação para o termo *comunidade*. Em vários momentos, utilizou o termo para expressar sociabilidade. Mas também o utilizou como equivalente a município ou a cidade. E, às vezes, numa mesma expressão, o utilizou também como equivalente a grupos e associações.

[114] A menção já feita sobre as informações de alguns moradores a respeito do Parque Florestal Estadual do Rio Doce como pertencente ao distrito de Baixa Verde (o que não parece ser coerente às informações do órgão estadual de Minas Gerais: IEF) pode ser ilustrativa para relativizar a apreensão sobre as delimitações jurídicas do distrito de Baixa Verde por parte de seus atuais moradores.

entre famílias e grupos de Baixa Verde construídas em decorrência do convívio diário e das relações no trabalho, como parece ser a concepção de Cândido (1982)[115].

No período das *matas* em Baixa Verde, a vida social foi caracterizada pela dispersão das famílias. Entretanto, esta dispersão não necessariamente impossibilitou relações de sociabilidade, sentimento de pertencimento a um dado grupo social e percepções da população a respeito das delimitações geográficas. Alguns antigos moradores narraram diversos eventos de deslocamento de algumas famílias, sobretudo nos dias e nas horas de folga do trabalho, em direção a localidades vizinhas onde havia outras famílias de trabalhadores residindo, seja para apenas visitá-los, sobretudo quando se tratava de pessoas doentes, seja para com eles festejar. Também narraram deslocamentos para outras localidades na intenção ou de irem à missa ou ao comércio.

Cândido (1982), apesar da menção à dificuldade de abordar a vida social em povoamentos dispersos[116], também enfatizou em seu estudo que o que supõe um *bairro* é a sociabilidade. Em Baixa Verde a sociabilidade define os grupos. Mas também há moradores que pouco se relacionam com os demais. Da mesma forma, há moradores de outras localidades, como São José do Goiabal que, por trabalharem junto dos moradores de Baixa Verde, podem ter com estes últimos fortes relações sem serem considerados moradores de Baixa Verde.

No que diz respeito à idéia de identificar *comunidade* a um grupo social (Redfield, 1965; Cândido, 1982; e Queiroz, 1973) cujos membros se auto-identificam pelo pertencimento, ainda que tenham relações com outros grupos, o que ressalta do caso de Baixa Verde é o fato de que tanto quanto o relativo isolamento de localidades populacionais de outrora, também as atuais maiores possibilidades de comunicação entre várias localidades influem de modos específicos nas relações de sociabilidade e socialização, bem como influem nas diferentes formas de dominação, controle, adesão ou resistência que fundamentam os conflitos e as coesões entre e intra grupos sociais.

---

[115] Cândido (1982, pp. 64-65) optou por trabalhar a categoria *bairro* para abordar a vida social de um determinado grupo, de modo a destacar os elementos "integrantes do conceito de bairro" que são a "base territorial" e o "sentimento de localidade" que dependia "não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas" (op. cit., pp. 64-65), devido às subdivisões dentro de um bairro no que "tange à convivência diária".

[116] Conforme Cândido: "a possibilidade de conhecer a vida social depende da concentração das relações humanas em estruturas, que servem de fundamento à classificação e à análise" (1982, p. 58). Assim, alertou para as dificuldades de se analisar a vida social em povoamentos caracterizados essencialmente pela dispersão, nos quais as formas de vida social não são inexistentes mas, são menos aparentes.

Queiroz (1973, p. 124), que estudou *bairros rurais* no estado de São Paulo, demonstrou que, no debate sobre as possibilidades de utilizar os municípios como objetos de estudo, existem aqueles que apontam como dificuldade o fato de "muitos municípios terem uma existência puramente administrativa, recorrendo seus moradores a outros centros, quando necessitam de escolas, de tratamento de saúde, de compras, ou quando pretendem exercer suas atividades religiosas". Neste sentido, afirmou que "uma das tarefas importantes é delimitar com rigor os diferentes centros de atração que arrancam os sitiantes à vida exclusivamente concentrada nos bairros" (op. cit., p. 124). Correlacionou a coesão de um grupo social com a questão do prestígio, argumentando com isso a superioridade da categoria analítica *bairro* em relação à categoria município quando se quer destacar relações sociais e culturais e enfatizou a dinâmica interna dos grupos sociais.

Em Baixa Verde foi exatamente a formalização jurídica e administrativa do distrito que possibilitou a atual existência da escola e outros bens públicos após o momento em que a CSBM/CAF deixou de intervir nas questões de infra-estrutura.

Os diferentes centros que atraem a população de Baixa Verde para outras localidades são, de modo geral, localidades onde residem parentes e localidades constitutivas do denominado Vale do Aço[117], onde há hospitais e um comércio mais diversificado. A sede do município de Dionísio e o municípios de São Domingos do Prata, do qual Dionísio se emancipou, também se destacam por ser neles onde estão alguns serviços públicos como Fórum, Cartório, Delegacia Central entre outras instituições. Por exemplo, alguns aposentados e algumas viúvas pensionistas residentes em Baixa Verde falaram sobre as despesas mensais que têm com o transporte necessário para irem até cidades vizinhas onde então recebem suas aposentadorias ou pensões[118].

---

[117] Ainda que as diferenças de relações, modos de vida e visões de mundo, no tocante àqueles que residem em Baixa Verde sejam muito poucas e sutis, tais moradores se relacionam com freqüência com moradores de outras localidades – algumas, de certa forma, mais ligadas a agricultura e a vida rural – e de outros municípios como São José do Goiabal, muito semelhante a Dionísio e, ainda de outros municípios como os do Vale do Aço – Timóteo, Ipatinga e Coronel Fabriciano – onde a diversidade de atividades industriais e comerciais é bem mais intensa.

[118] Outras questões que circunscrevem esta problemática serão descritas ao longo dos capítulos subseqüentes. No momento a intenção é apenas contextualizar as dificuldades analíticas no tocante algumas categorias que se fizeram necessárias ao longo da pesquisa. Assim, ainda que não se tenha chegado a uma conclusão sobre as possibilidades de uso da categoria *comunidade* para identificar Baixa Verde, o mais importante é não apresentar nenhuma das categorias sinônimas de lugar de modo banalizado. Para a presente pesquisa, o lugar de Baixa Verde – no tocante aos seus recursos naturais e sociais (sobretudo, mão-de-obra disciplinada para o serviço florestal) – é fundamental para qualquer análise sobre trabalho, família, cotidiano e formas de sociabilidade.

Ainda conforme Queiroz (1973, pp. 136-137), "a proximidade de uma grande cidade poderá agir ora como fator de conservação, ora como fator de desorganização da civilização tradicional, conforme venha a ser fator de equilíbrio ou fator de desequilíbrio na vida dos bairros rurais que a rodeiam". Isso demonstra que não são apenas os fatores externos que estruturam ou desestruturam grupos sociais rurais. Ademais, "não é apenas o desenvolvimento das cidades que põe em perigo a organização dos grupos de vizinhança compostos de sitiantes. A disseminação de grandes fazendas monocultoras numa área de bairros rurais é, muitas vezes, fator de decadência para estes" (op. cit., p. 137). Isso, em parte, se explica pela mudança que tais fazendas monocultoras exercem nas relações de trabalho e nas relações sociais que passam a ser, ainda que não totalmente, condicionadas por uma certa disciplina que reestrutura as combinações de tempo, trabalho e sociabilidade dos indivíduos. No entanto, pode ocorrer que estas fazendas não provoquem tais mudanças. Nas áreas estudadas por Queiroz, "os bairros rurais eram perfeitamente independentes das grandes fazendas que porventura existissem no mesmo município".

Para Baixa Verde, tanto quanto para diversas outras localidades tradicionais de parte do estado de Minas Gerais, a disseminação de uma atividade monocultora gerou movimentos de desestruturação e fragilização das atividades rurais de posseiros e sitiantes. Entretanto, como alertou Queiroz (1973) deve-se ressaltar a dinâmica interna de uma determinada localidade no que diz respeito às mudanças que lhe dizem respeito. Como já mencionado, as mudanças sociais que atingiram (positiva ou negativamente) os ocupantes mais antigos de Minas Gerais, também os incorporaram como protagonistas, como mostrou o estudo de Gonçalves (2001), para quem:

> Mesmo que se possa... considerar... que os agricultores do Vale do Aço e Rio Doce interpretados aqui foram simplesmente expulsos pelo latifúndio das plantações para a siderurgia e/ou que tenham então se proletarizado, não se pode esquecer que a vinculação entre pequenos produtores - inclusive de carvão vegetal - e a grande empresa siderúrgica não resultou apenas da vontade, do interesse ou da necessidade dessa última. A possibilidade de ampliar a renda e com isso traçar novas estratégias reprodutivas para os membros da família (prolongamento do acesso à educação formal, aquisição de equipamentos e de bens de consumo individual e coletivo da família, constituição de um capital comercial etc.) fez também com que os produtores locais da região tenham sido protagonistas dessa história (Gonçalves, 2001, pp. 167-168).

Assim, para Gonçalves (2001) os pequenos agricultores locais não eram e não são incapazes de resistir a um contexto de mudança. Sua adesão "é um resultado da subordinação crescente desses sujeitos ao controle capitalista da sociedade local, isto é, social, territorial e culturalmente localizada". Esta hipótese fez este autor recuar ao

período colonial de Minas Gerais para melhor compreender este processo histórico de subordinação dos trabalhadores rurais, como também se procurou fazer no primeiro capítulo dessa dissertação. Não obstante, para não se cair em uma tautologia, é necessário destacar que a relação entre sujeitos que são historicamente subordinados e suas participações ativas como protagonistas, antes de demonstrar ambigüidades, demonstra a complexidade da vida social humana. As relações de força facilitam o surgimento das adesões. As adesões fortalecem as relações de força. Há certa circularidade de modo algum livre de tensões e marcada por um ritmo único. A sociedade se capitalizava e também os pequenos produtores se interagiam, dentro de suas possibilidades, com o mercado, sem romper na raiz, com suas trajetórias e histórias de vida. Como mostra Gonçalves (2001):

> Ambos os tipos de discurso - o dos que são contra a mudança (ou ao menos contra alguns de seus resultados) e o dos que não percebem tanta negatividade - carregam dentro de si um sistema de conhecimento que só aparentemente é contraditório. De qualquer modo, eles foram pinçados de dentro de um universo de representações sobre a história da transformação de um espaço rural em região de "vocação florestal" e os impactos sócio-ambientais daí decorrentes (Gonçalves, 2001, p.195).

Para Queiroz (1973), a dimensão interna aos grupos sociais no âmbito de processos de mudanças sociais é um possível mecanismo de delimitação de *bairros*. Para Baixa Verde, por mais que a dimensão interna deva ser considerada, e por mais que a adesão seja um fenômeno característico às recentes mudanças ocorridas na história da população deste distrito, deve-se considerar uma certa imposição da CAF na formação do distrito e mesmo uma certa imposição na delimitação dos grupos constitutivos deste distrito.

No âmbito dos estudos tradicionais de *comunidade*, outro elemento destacado além da base geográfica e do sentimento de localidades, diz respeito à natureza dos processos de formação de hábitos e controles (Smith, 1967, p. 477). Para Smith uma *comunidade* é constituída por uma área geográfica, uma consciência de participação em grupo, por parte de seus membros e consciência de que cada indivíduo é “influenciado pelo bem estar da *comunidade* como um todo”. Ademais, caracterizou os costumes de uma família, de uma vizinhança e de uma *comunidade* como as “determinantes primárias dos hábitos do indivíduo” (op. cit., p. 472). Portanto, “o indivíduo e a família estão intimamente identificados e ligados à vida da vizinhança local e só remota e raramente entram em contato com as atividades da área maior e completa de intercâmbio humano, isto é, a *comunidade*” (op. cit., p. 488). Assim, afirmou que só não

considerava as grandes propriedades monocultoras como *comunidades* porque lhes faltava o atributo político: "para as classes trabalhadoras a fazenda de café ou a usina de açúcar constituem freqüentemente um pequeno mundo e, se não lhes faltassem funções políticas, mereceriam o título de *comunidade*" (op. cit., p. 490). Sem entrar na discussão sobre o papel político destas fazendas e usinas, o que ressalta é que, em Baixa Verde, pareceu presente na fala de muitos moradores, este sentimento de preocupação de cada membro com o "bem estar da *comunidade* como um todo", de que fala Smith. Entretanto, sobre a hierarquia entre o papel das famílias, grupos de vizinhanças e *comunidade* determinando os hábitos dos indivíduos, acredita-se que em Baixa Verde, se isto existe, não é de modo explícito. O que se percebe é que as influências da família, dos vários sub-grupos definidos pelas relações com as igrejas, com as diversas funções e empreiteiras no âmbito do trabalho florestal e as influências da localidade de Baixa Verde como um todo sob seus residentes, se dão de modo imbricado.

A monocultura mencionada por Smith se diferencia substancialmente da monocultura que fundamenta a vida sócio-econômica e política de Baixa Verde. Nela não se trata de uma grande fazenda e de relações entre proprietário, empregados de confiança e trabalhadores rurais. O *patrão* em Baixa Verde não é apenas um. Há a CAF, uma empresa que se apresenta como uma entidade distante, associada a outras grandes empresas, como a CSBM, sob as quais os trabalhadores nada conhecem sobre o corpo de dirigentes e proprietários. Também há outros *patrões* que são os proprietários e dirigentes das empreiteiras. Nesta multiplicidade de *patrões* ocorre, ao menos em parte, uma certa invisibilidade do *patrão*, o que obscurece muitas relações pessoais entre empregadores e empregados. Ainda que não elimine todas as relações de reciprocidade, ao menos as especifica.

CAPÍTULO IV

Trabalho e Sociabilidade

Como mencionado no capítulo anterior, a atividade florestal em Baixa Verde, durante um período de aproximadamente 15 anos, se restringiu às atividades de manutenção dos maciços florestais e cortes dos maciços já adultos, o que gerou desemprego para a maior parte dos trabalhadores que até então exerciam as atividades de reflorestamento. A partir do final da década de 1990, a CAF Florestal (CAF) já havia consumido a madeira de seu maciço florestal que, após o terceiro corte, precisou ser novamente formado. Toda a área tinha que ser novamente preparada, para que novas mudas pudessem ser plantadas. Assim, a CAF passou a reestruturar suas atividades, contratando empreiteiras e ficando mais voltada às atividades administrativas.

Este capítulo pretende analisar as mudanças nas relações e nas condições de trabalho, instituídas após o reinicio das atividades de reflorestamento, destacando o rompimento do caráter familiar que fundamentava o trabalho florestal e as transformações na natureza da inserção das mulheres no ambiente de trabalho.

A tabela III, a seguir, mostra a situação de trabalho em Baixa Verde:

Tabela III

Homens e Mulheres que exercem ou não atividade remunerada, por sexo e estado civil

Trabalhadores		**trabalham**		**Não trabalham**		**Aposentados**		**Afastados INSS**		**Total**	
Homens	**Solteiros**	83	19%	22	11%	2	4%	4	36%	**111**	**100%**
	Casados	177	40%	6	3%	28	62%	5	46%	**216**	**100%**
	Viúvos	2	1%	2	1%	2	4%	0	0	**6**	**100%**
	Total H.	**262**	**79%**	**30**	**9%**	**32**	**10%**	**9**	**2%**	**333**	**100%**
Mulheres	**Solteiras**	44	10%	28	14%	0	0	1	9%	**73**	**100%**
	Casadas	107	24%	99	53%	10	23%	0	0	**216**	**100%**
	Viúvas	8	2%	25	13%	3	7%	1	9%	**37**	**100%**
	Total M.	**159**	**49%**	**152**	**46,6%**	**13**	**3.8%**	**2**	**0.6**	**326**	**100%**
Adultos sem informação[119]		26	5%	13	5%	0	0	0	0	**39**	**100%**
Total Adultos		**447**	**100%**	**195**	**100%**	**45**	**100%**	**11**	**100%**	**698**	**100%**

Fonte: dados recolhidos diretamente pela pesquisa de campo feita em Setembro de 2004

A pesquisa trabalhou com um número de 698 adultos (333 homens e 326 mulheres)[120]. Dos adultos, 64% exercem atividade remunerada.

[119] Em algumas residências pesquisadas, registrou-se apenas o número de moradores adultos, esquecendo-se de registrar se tratava de homens ou mulheres, bem como também não registrou-se o estado civil dos mesmos. Em razão deste erro e sem pretensões de apresentar uma analise estatística aprofundada, trabalhou-se o material da pesquisa considerando que do total de 698 adultos registrados, 333 são homens, 326 mulheres e 39 adultos para os quais não se há informações.

[120] Deste total de 698 adultos, 62% correspondem a homens e mulheres casados; 15% a homens solteiros; 11% a mulheres solteiras; 6% a viúvas, 1% a viúvos e 5% correspondem a adultos para os quais não é possível indicar informações sobre sexo e estado civil (ver nota número 1, deste capítulo).

Entre os trabalhadores predominam os homens (59% dos adultos que exercem atividade remunerada), a maioria dos quais é casada (40% dos adultos que trabalham em Baixa Verde)[121]. Entre os adultos que trabalham, 24% são mulheres casadas, 19% homens solteiros, 10% mulheres solteiras e 2% viúvos e viúvas.

Além dos adultos que exercem atividades remuneradas, 2% são adultos que estavam, no momento da pesquisa, afastado pelo INSS; 6% aposentados; 28% que não exercem atividade remunerada por outras razões.

Entre os 195 adultos que não trabalham, 53% são mulheres casadas; 14% são mulheres solteiras; 13% são viúvas; 11% são homens solteiros; 3% são homens casados e 1% são viúvos.

De modo geral, o perfil do trabalhador de Baixa Verde segue o perfil do morador uma vez que 64% do número total de adultos residentes na mesma exercem alguma atividade remunerada, sendo que, entre os 447 adultos que trabalham, 62% são assalariados florestais; 10% trabalham com lavouras; 28% trabalham em outras atividades, conforme indica a tabela IV a seguir:

Tabela IV
Homens e Mulheres que exercem atividade remunerada, por estado civil e por ocupações: trata-se da atividade principal

Trabalhadores		**Atividades Florestais**		**Roça**		**Outras Atividades***		**Total**	
Homens	**Solteiros**	57	69%	3	2%	22	29%	**82**	**100%**
	Casados	113	62%	23	9%	29	29%	**165**	**100%**
	Casados e Aposentados	2	12%	9	53%	6	35%	**17**	**100%**
	Viúvos	1	50%	1	50%	0	0%	**2**	**100%**
Mulheres	**Solteiras**	21	48%	0	0	22	52%	**43**	**100%**
	Casadas	62	58%	8	8%	35	34%	**105**	**100%**
	Viúvas	5	63%	1	12%	2	25%	**8**	**100%**
Adultos sem informação[122]		18	69%	0	0%	7	31%	**25**	**100%**
Total		**279**	**-**	**45**	**-**	**123**	**-**	**447**	

Fonte: dados recolhidos diretamente pela pesquisa de campo feita em Setembro de 2004
* Pequenos comércios, serviços (educação, saúde, construção civil).

No tocante aos que trabalham nas atividades florestais, 41% são homens casados; 22% são mulheres casadas; 20% são homens solteiros; 8% são mulheres solteiras; 2% são mulheres viúvas; 0.7% são homens casados já aposentados; 0.3% são homens viúvos. Entre os 279 adultos que trabalham nas atividades florestais, 1% são empreiteiros da CAF que não só atuam na área de Baixa Verde como também lá

[121] Entre os 177 homens casados que exercem atividades remuneradas, 17 são aposentados que ainda trabalham.

[122] Ver nota nº.1 deste capítulo.

residem; 3% são trabalhadores que prestam serviço como autônomos para a CAF; 4% são funcionários da própria CAF e 92% correspondem aos assalariados florestais contratados pelas empreiteiras da CAF.

1. O trabalho nas plantações florestais

Atualmente, seis empreiteiras prestam serviços para a CAF. Uma delas é responsável pelo viveiro, especializado na produção de mudas de eucalipto. Outra é especializada nas atividades de limpeza e preparo para plantio das áreas virgens ou já reflorestadas e pelas atividades de plantio. Uma terceira empreiteira é responsável pelas atividades de manutenção dos plantios florestais e de corte da madeira. As outras três atuam na fabricação do carvão. Além destas empreiteiras, há trabalhadores que atuam como autônomos, prestando serviços de transporte da lenha até os locais onde se localizam os fornos e prestando serviços de transporte do carvão produzido.

No viveiro são produzidas as mudas utilizadas na formação dos plantios. Sempre existiu mas, no momento de redução das atividades florestais, entre as décadas de 1980 e 1990, a produção e o número de trabalhadores eram menores. Para voltar a atender à CAF em sua nova fase de reflorestamento, a partir dos fins da década de 1990 o viveiro foi reformado e mecanizado. Atualmente é apontado por muitos dos atuais moradores de Baixa Verde como um lugar bonito, bem cuidado, de alta tecnologia e que oferece as melhores condições de trabalho.

No viveiro trabalham praticamente apenas mulheres. Uma trabalhadora estimou que lá devem trabalhar: "umas duzentas mulheres. É mulher demais... Poucos homens. Mais é mulher mesmo" (Entrevista 20). Os homens trabalham sobretudo nas atividades de rede de esgoto e na manutenção das instalações mecânicas: "Os homens fazem outro serviço... tem gente que vai limpar os esgotos né?! Mexer com os canteiros para arrumar, para poder plantar mudas" (Entrevista 20). No viveiro há várias *turmas* de trabalhadoras divididas por atividades diferentes, tanto de produção como manutenção.

Na parte de cima do viveiro encontram-se os *caletos,* canteiros de cimento protegidos com telhas onde se encontram *tocos*, nos quais se plantam as mudas. A *turma das cortadeiras* se responsabiliza pelo corte de *galhinhos* das melhores mudas que nascem nos *tocos do caleto* e pelo seu envio para a *turma das estaqueadeiras*. Com os *galhinhos* cortados, são feitas *estacas*: "tira o galinho... e faz uma estaca né?!. Corta uma estaca, né?!... corta uma estaca e eles vão e plantam ela" (Entrevista: 20). Tais *estacas* são plantadas pela *turma das plantadeiras* e enviadas para a denominada *casa*

de vegetação, onde ficam por, no mínimo, 30 dias. Após apresentarem folhas em estado perfeito, as mudas são tiradas da *casa de vegetação* e levadas para a denominada *casa de sombra,* onde ficam, pelo menos, uma semana até apresentarem raiz, quando então são enviadas para outros canteiros, na parte debaixo do viveiro. As *casas de vegetação e de sombra* por ficarem durante determinados períodos cheias de mudas, ficam muito aquecidas: "depois que plantam as mudas, tem que pôr elas numa casa lá [que] é de lona né?! Tem um tanto de grau lá, que é quente, né?! Que as mudas têm que ficar lá... ai, têm uns dias... para elas saírem para ir para o canteiro" (entrevista 20). Quando as *casas de vegetação e de sombra* ficam sem mudas, são abertas para esfriar e serem limpas. Há uma *turma* de mulheres responsável por esta limpeza, que consiste na lavagem com bombas de água com pressão. Algumas trabalhadoras de outras funções são enviadas para estas *casas*, nesse momento, para tarefas como limpar o telhado de plástico[123].

Na parte de baixo do viveiro encontram-se as *turmas* de trabalhadoras responsáveis pelo processo de *manutenção* das mudas que já possuem folhas e raiz. Estas *turmas* são responsáveis pela limpeza dos canteiros. Cortam os *brotinhos* das mudas de modo a deixá-las completas, retiram as folhas e galhos velhos. Nos canteiros há um sistema de irrigação com horário pré-determinado de acionamento mecânico e que, portanto, não demandam trabalhadoras**.** Uma outra *turma* da manutenção fica responsável pela adubação, feita por um motor que joga o adubo. As trabalhadoras ficam encarregadas de caminhar pelos corredores entre os canteiros, dando manutenção para a máquina de adubar. Uma outra *turma* seleciona as mudas finais, por ordem de tamanho: "tamanho pequeno com pequeno, grande com grande" (Entrevista 20). As melhores são retiradas do viveiro para serem plantadas nas áreas de reflorestamento. As que ainda não estão prontas para plantio ficam sendo adubadas até apresentarem condições de serem selecionadas.

A mesma *turma das estaqueadeiras* que possuem funções no início do processo de produção é também responsável pelo registro do número de mudas que irão compor as caixas que serão transportadas para fora do viveiro: "as estaqueadeiras estaqueam as mudas, enchem as caixas e falam para a menina que fica lá no fundo, quantas caixas que deu e ela registra" (Entrevistada 20). Neste momento, não se trata mais de estaquear o *galinho* do qual nascerá a muda do eucalipto, mas a própria muda: justapô-la a um

---

[123] É preciso transferir trabalhadoras de funções, porque esta atividade exige um tipo físico específico. É necessário ter pouco peso para que a trabalhadora possa – por meio de cabos de aço – subir até o telhado e lavá-lo.

suporte para que fique firme para ser transportada, de modo a minimizar os riscos de acidentes. Algumas trabalhadoras mencionaram esta atividade como uma tarefa que exige uma maior atenção: "tem que dar conta direitinho né, boba?!. Às vezes a cabeça da gente num é boa nada, né, para poder mexer com isto" (Entrevista 20).

Apesar das exigências específicas, todas as trabalhadoras possuem as mesmas condições de trabalho: não há diferenças no tocante ao número de horas trabalhadas, à remuneração e aos benefícios.

Antes do plantio definitivo, ocorrem as atividades de limpeza das áreas florestais ou a *reforma*, no caso destas áreas já terem sido plantadas em outro momento e já terem passado pelos três cortes. Para *reformar* a área, é necessário recolher os *tocos* das árvores já podadas. Conforme Gonçalves, os *tocos* das áreas *reformadas* são retirados por meio de equipamentos especializados ou pela queima, o que "implica queimar de novo uma área que já foi inicialmente queimada" (2001, p. 208). Como alternativa à retirada dos *tocos*, é feito o novo plantio seguindo a linha já existente de *tocos* que, por não serem nem queimados e nem retirados, servem de matéria orgânica após apodrecerem. Conforme os trabalhadores de Baixa Verde, nas áreas *reformadas* é necessário retirar também antigas mudas que não vingaram no primeiro maciço ou árvores que, por algum motivo, apodreceram antes de ser derrubadas: "de maneira que vão tirando os lotes velhos que já venceram o prazo dos cortes. E plantam de novo, todos os lotes que já estão estragados; que as matas já estragaram" (Entrevista 13). A retirada dos *tocos* ocorre em momentos específicos, antes do plantio e pode ser feita tanto pelos trabalhadores da empreiteira responsável pelo plantio dos maciços florestais quanto pela empreiteira responsável pelo processo de manutenção dos maciços.

Tanto as áreas virgens quanto as áreas *reformadas*, para serem preparadas para o plantio, precisam passar pela atividade de *roçada,* também denominada de *batida* (limpeza da área) e, subseqüente, queimada. Conforme uma atual assalariada das atividades de manutenção dos maciços, a limpeza é feita com foice: "tira o mato. Vai roçando. Vai roçar o mato que estiver grande. Você roça ele e passa para frente". E posteriormente: "se for plantar, vai pôr fogo para poder plantar o eucalipto ali" (Entrevista 12). A *roçada* ou *batida* e a queimada também são atividades que podem ser feitas tanto pela empreiteira responsável pela formação dos plantios quanto pela empreiteira responsável pela manutenção.

A primeira atividade do plantio é a marcação das áreas onde serão abertas as *covas* para colocar as mudas, de modo a formar *carreiras* uniformes de eucaliptos,

garantindo a uniformidade do crescimento das árvores e a derrubada. A seguir é feita a abertura das *covas* para as mudas. Esta atividade é denominada *corvar*. Nesse momento é colocado o adubo, carregado em bolsas de plástico a tiracolo. Conforme Gonçalves (2001, pp. 206-207), a quantidade de adubo é previamente determinada pelo engenheiro florestal ou agrônomo. Após o adubo, é colocado um pouco de terra na cova e, algumas vezes, por um outro trabalhador, é feita a aposição da muda. Atualmente, em Baixa Verde, em razão das mudanças no tamanho das mudas, todas estas atividades podem ser feitas por um único trabalhador.

As atividades de plantio são, no momento atual, feitas simultaneamente às atividades de irrigação das áreas. Conforme mencionado no segundo capítulo, na época da formação do primeiro maciço florestal de Baixa Verde, os plantios foram feitos nos períodos da chuva. Entretanto, os condicionamentos climáticos foram, ao longo do tempo, submetidos à implementação de novas tecnologias.

O trabalho de irrigação não é capaz de abranger uma área muito extensa de modo que mantenha as mudas (que estão em fase de crescimento) molhadas com a freqüência necessária. Nesse caso, vêm sendo utilizado um gel que, aplicado na planta em fase de crescimento, a preserva molhada por mais dias. Mas, de modo geral, as mudas são molhadas com mangueiras: "trabalha nela com mangueira, aguando. Planta assim, agora vem os caminhões com água sabe?! Aí, liga as mangueiras. Sai três, quatro. Pegam a mangueira. Saem aguando, molhando as mudas para fortalecer a muda" (Entrevista 13)[124].

Atualmente, na área estudada, as atividades de irrigação são feitas por uma *turma* de 35 trabalhadores que formam equipes com dez pessoas para trabalhar com mangueiras e reposição de mudas. É necessário um trabalhador para controlar o bico e uns três a quatro para controlar o meio e a parte de trás da mangueira. Tanto estes trabalhadores, quanto os outros da *equipe*, fiscalizam as folhas das mudas. Encontrando mudas mortas ou que estão morrendo, avisam os responsáveis pelo replantio:

> Fiscalizam se todas [estão] bonitas. Se num estiver, a gente chama o de trás: ô, tem uma muda morrendo aqui... Aquela muda não é arrancada não. Planta outra do lado. Se estiver com umas quatro folhas, nós ainda deixa ela. Se estiver com uma ou duas folhas, aquela ali morre mesmo. Ai, já põe uma outra (Entrevista 13).

---

[124] Essas mudanças tecnológicas foram observadas em outros estudos que também indicam processos de reestruturação produtiva, como é o caso da produção sucro-alcoleira (Padrão, 1996)

O plantio atualmente também se distingue pelas mudanças na tecnologia de produção das mudas. Em razão da clonagem que ocorre no processo genético de formação, foi possível reduzir o tamanho das mudas, o que facilita a agilidade e a segurança do trabalhador ao subir os morros com as caixas. Portanto, as 48 mudas colocadas em uma caixa que tinha que ser levada nas costas, lembradas pelos antigos trabalhadores, como expressão de um *tempo de sofrimento*, são hoje, mencionadas como *pacotinhos ou canudinho*: "as mudinhas são um canudinho deste tamanhozinho assim. Hoje, o caixote é fraco. Naquele tempo, a caixa desta grossura! 48 mudas...! E o saquinho era grosso assim! deste tamanho assim!" (Entrevista 17).

Feitos os plantios, ocorre a atividade de *combate à formiga*, principal atividade de manutenção. Conforme Gonçalves:

> Por uma série de características ecossistêmicas, uma das espécies animais que mais diretamente interagem com plantações florestais é a das formigas, que têm nas jovens árvores de eucalipto uma importante e disciplinada fonte de matéria orgânica para a produção de alimentos para suas colônias (Gonçalves, 2001, p. 210).

Também Dean (1996, p. 125), em seu estudo sobre a devastação da Mata Atlântica, apontou a relação entre fenômenos como as queimadas, que afugentam os predadores das formigas cortadeiras, e o gradual aumento das colônias destas formigas. Ainda conforme Dean (op. cit., p. 127), além da agressividade das cortadeiras, outra característica é sua "resistência a qualquer medida defensiva". Em Baixa Verde, a *ronda de formiga* é a única, entre as atividades de manutenção dos plantios, que ainda não pode ser substituída por tecnologias poupadoras de mão-de-obra.

O *combate à formiga*, conforme Gonçalves (2001), é uma das fases cruciais do plantio de essências florestais, no mínimo até o sexto mês de vida das árvores. A partir do sexto mês estas atividades não são interrompidas, mas os maciços entram em uma fase de seu ciclo de vida menos vulnerável aos ataques. Em Baixa Verde é possível supor que este prazo está aumentando, devido à fragilidade progressiva das plantas frente aos remédios aplicados.

A *ronda de formiga* é feita em grupos de quatro pessoas que caminham pelas áreas plantadas, carregando o formicida a ser aplicado: "nós carregamos seis pacotinhos de isca. Isca é um produto feito do bagaço da laranja. Ajunta e faz o formicida" (Entrevista 21). Esta atividade demanda muito preparo físico, uma vez que o trabalhador caminha por, no mínimo, oito horas diárias em áreas de morros: "subindo morro, descendo grota... entra no meio do mato. Tem que entrar", fazendo freqüentemente movimentos de contração das pernas ao necessitar agachar até o chão para averiguar se há pequenas *carreiras* de formigas em formação e para aplicar o formicida todas as vezes que for necessário. O pacote possui de 500 a 600 gramas de veneno e é carregado

numa bolsa a tiracolo junto de uma colher-medida para a aplicação (seis gramas, mínimo para os menores formigueiros). Para os maiores é necessária mais de uma dose:

> Cada lugar que a gente chega, no menorzinho [o formigueiro], a gente põe seis gramas. Onde a gente vê que está formando aquela carreira, que já está de muito, a gente coloca. Mede ali a medida e a quantidade que deu. A gente tem de combater de um lado e outro..., se ele [o formigueiro] tem cinqüenta metros, você vai pôr cinqüenta... e dali para frente, você vai embora (Entrevista 3).

A manutenção dos plantios florestais também envolve adubação, *batida* ou *roçada* e *capina*. A *batida* ou *roçada* se faz novamente necessária para tirar o *mato* que acumula entre as *carreiras* dos eucaliptos: "você vai dentro da carreira do eucalipto, no meio. Aí, você vai roçando só o meio... Tirando o mato... Tem a carreira do eucalipto, uma carreira de um lado e a carreira do outro. Você vai roçando o meio" (Entrevista 14). *Capinar* é tirar o *mato* que está aos pés dos eucaliptos e tirar a terra que se acumula. Limpa-se a área com maior profundidade do que o serviço de *batida* ou *roçada*. É um trabalho feito com enxada: "capinar é assim, quando o mato está assim, meio pequeno, ai a gente capina..., pro terreno ficar limpinho... aí o pé do eucalipto tem que ficar limpinho" (Entrevista 14).

Alguns moradores de Baixa Verde disseram que as mulheres conseguem menos emprego, devido ao caráter *braçal* das atividades florestais, o que faz das atividades do viveiro (tidas como menos *braçais*), atividades mais *tipicamente femininas*. Não obstante, as mulheres predominam entre os trabalhadores atuantes nas tarefas *tipicamente braçais,* como *batida* e *capina*. Um atual morador observou que existem "mulheres que trabalham mais do que muito homem. Elas capinam, roçam, abrem matas com foice. São muito mais fortes do que muito homem. Mas, o trabalho é brutal demais, não é para mulher não, mulher é mais delicada" (notas de campo).

O fato da *roçada* ou *batida* ser feita com foice, enquanto a *capina* é feita com a enxada, faz com que algumas mulheres prefiram a atividade de *capinar*, como indica a fala de uma moradora, de aproximadamente 50 anos, atualmente afastada pelo INSS:

> Prefiro capinar do que roçar... Roçar deixa as mãos da gente tudo inchado, os braços inchados. E todos os dias, tem que levar remédio para poder tomar. Remédio de dor né?!, porque inchavam as mãos... ficava tudo machucado... A gente vai nos médicos, eles passam remédio para a gente... Assim, sempre que a gente vai no médico, eles sempre proíbem a gente de trabalhar nos matos né?! Eu estou afastada né?!... Até hoje eu tomo remédio para dor nos braços. (Entrevista 14).

Essas atividades são percebidas por quase todos os moradores de Baixa Verde como as mais *braçais* e *brutas* e menos bem remuneradas.

Os *chefes de turmas* das atividades de manutenção dos plantios – *roçada*, *capina*, *adubação* (exceto a *ronda de formiga*) – não separam *turmas* para cada uma destas atividades. Cada dia é feito uma delas: "o dia que capina, todo mundo capina; o dia que aduba, é todo mundo" (Entrevista 14). Entretanto, as mudanças na tecnologia e na organização do trabalho, vêem causando redução no número de trabalhadores responsáveis pela *roçada* ou *batida* e pela *capina*, devido ao uso de inseticidas. A sua aplicação está sendo adicionada às tarefas das *rondas de formigas*: "então agora, eles num estão roçando mais. Estão jogando o remédio que mata o mato. É este pessoal... que mata formiga ai, que está jogando" (Entrevista 14)[125].

Crescidos os eucaliptos, as *turmas* de moto-serra serram a madeira, derrubam e picam. São aproximadamente 35 homens na turma e cada um se responsabiliza por um eito com 20 *carreiras.* Cada *carreira* corresponde a uma fileira de árvores. Trabalham, portanto, sozinhos, cada um em seu eito. Cortam, derrubam e desdobram, ou seja, tiram os *galhinhos* das madeiras. O corte de cada madeira que será posteriormente utilizada na fabricação do carvão tem que ser de 2,20m. Conforme um dos trabalhadores, o tempo para cumprir a produção depende de cada pessoa, sendo que o mais comum é trabalhar durante aproximadamente dez dias para se fazer um eito. Há trabalhadores que o fazem em oito dias. Não obstante, conforme este trabalhador: "os que tiram em oito são os sambões, ou seja são aqueles que deixam galhos no meio da madeira" (notas de campo).

As atividades subseqüentes ao corte das árvores, até o momento do transporte da lenha, são executadas por outros trabalhadores. Há *turmas* que atuam apenas com as atividades de serrar, derrubar as árvores e picar a madeira derrubada em tamanhos pré-determinados; outras são responsáveis por ajuntar a lenha, ou seja, *embanderar*; e há aqueles conhecidos como *carreiros* que ou trabalham junto do motorista dos caminhões ou são os próprios motoristas. Os *carreiros* são encarregados de empilhar a lenha de modo que as máquinas especializadas para o transporte possam recolhê-la e colocá-la nos caminhões. Um trabalhador explicita esta atual divisão das tarefas: "o moto-serra na frente, corta a lenha espalhada... Vem o cara atrás e embandera [ou seja] põe na linha" (Entrevista 6). Posteriormente à organização da lenha em linha: "vem o carreiro, pega

---

[125] Vários trabalhadores de Baixa Verde parecem perceber os males que os inseticidas fazem, impedindo boas colheitas de qualquer coisa que se plante depois da sua aplicação: "antes plantava uma vez só, num tinha plantação outra vez não. Dava que era uma beleza. Mas, com o eucalipto..., o remédio está matando até o eucalipto mesmo. Até o eucalipto está morrendo agora... Tiveram que cortar o eucalipto todo, para acabar de morrer" (Entrevista 14).

aquela linha dele e marca o nome dele[126] [do trabalhador que colocou a lenha em linha] e o carreiro pega [a linha de lenha] e empilha" (Entrevista 6). Por fim "as máquinas enchem o caminhão. Quando chegar nos fornos, aí mede... O carreiro ganha... pra puxar a lenha, coloca lá e medir... O caminhoneiro vem, pega a lenha e leva para o forno. O caminhão dele é medido pra saber o peso" (Entrevista 6). Tais atividades se diferenciam do período no qual foram formados os primeiros maciços de eucaliptos, devido a atual subdivisão das tarefas: "hoje é totalmente diferente. Antigamente, nós mesmos picava, nós mesmos embanderava e impiava. Hoje não... O serrador só vai cortar" (Entrevista 6). Outra diferenciação que específica o período atual diz respeito à introdução da moto-serra que substituiu o machado. E, a atividade de serrar tornou-se exclusivamente masculina. É proibida a contratação de mulheres:

> Só homem trabalha com moto serra, desgaiando eucalipto no meio do morro, cada tora... às vezes a gente [as mulheres] até pegava nela assim, mas de brincadeira. Num deixam trabalhar não, porque é muito pesada. Se manda a gente corta, a gente cortava. [Agora] eles que num deixam (Entrevista 3).

O transporte das madeiras e do carvão é uma atividade que demanda poucos trabalhadores, pois em parte foi mecanizada. A maioria trabalha como autônomo para a CAF. Para isso, é necessário possuir o transporte e as máquinas de carga e descarga de lenha ou de carvão.

Há trabalhadores contratados pelas empreiteiras da CAF que atuam no *transporte de turmas*. Os ônibus saem da praça de Baixa Verde e se deslocam até um local próximo à área florestal denominado de *bateria do forno*. Os motoristas deslocam os trabalhadores até os plantios e depois retornam à *bateria*, onde ficam de plantão durante toda a jornada de trabalho, para atender a uma possível urgência que demande a sua presença para deslocar algum trabalhador ou toda a *turma*, como num caso de doença, acidentes ou de ter que desviar a *turma* para outro lugar. Ficam parados, conversando com outros motoristas. Fazem caminhadas e buscam, por exemplo, andar pelas estradas e tirar galhos que possam arranhar o ônibus. No fim do expediente, voltam com a *turma* e, antes de entregar o ônibus, fazem uma limpeza neles.

---

[126] Marca-se o nome do trabalhador para registrar o trabalho feito e a quantidade da produção realizada.

A atividade final do processo produtivo da CAF é a produção do carvão. Atualmente, há duas *turmas* de trabalhadores nas atividades de carvoarias. Uma é responsável pelo enchimento dos fornos. Após a carbonização da madeira, os trabalhadores de outra *turma* retiram o carvão. Trata-se de abrir o forno, fazer a *barrela* que é uma terra oca feita com o propósito de permitir o esfriamento do forno para posteriormente retirar o carvão com garfos de ferro de cabos longos. Para um dos trabalhadores que já produziu carvão: "no forno é um negócio muito esquisito... na firma que eu trabalhei tinha uma turma na carga e uma turma na descarga. O que tira só tira e o que enche só enche" (Entrevista 21).

Em todas estas atividades existem *chefes* ou *monitores de turmas* ou monitores que também são comumente conhecidos, desde períodos remotos, como *feitores*. A esposa de um deles descreveu o trabalho do marido como uma atividade de distribuição de tarefas, organização de *equipes* e motivação aos trabalhadores. Conforme ela: "o monitor indica o que vai fazer. Por exemplo, no mato ele limita os becos para cada um trabalhar. Nestes becos, indica onde vai roçar, capinar, adubar... E ele estimula cada grupo de cada beco, até sair a produção" (notas de campo).

Há outras atividades, complementares. Trata-se de trabalhos externos à produção florestal. Algumas mulheres trabalham como domésticas para as empreiteiras locais, na limpeza dos escritórios e/ou de casas onde ficam instalados trabalhadores temporários trazidos de fora. Também lavam os uniformes destes trabalhadores.

Há os que trabalham para a CAF como patroleiros, ou seja, fazendo e mantendo estradas, como pesquisadores sobre plantio de eucaliptos; como motoristas que trabalham para o corpo de executivos do escritório ou como vigias das casas de campo da empresa. Atualmente, também há em Baixa Verde quatro pessoas que trabalham em uma horta da CAF numa área próxima ao viveiro. A produção de verduras e legumes desta horta é direcionada para o corpo de executivos da CAF. Um dos trabalhadores desta horta é uma mulher oriunda de Governador Valadares que, ao chegar em Baixa Verde, há 40 anos atrás, começou a trabalhar para a CAF com eucaliptos e, posteriormente passou a trabalhar na horta, onde já está há 28 anos. É a única registrada como funcionária da CAF e também a única que possui direito a duas folgas semanais.

Nas atividades florestais, as empreiteiras reestruturaram atitudes gerenciais em relação aos trabalhadores de modo a responder a críticas ambientais mais abrangentes, que incluíam as condições de trabalho e a críticas sindicais e de outros movimentos sociais que apontavam algumas atitudes das empresas como práticas que motivavam

diferenciação social e rivalidade entre trabalhadores, questão esta ressaltada na critica ao serviço terceirizado (Machado, 1998). Numa dimensão quase doméstica da estrutura produtiva da CAF onde quatro pessoas cuidam de uma horta sem fins comerciais, reproduzir práticas antigas acontece porque se dá num contexto menor, portanto, muito difícil de se difundir de modo prejudicial à imagem da empresa e do seu sistema de contratação de mão de obra. Não obstante a esta hipótese, deve-se considerar que a produção de uma horta, para o caso de uma empresa florestal, também pode ser benéfico para sua imagem frente às críticas aos plantios de eucaliptos que substituem a produção de alimentos.

2. As relações de hierarquia

> *Padrão (1996), falando sobre elementos constitutivos das estratégias de controle gerencial sobre o trabalho e os trabalhadores, chamou a atenção para o fato de que a análise destes elementos precisa partir da consideração que o controle gerencial não resulta de uma:*
> *Intenção deliberada e absoluta de uma gerência monolítica e desprovida de contradições; mas ao contrário, como algo que emerge, mesmo que de forma assimétrica, das cotidianas interações – isto é, resistências, consensos e negociações – entre trabalhadores e quadros de gerência, e suas respectivas diferenciações internas (Padrão, 1996, pp. 1-2).*
>
> *Segundo ele:*
> *A questão tende a se complexificar na medida em que observamos que os múltiplos mecanismos de controle do trabalho não incidem exclusivamente sobre os trabalhadores, mas envolvem, em diversas situações, suas chefias intermediárias... A submissão da própria gerência, ou de parte dela, ao controle gerencial é... parte constitutiva e indissociável da estratégia de controle da força de trabalho... e onde encontram-se presentes as mesmas relações, ora ancoradas na busca de adesão voluntária aos interesses e metas da empresa, ora na coerção (Padrão, 1996, p. 144).*

Em Baixa Verde, cada uma das funções que constituem o ciclo produtivo do reflorestamento, envolve *turmas* de trabalhadores e *chefes de turmas*. Cada função corresponde a empreiteiras específicas, que parecem atuar como sub-departamentos da CAF. Esta empresa tornou-se uma administradora de outras empresas que, de modo relativamente fragmentado mas com algumas conexões, dinamizam o reflorestamento e, por meio dele, a produção do carvão, matéria-prima da siderurgia brasileira.

Em Baixa Verde, o nível mais baixo da hierarquia é ocupado pelos trabalhadores das atividades de manutenção dos plantios, ou seja, de *batida* ou *roçada*, de *capina* e de

aplicação de adubos e inseticidas para eliminar *mato* e formigas[127]. Como já referido, as empresas florestais, desde suas origens em Minas Gerais, utilizaram trabalhadores rurais de modo a se apropriar de um discurso que correlacionava o uso desta mão-de-obra, com sua baixa escolaridade e com as possibilidades do setor florestal utilizar uma tecnologia *branda,* portanto, tecnicamente compatível com a baixa qualificação do homem rural. Da mesma forma, o trabalho feminino foi um modo de desqualificar a atividade florestal, incidindo esta desqualificação sobretudo no valor da remuneração dos trabalhadores. Neste sentido, as atividades de *roçar* e *capinar* o *mato* sempre foram percebidas, mesmo em outros contextos rurais (Sigaud, 1979), como atividades que não exigiam qualificação oriunda de aprendizagem longa. São atividades que permitem uma troca de trabalhadores com certa facilidade, sem exigir das empresas investimentos em treinamento de mão-de-obra ou altos salários.

Por mais que estes discursos tenham realmente se feito presentes ao longo da história de consolidação da economia florestal, suas assertivas são questionáveis. Mas, a despeito disto, serviram para obscurecer a importância da prática e da experiência. Nas atividades de *roçar* e *capinar carreiras* e pés de eucaliptos, aplicar formicidas e herbicidas, o aprendizado é progressivamente aperfeiçoado por meio da observação e da experiência de certo modo repetitiva. Com esta consideração, pretende-se relativizar, em certa medida, o caráter de fácil intercâmbio imposto ao trabalhador florestal de menor nível hierárquico.

Ao longo da história da formação e consolidação do assalariado florestal, a desqualificação do trabalho de crianças, mulheres e idosos[128] foi utilizada para justificar os baixos salários daqueles trabalhadores e também para desqualificar o trabalho do homem. Conforme Gonçalves (2001, p. 207), até a década de 1970 as mulheres se inseriram nas *turmas* de trabalhadores gerais. Depois da década de 1980, apenas os homens permaneceram, porque:

---

[127] Conforme Gonçalves (2001, p. 207), o nível mais baixo da hierarquia no contexto dos municípios estudados por ele é o do *peão* que é quem faz aquelas mesmas atividades de manutenção mencionadas logo acima.

[128] Em Baixa Verde se constatou mulheres e idosos (as) trabalhando como assalariados florestais. Os idosos (homens e sobretudo mulheres) predominam nas atividades de manutenção dos eucaliptos, ou seja, *roçada*, *capina* e *ronda de formiga*. Conforme Gonçalves (2001, p. 211), a utilização de idosos na atividade de *ronda de formiga* é algo curioso por "tratar-se de atividade importante dentro do sistema de produção da plantação que não pode ser automatizado", o que realmente foi verificado em Baixa Verde, onde apenas os trabalhos de *batida* e *capina* estão sendo substituídos por aplicação de herbicida que então passa a ser uma outra função das *rondas de formigas*.

> Inicialmente a contratação formal de trabalhadoras e de seus filhos decorreu da maior aptidão dos seus corpos às exigências das tarefas manuais e da sua inicialmente menor capacidade de opor resistência ao mando capitalista dentro da unidade produtiva "reflorestadora". Porém, à medida que as plantações se expandiram e que a lógica do trabalho dentro das áreas mudou (dadas as especificidades técnicas da produção de árvores), o trabalho feminino e infantil passou a ser simplesmente uma forma de incorporação direta de trabalho barato (Gonçalves, 2001, p. 201).

Tendo Baixa Verde como parâmetro para análise, o que se observou foi que até o final da década de 1970, o trabalho infantil e feminino existiu apenas como *ajuda* aos homens, seus pais ou esposos, na realização da produção exigida a eles. Entre o início da década de 1980 a fins da de 1990, as mulheres não exerceram atividades florestais, uma vez que, como já mencionado, até mesmo entre os homens, houve poucas contratações de mão-de-obra. Somente após a reestruturação das atividades da CAF a partir do final da década de 1990 é que as mulheres passaram a ser incorporadas nas atividades florestais, como assalariadas sub-contratadas pelas empreiteiras para trabalhar na *roçada*, *capina* e *ronda de formiga* ou nas atividades do viveiro. Já o trabalho infantil deixou de ser utilizado.

Em Baixa Verde, as mulheres qualificam e dão preferências às atividades do viveiro, tidas como menos *braçais* do que as de *roçada* e *capina*. Como já mencionado, as atividades do viveiro são percebidas por quase todos os moradores como as atividades mais *tipicamente femininas*[129].

No tocante aos homens, os poucos que trabalham nas atividades de *roçar* e *capinar* são apreendidos como inferiores aos outros.

Quanto aos demais homens, trabalhadores de outras atividades, a hierarquia não é clara. Os serradores possuem uma especialização que os colocam em uma posição de destaque. Estes trabalhadores foram e são qualificados por saberem manusear, antes, um machado e, atualmente, uma moto-serra.

Os carvoeiros exercem uma atividade que já foi praticada até por mulheres e crianças, mas são assalariados que, de acordo com a produção realizada, podem obter melhores remunerações, tanto quanto os serradores. Os carvoeiros de Baixa Verde, na maior parte das vezes, apenas se colocaram como assalariados, raramente mencionando em qual das três empreiteiras especializadas na produção de carvão trabalhavam.

---

[129] Ressalta-se que o trabalho *tipicamente feminino* possui uma certa relação com as atividades de geração de sementes. Conforme Sigaud, "Existem algumas tarefas consideradas femininas no trabalho da cana, tais como semear cana e semear adubo" (1979, p. 67). Ainda que também existam mulheres que trabalham "Até mesmo no corte de cana e mais freqüentemente no trabalho de limpa" (op. cit., p. 68).

Já os homens que trabalham com plantio e irrigação ressaltam a vantagem de estarem empregados na empreiteira considerada como a principal empreiteira sub-contratada pela CAF para atuar em Baixa Verde[130].

É perceptível que as mulheres que trabalham no viveiro e os homens que trabalham na *Plantar* procuram frisar esta posição, que conota mais uma dimensão de prestígio do que de relação personalizada. Uma outra posição de prestigio é a do serrador. Conforme Palmeira (1977, p. 111), nas usinas de cana-de-açúcar da Zona da Mata de Pernambuco, os trabalhadores:

> Que têm uma arte no sentido forte, isto é, um tipo de atividade inteiramente independente da atividade produtiva do engenho strictu sensu, mesmo que submetida, por conta de uma outra subordinação, aos objetivos e ao ritmo dessa atividade, qualificam-se socialmente pela sua habilidade antes do que seu bom relacionamento com o senhor de engenho, habilidade essa cuja transmissão independe de mecanismos outros que o aprendizado.

Não obstante, a especificidade do serrador das atividades florestais não permite identificá-lo como um trabalhador portador de uma arte, no sentido atribuído pelos trabalhadores dos engenhos e das usinas de Pernambuco[131].

De modo geral, é possível dizer que, nas funções de *serviço geral* (manutenção dos plantios) é por onde começam os mais jovens, permanecem as mulheres que não conseguem um trabalho no viveiro ou as mulheres mais velhas e os homens que não conseguiram um trabalho no plantio e na irrigação de eucaliptos ou nas atividades de produção do carvão, bem como não possuem a técnica de cortar e picar lenha. Estes trabalhadores de *serviço geral*, por ocuparem o nível mais baixo da hierarquia do ciclo produtivo do reflorestamento, não possuem uma conotação de prestigio para com sua ocupação na organização produtiva. Sua atividade – ainda que haja por parte do trabalhador um domínio devido à experiência acumulada – é a mais desqualificada. Entre este trabalhador e a empreiteira para a qual trabalha há uma relação antes personalizada do que de prestígio. Parece não ter sido por acaso que na maior parte das

---

[130] A Plantar e o viveiro são tidos por todos os moradores de Baixa Verde, como as melhores empreiteiras locais, sendo que foram apontadas algumas diferenças entre a Plantar e o viveiro. A Plantar, referida como uma empresa de grande porte é percebida como aquela que vem gerando a maior parte dos empregos, sobretudo, no tocante àqueles que oferecem os melhores benefícios. A Plantar é considerada aquela que, além de contratar um maior número de trabalhadores, contrata com maior freqüência. No viveiro trabalha um número menor de funcionários, o que implica na existência de um número de pessoas que demandam emprego e ficam aguardando que abra uma vaga.

[131] Palmeira (1977, pp. 110) analisando as *relações de morada* ressaltou que quem pretendia tornar-se *morador*, precisava saber *todo serviço* para se diferenciar do jovem que não possuía experiência. E, precisava, simultaneamente, ter uma *arte* – ou seja, o aprendizado e a técnica de um serviço específico – que o diferencia e assim o possibilita não se colocar como disponível para qualquer serviço.

vezes que se observou nos depoimentos dos atuais trabalhadores de Baixa Verde o uso do termo *patrão*, a fala tenha sido de um trabalhador ou de uma trabalhadora inserido (a) nas atividades de manutenção dos plantios de eucaliptos, sendo o *patrão* identificado, geralmente, a um pai.

Não obstante a hierarquia, ocorrem trocas de funções entre trabalhadores que, como já mencionado, também ocorriam na época das *matas*, em razão da necessidade de intensificação do trabalho de plantio nos períodos chuvosos. A despeito das transformações tecnológicas que minimizaram os condicionantes naturais para a produção em grande escala de árvores homogêneas, no momento atual, as estações do clima ainda influem nas trocas de funções, como demonstra a seguinte fala: "eu mexo é com irrigação de muda... entrou a chuva, num tem este trabalho mais... Ai vai fazer outro serviço" (Entrevista 21).

A maior parte das trajetórias dos trabalhadores demonstrou uma experiência de trabalho diversa e que não se reduz às atividades florestais. Existem aqueles que possuem uma trajetória ou iniciada apenas nas atividades com lavouras ou iniciada com atividades nas lavouras juntamente do trabalho com carvão e desmatamento das matas nativas, bem como existem aqueles que sempre trabalharam apenas nas atividades florestais. E os que, além da lavoura e das atividades florestais, exerceram atividades de pedreiros, carpinteiros, formando pastos, entre outras. As trajetórias também são diversas no tocante às empreiteiras e mesmo siderúrgicas. Assim, há trabalhadores da época das *matas* que foram funcionários da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira (CSBM) e da CAF e aqueles que, além destas, também já trabalharam ou ainda trabalham na Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Aços Especiais Itabira (Acesita), Usiminas e na Celulose Nipo-Brasileira (Cenibra).

Em razão da diversidade de funções que compõe a trajetória dos trabalhadores de Baixa Verde e devido às diversas atividades do ciclo produtivo do carvão vegetal, os trabalhadores possuem conhecimentos das atividades florestais como um todo. Muitos descreveram e explicaram tarefas que não necessariamente são aquelas nas quais trabalham ou mesmo já trabalharam. Na verdade, é possível ter como hipótese que todos os moradores de Baixa Verde, mesmo quando se trata de mulheres que nunca trabalharam em nenhuma destas atividades, possuem um certo conhecimento de todo o trabalho florestal em suas várias etapas e também conhecem as mudanças que já ocorreram e ainda ocorrem no âmbito destas atividades[132].

---

[132] Uma trabalhadora do viveiro, por exemplo, que narrou etapa por etapa da produção das mudas também descreveu todo o trabalho do marido e teve seu filho de oito anos interrompendo-a em alguns momentos para lembrá-la ou indagá-la sobre alguma questão ligada ao trabalho. A despeito de qualquer coerência de suas falas, esta criança demonstrou, além de um certo conhecimento do trabalho de seus pais, que é possível supor ou que há naquela família presença de muito diálogo entre o casal e entre eles e os filhos ou que pode haver alguma possibilidade de que ainda no período atual os pais levem seus filhos para o trabalho de modo que possa auxiliá-los no serviço.

3. A organização e as condições dos ambientes de trabalho

No momento da pesquisa, apesar das menções às dificuldades que ainda permeiam a vida dos trabalhadores e ao fato de estarem inseridos em uma atividade *braçal* de baixa remuneração e sem reconhecimento social, evidenciou-se a percepção de que as condições de trabalho melhoraram em relação ao passado. Ressalta-se a relevância que dão ao fato dos atuais assalariados serem registrados, ainda que sejam terceirizados; ao atual uso obrigatório de uniformes e instrumentos de proteção; aos locais de refeição, concessão de cestas básicas[133] e, para o caso de uma das empreiteiras, a concessão de *marmitex* diários. Sobre os horários de trabalho, há falas que também permitem apreender as mudanças: "o que era aqui, é muito diferente hoje. Hoje, as coisas estão tudo fácil. Tem horário pra pegar serviço, tem horário pra largar. Antigamente num tinha esses horários não. Tinha hora pra pegar e num tinha pra largar não" (Entrevista 8). Entretanto, também foram verificadas falas sobre práticas de horários extras e dias que, por alguma eventualidade, exige do trabalhador uma extensão de sua jornada de trabalho[134].

A mudança no transporte foi uma das mais enfatizadas por todos os entrevistados, sejam trabalhadores ou não. Enfatizaram o ônibus que substituiu as *carretinhas* presas em tratores e os caminhões que carregavam os trabalhadores: "hoje, Graças à Deus, tudo fiscalizado. Tem até ônibus para carregar os trabalhadores. Antigamente, a gente andava era no trator. Tinha só caminhão não. Ia à pé também" (Entrevista 7).

---

[133] Conforme o atual presidente do Sindicato da Extrativa todos os trabalhadores recebem cestas básicas. Enquanto algumas empreiteiras não cobram por elas, outras descontam do salário de seus trabalhadores, 40% do valor da cesta; algumas outras 50%.

[134] Em Baixa Verde, apenas no final da década de 1990, a CAF Florestal (CAF) passou a contratar empreiteiras com as quais mantém acordos que pré-estabelecem os horários de trabalho e os delimitam a uma jornada de oito horas. Ainda que a rigidez no cumprimento desta norma em várias ocasiões possa ser flexibilizada, sobretudo, em um contexto onde o assalariado ainda é remunerado por produção e sabe-se da necessidade de manter um bom relacionamento com os empregadores e a necessidade de ter que demonstrar disposição para o trabalho, para que possa continuar a garantir o seu emprego. Assim, alguns trabalhadores mencionaram dias que fizeram horários extras de trabalho pelos quais foram remunerados. Outros depoimentos, no entanto, mencionaram o atual rigor do cumprimento da jornada de trabalho. Muitos mencionaram a posição contrária do Sindicato da Extrativa sobre o pagamento de *hora extra* de modo a proibir que este mecanismo de extensão da jornada de trabalho seja praticado pelas empreiteiras. Deve-se considerar que atualmente predominam nas entidades sindicais uma preocupação com a existência de horas-extras devido ao impacto que gera sobre o número de empregados. Por fim, deve-se considerar que durante a pesquisa, verificou-se que, após as 16:00, a *vila* ganhava maior movimento, devido à chegada dos ônibus com os trabalhadores. Também as bicicletas e homens e mulheres caminhando pelas ruas uniformizados se intensificavam. Entretanto, deve-se ressaltar, como já foi feito na introdução desta dissertação, o receio declarado pela CAF sobre as conseqüências da presente pesquisa para as futuras pretensões daquela empresa no tocante à obtenção de selos de responsabilidade social.

O viveiro está localizado a aproximadamente 30 minutos a pé do local onde está a *vila*. As trabalhadoras e os poucos trabalhadores do viveiro vão para o trabalho diariamente de bicicleta ou a pé. A caminhada matutina e o retorno às suas casas no meio da tarde permitem maior interação entre membros de diversas famílias de Baixa Verde. É nesse momento em que pessoas como estas, que possuem boa parte de seus dias ocupados com o trabalho assalariado e com as atividades domésticas, reafirmam suas relações com os vizinhos:

> **P:** Vocês vão à pé até o viveiro?
> **R:** Vamos à pé, conversando.
> **P:** E a conversa de vocês é mais sobre o que? Sobre a família, sobre os filhos?
> **R:** É, sobre família, sobre filhos...(risos) é isto ai. É muito bom a gente trabalhar né boba?!, tem as amigas pra trabalhar que é unida com as amigas né?! (Entrevista 12).

Em relação às demais atividades florestais, os assalariados diariamente se deslocam até os locais de trabalho, seja nos plantios ou seja nas carvoarias, por meio de ônibus. Os trabalhadores costumam "*bater papo*" e jogar baralho durante o tempo do transporte, que não é longo. Nos ônibus ajuntam-se homens e mulheres e trabalhadores de atividades diferentes, o que facilita relações de amizade, envolvidas por brincadeiras, conflitos e conversas a respeito das famílias entre aqueles mais íntimos e a respeito das condições de trabalho. Segundo um motorista de ônibus, os trabalhadores conversam sobre diversos tipos de assunto e até sobre alguns que *podem comprometê-los*.

Os ônibus saem da praça central de Baixa Verde e se deslocam até os locais denominados de *baterias dos fornos*. Neles, os trabalhadores ficam esperando outros ônibus, que vêem de São José do Goiabal. Quando todos os trabalhadores estão reunidos nas *baterias dos fornos*, são feitas algumas divisões de *turmas*. Os trabalhadores que atuam nas carvoarias já estão em seus postos de trabalho. Aqueles que trabalham com limpeza de áreas que serão reflorestadas, plantio e irrigação são transportados por um único ônibus para as áreas onde tais atividades estão sendo executadas. Em outro ônibus, são levados trabalhadores para as áreas em que há *mato* entre as árvores. Em outro, são transportados para as áreas em que o *mato* já foi *roçado* e/ou *capinado*, os que atuam no corte das árvores. Após o fim da jornada de trabalho, todos são novamente levados pelos ônibus até às *baterias dos fornos,* onde os equipamentos são guardados e as *turmas* novamente redivididas de modo que se separem os ônibus de São José do Goiabal dos que irão retornar a Baixa Verde.

No caso do viveiro, para pegar trabalho comumente às 6:30 da manhã, os trabalhadores levantam aproximadamente às 5:00. Como visto, a maioria é do sexo

feminino. Elas mesmas prepararão suas marmitas. Muitas deixam a alimentação pré-pronta já no dia anterior: “arrumo 5:30. Faço a minha marmita. Eu já deixo pronto, mais ou menos pronto. 6:00 eu saio daqui, porque a gente pega o serviço é 6:30... Largamos 15:30” (Entrevista: 12). Com uma hora de intervalo para o almoço, os trabalhadores do viveiro largam o serviço às 15:30 e retomam à pé ou de bicicleta para suas casas.

Não são apenas as trabalhadoras do viveiro que acordam mais cedo para fazer marmitas. Também há as trabalhadoras das atividades de manutenção dos plantios bem como há as mulheres que não trabalham mas, que acordam cedo para fazer as marmitas de seus esposos.

Atualmente em Baixa Verde, as atividades de formação dos maciços florestais e de irrigação, no período anterior à chegada das chuvas, ocorrem por meio de *turmas* e *equipes* de trabalhadores que trabalham dias alternados. Por isso, a jornada de trabalho nos dias trabalhados torna-se maior. Trabalha-se onze horas, com uma hora de intervalo para almoço, durante um dia e folga no dia seguinte: “nós pegamos às 7:00 e largamos às 18:00, com uma hora de almoço... Trabalhamos um dia sim e outro não. Um dia, a gente trabalha das 7:00 às 18:00. No outro dia, a gente já num vai” (Entrevista 21). No tocante às atividades de manutenção dos plantios e de corte das árvores, alguns dos atuais trabalhadores afirmaram que trabalham oito horas diárias de 7:00 às 16:00, com uma hora para almoço. Alguns trabalhadores saem de suas casas para pegarem o ônibus às 6:00 na praça de Baixa Verde. Costumam chegar até às *baterias dos fornos* nos 30 minutos posteriores e, como já mencionado, aguardam por aproximadamente 30 minutos a chegada dos ônibus com os trabalhadores de São José do Goiabal. De modo que realmente iniciam suas atividades às 7:00 e terminam por volta das 15:30, para que possam retornar à *bateria dos fornos* e posteriormente retornarem para Baixa Verde, às 16:00. Ou seja, apesar destes trabalhadores iniciarem suas atividades apenas por volta das 7:00 da manhã e largarem por volta das 15:30, o que considerando uma hora de almoço, corresponde a sete horas e meia de trabalho, tais trabalhadores na verdade saem de suas casas aproximadamente 6:00 e retornam às 16:00, o que corresponde então a dez horas condicionados ao ambiente de trabalho. Algo semelhante pode ser dito dos trabalhadores que atuam como motorista dos ônibus que fazem o transporte dos trabalhadores florestais. Um destes motoristas, por exemplo, mencionou que geralmente sai de casa às 5:30 da manha, para ir buscar o ônibus na garagem, com o compromisso de buscar os trabalhadores na praça de Baixa Verde às 6:00 e os levar até o local de

trabalho, retornando apenas às 16:00, quando irá ainda limpar o ônibus antes de deixá-lo na garagem.

Alguns trabalhadores disseram que é possível terminar as tarefas antes do fim da jornada de trabalho. Entretanto, em razão do trabalho ser feito em locais relativamente distantes de suas residência, quando terminam ficam na *bateria de fornos* para tomar banho, descansar, jogar baralho ou dominó até que o ônibus chegue no horário estabelecido. Conforme alguns trabalhadores, é possível ir embora antes, caso tenham ido trabalhar de bicicleta:

> No forno é um negócio muito esquisito... abre um forno às 7:00 horas, quando é mais ou menos 11:00 horas, já tinha terminado todo o trabalho... Depois de acabar de tirar aquele carvão, você tomava um banho e podia ir embora pra casa... de bicicleta ou ficar lá, na bateria, até a hora de vir embora [no ônibus] (Entrevista 21).

O horário de almoço também é um momento de sociabilidade. No caso do viveiro, alguns trabalhadores, por estarem mais perto e usarem bicicleta, costumam almoçar em suas próprias residências. Para algumas mães é um tempo importante para estruturar parte das obrigações domésticas. Muitas outras trabalhadoras almoçam no refeitório. Há uma *turma* que interrompe o trabalho para o almoço às 11:00 e uma outra às 11:30, devido ao espaço disponível. As trabalhadoras almoçam em mesas para aproximadamente oito pessoas: "cada um na mesa... é uma mesa grande cabe umas quatro pessoas de cada lado... As vezes a gente conversa mas é mais silêncio" (Entrevista 12).

Os que trabalham nos plantios, na manutenção dos plantios, no corte dos eucaliptos e nas atividades de produção do carvão, enfim todos aqueles que trabalham na área florestal, costumam almoçar na *bateria dos fornos*[135], em *barracas de apoio* ou *refeitório*, onde podem almoçar sentados, ao contrário do que ocorria até inicio da década de 1990. Atualmente as marmitas são esquentadas. Nos ônibus ha reservatórios para conservar gelado os galões de água individuais dos trabalhadores[136]. Tais

---

[135] Na época em que os trabalhadores viviam nas *matas*, já existia diferenciação semelhante entre os trabalhadores dos plantios e aqueles que, por trabalharem no viveiro, possuíam maior disponibilidade para almoçarem em suas próprias residências. Mas, uma especificidade do momento atual diz respeito aos funcionários de uma das empreiteiras que em razão da negociação com o Sindicato da Extrativa, em fevereiro de 2004, passaram, a partir de setembro de 2004, a receber um *marmitex* oferecido pela própria empresa.

[136] As condições anteriores de transporte em caminhões e de refeições que eram feitas frias também ocorreram em outras localidades baseadas no trabalho rural, como por exemplo os bóias frias das culturas de café nos interiores paulistas. Nas estradas, foram constatados nos fins da década de 1970 número significativo de "caminhões em melhor ou pior estado de conservação, cheios de gente ou em vias de recolher grupos de pessoas postadas ao lado das estradas, que esperam ser levadas ao trabalho". São os

ambientes também têm melhores condições higiênicas: "agora tem um galão grande que tem um detergente pra gente lavar as mãos na hora da comida" (Entrevista 3). Na *bateria dos fornos*, além de almoçar, os trabalhadores costumam ficar: "sentados, conversando com os colegas. Baralho eu nunca gostei de brincar mas, os colegas brincam" (Entrevista 21). Conforme uma trabalhadora:

> Nós contamos casos, outros a rir, a brincar. Os homens batendo baralho, gritando, aquela beleza... Aqueles que querem dormir, vão dormir. Aqueles que num querem vão jogar baralho. Outros vão andar afora, tudo muito tranqüilo... Andando pela área afora, aquela coisa... Todo mundo alegre, contando caso (Entrevista 3).

Outra transformação nas relações de trabalho ressaltada pelos trabalhadores é o atual uso, mencionado como obrigatório, de uniformes e equipamentos de segurança. Conforme um deles:

> Agora, hoje uso equipamento. Óculos, luvas. Põe a mascara. Põe a perneira. A área é muito fria. Põe o capacete. Para a gente se proteger, não acidentar, [precisa] de cuidado. Quando a gente vai pegar serviço, pede um minuto de segurança... tem que olhar se tem buraco... (Entrevista 3).

Antes dos trabalhadores iniciarem suas atividades, ressalta o denominado *um minuto de segurança* que diz respeito a um rápido e diário discurso sobre segurança e motivação para o trabalho, feito por parte dos *chefes de turmas*[137].

As mudanças nas condições de trabalho em Baixa Verde são recentes. Uma das maiores empreiteiras está atuando em Baixa Verde há apenas aproximadamente três anos. E o fato de ser especializada no serviço de reflorestamento pode significar um trabalho que perdurará apenas por certo período de tempo. Da mesma forma, o viveiro que sempre existiu, há aproximadamente dois a três anos foi reformado e passou então a adotar novas condições de trabalho como as mencionadas anteriormente.

---

caminhões de turma. As pessoas transportadas são, portanto, coletivamente, chamadas de *turma*, mas também conhecidas como trabalhadores volantes ou bóias-frias "supostamente porque, por um lado, elas não tem lugar fixo de trabalho e, por outro, por que a comida que trouxeram consigo já está fria na hora em que a comem" (Martinez-Alier, 1977, p. 71).

[137] Parece ser necessário relativizar a dimensão dos cuidados com a segurança. A pesquisa não pode trabalhar esta questão. Fica em aberto o grau de suficiência dos uniformes e equipamentos de segurança atualmente oferecidos pelas empreiteiras de Baixa Verde. Para o caso da cana-de-açúcar, ao menos no interior paulista, é possível mencionar que a Federação dos Empregados Assalariados Rurais do Estado de São Paulo (Feraesp) e a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) apontam para falas de trabalhadores e para registros de peritos e médicos que avaliam negativamente muitos dos equipamentos utilizados no corte da cana. Os óculos, por exemplo, foram apontados como um equipamento que, na qualidade a qual estava sendo repassada aos trabalhadores, conseguia impedir que faíscas de cana cortada os machucassem os olhos mas, reduzia a qualidade da visão dos trabalhadores, aumentando os riscos de acidentes devido ao uso da foice [Seminário ocorrido em outubro de 2004, pela Feraesp, Fundacentro, Departamento de Engenharia de Produção, Ciências Sociais e Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e o Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ)]. Para o caso de Baixa Verde, não é possível dar indicações sobre possíveis limites nas medidas de segurança ao trabalho.

O presidente do Sindicato da Extrativa, afirmou que desde o momento em que iniciou no movimento sindical, há aproximadamente 15 anos atrás, houve uma *luta* para modificar as condições de transporte dos trabalhadores no setor CAF:

> Antes, nós andávamos em caminhão ai. Prancha, prancha é esses caminhões de carregar lenha, sem lateral. Nós segurávamos em cabo de aço. Depois, passou a andar em caminhão com banco... E ai, nós andamos um bom tempo. Quando eu entrei no Sindicato, eu já levei à pauta querendo tirar os caminhões e colocar ônibus. Mas, eu só consegui isto, dois ou três anos pra trás aí (Entrevista 15).

Informações semelhantes foram registradas para as demais mudanças que surgiram simultaneamente ao retorno da CAF às atividades de reflorestamento. Segundo um dos entrevistados, as mudanças ocorreram:

> Por causa da segurança e muitos acidentes. Por causa das coisas que [as empresas] tiveram que pagar... muitas indenizações, de muita gente. Então, por aí foi em cana também. O Ministério do Trabalho... todo mundo junto. Se as empresas não dessem os equipamentos de segurança como hoje – hoje tem as barraquinhas, todo mundo come na mesa bonitinho, junto, belezinha. Antigamente, não tinha isso não. Comia pelo chão a fora, pelo mato afora... Se estivesse chovendo, a chuva batendo e a gente comendo, a água pingando pra valer... (Entrevista 3).

Apesar das referências às melhorias trazidas pelas mudanças, outras versões foram escutadas relacionando as melhorias com a disponibilidade de trabalho. Uma moradora, atualmente desempregada, mencionou que trabalhar na CAF alguns anos atrás era melhor do que atualmente porque não havia uniformes mas as pessoas trabalhavam durante, no mínimo, dez anos. Às vezes trabalhavam até por 30 anos. Hoje, entretanto, as pessoas possuem uniformes, mas ficam empregadas por períodos muito curtos e trabalham com empreiteiras. Conforme esta moradora: "o pessoal que dá sorte, que acerta, consegue ficar mais tempo. Mas é difícil". A informação traz à tona a alta rotatividade nas atividades florestais já mencionada e problematizada por outros estudos (Machado, 1998). Esta alta rotatividade torna o trabalhador vulnerável às possíveis demissões. Visivelmente é mais fácil para as empreiteiras demitirem trabalhadores com pouco tempo de serviço em momentos de menor produtividade do que faria em caso de um quadro de funcionários com maior tempo de serviço[138].

---

[138] Conforme alguns atuais moradores de Baixa Verde até fins da década de 1970 trabalhava-se para a CAF por um tempo de dez anos e era dispensado, passando então a trabalhar para empreiteiras até que a CAF chamasse novamente para um outro período de dez anos. Neste sentido, muitos trabalhadores chegaram a exercer três ciclos de trabalho na CAF intercalados por trabalhos nas empreiteiras que atuaram naquele período, nas *matas*. Alguns antigos trabalhadores mencionaram que a CAF não contratava pessoas idosas. Portanto, é possível ter como hipótese que este mecanismo de demissão posterior a períodos de dez anos de trabalho era uma justificativa para não manter empregados os trabalhadores mais idosos e/ou mais doentes, que então passavam a necessitar de se inserirem no trabalho

A rotina de trabalho é um aspecto importante para abordar os processos de socialização. O cotidiano pode levar homens e mulheres a se acostumarem até mesmo com tristezas e péssimas condições de vida. A frase: *sempre foi assim*, comum entre os trabalhadores conota a perspectiva de inevitabilidade. Mas, se "acostumar", por um lado, pode ser em alguns contextos, permeada por uma dimensão política de interesse consciente no que aquele ato pode proporcionar, inclusive mudanças (Thompson, 2002), por outro lado, também pode ser permeado por uma dimensão de desesperança, de desencanto e de consciência de uma posição subordinada no âmbito de relações de poder.

A interpretação que os trabalhadores fazem da história de sua vida é permeada pelos processos de socialização pelos quais passaram. De acordo com o que lhes foi narrado e ensinado pelos avós, pais e mais velhos e de acordo com suas interpretações sobre as suas condições de vida, mostram certa percepção sobre um passado como luta. O momento atual em que vivem por mais sobrevalorizado que possa ser é, em parte, apreendido como uma vida pobre e de dificuldades que persistem. Neste sentido se abrem duas perspectivas: uma diz respeito ao sentimento da vida como um fardo, do pobre como um *fraco*, de Deus como a justiça que virá, outra diz respeito ao fato que qualquer melhoria se sobressai, uma vez que, no mais, *a vida sempre foi assim, é luta mesmo*. Neste contexto, o desencanto pode servir de pressão sobre homens e mulheres que não passam apenas a procurar se acostumar e se adaptar para suportar a *dureza da vida,* mas também passam a buscar o lado positivo e bonito da vida, para que ela possa continuar a ter sentido. Busca por sentido que, para Benjamim (1987a; 1987c), passou a ser característica das relações de sociabilidade do mundo contemporâneo. Este sentido, muitas vezes, é construído politicamente por pensamentos dominantes de uma determinada época e divulgado de modo disciplinador.

Uma das principais características do ambiente de trabalho nas atividades de plantio ou manutenção dos maciços de eucaliptos são as paisagens homogêneas e construídas. Tão repetitivas quanto o próprio trabalho florestal. Neste cenário, o trabalhador caminha vários dias, com árvores sempre à sua frente e ao seu redor, sem ter motivo para fixar o olhar em nada. Excetuando as mudas velhas ou mortas, as *formigas*, o *mato* que deve ser *roçado* ou *capinado*, os *tocos*, as sujeiras, as subidas e as descidas,

---

com as empreiteiras ou se aposentarem. Mas, pode-se cogitar que era mais lucrativo demitir trabalhadores com menos tempo de trabalho do que correr o risco de, eventualmente, precisar demitir trabalhadores que possuíssem maior tempo de trabalho. E, sobretudo deve-se ressaltar que até aproximadamente 1965 havia na legislação trabalhista a exigibilidade de estabilidade no trabalho após dez anos em uma mesma empresa, o que motivava muitas delas demitiram seus trabalhadores antes de completar aquele período.

ou seja, o que se refere às obrigações rotineiras de suas atividades, tudo o mais é homogêneo e se repete.

O cansaço é um outro aspecto a ser destacado. Muitos dos trabalhadores e seus familiares afirmaram que o trabalho no *mato*, por ser *braçal*, gera desgaste físico e muito cansaço, o que faz com que, para quem trabalha nas atividades florestais, ter outras atividades ser algo bastante difícil, ainda que isso aconteça com alguns deles[139]. Neste contexto, a fala de uma mulher sobre sua filha que trabalha na atividade de *batida* e *roçada* torna-se significativa: "a minha filha, o marido dela e meu neto moram comigo. A minha filha trabalha nesses matos aí. Então, quando chega em casa, toma um banho, deita neste sofá aí, e ninguém tira ela não. Quem trabalha nestes matos é muito difícil" (notas de campo). O cansaço aparece como limitador de relações entre o trabalhador e seus familiares no período – já curto – após o trabalho.

Segundo uma trabalhadora que faz *ronda de formiga* e também trabalha como costureira:

> A gente chega em casa e faz outro trabalho, igual eu mesmo faço. Chego em casa, tomo um banho e vou ali, para a máquina de costurar. Estou lá o dia inteiro trabalhando [na área de plantios de eucaliptos]. Convivo tão pouco com minha família, bem dizer, quase nada. Num tenho nenhum prazo de conversar, quase nada. Não tenho nenhum prazo de conversar nada. Às vezes, eu mais ele [o marido], a gente conversa tão pouco. Quando entro lá pra dentro, já está dormindo, está deitado. A gente deita também... Às vezes a gente conversa, mas pouquinho...Os companheiros que a gente trabalha, a gente convive muito mais com eles, que se torna muito mais a nossa família, que a nossa própria família (Entrevista 3).

---

[139] Há em Baixa Verde trabalhadores que exercem mais de uma atividade remunerada, como lavoura e comércio; lavoura e serviços em casas de família; serviços públicos e prestação de serviços como tratamento de beleza e revenda de cosméticos, entre outras combinações. O mesmo se expressa com alguns dos assalariados florestais. Entretanto, conforme um antigo funcionário da administração da CAF, não há em Baixa Verde trabalhadores que lidam com atividades rurais e florestais simultaneamente: "Você não vai encontrar pessoas que realmente lidem com as duas atividades... Não pelo seguinte... a própria empresa, ela tem uma recomendação para os trabalhadores. Não é que ela impeça ou imponha que a pessoa não possa fazer isso. No fundo não deve. Primeiro o seguinte, uma pessoa que tem um horário de serviço de oito horas na empresa... depois das oito horas, ele tem que ter um descanso não é?! Se ele partir para outra área onde vai aumentar sua jornada, no outro dia ele vai ter dificuldades. O desgaste dele vai ser maior. Então, ela [a CAF] não adota esse sistema" (Entrevista 2). Não obstante, foram constatados alguns funcionários da CAF que trabalham como vigias para a própria CAF em suas áreas de residências de campo do corpo de executivos e tiveram a concessão por parte daquela empresa de um lote para plantio de lavouras, bem como foram constatados alguns assalariados florestais que trabalham para as empreiteiras e que também trabalham com lavouras, seja porque possuem um dos lotes concedidos pela própria CAF em suas áreas reservadas para a produção de alimentos (como se verificou pelo menos um caso), seja porque trabalham com lavouras em sítios de parentes, como é o caso de um assalariado que exerce atividades de plantio de eucaliptos e, nas *horas de folga,* planta lavoura no sítio de seus pais. Um funcionário da CAF trabalha como vigia, e nas horas de folga, trabalha na lavoura para *ajudar no troco.* Um outro mencionou que seu *esporte é na roça,* onde trabalha *para transpirar.* Além destes, outros assalariados florestais das empreiteiras da CAF, nas *horas de folga,* exercem outras atividades, como assistência técnica de eletrônica; ensino de capoeira; atividades de cabeleireiro ou com bordados, crochê e costura por encomenda.

Estes aspectos permitem, ao menos em parte, entender um pouco do perfil do morador de Baixa Verde que predomina entre os que se assalariaram. Como já referido, entre os moradores que não exercem nenhum tipo de atividade remunerada, predominam as mulheres casadas. Considerando um número de 216 casais em Baixa Verde, é possível dizer que, em 37% deles, ambos os cônjuges exercem atividades remuneradas. Apenas em 3% do número total de casais aparecem homens que não o fazem. Já em 27% do número total de casais aparecem mulheres que não exercem tais atividades. As mulheres que menos trabalham são mães de filhos menores (correspondem a 42%). As mulheres com filhos maiores que não trabalham correspondem a 22%, as com filhos menores e maiores a 18% e as sem filhos ou com filhos residindo fora correspondem a 17%[140].

Algumas atuais moradoras de Baixa Verde mencionaram que mulheres que são casadas não podem trabalhar por períodos longos, ininterruptos. Muitas afirmaram que, depois de algum tempo empregadas, elas saem e ficam durante um tempo afastadas, para descansarem. Para algumas mulheres, o cansaço do dia se dá por causa do trabalho, pelas preocupações com as atividades domésticas que demandam não apenas outras tarefas, mas um ritmo e um cuidado específico que podem se tornar impossíveis para algumas das assalariadas pelo pouco tempo e principalmente pelo fato de que a administração do tempo deixou de pertencer a elas. Conforme uma moradora que trabalha como assalariada florestal, é a sua filha de 16 anos que fica com a responsabilidade dos serviços domésticos, uma vez que: "é muito cansativo pra gente que trabalha fora fazer coisas da casa; mas nos dias de folga lavo as roupas e ajudo minha filha" (notas de campo). Também conforme uma outra trabalhadora:

Todos os dias são dias cansados, para quem trabalha chega em casa tem que fazer uma janta, cuidar da casa. A sorte minha é que a mãe do meu esposo cuida dos meus filhos, porque não dá para colocar filho da gente na mão de qualquer um... a gente tem que dar comida, banho na hora certa, mandar para a escola na hora certa. Mas enquanto Deus der saúde a gente vai agüentando, vai lutando (notas de campo).

Para muitas mulheres de Baixa Verde: "as relações de família exigem muito tempo da gente" (notas de campo). O trabalho doméstico ocupa muito o tempo das

[140] Alguns destes casais, além dos filhos, também possuem netos morando com eles. Como há residências com mais de um casal, o número total destes casais não tem correspondência com o número de residências pesquisadas.

mulheres, sobretudo das assalariadas. Em algumas famílias, em que ambos cônjuges são assalariados, observou-se que o trabalho doméstico era dividido entre o esposo e a esposa: "no sábado que minha esposa trabalha, eu é que cuido da casa. Noutro sábado, eu é que trabalho e aí, é minha esposa é que cuida da casa" (notas de campo). Também em uma outra família constatou-se os homens fazendo algum serviço doméstico. Um aposentado por invalidez mostrou as mãos molhadas, afirmando que estava lavando roupas.

Entretanto, a maior parte dos depoimentos aponta para o papel predominante das mulheres nas atividades domésticas. Uma moradora afirmou que tem apenas filhos homens, portanto, sendo a única mulher da casa, no fim de semana quando está de folga no trabalho, tem que fazer sozinha toda a tarefa doméstica. Também foi narrado o caso de um homem que morou fora de Baixa Verde durante um determinado período e ao retornar para sua casa, já havia acostumado lavar sua própria roupa, entre outras tarefas domésticas e que em razão disto, entrou em conflito com sua mãe que entendia que tais tarefas eram da responsabilidade apenas dela: "meu irmão saiu de casa e aprendeu a fazer de tudo. Quando passava uns dias na casa da nossa mãe, ele lavava a própria roupa e ela fica incomodada e indignada. Falava que este serviço era dela"[141].

Tornaram-se, então, significativos, os impactos e as alterações nas relações de organização das atividades domésticas provocadas pela consolidação do processo de assalariamento das mulheres em Baixa Verde. As mulheres, que tiveram suas jornadas de trabalho intensificadas, assumem, no ambiente de trabalho florestal, um papel tido

---

[141] Muitos dos aspectos mencionados aparecem em outras pesquisas sobre outras localidades rurais brasileiras. Martinez-Alier (1977), em seu estudo de caso sobre bóias-frias em fazendas de café no interior paulista mencionou um momento no qual os homens passaram a ser absorvidos pelas indústrias locais e as mulheres passaram a ser sub-contratadas pelos empreiteiros das fazendas. As mulheres "trabalharam a vida toda e freqüentemente começaram sua vida de trabalho quando tinham de oito a dez anos de idade. Algumas delas trabalharam algum tempo como empregadas domésticas, mas a maioria sempre trabalhou na agricultura. Mas, enquanto anteriormente trabalhavam como filhas ou esposas de colonos... agora que os fazendeiros já não lhes garantem terra para parceria elas se transformam em trabalhadoras assalariadas" (op. cit., p. 86).. Ainda conforme esta autora, "Ao invés da transformação das relações de trabalho e dos padrões ocupacionais levarem a uma reformulação dos papéis conjugais, a definição tradicional destes parece estabelecer certas barreiras à plena proletarização das mulheres" (op. cit., p. 88). Assim, "quando uma criança adoece quando há acúmulo de roupa para lavar, são as mulheres que perdem o dia... Para preparar a comida do dia e fazer com que todos saíam de casa em tempo, as mulheres levantam às três horas da manha, aproximadamente. Os homens geralmente levantam após suas mulheres. À tarde, quando as mulheres voltam do trabalho, por volta das seis horas, elas ainda têm que preparar o jantar, lavar algumas roupas e arrumar a cozinha" (op. cit., p. 95). Para muitas destas mulheres, apesar delas terem passado a ganhar como os homens, a obrigação de sustentar a família ainda era dos homens, como demonstra uma das falas citadas pela pesquisadora: "quem tem que sustentar a família é o marido; a mulher trabalha para ajudar o marido" (op. cit., p. 88). E, no tocante ao trabalho, segundo Martinez-Alier, os *patrões* afirmam que há serviços que por exigirem maior força física não podem ser feitos pelas mulheres para não diminuir produtividade, ainda que haja *patrões* que afirmaram que há "mulher que trabalha que nem homem" (op. cit., p. 91).

como inferior em relação aos homens. Esta inserção no assalariamento também contribuí para desqualificar o ambiente doméstico. Progressivamente, as mulheres interiorizam o discurso no qual desqualificam aquelas que apenas exercem suas atividades domésticas como esposas e mães. Segundo Gonçalves, as mulheres:

> Passaram a ter o seu trabalho socialmente reconhecido pelas empresas e pelos atores sociais localizados fora das suas unidades domésticas. No entanto, essa identificação gerou uma desqualificação do trabalho e do saber familiares inseridos na propriedade familiar (Gonçalves, 2001, p. 202).

Os costumes e as tradições socializam mulheres e homens a identificarem o papel da mulher como direcionado predominantemente para as responsabilidades domésticas, no âmbito dos cuidados com a moradia e com os filhos. Não obstante, também deve-se considerar que, como já referido, foi mencionado por vários moradores de Baixa Verde que as mulheres possuem maiores dificuldades em conseguir um emprego assalariado nas atividades florestais. O que é coerente com a constatação da pesquisa sobre a predominância das mulheres entre os moradores que afirmaram que estavam desempregados e a busca por uma vaga numa das empreiteiras, como será melhor analisado no capítulo subseqüente. Um atual morador de Baixa Verde afirmou que as mulheres conseguem menos emprego porque "o trabalho nas matas é bruto" (notas de campo). Algumas conseguem emprego porque há no âmbito das atividades florestais, atividades menos *brutas*, portanto mais especificamente femininas: "as mulheres têm sorte por causa do viveiro" (notas de campo).

Percebe-se, portanto, uma tensão. De um lado, há vontade e necessidade, por parte das mulheres, em não se assalariarem, ao menos em determinados períodos, para manter seus papéis domésticos, ao menos em parte, interiorizados por uma socialização tradicional que permeou as trajetórias de algumas das moradoras de Baixa Verde. De outro lado, há vontade e necessidade, por parte das mulheres em se assalariarem, devido a uma progressiva interiorização de uma ética do trabalho assalariado que vem se consolidando nas últimas décadas em Baixa Verde.

O trabalho, também é um elemento propulsor de formação de grupos. Grande parte das relações entre vizinhos que se tornam mais íntimos e talvez até parentes podem ser relações que se iniciam nos ambientes de trabalho, apesar do tamanho pequeno de Baixa Verde e o fato de todos se conhecerem: "as pessoas que a gente trabalha junto... Você vem para casa, passa por uma pessoa que você nem conversa com ele direito e, lá [no trabalho] você está o dia inteiro convivendo" (Entrevista 3). O fato

de alguns trabalhadores irem de bicicletas para o trabalho, de ônibus, ou em *turmas* que seguem a pé para o caso do viveiro; de almoçarem ou não nos refeitórios, gostarem ou não de determinadas brincadeiras, serem mais reservados ou não, são alguns dos elementos que tecem os processos constitutivos de grupos no âmbito do trabalho e do distrito de Baixa Verde, destacando as relações de convívio e amizades mas também de conflitos e inimizades cordiais (em razão de todos afirmarem que são amigos de todos mas, que há sempre aqueles com quem se tem maiores desentendimentos).

Com o progressivo assalariamento e com as mudanças nas relações familiares ocorridas nas últimas décadas em Baixa Verde, reduzem-se as possibilidades dos trabalhadores auto-definirem o tempo a ser utilizado para cada trabalho a ser executado. O trabalho assalariado formaliza e disciplina o cotidiano do trabalhador. Se ainda há um condicionamento da natureza sobre o trabalho, ele é de outra ordem, porque em parte é minimizado por inovações técnicas e, em parte, é especifico porque não é o trabalhador que define os seus ritmos no âmbito das possibilidades naturalmente definidas. Passa progressivamente a ser um trabalho exclusivamente para o outro que, portanto, não cabe ao trabalhador dirigir e ver sentido lógico[142]. Neste sentido ganham coerência os fenômenos de estranhamento por parte dos trabalhadores – principalmente no tocante aos primeiros trabalhadores com uma raiz no trabalho agrícola mais forte – sobre a atividade florestal. Há um processo de ressocialização por que passaram parte dos atuais trabalhadores de Baixa Verde. Alguns tiveram uma inserção muito forte no trabalho com lavouras e, sobretudo os seus pais, foram fundamentalmente socializados num ambiente social rural. Mas também, parte significativa dos trabalhadores teve pais que já eram assalariados florestais. Assim, por mais que ainda pesem os costumes e as tradições, muitos trabalhadores e moradores de Baixa Verde já interiorizaram uma nova lógica de trabalho e visão sobre as necessidades e possibilidades que o trabalho carrega consigo. No entanto, ressalta-se que nenhum processo de socialização é essencialmente homogeneizador e destituído das tensões e ambigüidades vividas pelos indivíduos.

Com suas especificidades, autores como Marx (2000), Weber (2000), Elias (1994), Foucault (2004a; 2004b) e Polanyi (2000) apontaram fenômenos de construção de controles morais e disciplinadores de condutas como processos cruciais da formação

[142] Como já referido, no período das *matas*, o trabalho já era para o outro. Mas, também havia a existência de um trabalho (as lavouras) feito para o próprio trabalhador. Não obstante, tratava-se já de um trabalho que existia devido a permissão do outro.

da civilização do ocidental, das relações sociais e de mercado no âmbito do surgimento do capitalismo e de uma ética do trabalho.

O progressivo assalariamento, de algum modo, reforçou no trabalhador das *matas* de Baixas Verde, uma ética do trabalho. Os progressivos mecanismos de disciplinamento da mão-de-obra inseridas em uma *vila* construída, de algum modo, também aponta para uma progressiva interiorização de uma *moral civilizatória* sobre alguns comportamentos, costumes e hábitos, no sentido dado por Elias (1994), para quem, o *processo civilizatório* do ocidente se fundamentou pela ocorrência de mudanças específicas nos "sentimentos de vergonha e delicadeza" Mudou-se o padrão do que a sociedade exige e proíbe. E em conjunto com isto, moveu-se o patamar do desagrado e medo, socialmente instilados. Não obstante, ainda conforme Elias, atualmente a palavra civilização passou a ser utilizada de modo naturalizado, devido às relações de sociabilidade ao longo de mais de três séculos: "Usa-as porque lhe parece uma coisa natural, porque desde a infância aprende a ver o mundo através da lente desses conceitos. O processo social de sua gênese talvez tenha sido esquecido há muito. Uma geração os transmite a outra sem estar consciente do processo como um todo, e os conceitos sobrevivem enquanto essa cristalização de experiências passadas e situações retiver um valor existencial, uma função na existência concreta da sociedade" (pp. 26-27). Como já mencionado, o trabalhador florestal na *vila* construída de Baixa Verde passou a utilizar o vaso sanitário, a morar, comer e se vestir de um modo no qual ele mesmo identifica como mais correto. Não obstante, frisa-se novamente que este processo não foi e não é isento de tensões.

4. As atividades não florestais

Em Baixa Verde há algumas possibilidades de emprego em atividades não florestais[143]. A escola e o posto de saúde surgem como alternativas, mas exigem qualificações técnicas, o que reduz o número de trabalhadores em potencial e reforça a concepção sobre a atividade florestal, principal fonte de emprego, como um trabalho *braçal*, que por não exigir qualificações técnicas, pode ser executado por aqueles sem estudos formais.

Mudanças, como implementação de uma infra-estrutura mínima como eletricidade e água encanada, permitiram aquisição de bens de consumo como televisão e máquina de lavar, o estabelecimento de comércio e ampliação do número de trabalhadores que se especializem em serviços técnicos. Entretanto, sobretudo, num

[143] Estes dados abrem para questões sobre uma determinada produção da diferenciação social que caracteriza a *vila* de Baixa Verde. No entanto, os limites de prazo de encerramento da pesquisa impossibilitaram trabalhar estas questões.

distrito com aproximadamente 3.000 habitantes, nada pode se dizer sobre possibilidades de uma diversificação maior de trabalhos que minimizem o peso que a CAF e suas empreiteiras possuem no mercado de trabalho local.

No tocante aos 123 adultos que trabalham com outras atividades em Baixa Verde que não a lavoura e as atividades florestais, 28% correspondem a mulheres casadas; 18% a solteiras; 2% a viúvas (ver tabela IV na página 129 deste capítulo).

É possível dividir as mulheres que trabalham com outras atividades que não a lavoura e o plantio florestal em três grupos: àquelas que trabalham em serviços diários e com horários pré-estabelecidos; as que trabalham com serviços esporádicos, nem sempre com os mesmos, que não possuem horário ou local pré-estabelecido e as que trabalham tanto com alguma atividade diária e formal quanto com atividades esporádicas que, portanto, são executados nas horas vagas do trabalho formal.

O Sindicato da Extrativa possui uma secretária que é moradora de Baixa Verde. No posto de saúde trabalham agentes de saúde e uma dentista, ambas residentes em Baixa Verde. Também há moradoras que são funcionárias da prefeitura de Dionísio e trabalham em Baixa Verde com serviços gerais. Na escola há professoras, serventes da cantina, funcionárias responsáveis pela secretária e pela diretoria, funcionárias responsáveis pelos trabalhos gerais de limpeza e pela horta da escola. Algumas outras mulheres trabalham em estabelecimentos comerciais próprios da família ou são funcionárias destes estabelecimentos. Outras ainda trabalham como domésticas diaristas em casa de famílias em Baixa Verde ou em localidades vizinhas ou trabalham diariamente em casas de famílias, cuidado de idosos ou crianças. Há também aquelas que prestam serviços esporádicos, como faxina, lavagem de roupas, costura, bordado ou serviços de cabeleireiro (tratamento de unhas e cabelos) que são prestados na casa dos clientes ou de quem presta os serviços. Outras residem em Baixa Verde e trabalham no Vale do Aço, vindo à *vila* apenas nos fins de semana, como é o caso de uma mãe solteira que tem três crianças que moram com os avós, enquanto a mãe trabalha em Acesita no comercio.

Quanto aos homens que trabalham com outras atividades que não a lavoura e as atividades florestais, 24% são casados; 18% solteiros; 5% casados já aposentados (ver tabela IV na página 129 deste capítulo). Há entre eles, bombeiros hidráulicos e pedreiros que falaram de períodos em que têm muito serviço e outros em que aparece pouco trabalho; proprietários de estabelecimentos comerciais, como depósito de material de construção, barbearia, oficinas e bares; funcionários do comércio[144]. Alguns outros homens – solteiros ou casados, com filhos pequenos – trabalham em cidades vizinhas, sendo que alguns se deslocam diariamente e outros só vem à Baixa Verde nos fins de Semana.

Também há motoristas de ônibus que trabalham nas linhas Baixa Verde/Dionísio e Dionísio/Vale do Aço, homens que trabalham para empreiteiras do Parque Estadual Florestal, apicultores[145], políticos e funcionários públicos. Entre estes últimos, há funcionários da prefeitura de Dionísio que trabalham com rede de esgoto, professores da

---

[144] Alguns funcionários do armazém são jovens menores de idade que trabalham sem carteira assinada.

[145] Um membro da Associação de Moradores de Baixa Verde está atualmente dirigindo um projeto em parceria com a CAF que visa formar uma turma de apicultores. 25 pessoas se inscreveram para o curso que será ministrado por um professor especializado. O objetivo do projeto é produzir mel e derivados em uma área onde as abelhas possam se reproduzir. Esta área será fornecida pela CAF que terá *participação simbólica*. A Associação dos Moradores já havia tentado parceria semelhante para um projeto com peixes, mas não tiveram o apoio da CAF porque, conforme os membros da Associação, o investimento necessário era maior.

escola de Baixa Verde[146], fiscais do IEF – Instituto Estadual de Floresta e policiais florestais (militares que trabalham como policiais no Parque Estadual Florestal mas possuem um papel de vigilância na área florestal da CAF que parece deixar obscura a relação entre ambos).

Existem poucas *fazendas* nos municípios e povoados circunvizinhos à Baixa Verde com tamanho e estrutura capazes de gerar empregos. As maiores se tornaram, nos últimos cinqüenta anos, em *fazendas* de criação; outras reverteram suas atividades para atenderem à CSBM no início de sua inserção no município: passaram a produzir carvão por empreitada e posteriormente foram vendendo suas terras para a empresa e suas subsidiárias.

Entre todos os adultos que exercem atividade remunerada em Baixa Verde, apenas aproximadamente 10% trabalham com lavoura (ver tabela IV na página 129 deste capítulo). Deles, quase a metade (42%) são homens casados ainda não aposentados; 23% homens casados já aposentados; outros 23% mulheres casadas; 8% homens solteiros; 2% homens viúvos e outros 2% mulheres viúvas.

Foram constatados seis moradores de Baixa Verde que possuem pequenos sítios em outros povoados do município de Dionísio, onde trabalham com lavouras, sobretudo de grãos para o consumo da família, vendendo parte do plantio quando possível.

Alguns outros moradores trabalham com *fazendeiros* de outras localidades de Dionísio, plantando lavoura à terça. Também há aqueles moradores que plantam lavouras ou cuidam de criação de gado e formação de pastos, trabalhando para *fazendeiros* ou roceiros, como diaristas.

Entre estes trabalhadores rurais (tanto os que plantam lavoura à terça, quanto os que trabalham como diaristas) encontram-se alguns que já trabalharam como assalariados florestais e outros que estão aguardando um emprego na CAF ou em uma de suas empreiteiras.

Por fim, constataram-se aproximadamente 19 trabalhadores residentes em Baixa Verde que possuem lotes da área para plantio de lavoura da CAF dentro da própria área do distrito. Quatro trabalhadores possuem lote para plantio de lavoura da CAF em outras localidades do município de Dionísio (Ponte Alta e Santa Cruz). Dentre eles há aposentados, alguns já bastante idosos, como é o caso de um trabalhador que reside com mais nove familiares (quatro adultos e cinco crianças pequenas) e é um dos dois adultos (o outro é assalariado florestal) da residência que possui alguma remuneração e que afirmou que ainda trabalha com lavoura para *ajudar*, porque está *faltando dinheiro*. Há ainda o caso de um outro *roceiro* que mencionou ter trabalhado por 30 anos na CAF e, após ter se aposentado, continuou a trabalhar com lavoura porque conforme ele: "oh

[146] Um destes professores também leciona informática numa escola montada em sua própria casa. Seu curso é de um ano e acontece semanalmente nos sábados e domingos. Já formou uma turma de 30 alunos e está com outra de 30 alunos.

minha filha... eu num sei ficar parado... a roça é uma beleza, num tem choro de menino... coisa melhor, o trabalho na roça" (Entrevista 18).

No tocante aos cultivos, são essencialmente grãos como feijão, arroz e milho. Alguns mencionam o plantio da mandioca. Estes trabalhadores repassam 10% da colheita para a CAF e vendem uma outra parte, caso seja possível, sendo a prioridade o consumo da família. Os 10% dos mantimentos que são repassados para a CAF são utilizados por aquela empresa de dois modos: parte é doada para entidades assistenciais, como, por exemplo, a Associação São Vicente de Paula e parte (o que corresponde ao milho) é utilizada para alimentação do gado criado pela empresa. Ainda conforme estes *roceiros*, a área onde estão os seus lotes está cansada, o que reduz o rendimento e condiciona uma possível venda à qualidade da colheita. Tal área necessitaria de investimentos em tecnologia, adequada como, por exemplo, irrigação que é percebida por eles como algo muito oneroso de ser implantado. Mencionaram também que, muitas vezes, nem mesmo possuem dinheiro para adquirir adubo. Lamentaram o fato da CAF não conceder um terreno melhor como a baixada onde atualmente cria gado e as baixadas nas quais está plantando novas áreas de eucaliptos[147]. Segundo o depoimento de um morador de Baixa Verde de 80 anos, aposentado como trabalhador rural, mas que ainda trabalha com lavoura plantando em um dos lotes da área da CAF:

> A terra era mais forte... A maneira de dar manutenção na roça era mais fácil... Quando não é terra arada tem que tornar a plantar. Com o tempo, fica agarrada, num sai. Quando vem a chuva é que ela sai. Tem que esperar a chuva pra poder plantar. A chuva é boa pro arroz... Mas, naquela área nossa ali, se chover muito dá pouco milho, porque o rio enche, joga água na baixada e estraga o milho. Mas, o arroz ele agüenta. Pode cobrir ele. Depois que a água sair, ele renova e ainda dá... Agora, o milho e o feijão não agüenta, não. Tem que ser água controlada né?!. Mas, seco também igual está, num sai. Se plantar, nem nasce. Tudo tem que ter o tempo suficiente né?!
>
> Agora, a gente vai preparando a terra. Vai adubando pra esperar a chuva. Quando a

[147] Considerando que as empresas reflorestadoras e siderúrgicas necessitam de terras mas também necessitam de mão-de-obra destituída de outras oportunidades de trabalho para que se efetive positivamente o processo de garantia de mão-de-obra e de disciplinamento da mesma, se faz relevante ressaltar a concepção de manipulação das condições de trabalho tecida por Sigaud (1979, p. 72): "Estamos chamando aqui de manipulação das condições de trabalho a política sistemática dos proprietários de oferecerem aos seus trabalhadores as piores áreas de terra".

chuva vier, faz o plantio. Depois sai tratando. Depois que nasce, vai tratar pra esperar a colheita. A roça é igual a uma horta. Se você planta a roça e deixa pra lá, quando você chegar lá, a praga já tomou tudo. Se quiser uma roça boa, você tem que está ali, todo dia, dando manutenção. Olhando se tem alguma coisa estragando. Fica caro né?! (Entrevista 16).

A área de lavoura da CAF em Baixa Verde tem aproximadamente seis ha, onde dezenove famílias têm, no mínimo, um dos membros que trabalha. Os lotes possuem em média 0,3 ha. São, portanto, lotes minúsculos que não permitem plantios importantes.

De acordo com o depoimento de um ex-sindicalista e ex-funcionário da administração da CAF, esta empresa sempre liberou lotes para plantio de lavoura, sendo que inicialmente concedia terras próximas aos plantios de eucaliptos. Posteriormente selecionou uma área que foi sendo separada para o intuito de ser utilizada por *roceiros* na produção de culturas de alimento:

> Veja bem... a CAF, desde quando ela começou, esta área de cultura ela nunca deixou vaga. Sempre ela teve um espaço. No principio, no inicio quando ela estava começando, o pessoal usava... Ela liberava até a área de eucalipto, quando estava mais novo, para as pessoas trabalharem nele. O povo plantava o milho, o feijão, enquanto o eucalipto estava novo. O milho crescia, fechava, ai não valia mais nada né?!... Todo fechadinho, ali debaixo, não sai nada.... Depois de um determinado tempo, à medida que foi evoluindo, vendo as necessidades... ela [a CAF] começou a deixar espaço... Você passa logo na entrada aqui, você vê o espaço onde tem uma área de roças... (Entrevista 2)[148]

Esse espaço é percebido como concessão da CAF, mas que precisava ser acompanhada de contrato e regras que impedissem que a empresa sofresse algum risco de perder seu terreno:

Ali, a Companhia deu [para] o pessoal plantar. Para não deixar de graça, porque você sabe que hoje existe essas leis de posse, essas coisas todas. 10% que ela cobra de cada pessoa que planta ali... A Companhia, ela doa para uma instituição de caridade, por exemplo, São Vicente de Paula, para obras sociais, entendeu?! Então, sempre ela faz este tipo de coisa. Feijão, a mesma coisa. O milho, ela usa, muitas vezes, para dar ao gado... Essa área [cultura de grãos] sempre foi prioridade da empresa. Ela nunca

[148] Ver ilustração da *vila* de Baixa Verde no anexo nº. 5

> deixou essa área sem ser ocupada, sem ser olhada, entendeu? Ela só não dá assistência técnica porque fica uma coisa, parece um pouco delicada. As áreas ficam no interesse de quem está trabalhando. Recorrer a quem? Prefeitos, sindicatos rurais que são as pessoas, os órgãos que são obrigados a olhar esta parte entendeu? Então, o que os sindicatos rurais sempre fazem... se tem condições de dar um adubo, mandar alguma coisa para reforçar a terra, eles liberam também. Ou, a pessoa mesmo compra... Então, essa área sempre foi vista e bem vista pela empresa. Ela nunca deixou este espaço vazio, entendeu? Sempre tem uma área que é dedicada a arroz, milho, feijão (Entrevista 2).

Há depoimentos de moradores de Baixa Verde que mencionam que estes lotes concedidos pela CAF são apenas para os *peixinhos da empresa.* Para aqueles que estão há menos tempo na *vila* não existem chances de ter um lote nas áreas da CAF. Mas, segundo o entrevistado anteriormente mencionado: "aqueles que realmente tem vontade de trabalhar e não tem onde trabalhar, ela [a CAF] dá esse espaço" (Entrevista 2).

5. Locais de Sociabilidade

Baixa Verde, como outras localidades rurais do interior brasileiro, caracteriza-se por ser um aglomerado populacional onde a maior parte das relações sociais estão intrinsecamente correlacionadas com as principais instituições sociais de tais aglomerados: a família, o trabalho e a Igreja. Além das instituições, em Baixa Verde, destaca-se a rua como espaço de sociabilidade.

Alguns grupos passam com o tempo a ser perceptíveis na *vila*. O dono de um bar, sempre sentado com dois homens já mais velhos e aposentados. Senhoras que, foram vistas, constantemente, sentadas em bancos na calçada da porta de suas casas. Na praça, outros grupos são freqüentes e sempre compostos por mais ou menos as mesmas pessoas.

O movimento da manhã em Baixa Verde se dá nas primeiras horas do dia, sobretudo, entre 5:00 até 6:30, 7:00, momento do deslocamento dos trabalhadores e, a partir das 16:00 da tarde, quando eles retornam. À noite o movimento nas ruas se intensifica. Também nos fins de semana o movimento é maior. Pessoas sentadas nas

ruas e na praça, bicicletas, grupinhos de meninas numa esquina e grupinhos de rapazes noutra, grupos de homens e senhoras passeando com crianças. Com facilidade as pessoas param na rua e iniciam uma conversa. Ouve-se muita música saindo das casas, sobretudo som eletrônico ou vozes cantando músicas religiosas.

As casas melhores e recém reformadas têm azulejos ou cerâmicas em suas paredes. Observa-se mulheres limpando-as com baldes de água e vassouras. As mulheres e mesmo os homens também lavam as calçadas e terrenos com vassouras e água e varrem as folhas que caem defronte de suas portas. Sobretudo nos fins de semana, o barulho das vassouras na parte da manhã se faz perceptível. Já no caso das ruas sem calçamento, as pessoas molham a areia com mangueiras para abaixar a poeira.

Algumas poucas casas mantêm portas e janelas fechadas. A grande maioria fica totalmente aberta. Crianças, mesmo muito pequenas, como bebês ainda engatinhando, brincam com os irmãos maiores nas calçadas e nas ruas. As crianças também brincam nas *matas*, em geral descalças. Pegam carona na traseira de carroças e possuem hábitos bem particulares de quem vive com relativa proximidade de *matas*. Foi observado um grupo de crianças entre dez e 11 anos conversando sobre cobras. Mencionaram o nome de várias delas e afirmaram saber diferenciá-las e os modos diferentes de matá-las. Algumas destas crianças disseram sentir medo mas que não deixam de brincar nas *matas*. Outras afirmaram não ter medo e já estarem acostumadas[149].

Também é comum encontrar pessoas carregando garrafas de refrigerante com leite. Moradores de outras localidades de Dionísio passam em carroças com garrafões de alumínio com leite pelas ruas de Baixa Verde. Também passam a pé de casa em casa vendendo leite já nas garrafas bem como verduras, legumes e carnes.

Outra imagem que se repete regularmente diz respeito aos moradores que passam pelas ruas carregando lenhas nas mãos, na cabeça ou amarradas na garupa de bicicletas.

Os moradores mencionam que sempre param no meio da rua para uma conversa. E apontam as ruas como o espaço onde encontram com mais freqüência com as pessoas para passarem as horas vagas de seus dias. Conforme um morador, divertimento em Baixa Verde é só quando há alguma festa. Na maior parte das vezes, os moradores ficam apenas "nas ruas, batendo papo com os colegas" (notas de campo). Outros enfatizaram que não costumam ir à casa dos vizinhos e, por isso, encontram com as pessoas "é mais no meio da rua" (notas de campo). Para uma moradora: "meu marido enxerga pouco. Então, a gente faz pouca coisa. No mais, fico na rua batendo papo... De modo que se der vontade de beber um copo de água é só entrar em casa" (notas de campo). Conforme outra moradora: "minha casa fica muito quieta durante semana. Saio

[149] Alguns dos nomes de cobras citados pelas crianças: Rabo de Leitão; Juruguçu; jibóia; sucuri; caninana; tambor; coral; cobra d'água; cobra de duas cabeças: "é aquela que anda dentro do chão"; cipó; dourado; tapete.

e fico sentada na rua conversando com as vizinhas. Conheço todo mundo da cidade, mas o pessoal da rua é mais familiar" (notas de campo). Assim, muitos mencionaram sobre os *banquinhos* nas ruas ou mesmo ficam sentados nas calçadas.

Alguns mencionam a falta de tempo para fazer visitas: "tem que visitar as filhas, os amigos. Mas, tem que cuidar da minha casa, da casa da minha filha, tenho que cuidar da minha neta..." (notas de campo). Outros afirmaram que costumam ir à casa dos vizinhos apenas mediante a convites: "sempre que somos convidados para um almoço, vamos" (notas de campo). Não obstante, alguns moradores mencionaram o costume de fazer visitas, em especial a doentes e o fato de receberem muitas visitas. A visita a parentes que residem em municípios próximos também foi mencionado por alguns moradores como a forma de se divertir nos fins de semana.

Foram constatados dois tipos de convívio em casas vizinhas. Aquele que diz respeito a uma visita formal: "vou quanto avisam que é pra gente ir" (notas de campo). Ou aquele que diz respeito à freqüência em casas vizinhas com maior intimidade. Isso distingue o período atual do período onde os membros de Baixa Verde residiam nas *matas*, de modo mais disperso. Para o período das *matas* parece que as visitas eram pré-combinadas nos momentos onde as pessoas se encontravam, seja no trabalho, seja nas missas de domingo, ainda que pudessem existir visitas-surpresa, como alguns depoimentos permitem supor. Atualmente, as diferenças não se dão apenas pela existência de famílias que freqüentam algumas residências vizinhas, com menor grau de formalidade. O agrumentamento populacional, as ruas, Igrejas e a praça que constituem a *vila*, permite um modo de relacionamento cotidiano, repetitivo, mais familiar e marcado sobretudo pelas conversas[150].

Além das ruas, as pessoas, sobretudo jovens, destacam a praça como local de encontros. Alguns mencionam os bares. Há alguns bares com mesas de plásticos coloridos na calçada, freqüentados tanto por homens quanto por mulheres e crianças.

> *O clube, apesar de abrir como pouca freqüência é usado para comemorações com bandas, bebidas e danças. Conforme uma moradora evangélica, o clube:*
> Só funciona à noite. Possui algum som, às vezes contratam banda para tocar. É cobrado ingresso. As pessoas vão para dançar, tomar cerveja... Não tendo um casamento, não indo fazer uma pescada, o clube é um dos únicos lugares de lazer para as pessoas da cidade. Mas, eu não. Depois que passei a ser evangélica, não vou mais não (notas de campo).

---

[150] Mercadante (1973, p. 122) estudando a história de parte do estado de Minas Gerais também observou que já no século XIX as ruas enchiam-se de tropeiros e caipiras "ao redor do banco do jardim, no bar, na barbearia e na farmácia, reúnem-se, anos a fio, em palestras infindáveis". Bem como observou ter sido costume "interromperem-se as caminhadas para encontros e cumprimentos que viram conversas" (op. cit., p. 122).

As festas mais freqüentes parecem ser aquelas que ocorrem entre familiares, parentes e grupos de amigos mais próximos. Conforme uma moradora: "a gente se diverte mesmo em casa, com umas cachaçinhas. A gente se diverte mesmo é no fundo do quintal" (notas de campo).

As festas nas casas dos moradores são modos de "ajuntar os amigos". As festas feitas na praça são sobretudo modos de arrecadar dinheiro para a Associação dos Moradores de Baixa Verde. Além delas, há ainda as festas políticas.

Também se destacam as festas de casamento que são preparadas pelas famílias dos noivos, com ajudas eventuais de outras pessoas da *vila*. E as datas de aniversários dos pais, dias das mães, dia dos pais, Natal e outras datas semelhantes que acabam por funcionar como uma motivação para as famílias se reunirem. Neste contexto, os pais que possuem filhos que residem fora costumam recebê-los para tais comemorações familiares. Mesmo, para os pais de filhos que não mais residem com eles mas ainda residem em Baixa Verde, tais datas são referidas como um momento de alegria, pois as residências ficam cheias de gente: *é uma festa.*

Uma outra atividade muito citada pelos atuais moradores de Baixa Verde no tocante ao lazer diz respeito às caminhadas, feitas sobretudo por moradores mais velhos, seja individualmente ou em grupos. Algumas pessoas mais idosas argumentam que fazem tal atividade por recomendações médicas e para *não enferrujar*. Entretanto, alguns moradores alegaram que não costumavam caminhar por que, no trabalho, já andavam por muitas horas. Há também mulheres que associaram as caminhadas à necessidade de buscar lenha. Assim, em grupo, algumas mulheres caminham até a área da CAF onde é possível apanhar lenha, ainda muito utilizadas por todas as famílias de Baixa Verde. Para alguns moradores mais velhos, o trabalho na lavoura também foi mencionado como uma atividade de lazer: "eu planto roça até hoje para distrair e tirar ferrugem" (Entrevista 16).

Andar de bicicleta, fazer e empinar pipas também são mencionadas, sobretudo, entre os mais jovens como atividades que fazem com freqüência.

Um outro lazer diz respeito aos jogos. O baralho e o dominó são hábitos praticados mesmo no ambiente de trabalho, como já mencionado. Além destes jogos há muita menção ao futebol, tanto masculino quanto feminino. Há uma quadra de futebol e um time que disputa a *Copa Leste* jogando com times de municípios vizinhos. Alguns moradores costumam viajar para ver as partidas deste campeonato durante todo o ano.

É ainda perceptível a presença da pesca no cotidiano da grande maioria dos residentes de Baixa Verde. A pesca, como já mencionado, foi e de certo modo ainda é, um meio de suprimir parte das necessidades de alimentação da família. Não obstante, também é uma das principais formas de lazer: "antigamente, nós não tínhamos barcos. Ia para a beira da lagoa, levava um litro de cachaça..., sentava, fazia uma fogueira, ficava a noite inteira" (Entrevista 6). Conforme outro morador: "pescaria... vou lá pro

mato, que lá nada me amola... É ruim você está em casa, você vê um filho seu... lá no meio da colegada está farreando, está brigando...” (Entrevista 13). Também há grupos de mulheres casadas que não são assalariadas que afirmaram que costumam *juntar umas cinco comadres e ir pescar:* “tem dia que a gente sai às 5:00 da manhã. Já deixa o almoço pronto e a janta também. Ficamos até 20:00 pescando. Saímos 5:00 pra tirar o camarão da lagoa cedinho para pescar com ele como isca o resto do dia” (notas de campo). Um morador afirmou que, em Baixa Verde, pescar é mais do que um hábito: “a pescaria é um hábito de todos. É uma obrigação. Praticamente todo mundo é pescador”. Há moradores que afirmaram que decidiram morar em Baixa Verde para poderem pescar com maior freqüência: “decidi morar aqui, depois que eu aposentei, porque sou louco por pescaria. Pescada é bom demais! É igual a coçar, é só começar” (notas de campo). Mas, também se conversou com moradores que alegaram que não pescavam ou não pescavam com muita freqüência por falta de tempo.

Algumas pessoas mencionaram que pararam de pescar apesar de sempre terem tido este hábito, em razão das recentes tentativas de proibição por parte da CAF. Houve menções a uma proibição progressiva que abrange todas as lagoas circunscritas à área da CAF, o que se refere a todas as lagoas que fazem divisa com Dionísio e municípios vizinhos, como São José do Goiabal onde também há áreas florestais da CAF. Alguns moradores de Baixa Verde enfatizaram não concordarem com a proibição e que por isso continuam a pescar. Conforme o atual presidente do Sindicato da Extrativa, existem dúvida quanto a autoridade da CAF para com estas proibições:

> Nós aqui, nós somos ricos em lagoas né?! Dá muito peixe, embora a CAF não quer dar ordem pra pescar mais nas lagoas. Eu num sei porque, num sei se isso, se pode acontecer. Mas a CAF só dá ordem naquelas lagoas que ela quer mesmo... do contrário tem muita lagoa aí, que a gente quer ir pescar e num consegue ordem. Então aqui é desse jeito. [as lagoas são] dentro da propriedade da CAF. Eu acho até que... a lagoa num é da CAF, a lagoa é da marinha. Então a CAF, se ela ficar querendo dominar muito assim a lagoa, eu acho até que ela deveria fazer um corredor nas estradas, deixando entrada pra lagoa... e que ela cuidasse dos terrenos dela. Agora, a lagoa não. Lagoa quem tem que cuidar é a policia do parque. É a policia florestal né?! Eu acho que deixasse mais a vontade as lagoas aqui pro companheiro, pro morador... (Entrevista 15).

A igreja também é um local de sociabilidade. Uma senhora diz que as pessoas da igreja sempre se reúnem para conversar: “todo mundo tem muita amizade. Reúno com uns para conversar. Reúno com outros, para conversar mais um pouco. Reunimos muito na igreja. Reunimos o pessoal das igrejas todas, reuniões para bate papo. Todo mundo é muito amigo” (notas de campo).

Muitas pessoas dizem que não fazem nada no tocante a lazer, afirmando que trabalham muito e no mais apenas costumam ir à missa ou culto. Conforme um morador: “aqui em casa é só trabalho, igreja e dormir...Todo mundo trabalha muito então tem pouco tempo para qualquer coisa... Fica mais em casa. Relaciona com o pessoal do trabalho e da Igreja” (notas de campo).

Além da Igreja Católica, há outras quatro igrejas protestantes em Baixa Verde: Assembléia de Deus; Batista; Deus é Amor e Congregação Cristã do Brasil, apreendida por muitos moradores, evangélicos ou não, como a que segue mais rigidamente os mandamentos religiosos. Em todas as igrejas há grupos de jovens e adolescentes e grupos de crianças e adultos que cantam ou tocam nos corais.

Também em todas as Igrejas os membros costumam participar de associações que trabalham em torno de projetos que buscam arrecadar alimentos e outros bens que possam ser distribuídos para pessoas carentes, algumas residentes em Baixa Verde, outras em localidades vizinhas. São pequenas arrecadações mas que a grande parte dos moradores mencionaram tentar contribuir, sobretudo, devido ao teor religioso de tais comportamentos. Neste sentido, também a Associação dos Moradores de Baixa Verde procura trabalhar. Festas, religiosas ou não, são feitas com certa frequência, para que possam arrecadar comida, dinheiro e outros mantimentos para a *campanha do quilo*, feita pela Igreja Católica por meio da Associação São Vicente de Paula e também para as *campanhas do quilo* das igrejas protestantes.

Para o caso da Associação São Vicente de Paula, existem aproximadamente cinqüenta associados em Baixa Verde. São eles que colaboram com as doações para *a campanha do quilo* e com a organização das festas beneficentes[151]. Rifas e bingos costumam ser meios para arrecadar dinheiro. Tal arrecadação também é utilizada para pagar excursões e cursos para os idosos. São feitas viagens, almoços em locais próximos, cursos temporários de ginástica para a terceira idade ou de pintura, bordado, costura entre outros.

[151] Conforme o atual presidente da São Vicente de Paula, esta associação é uma entidade filantrópica e uma pastoral com finalidade de ajudar os pobres sobretudo com alimentação. Em Baixa Verde esta Associação foi fundada há 27 anos atrás.

Capítulo V

O presente e o passado: Ambigüidades da memória

Os acontecimentos em Baixa Verde – fim progressivo dos lotes de lavouras nas *matas*; transferência dos trabalhadores para a *vila*; fim da formação dos primeiros maciços de eucaliptos e redução da necessidade de mão-de-obra e novo processo de reflorestamento – permitem a construção de visões e versões diversas e com diferentes potenciais de causar efeitos de verdade (Foucault, 2004a).

Neste contexto, a interiorização do medo do desemprego foi uma forma, historicamente construída, de controle imposta aos trabalhadores.

Do instigante *Panopticon* de Jeremy Bentham [1791], autores como Perrot (1988) e Foucault (2004) destacaram a questão do "ver sem ser visto" como elemento social que institui um mecanismo de disciplinamento que faz os indivíduos agirem de modo, ainda que apenas parcialmente, condicionado à disciplina imposta pela consciência de acreditar que estão sendo vigiados e controlados. Como mencionou Perrot (1998), "como todo imaginário social, o dos operários está povoado de fantasmas. Mas os fantasmas também fazem história". Os fantasmas dos *patrões* também contribuem para tecer tais histórias e o medo também pode se dar entre os empregadores.

Considerando a hipótese de que as siderúrgicas e reflorestadoras de Baixa Verde, no momento final do primeiro plantio de eucaliptos, já haviam decidido pela redução das atividades e conseqüentemente pela redução de mão-de-obra, é possível supor que a decisão de mobilizar os trabalhadores para que eles saíssem amigavelmente de suas terras indica uma possível existência de receio de reivindicação judicial das posses. Neste contexto, o medo é o reflexo de uma ameaça e a tentativa de anulação da mesma pode cancelar o medo.

Como já referido no terceiro capítulo desta dissertação, a CAF obteve sucesso na retirada dos trabalhadores das terras em que havia plantado os maciços florestais e na construção de um certo silenciamento de parte desta história ao reverter a insatisfação dos moradores a seu favor.

Neste contexto, atualmente em Baixa Verde, predomina, entre os assalariados florestais, uma perspectiva positiva sobre as recentes mudanças nas relações de trabalho e um medo do desemprego.

1. O desemprego

Uma das moradoras mais antigas e que foi indicada durante a pesquisa de campo por muitos outros moradores como capaz de fornecer importantes informações sobre a história de Baixa Verde afirmou:

> A CAF entrou aqui pra mexer com o plantio de eucalipto. Aí, começou o plantio de eucalipto e agora empregou todo mundo. Você vê que hoje, aqui dentro do setor..., não vê ninguém desempregado. Todo mundo empregado... Você não vê moça, você não vê uma dona casada. Tudo empregada no viveiro. Você não vê ninguém batendo uma coxa, não vê batendo enxada. Trabalhando no viveiro. Só os homens mesmo né?! que vão para os matos. Mudou demais, nossa (Entrevista 1).

A frase *e agora empregou todo mundo* refere ao período que vai dos últimos anos da década de 1990 aos dias de hoje. De modo não explícito, demonstra a mudança que ocorreu na divisão sexual do trabalho. Com o retorno da intensificação das atividades, sobretudo de plantio e de produção de mudas, o viveiro foi reformado e não apenas os homens voltaram a trabalhar como assalariados, mas também as mulheres.

O fato da fala destacar que não há mais ninguém desocupado, andando pela cidade ou sentado nas praças parece ser expressão do imaginário solidificado do período de aproximadamente 15 anos em que os homens e mulheres de Baixa Verde não tiveram acesso a trabalho[152]. Neste sentido, a C*ompanhia* que sempre existiu, mas que por um determinado momento, quando terminou o processo de plantio, desempregou grande parte dos trabalhadores é apreendida como uma empresa a quem todos devem agradecimentos por estar empregado.

Alguns moradores vêem a *reforma da CAF* como um processo relacionado à entrada de outras empresas (as empreiteiras) e como um crescimento necessário para acabar com o desemprego:

> O serviço dela é muito bonito, muito bem organizado né?!... você vê que, você passa aí, você vê como os eucaliptos são tudo bem tratado. Mas antes, minha filha, que num tinha Companhia era muito difícil. você via muita gente desempregada, ficava assim na rua,

[152] Conforme outra moradora: "Ah! minha filha, meu esposo levantava de manhã cedo. Ele chegava no portão aí e cruzava os braços. A gente ia na pracinha ali, era homem *purinho*, à toa. Mulher ficava dentro de casa, fogão seco, água esquentando, nada de fazer comida. Meu filho..., meu esposo, sentado ali fora, vinha falar comigo...: num sei o que eu vou arrumar, num sei para onde eu vou. Todo mundo desempregado (Entrevista 5).

você estava vendo aquela quantidade de gente desempregada, porque só a CAF não dava conta do povo pra trabalhar[153].
P: Só a CAF não dava conta?

R: Ah! muita gente.
P: E aí hoje?

R: Hoje todo mundo empregado.
P: Tem além da CAF, as empreiteiras?

R: Têm muitas empreiteiras. Tem a empreiteira do seu D., a do P. Aí, deu serviço pro povo. Você não vê mais nem um rapazinho desempregado. Todo mundo empregado. Isso que foi a vantagem. Hoje precisa lugar melhor que seja esse (Entrevista 1)

Não considerando as mulheres e os homens que são pensionistas, aposentados ou afastadas pelo INSS, observa-se em Baixa Verde no momento da pesquisa, 195 homens e mulheres que não trabalham. Deles, 61% são mulheres casadas; 17% mulheres solteiras; 13% homens solteiros e 4% homens casados[154]. Uma vez que normalmente se considera como desempregado aqueles que procuram por trabalho, pode-se dizer que a maior parte daqueles que não exercem atividade remunerada não são desempregados.

Entre os homens solteiros que não exercem atividade remunerada, alguns se declaram doentes; outros procurando por algum trabalho. Entre os homens casados que não exercem atividade remunerada, não se constatou nenhum que tenha declarado estar procurando trabalho: trata-se, sobretudo, de homens procurando se aposentar por idade ou que não mais trabalham por falta de saúde.

Já entre as mulheres casadas, algumas afirmaram não ter mais idade ou saúde para trabalhar. Para o marido de uma delas: "dá-se graças a Deus que ainda tem saúde para fazer as obrigações de casa" (Entrevista 16). Entre estas, algumas mencionaram que começaram a trabalhar ainda criança, entre dez e doze anos, mas não possuem mais idade nem saúde e agora estão tentando se aposentar por idade.

Entre as mulheres casadas mais novas, algumas deixaram o trabalho devido à gravidez; outras não trabalham e não pretendem procurar por trabalho, sobretudo devido aos filhos pequenos. Mencionaram a ausência de creche ou a desvantagem de trabalhar oito horas diárias para ganhar salário mínimo e ter que pagar aproximadamente a metade do salário para alguém cuidar dos filhos e da casa.

---

[153] Esta frase pode ser contestada por outros trechos da entrevista desta própria moradora que, em outros momentos, mencionou ter chegado à Baixa Verde há mais de 50 anos, para o seu marido trabalhar na CSBM e que, depois, ele passou a prestar serviço para a CAF que era subsidiaria da CSBM.
[154] Estes dados podem ser verificados na tabela III que se encontra no capítulo IV na página 128.

Mas também há mulheres casadas que estão procurando trabalho, sobretudo as que já trabalharam nas atividades florestais, mas que saíram devido ao cansaço.

Entre as mulheres solteiras, foi mais comum encontrar aquelas que disseram que estavam procurando por trabalho. Algumas outras afirmaram não estar à procura, como é o caso de jovens que estão cursando faculdade em municípios próximos de Baixa Verde ou de jovens que residem com os pais.

A despeito da veracidade da concepção predominante sobre a atual inexistência de desemprego em Baixa Verde, é necessário descrever algumas concepções destoantes que, de imediato, podem ser caracterizadas como oriundas de moradores que se sentem preteridos aos demais no tocante ao direito de ter trabalho. Também deve-se considerar que mais do que menções sobre uma inexistência de desemprego em Baixa Verde, há referências ao fato de que só não trabalham para as empreiteiras da CAF, aqueles que não querem.

Além dos desempregados, também há moradores que exercem outras atividades, como diaristas em lavouras ou domésticas em casas de famílias de municípios vizinhos e estão aguardando por uma vaga para se assalariarem em uma das empreiteiras que atuam em Baixa Verde.

Alguns homens e sobretudo mulheres, mencionaram ter procurado por trabalho, feito *ficha* nas empreiteiras e não terem sido chamadas, apesar de outras pessoas que fizeram a *ficha* depois delas já terem conseguido uma vaga. Isso é interpretado como prova que estão desempregadas não porque não existem vagas, mas porque as empreiteiras *selecionam* as pessoas para contratar. Segundo uma moradora,

> Não é tão fácil achar emprego. Quando a gente está apertado não aparece. Cada dia que passa piora. Já trabalhei com eucaliptos..., antes capinava, agora a batida é feita também pelas rondas de formiga que aplicam remédio para matar o mato. Antes, também trabalhei no plantio de arroz, aqui nestas baixadas, com 14 anos já trabalhava no plantio de arroz. Aquela época era bom demais. Se fosse hoje até a Q. [filha de 13 anos] poderia trabalhar. Hoje não pode. Isso é ruim demais (notas de campo).

Essa fala indica um sentimento de preterimento e uma perspectiva, ainda que permeada por um sentimento de idealização do passado, de que progressivamente novos limites são colocados para obter trabalho. O passado é apreendido como tempo de maiores oportunidades. Hoje, para se assalariar, é preciso ser adulto e ter alguma qualificação porque, mesmo entre aqueles que já possuem experiência em atividades florestais, alguns são *selecionados* enquanto outros são *excluídos*.

Verificou-se ainda a existência de demissões que se relacionam com as decisões sobre produção por parte da CAF e das suas empreiteiras, uma vez que em determinadas etapas há diminuição da produção devido a questões climáticas, ainda que o setor florestal já tenha, em comparação ao período inicial de suas atividades, criado várias soluções para obstáculos naturais. Uma trabalhadora mencionou não saber porque mas, nos fins de ano, diminui o número de trabalhadores em quase todas as atividades florestais. No entanto, ela mesma deu algumas explicações quando afirmou que o fim de ano antecede o período de seca no qual é possível limpar os plantios apenas com herbicida, o que diminui o número necessário de trabalhadores nas atividades de *roçada* e *capina*. No período de seca também se planta em menor quantidade o que justifica a diminuição de empregados no *viveiro* e nas atividades de plantio.

Aqueles que mencionam a inexistência de desemprego, quando são indagados sobre as pessoas que se sentem excluídas por não conseguirem trabalho, respondem indicando que provavelmente deve ser por alguma característica pessoal, problemas com bebidas ou com o último emprego que a deixaram com a *ficha suja*. Em outros momentos, moradores afirmaram haver trabalho para todos aqueles que aceitem ganhar salário mínimo. Para muitos trabalhadores, o salário *é coisa do governo*: "as empresas não podem fazer nada. Quem decide não é elas". Desta forma, parece possível falar em mecanismos de disciplinamento da mão-de-obra e de sua interiorização por parte dos trabalhadores.

2. O controle moral interiorizado pelo assalariado florestal e o papel dos estigmas

As transformações nas relações de trabalho nos últimos anos em Baixa Verde por meio de novos mecanismos de disciplinamento da mão-de-obra provocaram alterações na organização familiar e consolidaram novas visões da realidade que distanciaram, de certa forma, o trabalhador florestal de sua origem rural, ainda que esta origem tenha sido sempre lembrada e utilizada para desqualificar o trabalhador florestal, tanto pelas empresas como por alguns órgãos públicos que apreenderam, como já referido, o trabalho florestal como um trabalho que exige pouca qualificação técnica e que, por isso, podia absorver o homem rural sem estudos formais e sem qualificações técnicas. Desqualificação esta progressivamente interiorizada pelo próprio trabalhador, que apreende sua origem rural e sua atual inserção nas atividades florestais como fundamentadas por trabalhos de caráter *braçal*. Essa desqualificação pode ser entendida como o primeiro mecanismo de um processo de construção de um controle moral e de

uma interiorização do discurso dominante pelos próprios trabalhadores. Nele, *fofocas* e *estigmas* são dimensões importantes, que se manifestaram em Baixa Verde desde a chegada das siderúrgicas e reflorestadoras nas *matas*. O depoimento de um antigo trabalhador é ilustrativo:

> Quando foi 06 de maio de 1966... eu machuquei a coluna... A coluna dói até hoje... Durmo mal demais... Eu só durmo porque... (risos), durmo assim..., durmo se eu num estiver pensando muita coisa... Tirar aquilo da minha mente. Se não, eu num durmo. Se num tirar aquilo do pensamento... Machuquei, depois trabalhei por 20 anos... A gente que tem problema na coluna é uma dor..., num anda direito... Teve dia, deu chegar em casa pra deitar..., eu num agüentava... Depois, quando ele me mandou embora eu acredito que a gente tinha que..., eu reclamava... Tinha um camarada que dizia fulano é chorão demais ... Eu reclamava com umas falhas. Quando eu aposentei, que eu aposentei assim, eu vi que eu num estava dormindo nem de dia nem a noite. Eu fui lá..., a moça disse assim: oh! você já pode ir arrumando... trabalha mais um pouco pra completar 30 anos... (Entrevista 17) [155].

Algumas pessoas são inseridas em *listas negras*[156] que as excluem das seleções e oportunidades de trabalho. Conforme uma mulher que estava procurando trabalho: "ele [o empreiteiro] seleciona". Também uma moça de 22 anos que trabalha três vezes na semana em casa de família, mencionou que está há um ano e meio procurando trabalho nas empreiteiras da CAF: "os empreiteiros falam que vai sair mas contratam quatro, cinco pessoas na frente". Ela trabalhou durante um tempo no *viveiro,* mas conforme ela mesma, devido a *fofocas,* foi demitida: disseram que, ao invés de levar café em sua garrafa térmica, estava levando bebida alcoólica para o trabalho.

Em um ambiente de trabalho baseado no contrato individual, numa localidade onde toda a mão-de-obra está condicionada a praticamente uma única indústria detentora da oferta de emprego, as *fofocas,* como mecanismos de construção ou desconstrução de reputações, ganham uma outra dimensão porque podem ser orientadas pelos discursos dominantes que procuram instituir padrões, comportamentos e disciplinas pessoais e de trabalho que auxiliam o exercício de vigilância das empresas

---

[155] Novamente o estudo de Sigaud (1979) pode ser mencionado a título de comparação. Uma das falas de um dos trabalhadores estudados por aquela autora, também expressa a percepção sobre o peso do *estigma* sobre as tentativas de buscar por condições melhores de trabalho: "agora o trabalhador quer fazer, não pode, tudo imprensado, porque ele se ele fazer, combinar uns com o outro, dizer acertar uns com os outros, dizer. 'O fulano, vamos fazer assim pra ver se nós tem uma melhora mais na empresa'. Fica logo por comunista. Eles diz logo: 'Você é um agitador'" (apud Sigaud, 1979, p. 93).

[156] Conforme Paoli (1987) as *listas negras*, no Brasil, já aparecem na década de 1920. Segundo Nogueira, tais *listas* eram uma forma de sistematizar os *operários indiciplinados*; um "meio de identificar ladrões e de limpar a força de trabalho de elementos indesejáveis que operaram dentro dela em certas ocasiões como fermento de indisciplina" (apud, Paoli, p. 74). Um contexto semelhante foi retratado por Martinez-Alier (1977, p. 76) que registrou falas de trabalhadores do interior paulista, que mencionavam que eles conheciam seus direitos e sabiam que podiam recorrer à Justiça do Trabalho. Mas que se assim agissem ficavam *estigmatizados*. Passavam a pertencer a *listas* que os excluíam dos trabalhos existentes: "daí que a turma fica quietinha; acha serviço ainda que ganhe aquele pouquinho".

sobre seus empregados de modo que um determinado organismo de exploração possa ser mantido e, sobretudo, interiorizado por cada um dos trabalhadores. A vigilância não precisa ser declarada por parte das empresas porque passa a ser interna aos grupos de trabalhadores e, sobretudo, expressão de uma incorporação dos valores da empresa por cada um dos trabalhadores.

O depoimento de um trabalhador florestal, ex-seminarista, permite apreender a relação entre desentendimentos, aprendizagem e amizade expressa na rotina diária do trabalho e no sentimento que teve em relação ao trabalho e aos colegas, ao iniciar suas atividades. Segundo ele, no início:

> Fiquei perdido. Cheguei lá, me interagi bem com as pessoas, porque as pessoas foram muito afáveis comigo. No mais, é a rotina do trabalho. Tem que chegar muito cedo, tem que trabalhar com bastante disponibilidade, porque oferece risco... O lugar lá, num é assim bastante acessível. Tem um horário que todos assalariados devem cumprir, que para às 11:00 para almoçar, ao 12:00 retorna ao trabalho... No mais, a convivência lá é muito boa. Todos são amigos. É claro que, em todo lugar, como em toda boa família, sempre surgem determinados comentários. Algumas pessoas acabam se invejando. Mas depois, se reconciliam e fica tudo bem (Entrevista 19).

Surgem determinados comentários. Esta frase permite apreender relações que por mais que haja amizade e bom convívio, também são permeadas por *fofocas*, intrigas e formação de grupos que, ao isolarem determinados colegas de trabalho, tendem criar *estigmas*. Neste sentido, pode-se pensar, na menção já referida, de um trabalhador da equipe de moto-serra sobre os trabalhadores que, por realizarem suas tarefas de produção com maior rapidez, são tidos como os *"sambões"* por que deixam *"galho no meio da madeira"*. O ato de deixar galhos no meio da madeira, não desgalhando a madeira do modo tido como o melhor, poderia ser lido como um ato de *resistência cotidiana* sobre trabalhos pesados. Entretanto, circunscrito a um contexto onde parte da disciplina fabril é interiorizada pelos próprios trabalhadores, este ato acaba podendo ser lido apenas como um trabalho *mal feito*.

Ressalta-se uma outra frase do ex-seminarista mencionado anteriormente: *algumas pessoas acabam se invejando*, apontando para a concorrência e competição entre trabalhadores, sobretudo caso se considere que sentimentos como inveja não podem, ao menos em parte, ser dissociados dos contextos sociais, econômicos e culturais que o constróem.

Para Elias (2000), as *fofocas* e os *estigmas* são ações sociais que permeiam os processos de interação entre grupos diferentes. Segundo ele, o ato de *estigmatizar* é um ato que atribui ao grupo dominado uma desvalorização como indivíduo e como grupo

social, uma vez que não possui determinados atributos próprios dos grupos dominantes. O autor apontou que o ato de *estigmatizar* também gera um processo de interiorização dos *estigmas*. Neste contexto, Elias se perguntou sobre "que meios utilizam eles [os estabelecidos] para impor a crença em sua superioridade humana aos que são menos poderosos" (op. cit., p. 20).

De acordo com Elias, o *estigma* é um modo de controle social e as *fofocas* são mecanismos crucias de estigmatizar. Com a "fofoca elogiosa", o grupo dos *estabelecidos* se fortalecia, uma vez que a "fofoca depreciativa" não acontecia apenas envolvendo os *out-siders* mas era uma maneira de controlar aqueles que pertenciam ao grupo dos *estabelecidos*. Desta forma, a "fofoca depreciativa" também era uma ameaça "contra os suspeitos de transgressão" (2000, p. 20).

Considerando os assalariados florestais como *estabelecidos* e os desempregados como *outsiders* que já estão inseridos nas *listas negras* e, portanto, estigmatizados, pode-se dizer que, mesmo entre os trabalhadores, o comportamento é controlado. Um possível conflito entre trabalhadores pode permitir que ocorram *fofocas depreciativas,* que se fundamentem na denúncia de comportamentos desviantes da disciplina imposta pelas empresas, o que poderá causar *estigma* e demissão.

Elias também apreendeu a dimensão de poder destas relações: "Tal como noutros lugares, as pessoas permitiam ser classificadas abaixo de outras porque não podiam evitá-lo. Não tinham poder suficiente" (2000, p. 82).

Não obstante, as *fofocas* também eram meio de diversão entre as pessoas (Elias, 2000, p. 92) e meio de informação: "o fluxo das fofocas continha simples itens de uso do grupo interno, notícias sobre amigos e conhecidos que eram interessantes em si mesmas... Em todas as suas diversas formas, as *fofocas* tinham um valor considerável como entretenimento" (op. cit., p. 122).

Conforme vários moradores de Baixa Verde, a atitude de beber no trabalho ou beber demais é um forte motivo para demissão e inserção do trabalhador nas *listas negras*. Isto, não entanto, não quer dizer que a bebida não faça parte da vida e da sociabilidade dos assalariados florestais de Baixa Verde. E, nem quer dizer que se trate de uma atitude feita às escondidas, porque é proibida. Pelo contrário, em Baixa Verde, observaram-se trabalhadores bebendo cerveja em bares; ouviram-se pessoas se referindo a bebidas[157].

---

[157] Uma entrevistada pediu licença para tomar pinga enquanto respondia às questões da pesquisa.

Para Elias (2000), as *fofocas* e os *estigmas* apreendidos em universos micro-sociais poderiam em algumas circunstâncias se apresentar às analises sociológicas lançando "luz sobre problemas comumente encontrados, em escala muito maior, na sociedade como um todo" (p. 15).

Elias (2000) demonstrou que estigmatizar era atribuir a um grupo ausência de atributos apreendidos como valorizados e próprios do grupo dominante. Neste sentido, considerando, em Baixa Verde, as empresas siderúrgicas e reflorestadas como o grupo dominante pode-se, então, supor que o primeiro estigma que os grupos dominados receberam nos processos de mudança social do século XX, foi o estigma do rural.

Também Gilmore (1987) problematizou relações de sociabilidade, destacando sua dimensão conflititiva. Fazendo uma etnografia num local onde a opressão era bastante intensa, tentou exemplificar o funcionamento das relações de controle sobre a população. Descreveu toda uma sociabilidade perpassada por conflitos e por antagonismos que dificultam os laços de coesão até mesmo nas unidades familiares nucleares. Destacou o papel da humilhação pública para garantir a interação comunitária. Para Gilmore, a *comunidade* por ele estudada constrói, cotidianamente, uma pressão invisível de repressão.

Bailey (1971) buscou recortar *comunidades* para analisá-las destacando a dimensão da sociabilidade, ressaltando a existência de códigos internos aos grupos, compartilhados por todos. Tais códigos possuem certos sentidos que só têm importância para quem faz parte da comunidade, para aqueles que os aceitam, sabem traduzi-los e apreendê-los de modo a interiorizá-los e naturalizá-los no âmbito da sociabilidade daqueles que se identificam entre si. Existem regras de reputação e condicionamento das condutas. Mas quem não imputa relevância a tais regras, não precisa se preocupar com a reputação. Entretanto, se sua conduta é livre, o individuo está inserido fisicamente num ambiente que não o considera como um dos deles. O comportamento de pessoas que fazem parte de uma mesma *comunidade* nem sempre são equivalentes aos padrões sociais por elas mesmas reconhecidos[158]. O fato de uma pessoa ter uma péssima reputação não quer dizer que ela não seja reconhecida como pertencente a uma certa *comunidad*e. Isso se dá, sobretudo, por que a própria pessoa reconhece que, certo ou não, seu comportamento foi desviante do padrão social legitimado.

---

[158] As múltiplas resignificações dos valores não retiram de um certo grupo o caráter de comunidade se esta é recortada metodologicamente pela dimensão da sociabilidade, uma vez que, como já referido no capítulo anterior, a socialização não é necessariamente homogeneizadora.

Bourdieu (1965), estudando o sentimento de honra na sociedade Cabília, enfatizou a dimensão de reciprocidade das relações sociais. O reconhecimento é a condição básica de qualquer relação. Seja de coesão ou de conflitos. Valores são a base da "própria existência do grupo e [que] lhe assegura a conservação" (op. cit., p. 7). O que dava sentido de unidade a esta sociedade parecia ser o fato de que existia determinado consenso sobre o que era ofensa, desafio, respeito, direitos, posição feminina ou masculina, o que era trabalho, honra, dádiva. É com base nestes consensos institucionalizados que se enfatiza a dimensão de reciprocidade das relações e define as relações entre os de fora e os de dentro.

Para o caso de Baixa Verde, deve-se ressaltar a importância da CAF na produção de consensos e ressaltar que o reconhecimento e a adesão dos trabalhadores a tais consensos não se dá sem tensões e angústias. As percepções dos trabalhadores sobre as regras sociais locais não são unas, inequívocas e inquestionáveis. Um exemplo, que será retomado a seguir, diz respeito a trabalhadores que apresentaram em suas falas tanto uma percepção sobre suas vidas como marcadas por muito trabalho e muitas dificuldades financeiras, quanto uma percepção sobre baixa remuneração salarial como conseqüência de *preguiça*. Outra questão diz respeito a auto-percepção dos trabalhadores como *fracos*, o que ilustra que em muitas circunstâncias, os trabalhadores podem se comportar conforme as regras sem concordar com as mesmas[159].

Em relação às punições que Bailey (1971) e Gilmore (1987) destacaram, é importante ressaltar para Baixa Verde que as mais observadas dizem respeito à demissão causada por alguma indisciplina e a conseqüente inserção daquele trabalhador em *listas negras*. A despeito de comportamentos tidos como desviantes dos padrões definidos como os corretos, há no caso estudado, relações de controle que não só definem as regras de disciplina mas que também criam opiniões e julgamentos que passam a atuar como base da existência de um grupo, como sugeriu Bourdieu (1965). Na relação entre esta disciplina instituída e vigilante há um processo de adesão de todos aos discursos que difundem aquelas disciplinas como comportamentos que se

[159] Deve-se considerar que a minha presença (uma estranha) no meio social dos assalariados florestais marcado pelo controle das empresas e pelos receios de desemprego podem ter minimizado as condições da pesquisa em perceber melhores exemplos. Mas, como há interação de trabalhadores em diferentes grupos (empresas, Igrejas, *comunidades* agrícolas locais, cidades maiores circuvizinhas), há grandes possibilidades da percepção dos trabalhadores serem carregadas de ambigüidades. Neste contexto, ressalta-se o conceito de Barth (2000) sobre as diferentes correntes de tradições culturais. Para este autor: "as pessoas participam de universos de discursos múltiplos, mais ou menos discrepantes; constróem mundos diferentes, parciais e simultâneos, nos quais se movimentam. A construção cultural que fazem da realidade não surge de uma única fonte e não é monolítica" (op. cit., p. 123).

naturalizam e ganham conotação de um valor moral e de consenso sobre o que é direito, obrigação, certo ou errado. Neste sentido, as relações de controle não desaparecem mas tornam-se obscuras no âmbito de relações ditas de reciprocidade. Também não desaparece a dimensão mais individual das ações humanas. Concorda-se com Ginzburg, para quem "como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um" (2004, p. 25). Não obstante, para algumas ações individuais, há conseqüências. Para o caso de Baixa Verde, a principal conseqüência parece ser o desemprego que é justificado pelas empresas e por vários outros moradores que já interiorizaram as regras sociais estabelecidas por quem detém o controle das terras e da oferta de emprego por meio do apontamento de algum desvio das regras por parte daquele destituído do direito ao trabalho.

No tocante às perspectivas dos entrevistados de Baixa Verde a respeito de si mesmos como trabalhadores, observou-se que uma maneira de se qualificarem dentro do contexto de controle social imposto pela CAF e suas empreiteiras era se colocarem como "dispostos ao trabalho". As baixas remunerações eram contrapostas à grande disponibilidade para o trabalho intensivo, de modo que sobreviver em melhores condições materiais pudesse ser possível. Neste sentido, qualificavam-se ao mesmo tempo que desqualificavam aqueles com piores condições materiais de vida como pessoas "com pouca vontade de trabalhar" [160]. A preguiça, portanto, foi apreendida em Baixa Verde como uma outra forma de maledicência, como é possível apreender na fala descrita a seguir:

> Precisa ter força de vontade. Às vezes quando a gente anda na cidade, a gente vê as pessoas sentadas nas calçadas afora, a gente olha assim, as vezes a gente nem tem dó de muita gente. A pessoa fala assim, é porque a pessoa é egoísta... É porque a gente sabe que muitos hoje, preferem ficar passando falta de uma roupa, de um calçado, até de alimento, com preguiça de trabalhar. (Entrevista 3)

Conforme alguns moradores de Baixa Verde, só não conseguem trabalho aqueles que possuem um *passado com problemas*, alguém que teve no passado conflitos em

---

[160] O tema de trabalhadores que passam necessidade na vida devido à preguiça de trabalhar parece se situar de forma muito coerente com o atual contexto social fortemente marcado por um discurso específico, que também induz os trabalhadores, de certa forma, a uma relação de competitividade. Neste sentido, Sigaud (1977, p. 64) observou que "a disputa entre trabalhadores se manifesta ao nível das representações através de formulações em que os próprios trabalhadores atribuem a perda do salário de um companheiro à preguiça". Também para Martinez-Alier (1977, p. 80) está intrínseca uma perspectiva de que há aqueles "que se consideram menos pobres por que tem no mínimo um teto e saúde. Não dormem nas ruas, não pedem esmolas, não são preguiçosos, ou não têm que viver da mendicância" (op. cit., p. 81).

outros trabalhos ou possuem características pessoais que são vistas de modo negativo pelas empreiteiras.

Observa-se portanto, um controle moral que se, por um lado, pode ser entendido como uma prática difundida pelas empresas, por outro, é também, como se observou para o caso das *fofocas*, um valor moral interiorizado.

Alguns trabalhadores, sobretudo mulheres, mencionaram que deixaram o trabalho florestal por motivos diversos e que, ao tentarem retornar, não conseguiram e estavam aguardando nova oportunidade[161]. Parece ser sobretudo entre aqueles que pedem demissão que se encontram mais obstáculos. Entre os que são demitidos estão aqueles que poderão ter uma nova oportunidade e aqueles que poderão ser incluídos nas *listas* que os *estigmatizam* como portadores de um *passado com algum problema*. A diferença está, em parte, no fato de que o ato de pedir demissão pode contribuir para criar um *estigma* de um trabalhador que não soube responder positivamente à oportunidade que lhe foi dada. Esta perspectiva vem sendo a do próprio Sindicato da Extrativa[162], que passou a partir do final da década de 1990, a ter como principal objetivo a defesa do emprego. Neste contexto, houve algumas menções sobre greves ocorridas em Baixa Verde na década de 1980[163]. Tais menções permitem ao menos destacar a existência atual de uma perspectiva sobre um modelo ideal de greve e servem para mais uma exemplificação sobre as tensões e aparentes ambigüidades que permeiam as percepções e os comportamentos dos trabalhadores em ambientes marcados por mecanismos de controle e disciplinamento.

Um ex-assalariado e ex-sindicalista que vem atuando na última década como vereador, fez algumas menções sobre a sua memória de uma greve ocorrida em 1986:

> *Na época da greve aqui, eu era funcionário da empresa... E, eu vejo, eu acho que era pouco emprego. Eram poucos os empregos que a empresa dava e, com salários em*

---

[161] Como já mencionado, para as mulheres, o ter um trabalho formal que exige regularidade retira a possibilidade de manter uma autonomia que permita conciliar o trabalho com o cuidado da casa, dos filhos e da alimentação da família. Isso gerou uma reestruturação na ordenação dos dois turnos de trabalho e, de certa forma, condicionou grande parte delas a se assalariarem apenas em alguns ciclos da vida que, de modo geral, correspondem ao período posterior aos primeiros anos dos filhos e que, com algumas interrupções, termina na fase em que os filhos quase não residem mais com os pais, sendo a idade e a saúde, os fatores mencionados para justificar o fato de não mais trabalharem como assalariadas. Entender os pedidos de demissão por parte das mulheres demanda considerar que a mulher por trabalhar tanto nas atividades domésticas quanto florestais e por ter uma resistência física e corporal específica faz da atividade florestal um trabalho realmente exaustivo quando se consideram períodos muito longos.

[162] *O Sindicato da Extrativa começou primeiro com uma Associação, em Baixa Verde, como setor CAF. E, desta Associação, passou a Sindicato em 1982. O atual presidente foi reeleito em agosto de 2004 para o quinto mandato. E é nítido o papel assistencialista assumido pelo sindicato atual.*

[163] Como já referido no capítulo três, não foi possível para a presente pesquisa buscar maiores esclarecimentos sobre estas greves, como ocorreram e porque foram feitas.

péssimas condições. O funcionário num tinha uma condição boa..., andava em carroceria de caminhão né?! Então o desconforto do funcionário era muito grande. Os equipamentos de segurança, pra pessoa trabalhar, isto é lei, mas as vezes a empresa num cumpria né?!... Hoje a pessoa tem um lanche... A pessoa num tinha aquela maneira correta de trabalhar, a maneira digna, né?! Pelo menos dignidade pra poder trabalhar. Então, esta greve foi de insuma importância, foi de insuma importância (Entrevista 9).

O tema das medidas de segurança no trabalho que, apesar de existentes em leis, não eram cumpridas e fizeram parte das reivindicações da greve é sugestivo, em razão da dimensão alcançada pelas melhorias no âmbito das condições físicas de trabalho. O atual transporte, uniforme e equipamentos de segurança são mencionados por todos como provas de mudanças positivas no âmbito do trabalho em Baixa Verde, ainda que nem todos os moradores apreendam estas mudanças como decorrência daquela greve e, mesmo para aqueles que as percebem como tal, as greves não são vistas de modo absolutamente positivo. Segundo o ex-assalariado e ex-sindicalista mencionado:

> [A greve] começou, inclusive por uma desavença né?! Na época teve até policiamento de Ipatinga, porque começou a ter confronto. Ai, eu acho que, não é o ideal ter confronto. Mas, as pessoas estavam muito revoltadas, queria quebrar as mudas dos viveiros né?!
> **P:** Chegaram a quebrar?
> **R:** Não, num chegaram a quebrar não, porque... a força policial interferiu. Mas, o povo estava muito revoltado. Mas, também vejo pro outro lado que, tinha pessoas de fora, tinha sindicalistas de fora que né, usa o trabalhador né, usa o trabalhador como escudo. Pega eles, coloca na frente né?! Na hora que a policia chega, eles saem fora e, coloca o trabalhador... Está causando efeito hoje. Mas, eu acho que na época, esta greve, ela também trouxe muito transtorno para a região. Que a região assim, os empresários num vão querer investir na região, onde o povo também é baderneiro. Porque a greve de verdade tem que ser sadia. Mostrar que está insatisfeito tudo bem. Mas, também com violência num chega [a] nada. Num resolve nada. A empresa vai ter prejuízo né?! Então, quem perde com isto é a região... Mas, uma greve né... tudo certinho... né, acho que foi de grande utilidade.
> **P:** Depois nunca mais teve greve?
> **R:** Depois nunca mais teve mais nada de greve... Então, esta greve foi justamente pra alertar que o povo estava insatisfeito com as coisa, né?! (Entrevista 9)

A fala acima mostra um acontecimento permeado por reivindicações, revolta, limites no âmbito de relações sociais e violências. É uma fala que descreve o passado permeado pelo presente, permitindo apreender a nova concepção de greve construída neste período de aproximadamente 20 anos sem movimentos como este. A fala deixa indícios de que há um modelo ideal de greve, aquele sem confronto e que não cause prejuízo às empresas.

Neste contexto, duas questões reforçam a concepção de alguns dos trabalhadores de Baixa Verde sobre o atual papel do Sindicato da Extrativa e o limite do papel das

empresas no tocante às melhorias nas condições de trabalho. Primeiro, existem limites para ir contra os *patrões*. Segundo, existem questões que não dizem respeito às empresas e sim à *política*: é difundida uma perspectiva que apreende tanto as empresas quanto o governo do país como impossibilitados, no momento presente, de gerar transformações que não ocasionem demissões e a necessidade de aliança entre empresa, trabalhadores e sindicatos para o bem do próprio distrito de Baixa Verde:

> Nós tivemos aqui, um Sindicato que começou a deixar a desejar. Expôs a ridículo a empresa, sabe?!... Hoje, até os próprios caras estão aliados aos patrões, defendendo o direito dos patrões. Não adianta nada você ser uma pessoa que defende o trabalhador. Como é que o trabalhador ganha do seu patrão? Não tem jeito. Uma coisa depende da outra. Então hoje, está muito bom. E, é relacionado a empresa, sindicato, trabalhador, entendeu?!... É um elo que se criou hoje e, na década de 60, na década de 80, não existia, entendeu?... O nosso papel também não é de fazer coisa que o país não está preparado pra isso... O nosso salário hoje é decreto do governo e ninguém, um monte de gente não conseguiu mudar, porque o país num está preparado para isso. Se mudar, vai mudar pro desemprego. Então, não muda. É difícil. Você sabe que a única coisa que o povo precisa saber, é administrar o que ganha. Se não souber, infelizmente, vai ter um padrão de vida... passar dificuldade. Não vai sobreviver, vai vegetar. Porque está muito difícil (Entrevista 2).

A fala deste ex-sindicalista expressa uma perspectiva muito positiva sobre as empresas atuantes no momento presente. Como sugere outro trecho de sua entrevista, a seguir, os trabalhadores aparecem como indivíduos que não possuem nenhum interesse em promover movimentos de greve e nem mesmo desejam *demandar aquilo que o país não está preparado*. Desta forma, o trabalhador foi interpretado como alguém que está atualmente *satisfeito* com as empresas e com o emprego, sobretudo devido às duas décadas anteriores onde sofreu necessidades, devido ao desemprego que acabou se tornando um marco na história da população de Baixa Verde. Ou seja, uma imagem que perpassa pelo próprio sentido do trabalho de muitas destas pessoas. Não obstante, além do reconhecimento da precariedade da condição de vida destes trabalhadores, ressaltada, de modo implícito, na última fala descrita anteriormente, há o reconhecimento de que ainda existe algum tipo de organização entre os trabalhadores, mesmo que informal, em razão da menção sobre a sempre existência de um líder que aparece na fala descrita a seguir:

> A história da CAF é uma história longa. Detalhar, se for detalhar item por item, você fica aqui... horas, nós falando sobre a CAF. Muito bom. A CAF é uma empresa... Todo mundo aqui... está satisfeito... Graças a Deus, hoje ninguém fala mais em greve. O sindicato chega pra negociar com o trabalhador, a primeira coisa que o trabalhador, o líder, sempre tem um líder, pergunta pra ele é: se você venho trazer alguma coisa de bom para nós, seja bem vindo. Se não veio, nós contra o nosso patrão, nós não vamos. Nós tivemos uma fase assim de tantos anos, porque [faltou] o fubá pra fazer o mingau

> pro filho... Hoje nós estamos satisfeitos. Nós não tínhamos há quanto tempo né?! (Entrevista 2).

Há indicações não propriamente da imposição de um novo padrão de disciplina, mas de reatualização de uma prática social, já mencionada em capítulos anteriores, que diz respeito à reciprocidade que, no momento atual, aparece na vida dos assalariados florestais, de modo a apreenderem o emprego como uma dádiva que precisa ser respondida com gratidão à CAF, ou de modo ainda mais personalizado, como é característica desta relação, ao próprio *patrão* que é um dos empreiteiros da CAF. A fala a seguir, ainda do ex-sindicalista ressalta a realidade atual:

> A CAF hoje é uma mãe pra todo mundo. Pra todo mundo. Tem velho ai, de 60 anos que está trabalhando ainda entendeu?! Não conseguiu aposentadoria. Outro, não está conseguindo aposentadoria porque esta chegando a idade mas não tinha carteira assinada pelo INSS. Não tinha vinculo nenhum. Hoje, está trabalhando na Companhia. Num determinado período de 6, 7 anos já está aposentado, entendeu?! Quer dizer, está ajudando até uma pessoa que não tinha condições e já tem entendeu?! Então, muito bom esta reestruturação da CAF (Entrevista 2).

A lealdade dos assalariados florestais à CAF e às empreiteiras não pode obscurecer nem à relação de força que introduz uma dimensão de certa desigualdade, nem o papel dos mecanismos de disciplinamento da mão-de-obra que, como está sendo mencionado, por um lado, aciona o medo do desemprego e, por outro, interioriza determinados discursos dominantes na consciência do trabalhador de modo a levá-lo a uma certa incorporação da empresa.

Um outro trecho do depoimento do já mencionado ex-seminarista que trabalha atualmente nas atividades de manutenção de plantios, destaca perspectivas que simultaneamente apreendem a necessidade de união e reivindicação dos trabalhadores sobre seus direitos; o medo destas atitudes; a interiorização disciplinadora de alguns discursos empresariais e a interiorização das concepções de que é necessário não prejudicar as empresas a quem se deve gratidão por se ter um emprego:

> As pessoas acham que o Sindicato só serve pra... dentista. Não, o Sindicato é algo importantíssimo pra o trabalhador. Para o ser que é assalariado. [o] Sindicato visa muito as melhorias pro trabalhador. É claro que, às vezes, o Sindicato se sente muito pressionado. Mas, porque falta união do povo. As pessoas, os trabalhadores não se unem. Deixa tudo nas mãos daqueles que no entanto são sindicalistas. E, quem perde com isso, somos nós trabalhadores... Portanto, quando o Sindicato pede pra que as pessoas opinem, as pessoas se sentem inibidas: 'ah! se eu for opinar, provavelmente eu vou perder o emprego'... As empreiteiras, elas são todas ligadas à CAF. Elas trabalham para a CAF e, se prejudicar a CAF estará prejudicando as empreiteiras. Devido a determinados trabalhadores sujar o nome da empreiteira, vai sujar o nome da CAF.

> **R:** Mas, o que seria sujar o nome de uma empreiteira? Seria, por exemplo, fazer reclamação de alguma coisa para o Ministério do Trabalho?
> **P:** É um direito do cidadão. Ele tem todo o direito de reivindicar. Mas, no entanto, as empresas precisam de quem trabalha. O individuo que vai fazer isso, às vezes, o individuo não está agüentando mais. Ele pode ser acometido de alguns enganos, como por exemplo, vou sair dessa empresa aqui, vou pindurar. Porque ele faz isso? visando mais lucro. O que que acontece? Ele vai lá, pega aquelas pequenas parcelas do seguro-desemprego, depois pega o tempo. Consome ele com pequena facilidade e, depois acaba ficando sem trabalho (Entrevista 19).

3. O contexto da construção da adesão ao trabalho florestal: incorporação da disciplina e a saudade do tempo de *roças*

É perceptível um movimento de apropriação do discurso das empresas por parte de atuais trabalhadores de Baixa Verde, com destaque para a percepção dos mesmos sobre a necessidade de trabalhar com motivação e que por ganhar por produção é responsável pelo próprio salário e que, trabalhando com atenção e boa vontade, evita acidentes, garante o emprego e gera *lucros* a todos.

Parece estar em curso um processo de mudanças de atitudes por parte primeiramente das empresas, num contexto de reivindicações de diversas ordens, algumas até externas ao país, uma vez que muito do carvão produzido pelo grupo Arcelor/CSBM/CAF é exportado e, para isso, precisa dos selos verdes e sociais exigidos por instituições de diversas naturezas e fins. Já o que se observa entre os trabalhadores e seus familiares é uma adesão a determinadas concepções como o de que o mais importante é defender o trabalho e o de que salário é algo de responsabilidade da esfera governamental. Parece ser possível falar sobre um processo de construção de uma disciplina que constrói discursos e norteia a adesão a estes discursos. As melhorias no transporte, uniforme e segurança podem ter sido e ainda estar sendo condicionantes facilitadores do processo de imposição desta disciplina.

Há indicações de construção política de uma memória específica sobre a formação de Baixa Verde, em contraste com os processos sociais que, muitas vezes de modo sutil, incorporam ou renegam aquele uso político do passado por meio de um trabalho de memória e de disciplinamento da mão-de-obra destituída de outras possibilidades de garantir sua sobrevivência que não pelo emprego assalariado. Assim, a valorização da atividade florestal foi construída ao longo de todo o período de consolidação da economia florestal em Baixa Verde, de modo que progressivamente a concepção de grande empresa em contraposição às atividades com lavouras foi interiorizada ao menos por parte dos trabalhadores. Não obstante, também há aqueles

que se, por um lado valorizam o trabalho florestal, não necessariamente desvalorizam as lavouras.

À primeira vista, predomina na fala dos atuais moradores de Baixa Verde, uma leitura positiva das mudanças, em razão da concepção sobre a inexistência atual de desemprego e na valorização das atuais condições de trabalho. Também contribuem para isso as mudanças relacionadas à infra-estrutura, como água canalizada, iluminação elétrica, serviços básicos e o fim do relativo isolamento que as famílias viviam na época das *matas*.

Destaca-se uma percepção positiva, sobretudo no tocante saúde. Conforme um trabalhador, atualmente aposentado:

> Aqui, era uma coisa horrorosa. Pelo que era antigamente... Num tinha médico, muita falta de remédio, num tinha um posto, num tinha uma farmácia perto pra gente comprar um remédio. No mais, era isso mesmo... De mês em mês, as pessoas consultavam. Aí, passava um remédio... Quando foi que devastou tudo e passou pra *Companhia* CAF aí, passou a ter médico... Ele passava remédio pra pessoa e antigamente dentro da mata não tinha médico. Só tinha médico uma vez no mês que, vinha numa barraca que tinha no meio do *mato*... Aqui, num tinha médico não. Só tinha em [Coronel] Fabriciano (Entrevista 8).

Não obstante, ainda hoje a população de Baixa Verde continua a utilizar o hospital dos municípios do Vale do Aço. Conforme um político local que no momento da pesquisa estava em campanha eleitoral para se reeleger como vereador, *Baixa Verde ainda é muito carente em saúde*:

> *O hospital que existe, fica em Dionísio e está fora do padrão. Virou um posto de saúde. Tem que ser reestruturado. O hospital foi construído, em parte pela Belgo [CSBM]. Anos atrás, o SUS interditou o hospital. Não faz mais cirurgias, nem partos. Nem internamento. Por isso, para tudo, as pessoas usam o hospital de Acesita e [Coronel] Fabriciano, o que faz com que estes hospitais cresçam e o de Dionísio não cresça. Por que cada hospital que perde paciente, deixa de ganhar mais recurso estadual ou federal (notas de campo).*

Um dos moradores mais antigos de Baixa Verde que sempre trabalhou com lavoura e também produzindo carvão afirmou que acredita que: "a vida antigamente era muito melhor que hoje". Porque, hoje até "a saúde é outra e é muito pior" (Entrevista 10). Este senhor e sua filha mencionaram mudanças no tocante à alimentação que em parte causaram, ao ver deles, danos na saúde das pessoas e em parte tornou-se mais restrita, pelo fato da população ter baixa remuneração. E registram a saudade do tempo de vida nas *matas*, identificado como o tempo de vida nas *roças*:

> **P:** Do que você sentem mais falta?
> **R:** A gente sente falta do lugar que morava. Das planta né, papai? Porque hoje, as frutas, às vezes, a gente nem pode comprar. Tem as netas, né?! Todo mundo gosta.

> Chegam as frutas nos armazéns mas, às vezes, a gente nem pode comprar, pra elas. Porque hoje, tudo é muito mais difícil. Antes tinha tudo. Outro dia mesmo, eu estava falando com papai. Minha mãe, ela vendia as coisas, mas mais ela dava pros outros do que vendia. Todo mundo ia embora alegre. Outro dia, eu falei com o meu irmão... ah! porque nós num mora lá na roça, até hoje?! (Entrevistada 11).

Enfatizaram que a diferença entre a alimentação do tempo da *roça* e a atual está no tipo de produção feita antes e na feita hoje, por meio de aplicação de remédios:

> Acho que no outro tempo era melhor. As pessoas tinham mais saúde. Hoje, com esta história de mantimento, vende até frango temperado. Eu detesto comprar frango temperado. O tempero tem que ser da gente, em casa... As coisas são mais fáceis mas num é sadio igual era. Nós tomávamos limonada. Lá em casa tinha os pés de limão. Hoje é suco né?! Tudo complicado. Faz até mal para o povo. Nós tomávamos é limonada... Por isso, as pessoas eram mais sadias. Hoje, apareceu estas tais doenças, por causa dos alimentos. É isto..., a gente passava muita fadiga, mas a gente comia os alimentos bão... Hoje, os mantimentos, tudo contaminado. Remédios, põe remédio pros porcos engordarem rápido... É o que eu falei pra você, antes faziam aquelas paneladas de canjiquinha com torresmo, com tomatinho miúdo. Outro dia, estava falando pra papai, os tomatinhos hoje, num estão tendo gosto não. Tomatinho azedo. Os tomatinhos eram até doce. Aquelas paneladas, com couve rasgada... batata. Era verdura pura, cebola plantada na roça. Hoje não, as pessoas comem verdura tudo cheio de remédio (Entrevista 11).

De modo geral, os moradores de Baixa Verde contrapõem a *fartura* do tempo em que era possível plantar lavoura, ou seja, as primeiras décadas vividas nas *matas*, com o tempo – ainda nas *matas* – em que chegaram as cooperativas e os armazéns e as áreas liberadas para plantio de lavoura passaram a ser proibidas. A partir de então a circulação de dinheiro passou a ser predominante ou, no mínimo, se fazer necessário, o que impactou significativamente a vida dos trabalhadores e suas atuais perspectivas sobre as mudanças e a realidade presente.

Desta forma, o passado para os moradores de Baixa Verde conota tanto uma época marcada pela *fartura* de alimentos produzidos pelos próprios trabalhadores, quanto uma época marcada pela necessidade de ter dinheiro para comprar os mantimentos. Dinheiro que *era muito penoso* para se obter. Conforme uma moradora, era preciso *trabalhar muito* para se conseguir algum dinheiro (Entrevista 1). A necessidade de dinheiro para a aquisição dos mantimentos para o consumo das famílias nas cooperativas e nos armazéns locais foi destacado na fala dos moradores como uma das dificuldades porque passavam naquela época:

> *Tudo você tinha que comprar. Mas era com mais dificuldade. Tinha que trabalhar a semana inteira pra você pegar aquele dinheirinho pra você comprar... Hoje, pode comprar pro mês todo. No fim do mês que você vai acertar aquela compra que você fez. Antigamente não, você tinha que ter o dinheiro pra comprar. Se não tivesse você passava fome, né?! E o dinheiro era muito, muito penoso mesmo (Entrevista 1).*

Entretanto, conforme esta mesma moradora:

> Antigamente, tinha cooperativa... Vendia de tudo. Era da CAF. E todo lugar tinha uma cooperativa e não faltava nada, sabe?... todo mundo tinha *comprado*. Fazia a compra pro mês. E a gente fazia a compra, quando era no fim do mês acertava. Era só pagar. Depois, acabou as cooperativas. Mas, tem os armazéns que não falta nada... Este armazém que tem ai, só de um dono..., não deixa faltar nada. Nada, nada. Tudo o que você procurar nos armazéns aí, você acha (Entrevista 1).

A despeito da natureza da *fartura* recordada, a partir do período final da vida desta população nas *matas*, quando as empresas já não mais continuaram a conceder lotes para o plantio e quando os armazéns começaram a se instalar na localidade, uma nova imposição de disciplina do comportamento cotidiano passou a mediar a vida dos trabalhadores. O que faz com que a perspectiva do período atual como um período onde se tem maior acesso a dinheiro ganhe uma conotação positiva.

Segundo Sigaud (1977), o trabalhador tanto idealiza o tempo de antigamente em comparação ao tempo de hoje, quanto idealiza o tempo de hoje em comparação ao tempo de antigamente. No tocante a Baixa Verde, a síntese das perspectivas negativas e positivas diz respeito a uma apreensão dos extremos construídos e expressos na *fartura* do passado e na inexistência de desemprego do presente.

A idealização absolutizada do passado se dá quando os atuais trabalhadores expressam indignação sobre a substituição das áreas de cultura por pastos para criação de gado. Dentre estes, alguns também mencionam a substituição de algumas destas áreas de cultura por plantios de eucaliptos. A idealização do passado é apreendida, sobretudo, no tocante à questão da alimentação, vista como de melhor qualidade, abundante e obtida pelo próprio trabalho. Mas esta percepção demanda ser entendida em relação à percepção destes mesmos trabalhadores sobre o modo no qual obtém atualmente sua alimentação. De modo semelhante ao descrito por Palmeira (1977) e por Sigaud (1977) sobre *moradores* das *plantations* açucareiras de Pernambuco, também o atual trabalhador de Baixa Verde destina sua remuneração quase que integralmente à aquisição de alimentação, que é comprada ou nos armazéns locais ou daqueles que são oriundos de outras localidades de Dionísio e que levam parte de seus produtos para vender entre aqueles que vivem em Baixa Verde. Para a grande maioria dos atuais trabalhadores, há um limite significativo de possibilidades restritas de aquisição das mercadorias hoje possíveis de serem adquiridas. É mencionado que o que eles podem adquirir é muito pouco. Assim, a atual cesta restrita aos elementos essenciais é

comparada com a produção de sacas de feijão, arroz e milho da qual derivavam todos os outros mantimentos e com as árvores frutíferas que plantavam nas *matas*. Neste contexto é que as idealizações sobre *fartura* são construídas.

Sigaud (1997, p. 61) afirmou que "quando o trabalhador fala dos preços das mercadorias é sempre num contexto de idealização do passado de fartura e baixos preços por oposição à carestia da vida atual". Estas concepções de idealização do passado como tempo de *fartura* também podem ser percebidas em algumas falas de trabalhadores bóias-frias estudados por Martinez-Alier (1977, p. 73), que destacavam um passado no qual o trabalhador "plantava tudo o que queria"; "tinha terra à vontade"; "enchia a casa de mantimentos"; "cevava porco, um vendia e outro era para o gasto". Martinez-Alier também menciona que seus entrevistados apreenderam o período marcado por um salário insuficiente, como o "tempo de dinheiro" em contraste com o passado que então é identificado como o "tempo de fartura" (op. cit., p. 88).

Já a idealização do presente, entre os trabalhadores de Baixa Verde, ocorre sempre que mencionam a atual concepção de que inexiste desemprego ou as mudanças já referidas no tocante às atuais relações de trabalho.

Para Sigaud (1977, p. 121), a categoria que faz interagir a idealização do passado com a idealização do presente é o direito. O presente idealizado para os *moradores* dizia respeito ao surgimento dos direitos. O passado idealizado para os *moradores* dos engenhos, deixava:

> De ser visto como ausência de direitos e passa a ser avaliado como a presença de elementos que foram perdidos com os direitos... os direitos surgem então nos discursos do trabalhador para assinalar o fim de uma época em que o trabalhador tinha muitas vantagens, a principal delas sendo o complexo morada/sítio (Sigaud, 1977, p. 121).

Assim, às melhorias nas condições de trabalho formalizadas, é contraposta a perda dos elementos estritamente característicos da relação personalizada expressa no fim da concessão de lotes para se plantar lavoura.

Também o trabalhador de Baixa Verde – ainda que inserido em um outro contexto histórico que não aquele da década de 1960, quando os direitos trabalhistas foram estendidos aos homens do campo brasileiro – atualmente falam do advento do salário e, simultaneamente, do aumento dos preços dos gêneros de consumo agora não mais produzidos, mas comprados.

Sigaud (1977), também mencionou que, para os antigos moradores, quando os *direitos* não eram cumpridos pelos patrões, eles também idealizavam o passado, falando

da supressão de algumas preocupações que os antigos *patrões* tinham para com os trabalhadores como assistência médica, posteriormente atribuída pelos *patrões* como responsabilidade da prefeitura local e do Sindicato. Também idealizam o tempo de antigamente quando falam que os *patrões* passaram a negar emprego aos filhos dos trabalhadores.

Para o caso de Baixa Verde, observa-se, como referido no capítulo três, que muitas assistências concedidas pela CAF no início da formação da vila foram progressivamente sendo transferidas para as entidades públicas. No entanto, estas não são questões ressaltadas pelos trabalhadores de Baixa Verde, em suas perspectivas idealizadas do passado. Quanto à questão dos filhos, em Baixa Verde se expressam na perspectivas de alguns trabalhadores sobre seus filhos que entre dez a dezoito anos não podem trabalhar. Estes pais foram socializados em ambientes familiares onde era muito comum os filhos, quando atingissem idades de oito ou nove anos, *ajudar o pai na roça*. Não obstante, esta questão foi mencionada por poucos dos atuais moradores porque, para muitos deles, *agora tem escola próxima e as crianças precisam estudar*.

As idealizações do presente em Baixa Verde dizem respeito à atual existência de emprego e melhores condições de trabalho. Trabalhar com registro em carteira de trabalho é uma das razões de preferência pelo trabalho florestal. Para a maior parte das pessoas mais velhas da *vila*, o surgimento, a partir do fim da década de 1990, de empreiteiras que registravam seus empregados, que concediam uniformes, transporte em ônibus, equipamentos de segurança, cesta básica é apreendido em comparação a um tempo onde "era que nem escravo mesmo né?!".

4. A percepção do assalariado florestal sobre si mesmo e as mudanças culturais

Em Baixa Verde, o trabalho é percebido como uma necessidade, o único modo de prover a sobrevivência. Segundo um ex-seminarista que atualmente está trabalhando nas atividades de *batida* e *capina*:

> *E trabalho é assim. Quem precisa trabalhar, trabalha em qualquer setor. E, no mais, tem aquelas pessoas que têm esperança de crescer. Portanto, eu acho que cada pessoa que gosta de trabalhar assim, ela tem uma facilidade maior pra progredir na vida, porque o trabalho faz com que nós pensamos interiormente. Porque quando a gente está trabalhando, às vezes... a gente pensa, nossa que serviço estressante, eu num quero isso pra mim. Mas, é o único meio de subsistência que encontramos até então... Porque através do trabalho estou adquirindo outras coisas. Agora, quem quer ganhar um pouquinho mais, faz por fora. Pensa um pouquinho. Num precisa roubar, não precisa fazer nada ilícito, pra que consiga bom resultado (Entrevista 19).*

Uma atual trabalhadora florestal aponta a relação entre necessidade e as dimensões positivas do trabalho que permeiam as relações de amizade com outros trabalhadores e as relações familiares:

> *O serviço é muito bom,* boba*. É muito divertido. Diverte a gente muito. Tem piada demais. E também, a gente precisa trabalhar né?!... Graças a Deus né* boba*, a gente tem muito serviço. Imagina se a gente num tivesse... Se você ver a turma de mulher que tem lá no viveiro, você fica boba. É gente demais assim. De manhã, nestas estradas aí, você vê a estrada escura, cheia de mulher. Lá vão trabalhar... É muito bom trabalhar. Eu gosto de trabalhar. Ajudar o marido da gente. Porque ele sozinho, ele não dá conta. Porque menino pede uma coisa, pede outra. Não dá conta não. Meninos gostam muito de pedir. Eles pedem demais (Entrevista 12).*

A adesão às mudanças e aos discursos consolidados nos últimos anos em Baixa Verde pode ser apreendida, ainda que apenas em parte, condicionada à relação entre trabalho braçal, precário e mal remunerado e à ausência de estudos formais:

> *Eu acho que a pessoa tem que dar muito valor ao que tem. A gente estudou muito pouco. Não teve estudo. A gente sabe que muitos que a gente vê, muito inteligente mas, não tinha como estudar. Não tinha jeito de estudar. Não tinha nada. Igual hoje, que eu vivo trabalhando nesta máquina aí. Tem 30 anos que eu mexo com máquina. Eu trabalhava fichada. Chegava em casa e ia costurar. Não aprendi corte e costura. Não tive tempo de aprender nada disso. Entrei na escola, com 6 meses já sabia ler, sabia escrever, sabia bastante coisa. Hoje, o pouquinho que eu sei, eu não fiquei nem dois anos de aula, um ano e pouco de aula pra aprender o pouquinho que eu sei. Não tenho assim, muita leitura não. Mas se você mandar eu ler esse papel todo aqui, eu leio ele pra você (Entrevista 3).*

A trabalhadora acima aponta que a falta de estudos formais não se correlaciona com capacidade intelectual, mas com ausência de oportunidades no âmbito das condições de vida em que cresceu. Simultaneamente expressa uma apreensão no tocante à técnica da costura, sua experiência cotidiana substituiu a aprendizagem formal: *chegava em casa e ia costurar. Não aprendi corte e costura, não tive tempo de aprender nada disso*. Não obstante, *é preciso dar valor ao que se tem na vida*. O trabalho florestal e o trabalho de costura no horário subseqüente ao trabalho assalariado, neste sentido, é a expressão do que *se têm na vida*, tendo em vista as condições ou às ausências que se teve na infância. No caso de seu esposo:

> *Ele com sete anos, começou a capinar roça. Ele não teve nem um dia de aula. Num teve. Nunca estudou. Num teve como estudar.*
> [Esposo] Toda vida meu pai só trabalhou. Só morava em lugar... sem escola. A escola mais perto que tinha era aqui em Dionísio. Meu pai nunca estudou. Minha mãe nunca estudou. Pra eles, menino nascia, apanhava um tamanho de sete anos já estava na roça (Entrevista 3).

Além da necessidade de *ajudar* os pais, da distância das escolas, um outro antigo trabalhador também mencionou que as professoras de seu tempo batiam nas crianças, o

que fazia com que elas preferissem *ajudar* os pais nas *roças* a ir à escola. Neste contexto, aprenderam o trabalho praticado pelos pais:

> A professora enchia a mão da gente e batia... A gente num ia mais. Falava com o pai, num vou voltar na escola. E o pai num importava também não. Essa mulher já me bateu, num vou não... Ia pra roça com o pai pra ajudar. Pra num estudar, com medo... de coro. Porque de principio, professora batia mais que pai e mãe. Era desse jeito (Entrevista 4).

Uma dádiva alcançada pelo trabalhador é a saúde, concedida por Deus[164]. Conforme um antigo morador de Baixa Verde, o que o trabalhador *braçal* mais precisa para sobreviver é a saúde para que possam continuar a ter acesso à sua alimentação: "então o que eu tenho a dizer é isto aí... Pessoa da minha idade, que num é estudado, nem nada, a gente pra ganhar o pão tem que ter muita saúde e fé com Deus... A gente tendo em primeiro lugar a saúde, a gente vai..." (entrevista 4).

Há também aqueles que identificam o trabalho de uma vida inteira como a produção do conhecimento que puderam ter, sobretudo, no tocante a um conhecimento sobre a vida. Assim, um aposentado que narrou ter começado a trabalhar com a idade de oito anos *ajudando* o pai no plantio de lavouras, mencionou que: "meu estudo foi a *roça*. Aprendi e ensinei meus filhos. Sempre em *roça* e em *Companhia*. Nas folgas trabalhava na *roça* com *ajuda* da mulher e dos filhos que é o que eu ensinei para eles" (notas de campo).

Neste contexto de necessidade do trabalho por parte de trabalhadores que se auto identificam como de origem rural (trabalho braçal em lavouras e atividades florestais) e com pouca qualificação técnica, o que em boa medida fundamenta algum tipo de adesão dos trabalhadores ao assalariamento e aos discursos das empresas locais correlaciona-se, como vem sendo argumentado ao longo desta dissertação, com a predominância da CAF no domínio da terra e do trabalho em Baixa Verde e também com a das empresas siderúrgicas e reflorestadoras em grande parte das regiões que circunscrevem o município de Dionísio. O medo de ser inserido em *listas negras* em Baixa Verde se estende ao medo destas *listas* circularem em outros municípios onde predominam as atividades florestais.

Apesar do alerta de autores como Martins (2000), sobre o fato do tema da modernidade ter sido tratado de maneira profundamente comprometida com o discurso sobre o progresso legitimado por grupos sociais dominantes e apesar das especificidades brasileiras, também bastante enfatizadas por Martins, a temática da modernidade, ainda

---

[164] Ressalta-se que Deus é um plano completamente diferente da Empresa. Mas, para os trabalhadores, Deus é também um Pai que, concede proteções – ainda que de outra natureza – que os auxiliam na garantia de sua sobrevivência.

que tratada de maneira mais ampla, possibilita uma reflexão mais crítica a respeito dos processos de mudança (Neves, 1995).

Assim, deve-se considerar que são os processos de mudança social e de sua difusão como modernização que tornam possível o conhecimento de determinadas culturas e ambientes como objetos tradicionais, com caráter negativo. É com base nesta perspectiva que Giddens (1991, p.44) afirma que "a tradição tem que ser reinventada a cada nova geração, conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes". Ainda segundo este autor: "nas culturas orais, a tradição não é conhecida como tal, mesmo sendo estas culturas as mais tradicionais de todas. Para compreender a tradição, como distinta de outros modos de organizar a ação e a experiência, é preciso penetrar no espaço-tempo de maneiras que só é possível com a intervenção da escrita" (op. cit., p. 44).

Com base nesta perspectiva, a cultura tradicional encontra-se mais distante do mundo contemporâneo do que em contraposição ou em conjunção ao mesmo. O que se tem atualmente parece estar mais próximo de uma, cada vez mais clara, percepção das mudanças. Os costumes e a cultura outrora tradicional assim deixaram de ser porque deixaram de ser imemoriáveis. Passou-se a questionar, classificar e reatualizar por meio da memória e da apropiação social e política do passado. Conforme Giddens (1991, p. 44), "nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações".

As memórias sobre o passado e sobre o vivido são construídas em um contexto específico que se correlaciona com a construção das memórias. Neste sentido, deve-se considerar os hábitos e perspectivas naturalizadas no presente intrínseca as formas de sensibilidade e de pensamento dos atores. A memória permite ou um reviver de modo a prolongar sua duração ou, pelo contrário, permite uma ruptura com o passado. Conforme Benjamin (1987b, p. 45), a memória de um indivíduo não é a reprodução de sua vida de fato como ela foi, mas é uma vida lembrada por quem a viveu. Destaca-se, assim, não a lembrança, mas o ato de lembrar. Estudando a obra de Proust, Benjamim destacou que, em sua obra, um "acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois. Num outro sentido, é a reminiscência que prescreve, com rigor, o modo de textura" (op. cit., p. 37).

Mas, o ato de rememorar também pode ser uma forma de reatualizar. Desta forma, rememorar é, em certa medida, romper com o passado a partir do momento que o

reconhece. Os processos deixam de ser vividos como tal e passam a ser questionados e classificados. E classificar significa relacionar. O que implica pensar que os processos ao deixarem de ser vividos como tais, passam a ser reatualizados ao serem lembrados ou revividos em relação a processos de mudanças.

Conforme Benjamin (1987c), o período histórico marcado pela experiência tradicional foi um período no qual a experiência transmitida pelos avós e pais por meio dos costumes faziam da experiência um atributo da vivência, intrínseca aos mais velhos. É da sabedoria e da existência vivida de um homem que se extraem as substâncias para as histórias. No momento da morte, as experiências e as sabedorias assumiam "pela primeira vez uma forma transmissível" (op. cit., p. 207). O inesquecível se tornava dizível porque a autoridade de quem o transmitia era aceita. Sua experiência e saber se faziam escutáveis.

Segundo Giddens (1991), para compreender o período tradicional é preciso ampliar o distanciamento tempo-espaço. É precioso criar uma perspectiva de passado, presente e futuro. É preciso criar a percepção da mudança. E, se por um lado, não há sentido em sancionar uma prática por ela ser tradicional no período em que ela é vivência, por outro lado, nas sociedades em que ela deixou de o ser:

> A tradição continua a desempenhar um papel. Mas este papel é geralmente muito menos significativo do que supõem os autores que enfocam a atenção na integração da tradição com a modernidade no mundo contemporâneo. Pois a tradição justificada é tradição falsificada e recebe sua identidade apenas da reflexividade do moderno (op. cit., p. 45).

O processo de incorporação da cultura urbana pela população de Baixa Verde ocorreu, em parte, dada a influência do discurso das empresas que passaram a dominar o ambiente de trabalho, em parte, porque, no âmbito de disputas por interesses territoriais, foi possível que a população de Baixa Verde passasse a ter acesso a alguns bens que, no entanto, foram consolidadas no imaginário brasileiro como elementos urbanos porque denotam melhoria das condições de sobrevivência.

No âmbito desta tensão entre a cultura oriunda dos pais e avós com surgimento de outras culturas progressivamente absorvidas e considerando cultura como fenômeno produzido em sociedades (Pahl, 1966) observa-se que aquela tensão é criadora, mas a classificação (que se faz pela experiência das lutas e consensos sociais) destas outras culturas construídas ainda não é clara.

5. Naturalização das condições de vida

Uma outra perspectiva que ajuda a explicar a adesão dos trabalhadores florestais às recentes mudanças diz respeito ao fato da idealização do presente não se dar apenas em comparação ao passado. Ao mesmo tempo que o *hoje* é descrito em comparação às mudanças também é apreendido de modo relativamente naturalizado. A fala a seguir é ilustrativa:

> Eu acho que hoje está muito bom. Melhorou demais da conta. Porque o sofrimento que tinha era muito né?! Era muito e todo mundo trabalhava satisfeito. Todo mundo vivia alegre... Num tinha uma pessoa que tinha tristeza. É capaz que hoje, ter mais gente triste do que antes. Porque todo mundo tinha aquilo normal, era aquilo mesmo (Entrevista 8).

No presente é possível questionar o passado e descrever comparativamente o presente. Quando o passado era o momento que se vivia ele não era questionado. Portanto, um dos elementos constitutivos da aceitação do momento vivido corresponde, ao menos em parte, à dimensão de normalidade que os atores sociais imputam à vida. Não obstante, o curioso da fala anterior, diz respeito ao fato do passado ser apreendido como um período de péssimas condições de vida e trabalho mas um período onde todos eram muito felizes, sendo o momento atual marcado por mudanças positivas nas condições de vida e trabalho mas um período onde simultaneamente há *mais gente triste.* A adesão, portanto, para alguns parece ser aceitar como normal o momento vivido. Para outros, parece ser valorizar as mudanças. E, para alguns outros, parece ser apenas suportar o momento vivido, ainda que com tristezas. Também conforme uma outra trabalhadora:

> *A gente acostumava com aquilo ali. Você levava aquela vida ali. Só que aquela vida ali, era uma vida que você levava. Você ouvia uma pessoa cantar, você via uma pessoa brincar, você via aquela felicidade... Hoje, você vê pessoas... que tem tudo. Você olha na casa dele assim, tem até quatro carros na garagem. Apartamento, tinha tudo. Ele num tinha a felicidade que a gente tinha.... Chegava em casa cantando. Saia cantando. Era aquela coisa... era aquela alegria.... Vou fazer 49 anos. Trabalho a mesma coisa, feliz. Cantando, levanto de manhã vem pra aqui tranqüila. (Entrevista 3).*

A melhor expressão desta perspectiva de naturalização do presente vivido está nas falas de trabalhadores mais velhos que mencionam que os mais jovens atualmente estão muito insatisfeitos com as atuais condições de vida e trabalho mas que assim pensam porque não viveram a vida de seus pais. Em nome de uma experiência, os pais e familiares socializam os seus filhos e parentes por meio de um discurso permeado por falas como:

> Dou. Dou valor à vida. Estou trabalhando lá, escuto alguém. As pessoas mais jovens, a reclamar. Eu digo: num reclama não. Se vocês levassem a metade da vida que eu já levei, vocês num estavam nem aqui hoje, onde eu estou, trabalhando... Você vê os meninos que vem hoje, você só vê reclamar da vida (Entrevista 3).

E, conforme esta mesma trabalhadora:

> *Para sair já desanimado: eu não quero trabalhar, eu não quero fazer isso, não quero fazer aquilo, a vida começa mal e termina até o final da velhice mal. A vida termina mal. Então... levanto da minha cama às 4:20. 6:00 horas estou saindo, trabalho o dia todo. Quando é 16:00 horas estou chegando. Tomo o meu banho e vou pra máquina [máquina de costura]. Saio dali 22:00 horas e vou dormir. Quando é 4:20 levanto de novo e vou fazer o trabalho. Alegre, feliz, cantando e agradecendo a Deus a força que ele está me dando... Se a pessoa tiver força de vontade, ela não anda nem sem roupa nem morre de fome (Entrevista 3)*[165].

A citação anterior pode ser identificada a um discurso permeado por uma ética do trabalho. Mas uma questão que fica é sobre as possibilidades de apreender esta ética como um fenômeno que vem ocorrendo de modo progressivo à intensificação do assalariamento. Considerando que os trabalhadores mais velhos provavelmente foram socializados por pessoas que ainda não haviam se assalariado, a questão que fica é sobre as possibilidades desta ética se dar pela experiência vivida do disciplinamento fabril. A necessidade do trabalho e o reconhecimento aos que estudaram e se tornaram ricos podem ser elementos importantes para a interiorização desta ética do trabalho difundida pelas empresas.

A fala a seguir faz menção a uma possibilidade de aposentadoria que é contrastada com uma decisão de ainda continuar a trabalhar e, simultaneamente, demonstra as dificuldades que se costuma encontrar no momento da aposentadoria:

> Hoje eu [poderia ter] meu salário de aposentadoria, pela idade que eu tenho. Nunca parei de trabalhar, nunca parei... A primeira assinatura que eu dei na minha carteira eu tinha 17 anos.
> P: E ai, você continuou fichada?
> R: Não, a gente parou um pouco. Eu casei né?! Tive família. A gente parou de trabalhar. Muito difícil, como a gente podia largar os filhos? Não tinha onde largar menino. A gente tinha de cuidar. Depois, trabalhei de novo mais uns tempos. Fichada de novo. Tornei parar oito anos. Agora tornei a fichar de novo. Tem dois meses de novo e sem saber se vou sair. Como será [para] que eu possa ter uma aposentadoria, ter aposentadoria de pelo menos um salário mínimo. Não sei como, de que jeito. Você vai ver, não tem como... Às vezes, ah! não tem prazo. Não tem como tentar. Tem que pagar INPS. A gente hoje, para aposentar você tem que estar ou inválida ou então aleijada ou coisa assim. Se você não estiver, não se aposenta... Todo mundo que me conhece por aqui, sabe que toda a vida que não trabalhei de enxada uns anos pra traz, mas que trabalhei dentro de casa mais do que hoje eu trabalho (Entrevista 3).

---

[165] É possível relativizar esta percepção de *boa vontade* pela fala expressa por esta mesma trabalhadora que explicita sua perspectiva sobre uma certa injustiça que ocorre com alguns moradores de Baixa Verde que até hoje não conseguiram adquirir uma casa própria, registrou a seguinte frase: "então é coisa que, se a gente for colocar tudo assim, fazer aquele levantamento... não chega lá é difícil". (Entrevista 3).

A fala descrita a seguir também é elucidativa da dimensão de aceitação das dificuldades e permite apreender que os sonhos se perdem:

> Fazia roça. Fazia roça. Mexia com roça
> **P:** E tem saudade deste tempo?
> **R:** Eu tinha saudade. Agora num tenho muito mais saudade, porque num estou agüentando mais nada né?! Mas, até uns poucos anos atrás, eu era doido por causa de terra. Agora não, num estou ligando mais.
> **P:** Doido por causa de terra? Queria ter a sua?
> **R:** É, terreninho pra gente... Tantos anos eu trabalhei nesta mata aqui. Hoje, num tem um lugar pra eu plantar um pé de mandioca e dizer que é meu (Entrevista 10).

Também conforme o ex-seminarista[166] já mencionado, é possível apreender este ato de aceitar as dificuldades da vida que se dá em parte pela rotina do cotidiano, em parte pela esperança e em parte pela adesão aos discursos de disciplina de trabalho:

> **P:** O livro que você publicou é sobre o que?
> **R:** Fiz poesia. Um livro chamado "fertilidade é a estrada da vida". Onde eu tento retratar a dureza da vida, que em toda parte é assim. Quando eu falo de pobreza, de coisas que às vezes alarmam... por eu ser poeta, sou um ser bastante sensível e todo ser bastante sensível sofre fácil. Por qualquer *coisinha* fico meio que triste. Mas vou seguindo, tocando a vida. E no mais, a gente tem que levantar cedo. Todos os dias vou pro trabalho e sem reclamar, porque insegurança no trabalho, todo mundo tem. Porque ao mesmo tempo que as firmas estão contratando muito, acontece de haver redução de classe. Tanto eu, como qualquer outra pessoa, está sujeito a perder o emprego. Hoje em dia, não existe trabalho seguro, não é assim?! (Entrevista 19).

A maioria dos moradores de Baixa Verde que sobrevalorizam as atuais condições de vida são pessoas que já possuem a família formada e, portanto, percebem a luta como *"quase vencida"*. Reduzidas as preocupações com a criação dos filhos, a vida passa a ser vista como algo que *graças à Deus foi muito boa, valeu a pena*:

> Quando eu fiz 17 anos..., minha primeira filha nasceu. Ai, começou os trabalhos. Era um filho assim, em um ano e nove meses. Sou mãe de 14 filhos. Lutando, minha filha. Comecei a trabalhar nova..., com nove anos já estava trabalhando nas fazendas. Apanhando café... Minha vida foi uma luta... Mas, graças à Deus estou aí. Trabalhando demais mas, e tenho trabalhado, agora que no estou ne?!.. Vim para aqui, já tem 50 anos, que eu moro aqui. Eu sou mãe de 14 filhos e acabei de criar minha família. Vim só com quatro filhos para aqui, o resto foi tudo criado aqui nesta mata, no meio da mata, no meio da selva, no meio de tudo o que era bicho bravo... O primeiro ano que mudei para cá, nossa foi o ano mais terrível para mim, minha filha, de medo né?! depois a gente foi acostumando... Mas, era triste... Quando eles (filhos) nasceram, tinha que lutar para criar, para ficar maiorzinho..., porque meu marido, era muito bom sabe? Então, ele fazia o possível mas, a gente passava, eu já comi muita comida assim, até sem gordura, porque não tinha recursos de comprar a gordura. Comia a comida só com aquele, só com o sal e o alho... Mas, não tenho arrependimento também não, o que passou né?! A gente passou por tudo mas, Deus deu força para vencer. Criei minha família toda aqui. Acabei de criar tudo aqui. Cresceram, casaram (Entrevista 1).

---

[166] Devido ao fato deste entrevistado se referir em sua entrevista a respeito de um livro publicado como uma outra forma de remuneração além da atividade florestal para explicar as possibilidades de se conseguir sobreviver bem, demanda ressaltar sua especificidade em relações a vários outros assalariados florestais que se apreendem como trabalhador *braçal*, sobretudo, por não terem tido estudos formais.

A curta frase de uma outra moradora é instigante para enfatizar as questões sobre a atitude de aceitar as dificuldades da vida, crença na justiça de Deus e responsabilidade para com a família como um incentivo à buscar pela dimensão positiva da vida:

> Neste tempo meu, num tinha maldade, nada não. Podia deixar aquelas molecadas deste tamanho assim, dentro de casa pra eu ir pra roça buscar trem [alimento].. Nesta época, tinha muita verdura né?! Ia buscar verdura, mamão... tudo quanto há. Ai, trazia pros meninos poder comer. Aquela meninada brincando, ninguém falava nada... era beleza... Achava esta vida penosa mas agradecia a Deus. Mas, hoje se eu voltar aquela vida, pra ter que criar essa família minha, Senhor Jesus, ninguém aguenta não. Nós não damos conta não (Entrevista 14).

Os filhos também condicionam as atitudes dos trabalhadores nas circunstâncias de decidir processar os empregadores ou lutar pela reivindicação de melhorias nas condições de trabalho e de vida. Para alguns moradores, atitudes contra a empresa podem limitar os *direitos* de tirar das *matas* da CAF lenha ou pode ser prejudicial aos filhos, no momento deles começarem a buscar por um emprego:

> **R:** No mais, eu trabalhei 30 anos na CAF. Mas, eu não quis pindurar ela não. Eu num quis pindurar não. Porque eu, tenho filhos. E aqui, tem isso. O camarada que pindurar a firma, ele num pode tirar madeira, nem cipó, no terreno dela não. Se pindurar ela, acabou mesmo.
> **P:** Mas o senhor achava que tinha alguma coisa para reclamar? Tem alguma coisa...
> **R:** Quem num tem o filho pode...
> **P:** E muita gente aqui fez isso?
> **R:** Nosso Deus, fez!
> **P:** O que reclamavam contra a CAF?
> **R:** Minha filha, isso ai num posso te dizer. Uns pensam dum jeito, outros pensam de outro... (Entrevista 18).

Uma outra perspectiva diz respeito ao sentimento das dificuldades da vida que faz com que a mesma seja identificada como um fardo, como indicam falas do tipo: "*não tinha jeito mesmo não*". O peso do fardo está no sentimento e na fala de muitos entrevistados. Quando se interpreta a vida como muito dura é porque, de algum modo, há uma perspectiva do que não deve ser uma vida dura e quando se reconhece que a vida está melhor mas ainda é dura, apreende-se que a vida é, na verdade, um fardo, que os pobres se identificam aos fracos em contraposição aos *fortes*[167] e que lhes resta a redenção de Deus sobre os justos: "o pobre não tem recurso, a vida é muito sofrida, as coisas são muito caras, muito difíceis, só Deus. O rico é que tem..." (Entrevista 13).

---

[167] Pode-se mencionar como os *fortes,* na concepção dos trabalhadores de Baixa Verde, as empresas CSBM e a CAF - proprietárias das terras, os empreiteiros e os políticos.

Um acontecimento recente que envolve duas das atuais empreiteiras que atuam para a CAF em Baixa Verde pode ser ilustrativo. Uma trabalhadora recém demitida do *viveiro* enfatizou que para os *patrões*:

> O que ocorre na rua, não é para levar para dentro do trabalho. E o que acontece no trabalho, não é para levar pra casa. Mas eles são os primeiros a fazerem o contrário. O *patrão* foi muito ignorante comigo. Foi o primeiro a usar o que aconteceu com um filho meu na rua, para me mandar embora (notas de campo).

O filho de 19 anos dessa entrevistada fez o exame médico para a empreiteira Plantar, no entanto: "pelo que tudo indica, o empreiteiro que me mandou embora, fez a *ficha negra* do meu filho. Então, não conseguiu o emprego e não está conseguindo em lugar nenhum" (notas de campo). O rapaz havia pedido dinheiro para algumas pessoas para ir à sede de Dionísio tirar o certificado de reservista, tendo conseguindo o dinheiro numa loja. Mas: "acusaram ele, de ter arrombado uma casa pra pegar estes R$ 10.00. A policia pegou ele" (notas de campo). O rapaz foi levado à Delegacia de Dionísio e a mãe foi avisada quando ainda estava trabalhando no *viveiro*, o que a levou deixar o serviço antes do horário de término da jornada de trabalho. À noite, estava indo para a Igreja quando foi abordada na rua pelo proprietário do *viveiro* e demitida:

> *O patrão me disse que eu podia passar lá no escritório para acertar as conta... Achei que ia morrer. Me senti muito humilhada. Sobretudo, pela amizade que eu tinha com os vizinhos (da casa arrombada). Tenho a certeza que eu luto, passo fome, mas eu nunca apoiei meus filhos fazerem uma coisa dessa. Minha mãe, não ensinou uma coisa dessa. Não esqueço. Quem bate esquece, quem apanha alembra... E, não sumiu nenhum alfinete. No entanto, nem assim eles retiraram a queixa. Agora, parece que descobriram quem realmente arrombou a casa (notas de campo).*

No tocante à sua demissão acha que:

> Uma coisa que não tem nada haver com a outra. Além do que eles não tem prova. Todo mundo fala comigo pindura este homem. Mas ele tem dinheiro e eu não tenho. Então não vou fazer isto não. É Deus que vai fazer... Eu devia ter subido no palanque[168] e, falado isso. Mas não faço isso não, porque eles são mais fortes e eu só fraca. Nós, no comitê, somos muito ofendidas. Eles, no momento das eleições, defende a gente por tudo. Depois, saem fora de qualquer coisa. Aí, você fala algo... eles depois falam que não disseram nada não, que é tudo mentira... Você fica como louca. Inclusive deixa eu falar, já que você num vai mostra pra ninguém. Um empreiteiro me disse que, se eu votasse no prefeito x, conseguiria emprego pra mim e pro meu filho. Quem arrumaria é o vice do prefeito. Porque ele tem empreiteira. Mas eu disse que meu voto não vendo não. Meu voto já tenho para quem dar. Mas disse pra ele que sobre o voto do meu filho, que ele podia falar com ele. Porque se ele preferisse eu num ia ser contra.... Falam que tem que votar no fulano porque senão são mandados embora. Os encarregados chamam a turma de [trabalhadores] de manhã [no ambiente de trabalho] e falam em quem vai ter que votar. As pessoas ficam em silêncio. Ficam indecisas, mas na hora, votam em quem

[168] Esta entrevistada, no momento da pesquisa, estava trabalhando no comitê político de um dos candidatos à prefeitura de Dionísio.

> eles realmente querem, porque ninguém fica sabendo mesmo, quem é que votou em quem.

De modo geral, é possível dizer que um momento de conflito pode permitir uma reinterpretação, por parte do trabalhador sobre o discurso dominante das empresas por meio de sua própria experiência ou ao menos permite uma ruptura com o compromisso ou com a necessidade de silenciamento e que permite enfatizar como o sentimento de pobreza se associa com o sentimento de ser *fraco* e que, por fim, permite uma apreensão da resistência como resistência às dificuldades da vida e não resistência contra os injustos. O que remete ao que é primordial para estas pessoas: o lutar: "a nossa vida é uma luta". No sentido que há uma possível relação com o conseguir viver, construir a família e criar os filhos. Assim, o ir contra a empresa é fechar oportunidades aos filhos e também toca numa segunda questão que é a relação entre resistência e religião, no sentido de que a justiça contra os injustos quem deve fazer é Deus.

Conforme um antigo trabalhador, é necessário intervenção externa para gerar transformações positivas nas relações precárias de vida dos pobres, em razão dos prejuízos possíveis que o trabalhador pode sofrer se ele próprio buscar intervir em sua situação de trabalho:

> *A gente pobre num pode fazer nada. Foi gente de fora que viu essas coisas e mexeu pra gente, sabe? Foi que melhorou. Porque nós, os pobres, não temos condições. Porque, vamos supor que eu sou muito aceito aqui, eu estou muito satisfeito aqui. Eu to muito satisfeito na empresa. Mas, essas pessoas vieram... igual você assim, chegaram e perguntaram a gente... Mas eu não posso reclamar não, porque se tem alguma coisa a falar, eu não vou falar. Vou falar por causa de que? Só eu num adianta. Tem que ser todo mundo unido. Então, o que acontecia com nós é isso aí. A gente, com medo de falar, vai levando. A gente de falar sozinho, o patrão manda embora. E isso ai... (Entrevista 4).*

Uma fala já mencionada no segundo capítulo permite uma outra leitura dos impactos desta relação entre *fortes* e *fracos* sobre o comportamento dos trabalhadores. Conforme uma antiga moradora: "a corda arrebenta no lado mais fraco né?! Se eu fosse *caçar* demanda, eu ia sair [da casa em que morava nas *matas*] sem nada... Ia lutar com a vida, com os meus meninos pequenos" (Entrevista 1). Apesar desta percepção sobre uma desigualdade de *forças*, é necessário relembrar que esta entrevistada afirmou não ter ido contra a CAF no momento em que esta empresa estava retirando os moradores das *matas*, mas também afirmou que foi à busca de um advogado que possibilitou ao menos um acordo que lhe permitiu ter recebido daquela empresa a doação de uma outra casa. O importante a ressaltar, então, é que em algumas circunstâncias a percepção de uma

relação de força desigual entre trabalhadores e seus empregadores não necessariamente impede a busca de reivindicações em favor de si próprio.

Um antigo morador de Baixa Verde que sempre trabalhou com produção de carvão, com lavoura e sempre desejou ter um pedaço de terra para plantar, narrando as atuais dificuldades de se plantar lavoura em Baixa Verde e mostrando indignação com as áreas todas ocupadas com eucaliptos e com bois, afirmou que, para se acabar com as injustiças do mundo, só Deus ou então os trabalhadores se unirem ou ainda o governo conceder terras para os trabalhadores e obrigar a todos irem trabalhar com *roça*:

> Mas, este negócio menina, só Deus pode concertar este mundo. Homem nenhum vai concertar este mundo mais. Homem nenhum. Só Deus.
> **P:** Você acha que se os homens se unissem não conseguiam?
> **R:** Ah, sei lá. Mas, num une. Um passa pro um lado. Outro, pra outro lado. Um quer uma coisa. Outro, que outra coisa. E pra mim, resolvia o problema é assim, se o governo mandasse repartir, mandasse este pessoal pro mato. Mandar plantar roça. Plantar de tudo. Aí, resolvia o problema. Até obrigar. Porque muita gente hoje, está querendo ganhar o dinheiro. Ninguém está querendo puxar enxada mais não. Porque acostumou com Companhia. Acostumou trabalhar com Companhia.
> **P:** Mas, na Companhia as pessoas também não ganham pouco e trabalham muito?
> **R:** Ganha pouco e trabalha muito. E alem de tudo, come muito mal (Entrevista 10).

Ao mesmo tempo em que é possível afirmar uma certa predominância de visões positivas em relação às recentes mudanças sociais e nas relações de trabalho, também é possível afirmar a existência de visões negativas. Os atuais moradores desempregados não possuem perspectivas positivas sobre as transformações recentes. E há trabalhadores mais antigos que destacam a atual quase inexistência de possibilidades de se ter lotes de lavoura para plantio, descrevendo um cenário negativo sobre o atual momento que caracteriza a vida em Baixa Verde.

Conforme vem sendo mencionado ao longo desta dissertação, a eliminação dos lotes de lavouras, modificou a vida dos trabalhadores no tocante à sua alimentação e condições de manter de modo mais autônomo a sobrevivência da família. Em parte, as transformações no âmbito das relações de trabalho nas atividades florestais geraram modificações também na organização da estruturação das famílias no tocante às obrigações de cada membro. Assim foi possível observar moradores que mencionaram o passado nas *roças* como um momento muito difícil. Outros falam deste passado como um momento saudoso. E existem aqueles que observaram o passado na *roça* como momento difícil mas saudoso. O depoimento a seguir é um exemplo das perspectivas negativas sobre o trabalho na *roça*:

> Ás vezes, a pessoa batia enxada a semana inteira. Quando era no fim do ano, não colhia nada. Às vezes, dava uma época que não dava chuva direito... Não colhia nada, ficava o tempo perdido. Não é igual hoje. Hoje não. Hoje você, Graças a Deus, hoje a pessoa quase não mexe com roça. Quase ninguém mexe com roça mais não. Acabou os fazendeiros. Não tem mais ninguém pra trabalhar para eles. Ninguém hoje é bobo mais (risos) Tempo triste era aquele tempo que o fazendeiro, a pessoa trabalhava pro fazendeiro, chegava lá, tinha que sair com o sol já de noite quase, né, boba?! (Entrevista 1)

Essa fala parece se referir a um tipo de trabalho pelo qual se trabalhava com lavouras como diaristas para aqueles que tinham posse ou propriedade, em um contexto onde, como já referido, a maior parte dos proprietários de terra com maiores condições de produzir estavam se inserindo nas atividades de produção de carvão, atuando como empreiteiros da CSBM. Este ponto ganha maior relevância quando se considera que para o caso daqueles que trabalhavam com lavouras a meia ou a terça as perspectivas são mais positivas do que para com aqueles que eram remunerados apenas pelo dia de trabalho. Ademais, o depoimento anterior destaca as condições precárias de trabalho - *a pessoa trabalhava pro fazendeiro, chegava lá tinha que sair com o sol já de noite quase* – que são condições que também foram averiguadas no âmbito das atividades florestais, sobretudo há aproximadamente 30 anos atrás. Como já mencionado, muitos carvoeiros, por exemplo, costumavam trabalhar durante todo o dia. De qualquer forma, a *roça*, na perspectiva atual de alguns trabalhadores, é comparada com a realidade dos dias de hoje, baseada nas atividades florestais que, conforme suas falas, é um trabalho precário e mal remunerado mas que passou por transformações positivas que acabaram por minimizar as precariedades do trabalho.

Se, por um lado, a avaliação sobre as mudanças nas condições de trabalho, no tocante às atividades florestais é predominantemente positiva, por outro, muitas menções demonstram que é sobretudo devido à proibição dos lotes para lavoura, ao fechamento das empreiteiras da CAF que trabalhavam com plantio de grãos e verduras e sobretudo devido à formação dos pastos que muitos antigos trabalhadores rurais deixaram de trabalhar com lavouras na área de Baixa Verde. Conforme uma moradora:

> *Eu colhia muito milho, muito arroz. Depois, começou a ficar muito difícil. Quando consegue um lugar pra plantar é muito longe. A terra é ruim. Ficou muito difícil, então eu desisti. Num sei ficar parada. Então eu planto uma hortinha no meu quintal, porque sem minhas folhas num fico não (notas de campo).*

Uma outra moradora também mencionou sobre a atual dificuldade de se plantar lavoura, justificada pelo fato da CAF não liberar terrenos. Disse ser contra *invasão* de

terras: “mas pior do que a invasão é a transformação de todos os terrenos em pastos” (nota de campo). Mostrando realmente insatisfação com a estrutura de Baixa Verde, disse que tem muita vontade de ir embora, porque para ela: “aqui é muito bonito, muito bom de viver, mas não tem recursos. Aqui em casa eu não posso plantar” (nota de campo). Também afirmou que há atualmente muita pesca e que para muitos é uma forma de substituir a ausência da lavoura, mas dependendo do lugar e das condições, a pesca é proibida.

A insatisfação de alguns atuais moradores com os pastos se justificou pela dificuldade de se ter emprego nas fazendas de criação, pela deterioração das terras e, sobretudo, pela atual dificuldade de se ter terra para plantar lavouras. Assim, um trabalhador relatou:

> De maneira que o povo antigamente, do tempo que isso aqui era sofrimento porque o povo trabalhava pra demais, era de machado [cortando lenha], era plantar roça... Agora depois que desmatou, que formou a pastaiada ficou pior. Ficou pior porque até pra tocar cultura aqui é difícil. O capim aumentou demais. As vezes uma pessoa vai pegar uma área pra plantar, ele num dá conta porque o capim é muito. Antigamente num tinha. Num tinha capim no tempo de mata. Pra achar capim era muito difícil. Mas depois que começou a formar a área, formou tanto que passou é dar prejuízo. De maneira que é uma história né?! (Entrevista 13).

Um outro trabalhador comentou que:

> Onde chegou os eucaliptos, chegou miséria
> **P:** O Senhor acha?
> **R:** Foi chegando uai! Acabou os terrenos de planta. Tomou tudo pra plantar eucalipto. Eucalipto e boi. É o que é aqui. Aqui, num tinha boi, num tinha nada, num tinha eucalipto, num tinha nada. Fazia carvão, plantava à vontade. Boi hoje, num tem condição. Num tem terra pra plantar mais, porque é boi tudo. Esta baixada aí abaixo, tudo foi *arrozalio.* Plantou capim em tudo... O pobre sofre por isso. Começou com boi, o pobre vai num pode comprar carne. Num pode comprar. A pessoa trabalha... salário mínimo. Num pode comprar não. Ele come é os pedacinhos, muito pouco (Entrevista 11).

Esta fala indica o estranhamento por parte dos trabalhadores florestais no tocante a uma atividade de plantar árvores. O estranhamento se fundamenta com relação às atividades que eliminaram as possibilidades de se plantar o próprio alimento. O eucalipto tanto quanto o boi ocupam a área de plantio de lavoura e não proporciona um melhor salário para o trabalhador. Nesta sua percepção o trabalho com lavoura parece ser sobrevalorizado com um momento onde o pobre vivia com menos miséria.

É explícito nas falas o estranhamento e a indignação no que diz respeito à ocupação de áreas com potencial agrícola para criação de gado, o que ressalta a hipótese

anterior a respeito dos processos de acionamento do medo do desemprego em cada um dos atuais trabalhadores (as) e demais membros de suas famílias.

A percepção das atividades florestais como progressivas, mecanizadas e bem organizadas por grandes empresas aparece em falas que não qualificam o eucalipto de modo isolado. As lembranças sobre as matas nativas devastadas em Baixa Verde podem ser apreendidas como uma das dimensões construídas por discursos ambientalistas que foram incorporados não só pela população local mas também, e de modo estratégico e necessário, pelas empresas siderúrgicas e reflorestadoras. Para a atual presidente da Associação dos Moradores de Baixa Verde, o antigamente é apreendido como o tempo onde se desmatava as florestas nativas. Para ela, ficou a recordação de quando "era criança e sem entendimento suficiente" e que "admirava quando via caminhões carregando madeiras... [alguns] carregavam uma única madeira pela largura do tronco" (notas de campo).

O que para alguns pode ser apenas uma admiração bastante passiva de despertar nas crianças, é para aquela moradora algo lembrado com culpa. Mas, curiosamente, todo o discurso desta moradora é de defesa das indústrias florestais atuantes em Baixa Verde.

> Já para alguns outros trabalhadores, o eucalipto é o futuro por que a partir dele se produz o aço e a partir do aço pode-se construir o que quiser. Entretanto, o eucalipto também é entendido como algo prejudicial: "este negócio de eucalipto, este trem pra mim estragou, estragou o país muito... num dá uma fruta... Só dá pau... A realidade fica pequena" (Entrevista 13). Assim, simultaneamente e paradoxalmente, o eucalipto é percebido como *o futuro do país* e como o *que estragou o país.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo fundamentou-se basicamente na análise das transformações do trabalho florestal no estado de Minas Gerais, parte das regiões Central e Rio Doce. Nessas regiões, a natureza do trabalho transformou-se a partir das relações entre a trajetória do trabalho de determinadas localidades e a consolidação da siderurgia e das atividades de reflorestamento. Em que pese a diversidade de atores envolvidos (setores econômicos, o Estado, entidades de representação de interesse, população local), o estudo que se fez baseou-se nas perspectivas e memórias de parte da população do distrito de Baixa Verde.

Baixa Verde, como uma *vila* onde se concentram assalariados florestais, foi o recorte empírico que permitiu observar alguns aspectos da dinâmica das mudanças de parte das regiões mineiras a partir do final da primeira metade do século XX. Iniciando sua história em uma área de mata nativa, Baixa Verde ilustra como se deu o início das mudanças do espaço físico e simultaneamente da vida e das relações de trabalho da população local. Buscou-se compreender os efeitos das transformações mencionadas na sociabilidade das famílias de trabalhadores.

Neste processo de transformação da natureza do trabalho criou-se uma nova categoria social: o assalariado florestal. Excluindo o caráter recente da economia florestal e o fato de não se tratar de produção alimentar, foi possível apreender semelhanças entre a economia dos plantios homogêneos de eucaliptos e outras monoculturas como café ou cana-de-açúcar, sobretudo no tocante às relações de trabalho. Uso de empreiteiras, busca por alternativas tecnológicas, expropriação de trabalhadores, construção de *vilas* habitacionais para os empregados, alterações nas relações de reciprocidade e na organização social e familiar.

O momento inicial de surgimento da siderurgia em Minas Gerais no século XX ocorreu em um contexto no qual, para muitos trabalhadores rurais, a atividade florestal era apenas uma alternativa de trabalho. Posteriormente, relações entre empresas, Estado, entidades de representação de interesses e populações locais foram produzindo uma reestruturação fundiária e uma reestruturação social que, ao menos em parte, ocasionou um momento no qual, para uma parte dos trabalhadores rurais locais, a atividade florestal passou a ser a principal possibilidade de trabalho. Esta possibilidade foi valorizada e aceita por alguns e rejeitadas por outros. Entre os que não possuíam mais

condições de trabalhar a terra e que rejeitaram o assalariamento, uma alternativa foi a migração para outras regiões de Minas Gerais ou para outros estados do país.

A trajetória dos trabalhadores de Baixa Verde foi abordada pela pesquisa apenas a partir do momento em que eles ocuparam a área de mata nativa. A pesquisa centrou-se na história daqueles que ainda estão no distrito.

Com base na literatura, buscou-se ressaltar que Minas Gerais possuiu um tipo de ocupação e uma política colonial específica que permitiu uma certa proteção ao ecossistema florestal e aos seus primeiros habitantes até o final do século XIX, a despeito de sua diversidade econômica - agricultura predominante mas articulada com mercados internos e externos, pequenas fábricas têxteis e pequenas fundições de ferro. Já a partir do século XX, a base primordialmente agrária da estrutura sócio-econômica das regiões Central e Rio Doce passou a ser questionada. No governo do estado, havia uma disputa de poder político entre representantes (sobretudo profissionais liberais) daquelas regiões e a oligarquia agrária da região Sul. No âmbito destas disputas e num contexto de crise do setor cafeicultor, ganhou força política um projeto de industrialização. Foi central nos debates políticos a identificação de Minas Gerais com sua vocação para a exploração de minérios. Assim, a pequena propriedade agrícola foi economicamente desqualificada tanto quanto o modo de vida rural e consolidaram-se os projetos para a implementação da grande siderurgia. Iniciou-se o processo de fragilização da agricultura e a intervenção industrial no meio ambiente e social. Aqueles que foram tidos como *atrasados* foram progressivamente servindo de mão-de-obra para a indústria. Foi se consolidando o assalariamento.

Parte da natureza das transformações correlaciona-se com a expansão, veloz, do acesso ao dinheiro e bens materiais que passaram a poder ser adquiridos no mercado. Este fenômeno em Baixa Verde se expressou pelas falas que idealizam o presente onde há maior acesso a recursos financeiros, móveis e bens eletrônicos o que não era possível para a época em que viviam nas *matas* em casas de pau-a-pique sem energia elétrica. A natureza das transformações também se caracteriza pela intensificação da concentração das terras onde a siderurgia e o reflorestamento se consolidaram. Ademais, esta mudança na estrutura fundiária ocorreu simultaneamente com uma mudança do espaço ambiental.

Como mencionado no primeiro capítulo, observou-se que as siderúrgicas primeiramente utilizaram carvão vegetal produzido por terceiros, proprietários de terras próximas às instalações das empresas. Alguns deles, eram pequenos proprietários.

Muitos trabalhadores se empregaram em grandes fazendas para produzirem carvão vegetal que seria vendido para as siderúrgicas, ou mesmo passaram a produzir carvão em suas próprias pequenas propriedades. Posteriormente, para garantir o controle da oferta de matéria prima vegetal as siderúrgicas passaram a comprar florestas (por meio de incentivos fiscais), devastá-las e depois formar plantios homogêneos de eucaliptos. Assim, foi se dando uma reestruturação fundiária que fragmentou progressivamente as propriedades, impossibilitando muitas famílias de continuarem se mantendo unicamente da produção agrícola. Mesmo entre as que mais resistiram, algumas ficaram ilhadas entre plantios de eucaliptos. Pressionadas, vendiam suas terras. Ademais, há indícios de grilagens. Houve também a difusão de um discurso sobre a superioridade do trabalho para as indústrias, incorporado por trabalhadores que então foram vendendo suas terras.

Quando as siderúrgicas deixaram de utilizar carvão produzido por terceiros, estes se tornaram empreiteiros que exerceriam as atividades de sub-contratação da mão-de-obra. Desta forma, as siderúrgicas formaram suas próprias áreas florestais e criaram uma nova lógica de organização do trabalho. Além de se desresponsabilizarem da contratação de mão-de-obra, difundiram uma perspectiva de serem portadores de uma tecnologia que permitia incorporar o trabalhador rural sem qualificação técnica especifica, o que no entanto serviu sobretudo para rebaixar a sua remuneração.

Não obstante, as mudanças decorrentes da consolidação das siderúrgicas não foram homogêneas. Além do caráter intenso, veloz e produtor de diferenciações sociais a partir da apropriação de empreiteiros e da formação de uma nova categoria, o assalariado florestal, o modo de existência das transformações das novas lógicas de organização do trabalho também foi permeado por algumas necessidades de reservar, disciplinar e controlar a mão-de-obra. Neste sentido, desde o início para as primeiras siderúrgicas instaladas em Minas Gerais, a construção de cidades habitacionais e os programas de assistência social foram cruciais, mas progressivamente desnecessários. O investimento com infra-estrutura para a construção de espaços abrigando não só a indústria, mas também sua mão-de-obra, foram ao longo do tempo perdendo seus atributos e funções. Tais investimentos foram sendo transferidos para o setor público à medida que as transformações no espaço físico e social já haviam consolidado o reflorestamento como a principal atividade ofertante de trabalho. As *vilas* de assalariados foram importantes mecanismos de imposição de um controle e de uma disciplina e um meio de ser aglutinar e reservar mão-de-obra disciplinada e treinada para o trabalho florestal.

Nas *matas* de Baixa Verde já se trabalhava para outro, mas a existência de lavouras, o caráter familiar do trabalho florestal pelo qual os trabalhadores tinham a ajuda da esposa e dos filhos reafirmava muitos costumes e práticas da antiga lógica de trabalho tradicional daquela população das regiões Central e Rio Doce. As mudanças decorridas da construção da *vila* não apenas transformaram as relações familiares e de trabalho, mas as transformaram de um modo específico que, mesmo não eliminando por completo alguns daqueles costumes e práticas, os desqualificou, gerando assim uma nova lógica de organização do trabalho e mesmo de algumas dimensões da vida que, a despeito das semelhanças com o passado, rompe com este. Em Baixa Verde, este rompimento se materializou na atual inexistência de áreas para plantio; na ampliação do assalariamento para a maior parte da população local; na reestruturação produtiva da CAF que imputa ao trabalhador melhores condições de trabalho e na disciplina a trabalhar motivado. A intensificação do trabalho passa a ser incorporada por alguns trabalhadores como uma ação de sua própria vontade.

Pensar nesta disciplina fabril para o caso de algumas mulheres, parece ser um exemplo coerente de controle da empresa sobre a vida privada dos moradores da *vila*. Isto porque, como mencionado no terceiro capítulo, algumas mulheres vivem a tensão da decisão entre se assalariar ou apenas manter seus hábitos domésticos.

Portanto, por mais que o tema do controle da CAF sobre a vida privada dos moradores de Baixa Verde não tenha sido aprofundado pela pesquisa, é possível afirmar que, em alguma medida, uma disciplina fabril e uma ética do trabalho assalariado venha sendo incorporada por grande parte dos moradores. O trabalho florestal passou a ser um elemento socializador. Crianças se socializam em um ambiente onde há uma forte produção do consenso por parte das empresas reflorestadoras e produtoras de carvão e onde há uma substancial dependência econômica por aquelas empresas.

Uma outra característica da natureza das transformações estudadas pela pesquisa diz respeito ao papel do assalariamento na formação de grupos. Da lógica do trabalho, em alguma medida, bastante restrito ao grupo familiar, passa-se a trabalhar em turmas e equipes. Trabalha-se com parentes, vizinhos, moradores de localidades vizinhas. Alguns entrevistados afirmaram que possuem a sensação de ter um maior contato com os colegas de trabalho, do que com outros vizinhos aos quais apenas se cumprimenta e mesmo maior do que com o que se tem com a família.

Observam-se transformações na expansão do tempo de trabalho sobre o tempo para a família devido à nova lógica de trabalho que separa o trabalhador da família e

amplia o número de pessoas com quem se convive. A interação diária e cotidiana com um maior número de experiências diversas ampliam a formação do pensamento de cada um, que incorpora fragmentos de discursos oriundos de práticas diversas e cria percepções de mundo não necessariamente inequívocas. Não se trata de uma interação que antes era restrita apenas à família. Sempre houve interação com parentes e vizinhos. Mas o assalariamento torna tal interação uma prática rotineira e envolvida em um universo no qual o controle das regras pertence a um outro, de certo modo, externo. A nova lógica de trabalho incorporado pela CAF e suas empreiteiras incentiva a competição, a concorrência e a hierarquia. Cria grupos, amizades e conflitos. Cria controles internos aos grupos. Os comportamentos passam a ser conduzidos não apenas por novos padrões de exigência e proibições que qualificam e desqualificam as ações sociais mas por formas diversas de interpretação sobre o padrão da ética do trabalho. Há fragmentações da lealdade antes restrita ao universo familiar.

Historicamente, a consolidação do medo nos padrões morais de conduta é resultado de uma *moral civilizatória* que teve como um de seus principais pilares a instituição da seriedade e do comportamento auto-policiado. Os homens deviam controlar seus sentimentos e desejos (Elias, 1994). Tais padrões sociais naturalizaram-se. Tornaram-se inquestionáveis, de tal modo que os costumes anteriores aos costumes civilizados não apenas geram estranhamento mas asco e, neste sentido, são inferiorizados (Elias, 1994; Foucault, 2004b; Bakhtin, 1987). Exemplifica este tema, a fala de uma entrevistada que afirmou que, nos primeiros anos em que viveram na *vila*, as pessoas ainda preservavam alguns costumes, percebidos pela entrevistada como hábitos inferiores. Conforme ela, as pessoas não aprenderam facilmente que não podiam, vivendo na *vila*, ter hábitos como criar porcos no quintal. Há então uma dimensão de controle moral mas também uma relação com a ampliação da interação social. Não se vive mais em casas relativamente distante das casas vizinhas. As residências são construídas uma ao lado da outra. A ampliação das interações e das experiências ampliam o diverso. Permite o equívoco, o ambíguo, a angústia, a tensão. O medo é fruto da possibilidade de ações diversas. E se dá quando há uma imposição de determinadas condutas mas também se dá quando os significados se embaralham. Perdem seus sentidos claros de imediato.

Buscou-se ao longo da dissertação, enfatizar o que se chamou de ambigüidades da memória, fruto de uma memória seletiva. Ambigüidades da memória que, no entanto, tece uma linguagem e uma cultura específica que começa a consolidar uma história

iniciada com as mudanças a partir do final da primeira metade do século XX. As ambigüidades da memória podem ser, ao menos em parte, consideradas como uma expressão da ausência de perspectiva de mudança histórica, o que, entre outras coisas, silencia, até mesmo para o próprio indivíduo, as perspectivas sobre o futuro. Este tema não pode ser explorado, mas se expressou no silenciamento sobre o caráter cíclico do reflorestamento e sobre os possíveis riscos de uma nova fase de desemprego para a maior parte da população local, considerando que, agora, diferentemente do período passado, muitas famílias não se mantém mais apenas com a remuneração do marido mas também com a das mulheres. As perspectivas de futuro também se expressam nas várias falas que conotam uma certa perspectiva da vida como algo inevitável.

Interessada em entender a história da localidade escolhida para estudar, as entrevistas em muitas circunstâncias, podem ter condicionado as falas de modo que a memória dos entrevistados parassem na década de 1940, quando se iniciou a história de Baixa Verde. Naquela década, o surgimento das siderúrgicas e reflorestadoras passou a difundir as perspectivas sobre a agricultura como uma atividade atrasada, o modo de vida do interior mineiro como inferior, a indústria como a chegada da *civilização*. Este discurso parece coerente com as perspectivas da população local ainda hoje presentes em suas falas sobre os acontecimentos presentes e futuros como inevitáveis. Uma vez que tais discursos possuem uma forte dimensão cristã, pensa-se que este é um elemento que persiste. De qualquer forma, os discursos difundidos pelas siderúrgicas nas décadas de 1940 e 1950, bastante coerente com as idéias políticas e acadêmicas sobre mudança social como um acontecimento linear e progressivo, foram incorporados pela população local de modo que é possível supor que a visualização atualmente possível sobre o *atraso* como um estigma é resultado do próprio dinamismo do *atraso* como fenômeno histórico concreto, mas em correlação a uma mudança também concreta em curso.

As perspectivas de parte da população de Baixa Verde sobre o presente demonstraram uma aceitação positiva do assalariamento florestal. Não obstante, considerando a dependência daquela *vila* em relação ao trabalho florestal; considerando que a perspectiva sobre o presente se fundamenta em sua relação com um passado, também no trabalho florestal, percebido como sofrimento (o que explica a existência de uma concepção, sobretudo, dos mais velhos, sobre o presente como um tempo onde as condições de trabalho e vida são melhores mas há um maior número de jovens insatisfeitos); e considerando as ambigüidades das falas, uma consideração final sobre as transformações estudadas diz respeito ao fato das mudanças recentes, em alguma

medida, não terem eliminado o *atraso* da população local, permitindo ainda que a mesma continue sendo desqualificada como mão-de-obra.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Gervásio Basílio. **Baixa Verde: Um paraíso no Vale do Aço.** Edição do autor, 1996.

BAILEY, F.G. "Gifts and Poison". In: ____. **Gifts and Poison**. Oxford: Basil Blackwell, 1971.

BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Hucitec-UnB, Brasília, 1987

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995

BARTH, Fredrik [org. Tomke lask]. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de janeiro: Contra Capa, 2000

BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito de história". In: _____. **Obras escolhidas. Vol. I: Magia e técnica, arte e política**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1987a

_____. "A imagem de Proust". In: _____. **Obras escolhidas. Vol. I: Magia e técnica, arte e política**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1987b

_____. "O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai leskov". In: _____. **Obras escolhidas. Vol. I: Magia e técnica, arte e política**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1987c

BOURDIEU, P. "O sentimento de honra na sociedade Cabília". In: Peristiany, J. G. **Honra e Vergonha – Valores das Sociedades mediterrânicas**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1965

Boschi, Caio C. Apontamentos para o estudo da economia, da sociedade e do trabalho na Minas colonial. In: **Análise & Conjuntura,** Belo Horizonte, v. 4 – n.s 2 e 3 – Maio-Dezembro de 1989

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. "Cenários e momentos da vida camponesa: três dias de caderno de campo em uma pesquisa no Pretos de Baixo do Bairro dos Pretos, em Joanópolis, São Paulo". In: NIEMEYER, Ana M. de & GODOI, Emília Pietrafesa de. (org.). **Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos**. Campinas: Mercado de letras, 1998

BRITO, Fausto R. A.; OLIVEIRA, Ana Maria H. C. de e JUNQUEIRA, André C. "A ocupação do território e a devastação da Mata Atlântica". In: PAULA, João Antônio de (coord.). **Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR; ECMVS; PADCT/CIAMB, 1997

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1982

CARTILHA dos ambientalistas do Extremo Sul da Bahia, s/d

CARVALHO, André. Enciclopédia dos Municípios Mineiros, Volume I: Belo Horizonte, Armazém das Idéias, 1998

CARVALHO, José Murilo de. "Brasil: nações imaginadas". In: _____. **Pontos e Bordados: escritos de história e de política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998

CERQUEIRA, Regina Coeli. **Estratégias de Introdução Agroindustrial: Os agricultores familiares e a Aracruz Celulose na Zona da Mata Mineira.** Dissertação de Mestrado, apresentada ao CPDA-UFRRJ: Rio de Janeiro, 1993

COSTA, Heloísa Soares de Moura. **Vale do Aço: da produção da cidade moderna sob a grande indústria à diversificação do meio ambiente urbano**. Tese de Doutorado em Demografia, apresentada ao CEDEPLAR- UFMG: Belo Horizonte, 1995.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 1996

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG/PROED, 1981

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: Uma história dos Costumes**, Volume I. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. **Os estabelecidos e os Outsiders 2000. Rio de janeiro**: Editora Jorge Zahar Editor, 2000.

FASE/FETAES. **Fomento Florestal: exploração florestal no Brasil e no Espírito Santo**. Vitória: FASE/FETAES, s/d

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1983.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Edições Graal, 2004a

_____. **História da Loucura**. São Paulo: Perdpectiva, 2004b

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Edunesp, 1991

GILMORE, David. **Agression and Community: Paradoxes of Andalusian Culture**. London: Yale University Press, 1987.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira. Nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

_____. **Relações de Força. História, Retórica, Prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GONÇALVES, Múcio Tosta. **Política florestal e interesses agroindustriais no estado de Minas Gerais: um estudo do Instituto Estadual de Florestas-IEF**. Dissertação de mestrado, apresentada ao DCP-UFMG: Belo Horizonte, 1990

_____. **Pau que nasce certo e entorta a vida dos outros**. Belo Horizonte: CPT-MG/PARC-JATAN/CEMEPAF, 1995

_____. **Identidade e Representação: Algumas interpretações a partir da fala de camponeses e trabalhadores rurais no Litoral Norte da Bahia**. Belo Horizonte: Cadernos Temáticos SPEMG, 1997

_____. **Nós da madeira: mudança social e trabalhadores assalariados das plantações florestais nos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais**. Tese de Doutorado, apresentada ao CPDA-UFRRJ: Rio de Janeiro, 2001.

GONÇALVES, Múcio Tosta e MACHADO, Carlos Wagner C. "Reflorestamento e mudanças nas condições de vida no Litoral Norte da Bahia". In: **Cadernos do CEAS**, Salvador, n.º 161, pp. 23-34, janeiro-fevereiro de 1996

HEREDIA, Beatriz. **A morada da vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Volumes 25 e 26. Rio de Janeiro: IBGE, 1959

JACOB, Rodolpho. **Minas Gerais no XX século.** Volume I. Rio de janeiro: Impressores. Gomes, Irmão e C., s/d [prefácio assinado com a data de 1910]

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**. São Paulo: Brasiliense, 1988

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de janeiro: Iuperj/Ucam, Ed. Revan, 1999.

LIMA, Walter de Paula. **Impacto ambiental do eucalipto**. São Paulo: Ed. da USP, 1993

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MACHADO, Carlos W. C. **Reestruturação produtiva e trabalho florestal na produção de celulose no Vale do Aço, MG**. Dissertação de Mestrado, apresentada ao CEDEPLAR-UFMG: Belo Horizonte, 1998.

MARTINEZ-ALIER, Verena. As mulheres do caminhão de turma. In: Pinsky, J. (org.). **Capital e Trabalho no campo**. São Paulo: Hucitec, 1977

MARTINS, José de S. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. Introdução. In: _____.(org). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000

_____. **O sujeito oculto. ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999

MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do leste**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973

MEYER, Doris Rinaldi. **A terra do Santo e o Mundo dos Engenhos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

MONTE-MÓR, R. L.; COSTA, H. S. M et alli. "Ocupação do território e estrutura urbana". In: PAULA, João A de. **Biodiversidade, população e economia**: uma região de Mata Atlântica. Belo Horizonte: UFMG, 1997

NEVES, Delma Pessanha. "As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno". In: **Ciências sociais Hoje, 1987**. São Paulo: Cortez, 1987

_____. "Mudança Social : Exorcizando Fantasamas". In : **Antropolítica**. Vol 1, n. 01, jan-jun, 1995

Padrão, Luciano N. **Processo de trabalho em tempos de reestruturação produtiva: estratégias de controle na agricultura canavieira**. Dissertação de Mestrado, apresentada ao CPDA-UFRRJ: Rio de Janeiro, 1996.

Pádua, José Augusto. Um sopro de destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar Editor, 2002.

PALMEIRA, Moacir. "Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional". In: **Contraponto**, Rio de Janeiro, ano II, n.º 2, pp. 103-114, novembro de 1977

Pahl, R.E. The rural-urban continum. **Sociologia Ruralis**, vol. VI, n. 3-4, 1966

Paoli, Maria Célia. "Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira". In: Leite Lopes, J. (org.); Duarte, L. F.; Seyferth, G.; Alvim, M. R. **Cultura e Identidade Operária.** São Paulo, Editora Marco Zero, 1987

Paula, João Antônio de. "Dois ensaios sobre a gênese da industrialização em Minas Gerais: a siderurgia e a têxtil". In: II Seminário sobre a Economia Mineira, 1983, Diamantina. **Anais do II Seminário sobre a Economia Mineira**. UFMG/Cedeplar: Belo Horizonte, 1983.

_____. "O processo de urbanização das Américas no século XVIII". In: HUCITEC-FAPESP-ABPHE. (Org.). História econômica no período colonial. São Paulo, 1997

João Antônio de et. alli. Dinâmica capitalista, divisão internacional do trabalho e meio ambiente. In: Paula, João A. de (coord.). **Biodiversidade, População e Economia: Uma região de Mata Atlântica.** Belo Horizonte: UFMG, 1997

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

Polanyi, Karl. A grane transformação: As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000

PORTELLI, A. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. de Morais e AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da Historia Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros Rurais Paulistas**. São Paulo: Duas Cidades, 1973

Rambaud, P. **Société rurale et urbanisation**. Paris : Seuil, 1969.

REDFIELD, Robert. "The Little Community as a Whole". In: ____. **The Little Community and Peasant Society and Culture**. Chicago: The University of Chicago Press, 1965

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

SADER, Eder e PAOLI, Maria Célia. "Sobre classes populares no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes)". In: CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

SIGAUD, Lygia. "A Idealização do passado numa área de Plantation". In: **Contraponto**, Rio de Janeiro, ano II, n.º 2, pp. 115-126, novembro de 1977

_____. **Os clandestinos e os direitos: estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco**. São Paulo: Duas Cidades, 1979

SHIRLEY, Robert W. **O fim de uma tradição**. São Paulo: Perspectiva, 1977

SMITH, T. Lynn. **Brasil. Povo e Instituições**. Rio de Janeiro: Aliança para o progresso, 1967

Souza, Laura de Mello e. "Os ricos, os pobres e a revolta nas minas do século XVIII (1707-1789)"**. In: Análise & Conjuntura,** Belo Horizonte, v. 4 – n.s 2 e 3 – Maio-Dezembro de 1989

THOMPSON, E. P. "Introdução: costume e cultura". In: ____. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

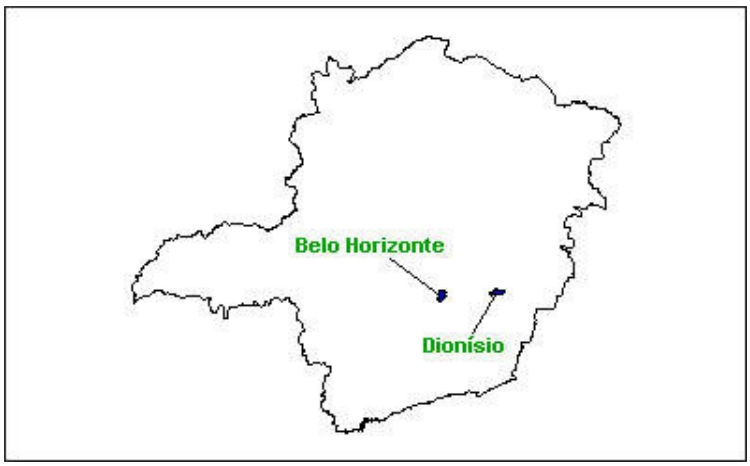
WILLEMS, Emílio. **Uma Vila Brasileira: Tradição e transição**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961

WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

Weber, Max. A ética protestante e o espírito capitalista. São Paulo: Editora Pioneira, 2000

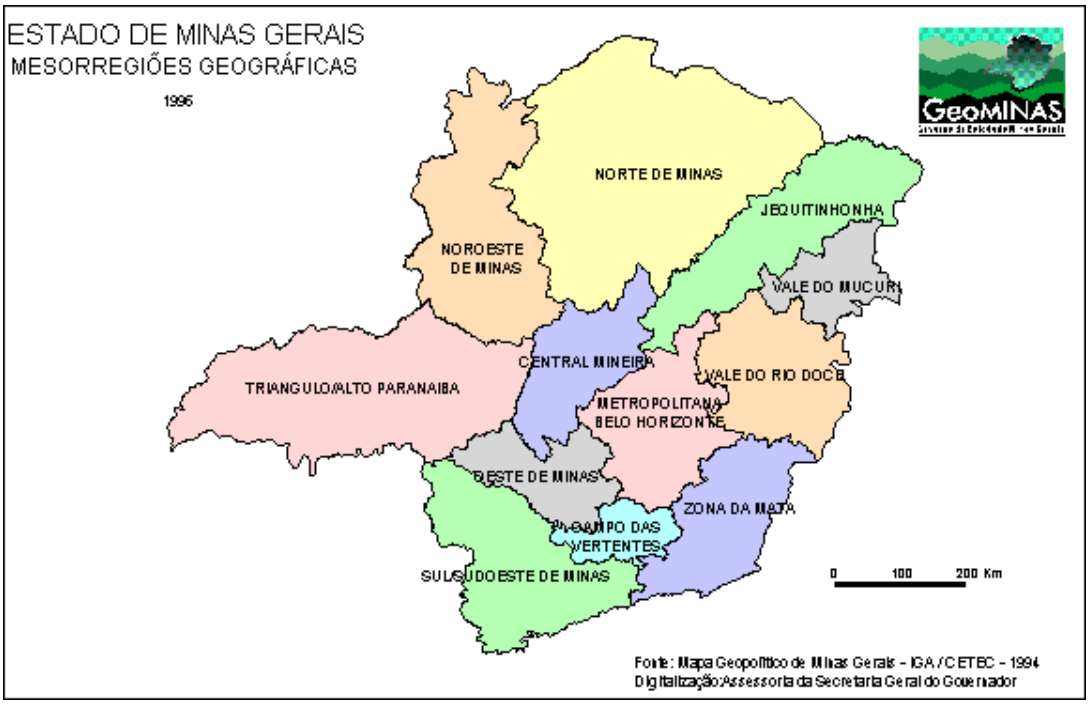
ANEXOS

Anexo n. 1 – Mapa de Localização do município de Dionísio em Minas Gerais



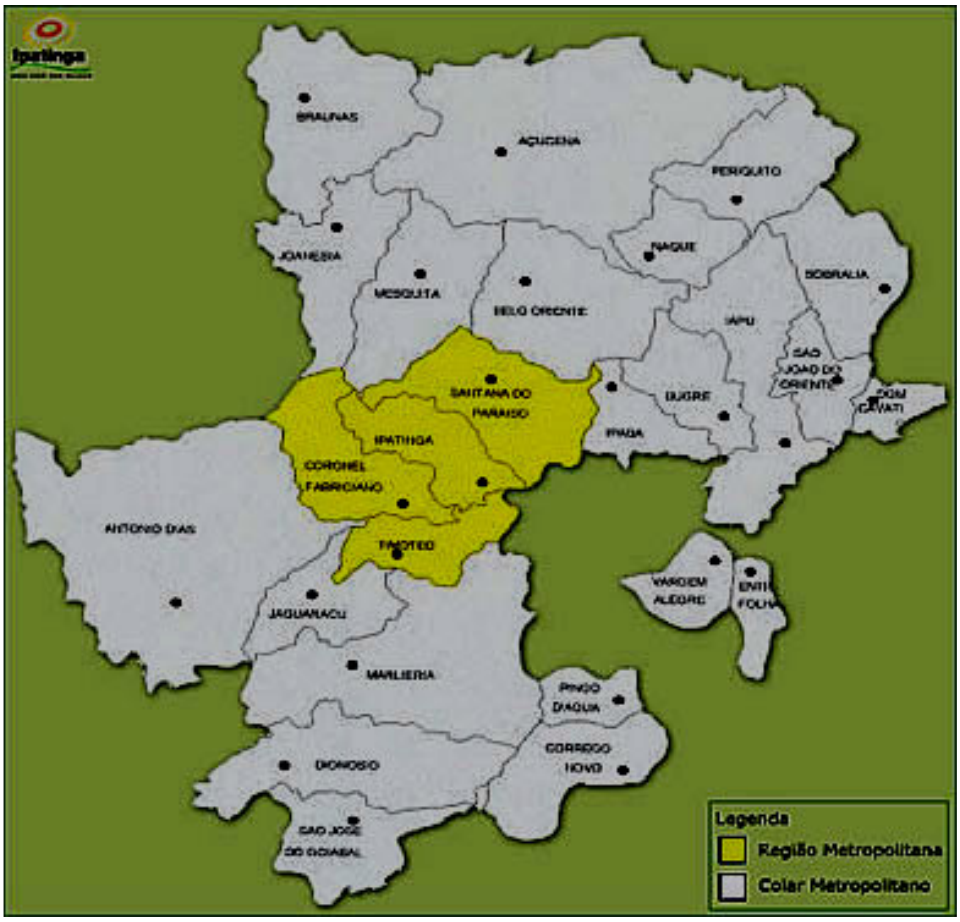
Fonte: Assembléia Legislativa do Governo do Estado de Minas Gerais: **http://www.almg.gov.br/munmg/m21803.asp**; Data de Consulta: 05/08/2005

Anexo n. 2 – Mesorregioes do Estado de Minas Gerais:



Fonte: Instituto de Geociência Aplicada – IGA
http://www.geominas.mg.gov.br/; Data da Consulta: 05/08/2005

Anexo nº. 3 - Municípios citados ao longo da dissertação e organograma dos municípios



Anexo nº 4 – Planta oficial do espaço edificado do distrito de Baixa Verde

Anexo nº 5 – Desenho da Vila de Baixa Verde

Legenda:

- 1 – Posto Policial
- 2 – Igreja Deus e Amor / Sede da Associação da Comunidade
- 3 – Delegacia
- 4 – Oficina Mecânica
- 5 – Acesso à estrada
- 6 – Residência com hospedagem
- 7 – Residência com fornecimento de Refeições
- 8 – Agência dos Correios
- 9 – Loja de Presentes
- 10 – Bar
- 11 – Bar
- 12 – Loja de presentes
- 13 – Deposito
- 14 – Armazém
- 15 – Mobiliária
- 16 – Duas edificações da Igreja Assembléia de Deus
- 17 – Igreja Congregação Cristã do Brasil
- 18 – Deposito de material de construção
- 19 – Igreja Batista

Anexo nº 6 – Lista dos Entrevistados

Entrevista 1 Moradora residente desde o tempo das *matas*. Trabalhou da infância até o casamento com diversas atividades – café, arroz – para pequenos proprietários de terras em localidades vizinhas. Viúva de um antigo empreiteiro da CAF. Residiram nas *matas* até o final da década de 1970. Atualmente trabalha junto de uma das filhas em sua própria residência fornecendo refeições.

Entrevista 2 Morador aposentado pela CAF. Atuou como chefe de turma nas atividades de reflorestamento e em outras atividades. Ex-sindicalista. Atualmente possui um armazém, é motorista de taxi e trabalha junto com a esposa, em sua própria casa, com reciclagem de lixo.

Entrevista 3 Moradora residente desde o tempo das *matas*. Iniciou no trabalho ajudando o pai a cortar lenha e eucalipto, ainda quando criança. Desde então trabalhou períodos como assalariada e períodos como dona de casa e como costureira. Atualmente, com 49 anos de idade, exerce atividade de ronda de formiga e continua a costurar por encomenda no horário posterior ao trabalho florestal.

Entrevista 4 Morador de 83 anos de idade que ainda exerce atividade florestal. Atualmente trabalha como ronda de formiga. Começou a trabalhar ainda criança com lavouras sempre em propriedades de terceiros, plantando a meia ou a terça. Foi levado para Baixa Verde, no período das *matas*. Por um empreiteiro da CAF que lhe concedeu terra para plantio de lavoura. Junto do plantio trabalhava no reflorestamento, tendo atuado em várias tarefas.

Entrevista 5 Moradora que nasceu nas *matas* de Baixa Verde. Esposa de um assalariado Florestal

Entrevista 6 Morador residente desde o tempo das *matas*. Trabalhou nas atividades de reflorestamento e produção de carvão. Na década de 1980 entrou com recurso à justiça para pedido de posse, obtendo-a. Atualmente está aposentado pela CAF e reside em sua pequena propriedade, onde planta lavouras para a subsistência, que faz divisa com a área de eucaliptos da empresa.

Entrevista 7 Morador residente deste o tempo das *matas*. Antes residente de localidades vizinhas. Possuiu um terreno de posse que foi apropriado pelo Parque Estadual do Rio Doce. Sempre trabalhou para a CAF e suas empreiteiras. Atualmente é aposentado. Sua esposa participou da entrevista: é dona de casa e sempre residiu em Baixa Verde.

Entrevista 8 Morador que chegou às *matas* de Baixa Verde em 1950. Inicialmente trabalhou com lavouras e cortando lenha e produzindo carvão. Aproximadamente 15 anos depois passou a trabalhar para a CAF como motorista. Se aposentou exercendo esta atividade.

Entrevista 9 Morador residente desde o período final das *matas*. Trabalhou como *chefe de turma* no reflorestamento. É ex-sindicalista e atualmente atua em seu segundo mandato como vereador.

Entrevista 10 Morador residente desde 1949. Trabalhou nas *matas* com lavouras, no reflorestamento e na produção de carvão. Atualmente está aposentado.

Entrevista 11 Moradora nascida nas *matas* de Baixa Verde. Trabalhou durante muito tempo com lavouras e atualmente é apenas dona-de-casa.

Entrevista 12 Moradora que começou a trabalhar ainda criança em atividades de lavoura. Atualmente é assalariada florestal e trabalho no viveiro.

Entrevista 13 Morador que chegou nas *matas* de Baixa Verde na década de 1940. Trabalhou 28 anos para a CAF, posteriormente trabalhou em outra localidade para a Acesita. Retornando para Baixa Verde trabalhou ainda nas *matas* para empreiteiras da CAF. Depois trabalhou para empreiteiras que atuavam no Parque Florestal Estadual do Rio Doce, onde sofreu um acidente e perdeu a visão.

Entrevista 14 Moradora residente desde o tempo das *matas*. Inicialmente apenas o esposo era assalariado florestal. Ela trabalhava com lavouras e pescava. Residindo na vila passou a trabalhar para uma das empreiteiras da CAF na atividade de roçada e capina. Atualmente está afastada pelo INSS.

Entrevista 15 Presidente do Sindicato da Extrativa atuando no quinto mandato.

Entrevista 16 Morador desde o período das *matas*. Trabalhou na atividade florestal. Atualmente está aposentado e possui um dos lotes da área da CAF em Baixa Verde, onde planta lavoura de subsistência

Entrevista 17 Morador desde o período das *matas*. Atuou em diversas atividades para a CAF e suas empreiteiras, destaca-se o reflorestamento e a produção de carvão. Atualmente está aposentado.

Entrevista 18 Morador residente desde o tempo das *matas*. Trabalhou para a CAF por durante 30 anos. Atualmente está aposentado. Possui um dos lotes da área da CAF em Baixa Verde, onde planta lavoura de subsistência.

Entrevista 19 Morador nascido na vila de Baixa Verde. Ex-seminarista. Atualmente é assalariado florestal e exerce a atividade de batida e roçada.

Entrevista 20 Moradora nascida na vila de Baixa Verde. Atualmente é assalariada florestal e trabalho no viveiro.

Entrevista 21 Morador nascido na vila de Baixa Verde. Assalariado florestal. Já trabalhou em várias atividades, atualmente está atuando na atividade de irrigação e plantio.